



ENCONTROS E PERCEPÇÕES GEOGRÁFICAS: DIÁLOGOS E PROVOCAÇÕES



JADSON PORTO
Organizador



© Copyright © 2022 - Todos os direitos reservados aos autores

Fotos da capa: Jadson Porto; Valdenira Santos; Rodolfo Paixão; Gutemberg Silva.

Superior: Dia de Equinócio e Solstício em Macapá; Forte de São José; Marcos da linha do Equador no Estado do Amapá. Meio: Rampa de Santa Inês, Macapá; Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes.

Inferior: Ponte sobre o rio Oiaoque; Porto graneleiro de Santana.

Fotos da contra-capas: Jadson Porto.

Superior: Dia de Equinócio no Sítio Arqueológico Megalítico em Calçoene (AP). Meio: Visão parcial do Complexo portuário de Santana (AP).

Inferior: Trecho da BR - 156.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P853e Porto, Jadson.
Encontros e percepções geográficas [livro eletrônico] : diálogos e provocações / Organizador Jadson Porto. – Maringá, PR: Uniedusul, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5418-022-1

1. Macapá (AP) – História. 2. Percepções geográficas. I. Título.
CDD 981.16

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

doi: 10.51324/54180221

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei no 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

O organizador informa que as revisões ortográfica e de digitação são de responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	3
<i>Hervé Théry</i>	
APRESENTAÇÃO	5
<i>Miguel Pacífico Filho</i>	
INTRODUÇÃO	7
<i>Jadson Porto</i>	
CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS NO MEIO DO MUNDO: ENTRE OBSERVAÇÕES, PASSAGENS E CONSTRUÇÕES EQUINOCIAIS E SOLSTICIAIS	11
<i>Jadson Luís Rebelo Porto; José Alberto Tostes</i>	
SOMBREAMENTO DE SOLSTÍCIOS E EQUINÓCIO NO LARGO DOS INOCENTES, MACAPÁ (BRASIL)	23
<i>Glauca de Oliveira Araújo; Anneli Maricielo Cardenas Celis; Jadson Porto</i>	
O MERCADO IMOBILIÁRIO POR LOTEAMENTOS FECHADOS COMO IMPULSOR DA DISPERSÃO URBANA EM MACAPÁ, AMAPÁ	43
<i>Katrícia Milena Almeida Corrêa; Gisela Cunha Viana Leonelli</i>	
PERIFÉRICA OU ESTRATÉGICA? A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA DA LINDE AMAZÔNICA NO BRASIL	58
<i>Jadson Porto; Eliane Superti</i>	
RELATOS DE TRABALHO DE CAMPO NA ÚNICA FRONTEIRA INTERNACIONAL DA FRANÇA COM O BRASIL	74
<i>Jadson Porto</i>	
O PAPEL DA HISTÓRIA E DO MEDO DO VIZINHO NAS REPRESENTAÇÕES DO AMAPÁ PARA O BRASIL E A FRANÇA	84
<i>Stéphane Granger</i>	
A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO POLÍTICO NA DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE SOCIEDADES TRADICIONAIS: O CASO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI (AMAPÁ)	93
<i>Kátia Souza Rangel; Júlio César Suzuki</i>	
AMAPÁ: UM ESTADO COSTEIRO - REFLEXÕES SOBRE VULNERABILIDADES, RISCOS E ADAPTAÇÕES A MUDANÇAS CLIMÁTICAS	110
<i>Valdenira Ferreira dos Santos; Benedito Balieiro Nobre Júnior; Fernanda M. Souza; Luis Maurício Abdon Silva</i>	
TOCANTINS 30 ANOS: UMA ECONOMIA EM TRANSFORMAÇÃO	133
<i>Nilton Marques de Oliveira</i>	
INDIGENIST TOURISM IN THE LEGAL AMAZON: SUSTAINABLE ACTIVITY AMONG HOLDERS OF A CULTURAL HERITAGE OF HUMANITY BY UNESCO	147
<i>Filipe Guimarães</i>	
AUTORES	157

PREFÁCIO

A VOZ DO NORTE

Nascido durante a Segunda Guerra Mundial, o jornal *La Voix du Nord* era originalmente uma folha clandestina, criada por um movimento da Resistência, cujo nome ele leva. O primeiro de seus 65 números data de abril de 1941, alguns meses após a invasão da França pelas tropas alemãs. Hoje, suas 25 edições estão espalhadas pelos dois departamentos de Nord e do Pas-de-Calais e o jornal, que é amplamente lido na região, é efetivamente seu porta-voz, a voz do Norte.

Da mesma forma, como indica a apresentação do livro por Miguel Pacifico Filho, ele reflete a “vitalidade referenciada na sociodiversidade constituída pelos [...] atores que compõem o tecido social amazônico, [que] interagem e disputam ao longo dos caminhos, dos rios, dos igarapés e igapós, das rodovias, das ferrovias, das ruas e avenidas das cidades”. Entre esses atores e pontos de vista, o livro dá voz a um grupo em particular: “entre tantos desses olhares, aquele que aqui particularmente nos interessa, o olhar do fazer científico”.

Nesse sentido, este livro é também, à sua maneira, uma manifestação de resistência, já que no panorama da ciência todos os indicadores quantificados mostram que a Amazônia é a região que menos produz publicações científicas. Isso se deve, naturalmente, ao fato dela ser a menos povoada do país, mas também porque sofre ela constantemente de uma fuga de cérebros para as regiões mais ricas do sul do país, melhor dotadas de centros de pesquisa e universidades de prestígio. Este livro é, portanto, notável na medida em que afirma a capacidade de uma região periférica de produzir ciência.

Em sua introdução, que descreve sua carreira e o nascimento do grupo de pesquisa, Jadson Porto mostra que ao longo do tempo “as percepções se diversificaram, porque novas percepções foram aparecendo com as investigações, a vivência no espaço vivido e pesquisado do Amapá”. Esta evolução se reflete na composição do livro, e Jadson Porto indica que “esta obra apresenta algumas percepções por integrantes do Grupo de Pesquisa, como também, de outros intelectuais que em muito colaboram com as suas percepções geográficas, como interlocutores”.

De fato, não se pode deixar de ficar impressionado com a diversidade dos temas abordados no livro, que reflete a diversidade da pesquisa em andamento. O primeiro texto, do qual Jadson Porto é o autor, testemunha uma frutífera colaboração entre ele e a Revista *Confins*, uma revista franco-brasileira de geografia, uma vez que foi originalmente concebida no âmbito da sua rubrica *Solstícios e Equinócios*. Ele abre o livro de maneira original, “enfatizando a linha do Equador, mediante a construção de monumentos que permitem observar dois fenômenos astronômicos (equinócio e solstício) pelas exposições de sombras decorrentes da posição do Sol, notadamente do monumento Marco Zero, em Macapá”, o caminho do Sol no encontro da linha do Equador com o rio Amazonas e “em Calçoene [onde] há um sítio-observatório arqueológico, alinhado com o solstício de dezembro, de aproximadamente mil anos”.

Os textos seguintes tratam de uma ampla gama de tópicos, refletindo a diversidade de abordagens do grupo: observações de sombreamento em uma parte histórica da cidade de Macapá, a maneira como os empreendimentos horizontais fechados contribuem para a dispersão urbana em Macapá, a vulnerabilidade e riscos inerentes à zona costeira do Estado do Amapá, o debate teórico acerca das sociedades tradicionais.

É dado particular ênfase à situação especial do Amapá, na fronteira norte do país (outra semelhança com o norte francês, na fronteira com a Bélgica). É detalhado em estudos sobre a condição fronteiriça do território, as percepções de um trabalho de campo à fronteira Brasil/Guiana Francesa e as representações e percepções entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Finalmente, há outra semelhança entre o jornal “*ch’ti*” (apelido carinhoso dado aos habitantes do Nord) e o livro coordenado por Jadson Porto. Na fachada do edifício La Voix du Nord, situado no Grand’Place, em Lille, estão gravados os brasões das cidades onde é publicada cada edição do jornal e na parte superior da fachada estão esculpidas três estátuas douradas representam as principais regiões do Nord, Flandres, Hainaut e Artois.

Simetricamente, na capa do livro “estão representadas as diversidades amazônicas: equinócio e solstício, hidrelétrica e trapiche de Santa Inês (Macapá), rio e fronteira, hemisférios norte e sul; na contra-capla, imagens do dia de equinócio no Sítio Arqueológico Megalítico em Calçoene; do porto de Santana e da rodovia federal em direção à fronteira com a Guiana Francesa”.

É, portanto, perfeitamente claro que este livro é plenamente qualificado, tal como o jornal *ch’ti*, para dar voz, com orgulho, através de textos e imagens, à voz do Norte.

Paris, setembro de 2022.

Hervé Théry

Nascido em Somain (Nord) Professor na Universidade de São Paulo (USP-PPGH)
Co-coordenador editorial da revista Confins.

APRESENTAÇÃO

UMA AMAZÔNIA DE MUITOS SABERES: O FAZER CIENTÍFICO E SUA RELAÇÃO COM A FLORESTA

Percepções sobre a Amazônia, enquanto repositório de biodiversidade ou produtora de *commodities* para exportação, são preponderantes em diversos campos e geradoras de conflitos e resistências das mais diversas proporções. Para além de tal dualismo encontra-se neste território vitalidade referenciada na sociodiversidade constituída pelos povos originários e suas línguas, saberes e fazeres; barrageiros, vazanteiros, garimpeiros, assentados, posseiros, quilombolas, habitantes de metrópoles, cidades médias e pequenas, ribeirinhos e migrantes, atores que compõem o tecido social amazônico. Integram e disputam ao longo dos caminhos, dos rios, dos igarapés e igapós, das rodovias, das ferrovias, das ruas e avenidas das cidades. Caminhadas, batelões e catraias, automóveis e trens, barcos e canoas movimentam o cotidiano amazônico num ir e vir que atrai olhares igualmente diversos. Entre tantos desses olhares, aquele que aqui particularmente nos interessa, é o olhar do fazer científico.

O Brasil, reconhecido por suas muitas assimetrias regionais de naturezas diversas, apresenta no campo da produção da ciência sensíveis iniquidades. Ao tomarmos duas referências que expõem métricas e parametrizações de tal campo constatamos marcadores que reafirmam desigualdades e apresentam cenários de desafios aos pesquisadores na Amazônia. O primeiro desses referenciais diz respeito ao aplicativo gráfico GEOCAPES – Sistema de Informações Georreferenciadas, disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior; e que oferece informações a respeito do número de bolsas de mestrado e doutorado, quantitativo de programas de pós graduação, docentes e discentes para cada uma das unidades da federação. Portanto, de acordo com o aplicativo GEOCAPES, no ano de 2020 a região norte é aquela que conta com o maior número de estados classificados no estrato mais baixo entre aqueles que disponibilizam cursos de pós graduação, ou seja, de 1 até 44 cursos; fazem parte desse grupo Acre, Rondônia, Amapá, Roraima e Tocantins. Considerando a mesma plataforma, os mesmos estados da região norte também são os que concentram os menores percentuais de doutores, entre 1 e 984. O segundo referencial diz respeito ao Diretório do Grupos de Pesquisa no Brasil, normatizado pelo CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. No ano de 2016 de acordo com a “Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a região geográfica” disponível no site Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – Plataforma Lattes - CNPQ, a região norte do Brasil dispunha de apenas 6,3% dos grupos cadastrados, muito distante da região sudeste, a primeira do Brasil com 42,5% dos grupos. Constatamos, portanto, que o cenário para a produção de ciência na Amazônia encontra-se em considerável fragilidade se comparado a outras regiões brasileiras.

É no cenário acima descrito que se insere a presente obra, comemorativa dos 20 anos do grupo de pesquisa registrado no Diretório do CNPQ sob o nome Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais – NESUR, vinculado à Universidade Federal do Amapá cujas atividades tomam como foco análises urbano metropolitanas no Amapá. Sendo assim, Encontros e Percepções Geográficas – diálogos e provocações, é composto por dez textos e organizado pelo criador do grupo de pesquisa supracitado, Professor Doutor Jadson Porto. Contando com a participação de integrantes do grupo de pesquisa e colaboração de pesquisadores cuja parceria resulta de proposta aprovada em edital nacional, o PROCAD Amazônia e intitulada *Estratégias de Desenvolvimento Regional e Dinâmicas Territoriais no Amapá e Tocantins: 30 anos de*

desigualdades e complementaridades, em parceria com instituições de ensino e pesquisa localizadas nos estados do Tocantins e de Santa Catarina, são discutidos temas como a condição fronteiriça do Amapá, questões urbanas em Macapá, unidades de conservação na floresta amazônica, mudanças climáticas e seus impactos na zona costeira do Amapá; e dinâmicas administrativas resultantes da emancipação do estado do Tocantins.

Na capa estão representadas as diversidades amazônicas: equinócio e solstício, hidrelétrica e trapiche de Santa Inês (Macapá), rio e fronteira, hemisférios norte e sul. Na contra-capas, imagens do dia de equinócio no Sítio Arqueológico Megalítico em Calçoene; do porto de Santana e; da rodovia federal em direção à fronteira com a Guiana Francesa .

Considerando as desigualdades regionais brasileiras que acima referenciamos, a presente obra é, também, como um marco de resistência enquanto produção de ciência na Amazônia sobre a Amazônia, enquanto mais um referencial que compõe a diversidade de saberes amazônicos que interagem e se contrapõem formando a sociodiversidade territorial. Concluímos chamando pra conversa um cantador tocantinense, que nos apresenta o doutor e o rezador lídos e cantados em versos amazônicos. Conosco, Genésio Tocantins:

Já é costume da gente, quando alguém esta doente, chama logo o rezador
Se o cabra ta moribundo, manda chamar Zé Raimundo
Que é um rezador diligente e a todo mundo socorre
Quando reza o cabra morre, ou fica bom de repente
Rezador, sim senhor!
E seu dotó? Não senhor!

Rezador
Genésio Tocantins

Araguaína, Tocantins, setembro de 2022.

Miguel Pacifico Filho

Docente dos cursos de Geografia e do PPGDire - Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da
UFNT - campus Araguaína-TO.

INTRODUÇÃO

Por embarcações chegaram em terras que não se conhecia
Era um grande negócio que ali nascia
Foi dado um nome às terras, que se chamaria
Nueva Andaluzia.

Já foi chamada de capitania
Cabo Norte, Bento Maciel receberia
O Rei português lhe concedia
Por serviços prestados, ganharia.

Também foi identificada por província
Inicialmente Oiapóquia seu nome seria
Posteriormente, alterou-se para Pinzônia
Sua implantação não conseguiria.

Foi cobiçado! Riquezas ali teria
Foi expandido! França ali queria
Uma República, a do Cunani se tentaria
Até os EUA a ela reconhecia.

400 anos após Nueva Andaluzia , quem diria
Um ente federativo, há 80 anos, ali nascia
Território Federal, então seria
A ocupação da fronteira se intensificaria.

De ocupação em ocupação, vivificaria
De intenções em intenções, vitalizaria
De usos e desusos se configuraria
Pela política, estadualizaria.

Na busca de novas economias
Intenções de desenvolvimento se buscaria
O grande negócio se consolidaria
E políticas territoriais se concebia.

Em breve, 480 anos de Nueva Andaluzia
385, Cabo Norte, a capitania
175, Oiapóquia; 170, Pinzônia
140, a República do Cunani completaria.

Mas foi como Território Federal que geraria
Novos e outros usos do território, ocupação que se expandia
Configurações espaciais, aptidões que se construía
Políticas territoriais, a magnitude do Estado se manifestaria.

Hoje, como Estado, ainda em busca de sua autonomia
Um espaço transfronteiriço que se amplia
Um porto que a outros espaços brasileiros se articularia
Outras funções na economia-mundo, o Amapá teria.

SAGA AMAPAENSE
Jadson Porto

Atuo como docente na Universidade Federal do Amapá (Unifap) desde 1994, quando houve o primeiro concurso para professor efetivo na instituição. Comecei nesta vida acadêmica no Curso de Geografia, onde iniciei minhas investigações sobre o Amapá. Interessei-me pelas questões geográficas do Sul do Estado recém criado. por conta de minhas aproximações pessoais em Monte Dourado, sede administrativa do Complexo Industrial do Jari. Ali habitei no período de 1980-1985 e retornei em 1990, onde trabalhei como geógrafo no setor ambiental da empresa Jari e, posteriormente, como professor na Fundação Educacional da Jari (Fejari).

Entre 1998, concluo meu mestrado em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina. Ali é o meu ponto de partida para as reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento do Amapá.

Em 2002, defendo o meu doutorado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Naquele momento, dá-se início a uma nova fase em minha atividade profissional. Concluo esta etapa acadêmica exatamente 10 anos após a minha graduação em licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará.

Com o doutorado concluído, elaboro o Grupo de Pesquisa Percepções do Amapá na Universidade Federal do Amapá (GPPA/Unifap). Este nome foi fortemente influenciado por duas situações: a primeira, por uma longa conversa realizada com a Dra Solange Guimarães (Unesp / Rio Claro), quando conversamos sobre a expressão percepções geográficas. A pluralidade de reflexões, leituras e discussões que a palavra percepções representava, em muito me instigou. A segunda, contemporaneamente ao diálogo acima, tive uma disciplina do doutorado intitulada Interpretações do Brasil, ministrada pelo Dr. João Manuel Cardoso de Mello. Na disciplina, foram selecionados seis autores para se pensar o Brasil (Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Gilberto Freire, Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda).

Assim, como eu integro um grupo de 90 docentes que participaram do primeiro concurso para professor efetivo na Unifap, com variadas oportunidades temáticas para se investigar e doutorado concluído, o GPPA inicia suas atividades. Foram muitos desafios, variadas provocações e um grupo pessoas constantemente instigadoras em longas conversas, debates e reflexões, por vezes acaloradas, bem como, corriqueiras, inicialmente no curso de Geografia e, posteriormente, foi envolvido pelo curso de Arquitetura e Urbanismo e o Mestrado em Desenvolvimento Regional dessa instituição.

A produção deste Grupo foi exposta em 16 de agosto de 2019, quando defendo seu memorial para professor Titular na Unifap (PORTO, 2020). Acrescente-se, também a este contexto, a elaboração de um texto publicado na Revista Confins (PORTO, 2022), intitulada Repensando o espaço amapaense. Não é objetivo desta obra fazer um resgate de textos muito citados ao longo deste período. Isso foi feito nas duas citações acima. Mas acolher a continuidade das provocações com novas provocações. Agora, são os meus (ex)alunos, (ex)orientandos de graduação e mestrado, (ex)supervisionados pós-doutorais que me provocam!

E eu gosto disso!

Os primeiros integrantes do GPPA foram: Gutemberg de Vilhena Silva (Hoje é pós-doutor, orientador de mestrado e doutorado e docente da Universidade Federal do Amapá); Magdiel Ayres (Mestrando); Rodolfo Paixão (Mestrando) e; Giselly Thalez (Mestre); Rodrigo Monteiro (Mestre) e gradativamente novos integrantes foram sendo inseridos. Passados 20 anos, 33 pensadores consolidaram este grupo como resultado de seus trabalhos de conclusão de curso, de iniciação científica, mestrados, doutorados e pós-doutorados, expostos em livros, capítulos de livros, periódicos, trabalhos completos em anais e apresentados em eventos científicos locais (Para compartilhar com a comunidade os resultados alcançados), nacionais e internacionais (Para refletir com seus pares acadêmicos a dinâmica geográfica deste estado).

Em 2005, sob a minha coordenação e com apoio da Sociedade Brasileira de Espeleologia, o Projeto intitulado Percepções do Amapá: capacitação de monitores ambientais na bacia do Rio Maracá foi vencedor da primeira edição do Prêmio Santander - Responsabilidade Social, em 2005¹.

¹Vide https://www.santander.com.br/document/gsb/institucional_sala_press_julho08_003.pdf.

Entre os anos 2006 e 2009, Magdiel Ayres e Giselly Thalez, enquanto estudantes de graduação em Geografia, venceram por duas vezes cada o prêmio de Melhor Trabalho de Iniciação Científica, apresentados na Unifap e na Faculdade Seama. Quanto à defesa de pós-graduação *stricto sensu*, Gutemberg Silva é o primeiro da equipe a defender o mestrado e doutorado (PPGGeografia na UFRGS, em 2008 e na UFRJ, em 2013), em seguida, Mário Nunes Torrinha conclui o seu doutorado em Desenvolvimento Regional (PPGDR/Unisc). Após 2008, 14 mestres concluíram suas defesas. Até a elaboração desta obra, um mestrando e três doutorandos estão em processo de formação.

A partir de 2012, o GPPA estimula estágios pós-doutorais. Quatro 4 estágios pós-doutorais, não como supervisor, mas como interlocutor. O primeiro estágio ocorreu com o a ida do Prof. José Alberto Tostes à Instituto de Estudos Regionais e Urbanos (IERU) da Universidade de Coimbra (2010-2011). Depois, a experiência foi com a Profa Eliane Superti (2018-2019), na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Em seguida, como o Prof. Adalberto Carvalho Ribeiro, na Universidade de Lisboa (2017-2019); posteriormente, com o Prof. Miguel Dhenin, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019-2022). Quanto aos estágios pós-doutorais sob a minha supervisão, há: 1) na Unifap: Christian Nunes da Silva (2016) e Filipe de Oliveira Guimarães (2021-2022); 2) Roni Mayer Lomba, em co-supervisão com Alejandro Schweitzer, Universidad Nacional de La Patagonia Austral, Argentina (2020).

Em 2019, defendo o meu Memorial para Professor Titular na Universidade Federal do Amapá (PORTO, 2020), onde exponho a minha construção acadêmica percorrida, boa parte dela acompanhada pelos integrantes do Grupo de Pesquisa aqui homenageado.

Em 2022, assumo cadeiras patronímicas na Academia de Letras José de Alencar (Curitiba, PR) e na Academia de Amapaense Letras (Macapá, AP). Nesta última e neste ano, dois docentes da Unifap que muito contribuíram nas percepções sobre o Amapá pelo GPPA também são eleitos, Dr. João Wilson Savino Carvalho e Dr. José Alberto Tostes.

Assim se passaram vinte anos!

As percepções continuam a provocar novas pesquisas. A Unifap não é a mesma de 1994, quando havia somente um doutor em nove cursos de graduação. Como também, não é a mesma de 2002 (com 12 doutores e, ainda com nove cursos). Em 2022, no Campus Marco Zero da Unifap, em Macapá, possui 870 docentes (com aproximadamente 500 doutores), 32 cursos de graduação, 18 de mestrado, 4 de doutorado.

As percepções se diversificaram, porque novas percepções foram aparecendo com as investigações, a vivência no espaço vivido e pesquisado do Amapá.

Hoje, por conta das novas gerações de pesquisadores que vieram neste período de duas décadas do GPPA, houve uma reorganização investigativa por eles executados, pois outros grupos de pesquisa foram criados devido às expertises geradas nestas duas décadas. Atualmente, focando nas análises urbano-metropolitana no Amapá, o GPPA é reorganizado e denomina-se Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (Nesur/Unifap). Mas as percepções... continuam.

Esta obra apresenta algumas percepções por integrantes do Grupo de Pesquisa, como também, de outros intelectuais que em muito colaboram com as suas percepções geográficas, como interlocutores, seja para o caso amapaense, seja para o caso tocantinense para efeitos comparativos em outras publicações futuras e em diálogos ocorridos, notadamente com a aprovação do projeto Procad - Amazônia (2018) intitulado Estratégias de Desenvolvimento Regional e Dinâmicas Territoriais no Amapá e Tocantins: 30 anos de desigualdades e complementaridades.

O primeiro texto tem por objetivo expor o simbolismo das linhas imaginárias registradas que passam ou possivelmente passaram pelo Amapá, enfatizando a linha do Equador, mediante a construção de monumentos que

permitem observar dois fenômenos astronômicos (Equinócio e solstício) pelas exposições de sombras decorrentes da posição do Sol, notadamente do monumento Marco Zero, em Macapá. Em Calçoene, há um sítio-observatório arqueológico, alinhado com o solstício de dezembro, de aproximadamente mil anos.

O segundo, expõe as primeiras observações de sombreamento em uma parte histórica da cidade de Macapá (Brasil), em latitude 0°, entre dias de solstício e equinócio, a cidade de Macapá é atravessada pela linha do Equador, o que apresenta influências específicas de sombreamento, com maiores exposições a radiação solar.

O terceiro, visa caracterizar como os empreendimentos horizontais fechados contribuem para a dispersão urbana em Macapá e corroborar nos estudos sobre a dispersão urbana na Amazônia e, especificamente, no Amapá.

O quarto, discute a condição fronteira do território mediante seu comportamento periférico e, simultaneamente, estratégico. Traz informações empíricas dos trabalhos de campo dos autores na fronteira da Amazônia brasileira.

O quinto, apresenta algumas percepções de um trabalho de campo à fronteira Brasil/Guiana Francesa, com alunos de graduação de Relações Internacionais da Unifap, em junho de 2022.

O sexto, expõe algumas representações e percepções entre o Amapá e a Guiana Francesa, muitas delas contraditórias, que ainda não se cessaram, mas que se acirraram com a abertura da fronteira.

O sétimo, tem por objetivo resgatar o debate teórico acerca das sociedades tradicionais localizadas na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Magazão, Amapá) e apresentar o processo histórico de criação do modelo de unidades de conservação de uso sustentável, que visou atender as demandas territoriais daquelas sociedades.

O oitavo, apresenta uma reflexão sobre a vulnerabilidade e riscos inerentes à zona costeira do estado do Amapá. Pretende refletir sobre o impacto das mudanças climáticas sobre os ecossistemas, populações e infraestruturas existentes na zona costeira amazônica, em especial sobre a zona costeira amapaense.

O nono, analisa as transformações econômicas ocorridas nesses 33 anos de emancipação do Estado de Tocantins. Este texto é parte das atividades do Projeto Procad-Amazônia entre os Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Universidades Federais do Amapá, Tocantins e da Universidade Regional de Blumenau.

O décimo, consiste em demonstrar a possibilidade da realização de atividades turísticas sustentáveis entre os indígenas, com ênfase na reserva indígena Waiãpi (Amapá, Brasil), e no bem cultural imaterial presente na lista da UNESCO: a Arte Kusiwã - pintura corporal e gráfica dos Waiãpis.

Ajude-nos a perceber outras percepções sobre este magnífico espaço brasileiro. Espero que sua leitura seja prazerosa e provocativa.

Macapá, 16 de setembro de 2022.

Jadson Porto

Professor Titular da Universidade Federal do Amapá

Coordenador do Grupo de Pesquisa

REFERÊNCIAS

PORTO, J. L. R. Entre o tempo e o limite, entre andanças e descobrimentos. Maringá: Uniedusul, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/345327549_Entre_o_tempo_e_o_limite_entre_andancas_e_descobrimentos.

PORTO, J. L. R. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais. *Confin (PARIS)*: v.55, p.71 - 91, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.4000/confin.45717>.

CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS NO MEIO DO MUNDO: ENTRE OBSERVAÇÕES, PASSAGENS E CONSTRUÇÕES EQUINOCAIS E SOLSTICIAIS

Jadson Luís Rebelo Porto
José Alberto Tostes

doi: 10.51324/54180221.1

INTRODUÇÃO

Pelo Estado do Amapá, Brasil, passam duas linhas imaginárias referenciadas internacionalmente (Figura 1): O Meridiano Rondon¹ e a linha do Equador². Para o primeiro caso, na América do Sul, o meridiano passa pela Guiana Francesa; no Brasil, atravessa os Estados do Amapá, Pará, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; sendo que no Amapá, este meridiano atravessa os municípios de Oiapoque, Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari. Contudo, não é identificada a sua localização em obeliscos, apesar de ser possível acessá-lo pelo rio Oiapoque (Próximo à Vila Brasil), pela BR-210 (entre Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari), pela BR-156 (Próximo à Vila de Água Branca do Cajari, no Município de Laranjal do Jari) e, pelo rio Jari (Próximo à sua foz com o rio Amazonas, na Vila de Laranjal do Jari, no Município de Vitória do Jari).

Quanto à linha do Equador, no Brasil, atravessa os estados do Amapá, Pará, Roraima e Amazonas. No Amapá, passa por Santana, Mazagão e Laranjal do Jari. Em 1944, Macapá assumiu a sua condição de capital do então território Federal do Amapá. Embora haja registros fotográficos da linha do Equador em Macapá, desde 1948, a sua representatividade simbólica, tornou-se mais presente após a década de 1970, seja pela sua condição urbana (única capital de um ente federativo brasileiro atravessado pelo Equador), pelo estímulo ao turismo local, seja por ser inserido em planos diretores macapaenses.

Embora o simbolismo da linha do Equador seja muito presente em Macapá (TOSTES 2012; SITOIE, 2018), o Meridiano Rondon em nada é referenciado no Estado.

¹ Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) foi um militar e sertanista brasileiro responsável por demarcação da fronteira setentrional nacional, aproximação de comunidades indígenas e instalação da rede de telecomunicação que atravessa Rondônia e Mato Grosso. Foi indicado duas vezes ao Prêmio Nobel da Paz e é o único brasileiro a dar um nome a um meridiano (52° W). A Sociedade de Geografia de Nova York considera o sertanista brasileiro um dos cinco maiores exploradores do planeta, sendo o que mais se aventurou por terras tropicais. Participou de uma expedição na fronteira da região das Guianas (1927-1930), com registros em fotografias, cartas topográficas, documentos escritos e filmes, visando delimitar a fronteira brasileira. Até meados da década de 1930, os mapas identificavam como Martinique o que é hoje conhecido como a cidade de Oiapoque. O então General Rondon comandou a Colônia Agrícola de Clevelândia, que recebeu prisioneiros políticos de movimentos revolucionários (1922-1924). Seu relatório às maiores autoridades brasileiras, insistindo na necessidade de ocupação das fronteiras para garantir a soberania territorial no Norte do Brasil, foi o que não permitiu que se abandonasse o projeto de ocupação e desenvolvimento nessa área. Em 1932, O General elabora um projeto de conexão terrestre, por uma estrada, entre Macapá e Oiapoque (BARBOSA, 2018). Em 1936, o nome original da vila, Martinique, foi trocado para Espírito Santo do Oiapoque por ordem de Cândido Rondon, a fim de apagar os vestígios estrangeiros da memória local (ROMANI, 2002; PASCHOIOTTO, 2012; CAVALCANTE, 2015; PRADA, 2015). Há registros de outros meridianos identificados em homenagens à personalidades, tais como: *Meridiano Fairbanks*, 147° W (Charles W. Fairbanks, ex-Senador e Vice-Presidente dos EUA); *Meridiano Seward*, 149° W (William Henry Seward, Secretário norte-americano que negociou a compra do Alasca do império russo pelos EUA); *Meridiano Humboldt*, 124° W (Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt, geógrafo, explorador naturalista prussiano); *Meridiano Washington*, 91° W (George Washington, primeiro presidente dos EUA); *Meridiano Arago*, 2° E (Francois Arago, astrônomo francês).

² Treze países são atravessados pela linha do Equador: São Tomé e Príncipe; Gabão; República do Congo; República Democrática do Congo; Uganda, Kênia; Somália; Maldivas; Indonésia; Kiribati; sendo que na América do Sul, passa pelo Brasil; Colômbia e Equador.

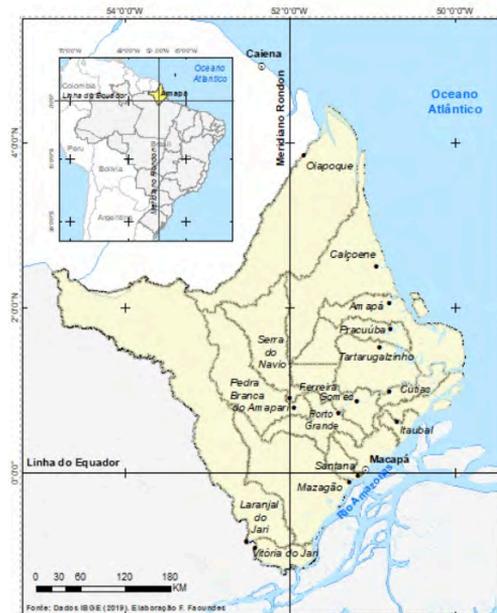


Figura 1 - Meridiano Rondon e linha do Equador no Estado do Amapá.

Outra linha imaginária histórica que possivelmente passaria pelo espaço amapaense diz respeito ao Meridiano representativo do Tratado de Tordesilhas. Das várias interpretações por onde tal representação imaginária atravessaria no Brasil, uma delas passaria pelo atual território amapaense, a exemplo do planisfério de Domingos Teixeira (1573) (Figura 2), disponível na Biblioteca Nacional da França.



Outro aspecto a ser ressaltado, diz respeito aos fenômenos astronômicos (Passagem de cometas, meteoritos; ocorrência de eclipses, ocultações). Esses fenômenos que têm chamado as atenções da humanidade histórica, mítica e cientificamente. Considerando a localização de Macapá, dois fenômenos astronômicos podem ser percebidos em Macapá, decorrentes do movimento anual da terra ao redor do Sol, tendo por referência a linha do Equador. São eles: equinócio e solstício.

Este texto tem por objetivo expor o simbolismo das linhas imaginárias registradas que passam ou possivelmente passaram pelo Amapá, enfatizando a linha do Equador (Mosaico 1), onde é possível perceber dois fenômenos in loco (Equinócio e Solstício) e a construção de monumentos que permitem observá-los pelas exposições de sombras decorrentes da posição do Sol. Tendo por referência a linha do Equador, em Macapá há dois locais que se destacam: O Conjunto Marco Zero e “O Encontro do rio mais belo com a linha do Equador” (Música de Zé Miguel e Fernando Canto); Em Santana, há um obelisco de pequeno porte; em Mazagão, há um marco construído em 2021. Enquanto os casos de Macapá e Santana que se encontram na área urbanizada da Região Metropolitana Amapaense, o de Mazagão localiza-se na rodovia BR-156, em direção ao seu Distrito de Maracá. Em Calçoene, há um sítio-observatório arqueológico, alinhado com o solstício de dezembro, de aproximadamente mil anos.



Mosaico 1 - Marcos da linha do Equador em Macapá, Santana e Mazagão, Amapá, Brasil
Fotos: Jadson Porto e Rodolfo Paixão (2022).

O texto é composto por três seções. O primeiro aborda breves considerações sobre os fenômenos de solstício e equinócio; o segundo, expõe as manifestações astronômicas de solstício e equinócio no Amapá; o terceiro, apresenta os símbolos construídos e criados no meio do mundo.

SOLSTÍCIO E EQUINÓCIO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Os astros estão sempre em movimento. Esses movimentos, em um bailar elíptico, precisos, originando as estações do ano em exposições de luz em distintas posições no decorrer do ano, com o percorrer do nascer do Sol no horizonte, ora mais ao norte, ora mais ao Sul; projeções de sombras variando ao longo do ano, até o seu ponto máximo em relação aos polos, em um constante trilhar; variações de temporalidades de luminosidades nos hemisférios norte e sul; como também, registrando ocorrências de festividades em dois momentos: em dias de solstício e equinócios (Mosaico 2).

Mosaico 1 –
de solstício no
Norte,
solstício no



Manifestação
hemisfério
equinócio e
hemisfério

Sul.

Fonte: Google Earth.

O solstício (do latim *soltitium*, sol + *sistere*, significa “Sol imóvel”) é o momento em que o Sol, em seu movimento aparente na esfera celeste, atinge a maior declinação em latitude, medida a partir da linha do Equador. Os solstícios ocorrem duas vezes por ano: em dezembro, quando atinge o Trópico de Capricórnio, no hemisfério Sul e; em junho, quando atinge o Trópico de Câncer, no hemisfério Norte.

O Equinócio (do latim *aequus + nox*, “noites iguais”), ocorre quando o Sol, em seu movimento aparente, corta o equador celeste em março e em setembro, incidindo com a mesma intensidade nos Hemisférios Norte e Sul.

Três movimentos, dos 14 que a Terra executa, explicam a origem desses dois fenômenos: Translação, precessão e revolução. O primeiro, diz respeito do movimento da Terra ao redor do Sol; o segundo, é o movimento giratório realizado pela projeção de eixo de rotação terrestre no sentido horário; o terceiro, é o acompanhamento da Terra ao Sol, ao redor do centro da Via Láctea. O ângulo da rota executada pela Terra em relação à rota percorrida pelo Sol ao redor do centro da galáxia é de 23º 27' e 30”, correspondendo à distância dos trópicos em relação ao equador terrestre.

MANIFESTAÇÕES ASTRONÔMICAS NO AMAPÁ

O Estado do Amapá (Brasil) possui uma posição muito interessante para os estudos astronômicos: a ocorrência da linha do Equador na sua capital, Macapá. Porém, a intensa incidência de nebulosidade nesta região, afeta a visibilidade celeste. Apesar desta limitação, a percepção dos fenômenos de equinócio e solstícios podem ser admirados. Dois locais apresentam a visibilidade desses fenômenos astronômicos, no Amapá, com manifestações distintas. A primeira, na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. Nela, há um monumento arquitetônico, indicando por onde passa a linha do Equador em seu território.

Por se localizar em uma região urbanizada, este monumento recebe a frequência de pessoas por ser um dos principais pontos turísticos amapaenses, como também para se observar os fenômenos equinocial (março e setembro) e solsticial (junho e dezembro) (Mosaico 3)



Figura 3 - Monumento de Marco Zero, Macapá (Brasil)
Foto: Jadson Porto.

A segunda, alinhado ao fenômeno de solstício, encontra-se no Sítio Arqueológico Megalítico, no município de Calçoene (Amapá, Brasil), conhecido com Stonehenge Amapaense, em Calçoene (CABRAL; SALDANHA, 2008; 2010). Os megalitos neste sítio estão alinhados ao solstício de dezembro. Contudo, em trabalho de campo executado em setembro de 2022 a este sítio (WEISHAR, 2022), também pôde ser observado e registrado pela primeira vez o alinhamento dos megalitos ao fenômeno astronômico do equinócio (Mosaico 4).



Mosaico 4 - Solstício e equinócio no Sítio Arqueológico Megalítico em Calçoene.
Foto: Jadson Porto.

Sobre os monumentos arquitetônicos para se perceber no Amapá o equinócio e o solstício, tornando-se em pontos turísticos locais, dois serão aqui destacados:

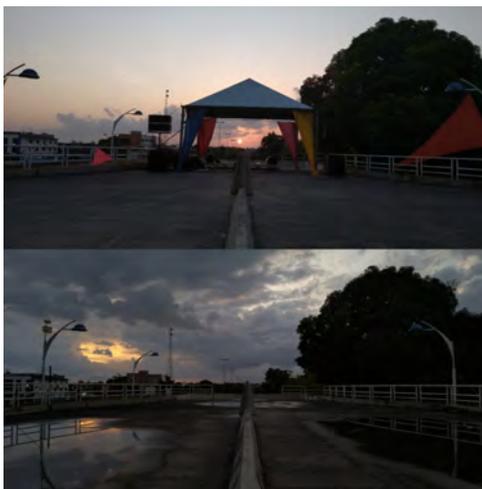
- Monumentos Marco Zero: Em Macapá há atividades culturais para se observar a projeção da sombra dos relógios de Sol ali estabelecidos no momento da passagem do astro pela linha da metade do mundo. Nos meses seguintes, percebe-se, também, a posição das sombras, até atingir o seu ápice a 23o 27'e 30", ora para o hemisfério norte, ora para o sul, quando ocorrem os solstícios.

- Sítio Arqueológico Megalítico (Calçoene, Brasil): localizado a 300 Km de Macapá, sua importância e peculiaridade não diz respeito ao seu alinhamento com o Equador ou ao registro de dia de equinócio, sítio este distante a apenas 2o ao norte desta linha. Mas, posiciona-se alinhada ao fenômeno de solstício de dezembro (CABRAL; SALDANHA, 2008; 2010).

Ou seja, no Amapá é possível visualizar aqueles fenômenos astronômicos em objetos construídos pelo homem. O primeiro acompanhado por observações técnicas astronômicas científicas; o segundo por observações astronômicas a mais de 1.000 anos habitantes locais, segundo os levantamentos executados pela equipe de arqueólogos do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA).

O Prof. Jadson Porto, ao participar de uma atividade internacional de registro fotográfico da alvorada nos dias de solstício e equinócio (CONFINS, 2021; CONFINS; MOHAN, 2022), o fez na única capital de um Estado brasileiro por onde passa a linha do Equador. Registrou, então, a posição e exposição do Sol em dois locais na cidade de Macapá, em todos os dias 21 de cada mês: Na orla da beira-rio, próximo à Praça do Araxá e; na praça Marco Zero, onde se encontra o monumento indicando por onde passa a linha do Equador. No primeiro, há o registro do nascer do Sol no rio Amazonas³.

Quanto aos registros no Monumento Marco Zero, em Macapá (Brasil), foram feitos em dois momentos: O primeiro, foi efetuado às 6:00 AM, observando o pequeno obelisco, voltado para o leste (Mosaico 5).



Mosaico 5 - Nascer do Sol em dia de equinócio e solstício de junho - Macapá (Brasil).
Autor: Jadson Porto (2021)

¹ Vide o capítulo *Sombreamento de solstícios e equinócio no largo dos inocentes, Macapá (Brasil)*, disponível neste livro.

O segundo, é feito às 16:00, por conta do efeito da sombra do relógio de Sol de aproximadamente 30 metros de altura do monumento Marco Zero, que projeta sua sombra sobre a linha do Equador (Vide Mosaico 3 acima).

Outra referência da linha do Equador no Amapá, localiza-se no município de Mazagão, na Rodovia BR-156, em direção ao distrito de Maracá. É um monumento instalado em 2021, usando elementos naturais em sua estrutura (vide mosaico 1 acima).

Quanto ao registro do solstício no sítio arqueológico, deve-se considerar outras lógicas, tais como: a sua distância em relação a Macapá e; é um sítio arqueológico e deve ser tratado e respeitado como tal. Todo acesso deve ser acompanhado pelo arqueólogo responsável, a fim de se evitar depredações locais. Para o físico Marcomede Rangel (Observatório Nacional), ao usar equipamentos de precisão e de correção da inclinação magnética e correlacionar com a passagem da luz solar na pedra furada (Vide Mosaico 4), percebeu que este sítio megalítico também possui uma relação o equinócio.

SÍMBOLOS CONSTRUÍDOS, SÍMBOLOS CRIADOS NO MEIO DO MUNDO

Estar no “meio do mundo” tem sido alvo de criação de mitos e símbolos. Para Tostes (2012, p. 28),

O Marco Zero do Equador vai além da observação estática de um monumento de referência, para se inserir, enquanto história, da sua recepção, dinamizando a perspectiva e dando outra dimensão à história no espaço urbano, em que não se podem pensar ruas, praças, avenidas, passeios, casas ou prédios como elementos autônomos, mas como fatores de um conjunto (...).

Para este autor, a melhor definição pensada para o Marco Zero foi idealizada por H. J. Cole, em seu Plano Diretor Urbano (1977). Neste projeto é lançada a ideia da criação do Relógio do Sol. Na proposta idealizada por Cole, Tostes (*op cit.*, p. 29) assim apresenta a ideia:

Vale destacar, em todo o esforço de análise e estudos propostos pela H. J. COLE, que esta ideia se complementava em quatro prioridades: a primeira, a abertura da Avenida Equatorial, estimulando a presença de clubes na Área do Araxá; a segunda, o ajardinamento dessa mesma avenida e a abertura da Avenida Setentrional; a terceira prioridade da construção do Farol e de outros equipamentos no Jardim Equatorial; a quarta, prioridade do Parque Zodiacal, um campo ajardinado entre as avenidas Equatorial e Setentrional, ainda com uma possibilidade da construção de um Museu de Arte. Sendo assim, o Marco Zero estaria repleto de equipamentos capazes de se constituir em grande atração turística (*op. cit.* p. 29).

Sobre a expressão urbanística e arquitetônica do Marco Zero do Equador, quando se construiu a primeira ideia para ser instalada em Macapá, foi edificado tão somente a referência de um círculo com as referências de latitude, fato que ocorreu na década de 1970 (Figura 9).



Figura 3 - Marco Zero do Equador na cidade de Macapá.
Fonte: Revista Latitude Zero.

Nos primeiros anos de 1980 foi elaborado um projeto pelo então Governo do Território Federal do Amapá (GTFA), criando uma volumetria arquitetônica, solução que elevou as referências do monumento em relação ao solo. A ideia inicial visava a valorização da expressão do meio do mundo com a vinculação de profundidade com a via Equatorial em direção ao rio Amazonas.

Esse projeto foi elaborado três anos após a elaboração do Plano H. J. Cole, acima citado, quando o GTFA contratou a empresa para redimensionar a ideia e concepção do meio do mundo. A concepção de Cole criava diversos elementos plásticos visuais que teriam efeitos dominantes, destacando a criação de um Parque e de uma Relógio do Sol, muito embora no texto do plano não houvesse referências sobre o fenômeno do Equinócio em Macapá.

O projeto da Cole valorizava a ideia do imaginário simbólico do Marco Zero do Equador e são várias formas diversificadas que se apresentam na proposta urbanística, oferecendo um caráter de envolvimento da representação do lugar com a cidade. Até então, a população local não se referia ao Marco Zero como um destaque ou atrativo.

O projeto do começo da década de 1980, desconsidera diversos aspectos previstos pela H. J. Cole. O principal é a falta de integração com a Via Equatorial e o rio Amazonas. A ideia desse novo projeto artificializa ainda mais a edificação no meio da rodovia, fato que durante anos recebeu muitas críticas. Pois, trata-se, na época, de um corredor viário entre os dois principais núcleos urbanos cidades do Amapá, Macapá e Santana. Durante toda a década de 1980, a edificação foi ocupada como um viés administrativo. Por diversos períodos ficou fechada. Não prevaleceu a ideia de aliar o turismo como fator atrativo, apesar de ter ocorrido algumas reformas no espaço, nada foi alterado em relação a construção original.

Retomando o projeto da H. J. Cole, o Marco Zero seria um monumento que conteria os seguintes elementos principais:

- a) Avenida Equatorial com uma via de caráter eminentemente de passeio, com duas pistas para veículos flanqueando um canteiro central para pedestres, este sendo leito da própria linha do equador, onde foram plantadas mangueiras a fim de formar uma alameda sombreada;
- b) O novo Marco Zero com um Relógio do Sol, com 20,00 m de altura, apoiado sobre uma ilha artificial circular, envolvida por um grande plano circular de água e circundado por um gramado onde se demarcam os pontos cardeais (Figura 4).



Figura 4 – Projeto de integração do Relógio do Sol com rio Amazonas.
Fonte: Plano Diretor H.J. Cole, 1977.

c) Uma esplanada com um belvedere, situada no Jardim Equatorial, protagonizada pelo Relógio de Sol - o novo Marco Zero. No térreo, um espaço para se instalar serviços turísticos, a exemplo de um bar-restaurante; área para estacionamento e; acesso para pedestres por intermédio de rampas escalonadas ao Monumento situado embaixo.

d) O Parque Zodiacoal com um campo ajardinado situado entre o sopé do talude do Jardim Equatorial e a Avenida Setentrional. Pela proposta de Cole, no local existiria um lago que seria valorizado para permitir recreações em pequenas embarcações e previa a construção de um Museu de Arte.

e) O Parque das Pedrinhas seria uma área pública, limitada pela Av. Setentrional, a Orla, o Marco Zero e as áreas de Clubes. Nela seriam instaladas quadras de vôlei, tênis, basquete, e um pequeno campo de futebol. Eram previstos prédios para administração, vestiários e depósitos, e um restaurante próximo a praia ao rio Amazonas. Todo o complexo contaria com amplas áreas para estacionamento.

Assim, o Marco Zero, estaria repleto de equipamentos capazes de se constituir em uma forte atração turística de âmbito nacional e internacional. Polarizaria a comunidade de Macapá, em todas suas faixas de renda, abrindo meios para expansão da cidade em direção ao Sul, acompanhando suas atuais tendências de proximidade com a Fazendinha e em seguida Santana, a longo prazo. Representaria, também, uma estrutura de fundo psicológico, que estimularia o comportamento espontâneo da população em buscar o local de suas residências em regiões que contam as facilidades do Centro urbano próximo e as excelências de um ambiente valorizado pelos aspectos paisagísticos, recreativos e de lazer (TOSTES, 2009).

No último decênio do século XX, quatro concepções de ocupação desta área do Marco Zero são instaladas: A Universidade Federal do Amapá; o Estádio de Futebol Zerão; O Sambódromo e o Hospital Universitário. Este último encontra-se dentro da área da universidade e ambos são atravessados pela linha do Equador. Embora a identificação da sede da universidade em Macapá seja "Campus Marco Zero do Equador", inexistente qualquer referência sobre a localização da linha por onde passa em seu território.

Sobre o Estádio Zerão, a concepção da ideia do meio do mundo foi retomada pelo Governo do Estado do Amapá. Em 1990, quando é inaugurado, o seu meio do campo é a própria linha do Equador. Deveria ser um ponto na valorização e expressividade urbanística e arquitetônica aliado ao Monumento Marco Zero (Figura 5). Todavia, o projeto do Estádio não promove esse diálogo; como também, até a elaboração deste texto, não havia sido concluído na sua totalidade, assim a concepção de valorização do meio do mundo permanece em segundo plano.



Figura 5 - Estádio Zerão no Meio do Mundo.

Fonte: <https://noticias-do-brasil.com/amapa/2022/08/23/parque-meio-do-mundo-tera-area-para-atividades-fisicas-turismo-e-economia-criativa-em-macapa.html>.

Em meados da década de 1990, cria-se outra expressão plástica visual que é a Escola Sambódromo. Embora não seja atravessado pela linha, mas paralela a ela (0° 0' 01" N), é mais um elemento é adicionado na paisagem urbana do entorno do meio do mundo; como também não há integração de todo o conjunto urbanístico já existente na paisagem.

As diferentes tentativas em um período de 50 anos evidenciam a ideia do meio do mundo como metafórica, mostram que das diferentes proposições para o Marco Zero do Equador prevaleceu a artificialidade do monumento sobre o espaço, não se concretizou junto à população a identificação de uma força atrativa que o lugar deveria representar quanto ao seu valor simbólico. As edificações construídas no seu entorno também não agregaram elementos plásticos visuais para valorizar o Marco Zero. As propostas que mudariam a expressividade do valor urbanístico e arquitetônico do meio do mundo estão contidas em propostas oficiais não realizadas e concepções acadêmicas, sem, no entanto, terem sido oportunizadas pelo Governo do estado do Amapá, seja na condição de Território Federal ou estado da federação.

Em Santana, transformado em município em 1987, desmembrado do município de Macapá, não foi elaborada nenhuma proposta arquitetônica ou de política urbanística para o marco zero ali existente. Ou seja, se passaram 35 anos de existência do município, que gradativamente vem se conurbando com Macapá; há 20 anos está inserido na Região Metropolitana Amapaense; esta linha é cortada pela Rodovia Duca Serra e no encontro dessas duas, ao lado direito há uma empresa, no Hemisfério Norte e o lixão municipal ao Sul. Há somente um obelisco de 1,90 metro (Figura 12), sem nenhuma informação turística sobre esta linha que inicia as linhas paralelas geográficas no cenário mundial e onde o planeta percorre a sua volta mais distante em seu movimento de rotação.

Sobre as propagandas turísticas do fenômeno do equinócio, permanece concentrada no monumento localizado em Macapá. Em agosto de 2022, a Prefeitura de Macapá apresenta o Projeto Parque Meio do Mundo, para estimular o turismo na cidade (AMAPÁ ON LINE, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço amapaense é muito privilegiado. Além das potencialidades ali encontradas para estimular suas atividades e suas aptidões econômicas efetuadas e outras expectativas elaboradas. Sua posição é muito interessante para os estudos astronômicos pelos seguintes motivos:

- Sua capital se localiza na linha do Equador;
- A percepção dos fenômenos de equinócio e solstícios podem ser admirados, mas somente o fenômeno do equinócio é evidenciado.
- Cinco locais apresentam a visibilidade desses fenômenos astronômicos com manifestações distintas. Duas delas na cidade de Macapá, em um monumento arquitetônico, indicando por onde passa a linha do Equador em seu território e no encontro da linha do Equador com o rio Amazonas; outra, em Santana, na rodovia Duca Serra, próximo ao seu Distrito Industrial; há, também, um registro em Mazagão, na BR-156, em direção ao distrito de Maracá e; o quinto no Sítio Arqueológico Rêgo Grande, conhecido com Stonehenge amapaense, em Calçoene.
- Desde a década de 1970, complexos turísticos voltados para o marco zero têm sido inseridos em planos diretores macapaenses, indicando a sua importância para o urbanismo e turismo da cidade. O mesmo não ocorre em Santana. Quanto ao encontro da linha do Equador com o rio Amazonas, este integra somente o mundo poético, não o urbanístico.
- Em Macapá se encontra a maior concentração de referências artificializadas sobre a linha do Equador. Algumas institucionalizadas (Universidade, hospital universitário); cultural e esportiva (Sambódromo, Estádio de Futebol) e; é o único município que possui uma proposta arquitetônica turística inserido em um plano diretor urbano.

- O Município de Santana, com 35 anos de existência, não possui um marco zero arquitetônico, urbanístico e turístico, embora haja um obelisco indicando por onde passa a linha do Equador.

- No Município de Mazagão possui um marco zero recém instalado e não apresenta infraestrutura turística no local; como também, não possui um marco zero arquitetônico, urbanístico e turístico. O Município não possui um plano diretor para organizar o uso de seu território, a exemplo de Macapá, Santana, Laranjal do Jari, Ferreira Gomes, Porto Grande e Oiapoque.

O Estado do Amapá é atravessado pelo Meridiano Rondon. Contudo, esta referência não é relatada e nem ressaltada nos estudos geográficos, turísticos e sua correlação histórica com este ente federativo. Também não é identificada a sua localização em obeliscos, apesar de ser possível acessá-la pelo rio Oiapoque (Próximo à Vila Brasil), pela BR-210 (entre Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari), pela BR-156 (Próximo à Vila de Água Branca do Cajari, no Município de Laranjal do Jari) e, pelo rio Jari (Próximo à sua foz com o rio Amazonas, na Vila de Laranjal do Jari, no Município de Vitória do Jari)

Assim, em cada município integrante da Região Metropolitana Amapaense possui um marco zero equatorial. Contudo, somente em Macapá ocorrem induções urbanísticas e estímulos turísticos sobre o tema.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), nas pessoas do Arqueólogo Lúcio Costa Leite e Lúcio Dias Silva, pelo apoio nos registros registros de solstício e equinócio no Sítio Arqueológico Megalítico, em Calçoene (Amapá, Brasil).

REFERÊNCIAS

AMAPÁ ON LINE. Prefeitura apresenta projeto arquitetônico do 'Parque Meio do Mundo', em Macapá. Disponível em:
<https://amapaonline.com/prefeitura-apresenta-projeto-arquitetonico-do-parque-meio-do-mundo-em-macapá/>

BARBOSA, C. BR 156: A vovó das rodovias federais em construção no Brasil fica no Amapá. In: Diário do Amapá, Cadernos Cidades, Macapá, 2018. Disponível em:
<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/br-156-a-vovo-das-rodovias-federais-em-construcao-no-brasil-fica-no-amapa/>. Acessado em: 09/05/2022.

CABRAL, M. P.; SALDANHA, J. D. M. Paisagens megalíticas na costa Norte do Amapá. Revista de Arqueologia (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impreso), v. 21, p. 03-20, 2008.

CABRAL, M. P.; SALDANHA, J. D. M. Stonehenge tropical. Revista National Geographic Brasil, Brasil, p. 98 - 107, 01 nov. 2010.

COLE, H. J. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Macapá: H. J. Cole Associados/ Prefeitura de Macapá, 1977.

CONFINS. Seção solstícios e equinócios. Confins [On line], 53, 2021. Disponível em URL:
<http://journals.openedition.org/confins/43320>. Acessado em 10/01/2022.

CONFINS; MOHAN, S. Équinoxe de mars. Confins [On line], 54, 2022. Disponível em URL:
<http://journals.openedition.org/confins/45399>. Acessado em 03/04/2022.

COSTA, H. General Rondon Em Terras do Amapá e a espada perdida. In: Alcilene Cavalcante: Estratégia e Comunicação Digital. 2015. Disponível em:
<https://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/general-rondon-em-terras-do-amapa-e-a-espada-perdida>. Acessado em 21/03/2022.

PASCHOIOTTO, P. A. O Marechal Cândido Rondon – Dados geográficos do geocientista e a idealização do Centro Geodésico da América do Sul no Estado de Mato Grosso. Cuiabá: PPGEO/UFMT, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso.

PRADA, C. Um militar que defendia os índios. Revista Problemas Brasileiros. (429): Maio de 2015. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/9044_UM+MILITAR+QUE+DEFENDIA+OS+INDIOS. Acessado em 21/03/2022.

ROMANI, C. "Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil"! Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900 – 1927). São Paulo: IFCH/UNICAMP, 2003. Tese (Doutorado de História), Universidade Estadual de Campinas.

SITOIE, C. L. Percepção e Cultura Através da Sombra no Povoado de Aqui (Moçambique) e na cidade de Macapá (Brasil). Manaus: PPGCASA/UFAM, 2018. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal da Amazônia.

TOSTES, J. A. A Dimensão Simbólica do Meio do Mundo. In: Além da linha do horizonte. João Pessoa: Sal da Terra, 2012.

WEISHAR, C. Équinoxe de setembro. Confins [Online], 56, 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/47849>. Acessado em 03/10/2022.

SOMBREAMENTO DE SOLSTÍCIOS E EQUINÓCIO NO LARGO DOS INOCENTES, MACAPÁ (BRASIL)

*Glauca de Oliveira Araújo
Aneli Marcielo Cardenas Celis
Jadson Porto*

doi: 10.51324/54180221.2

INTRODUÇÃO

Este artigo, expõe as primeiras observações de sombreamento em uma parte histórica da cidade de Macapá (Brasil), em latitude 00.0369 N, longitude -51.0527 (Mosaico 1). A cidade de Macapá é atravessada pela linha do Equador, o que apresenta influências específicas de sombreamento, com maiores exposições a radiação solar.



Mosaico 1 – Localização do Largo dos Inocentes, Macapá.
Fonte: Google Earth.

As sombras compreendem comportamentos que estão intrinsecamente relacionados às mudanças de estações do ano, os solstícios e equinócios, no momento em que elas se sobrepõem aos objetos que as projetam (MILONE, 2003). A sombra é um fenômeno culturalmente representativo de espaços geográficos, produzidos diante de muitos saberes e conhecimentos configurativos dos espaços vivenciados e experimentados, assim, esse fenômeno simbolicamente representa assuntos culturais, econômicos e políticos do cotidiano (TUAN, 1980). Neste contexto, as observações das sombras, quando entendidas como fenômenos físicos resultantes da obstrução solar, servem para visualizar momentos de solstícios de verão e de inverno e os equinócios (SITOIE, 2018).

Na conjuntura desses acontecimentos, na linha do Equador (Latitude 0°), a duração dos dias é igual a das noites, assim, nas localidades situadas nos trópicos o sol apresenta a peculiaridade de estar a pino no solstício de verão ao meio-dia (FROTA, SCHIFFER; 2001).

As análises de sombreamentos nos solstícios e nos equinócios estão intimamente relacionadas as exigências humanas do conforto térmico. Por isso, é tão importante estudar os aparentes caminhos do sol no céu e sua localização em diferentes datas e horários, em relação aos planos e volumes no espaço, contribuem na determinação das variáveis climáticas (NAKATA, 2010).

Diante essa exposição os estudos das sombras em relação aos solstícios e equinócios permitem melhores projetos em construções de edificações, planejamentos na saúde pública, agricultura, pecuária, urbanismo, marcação de calendários para festividades, entre outros. Em projetos arquitetônicos, por exemplo, pode haver um efeito tremendo no aquecimento, resfriamento e iluminação de um edifício.

BREVES CONSIDERAÇÕES GEOGRÁFICAS DE ILUMINAÇÃO

A Terra em seu movimento percorre uma trajetória elíptica em um plano inclinado de $23^{\circ}27'$ em relação ao plano do equador, e isto, define as estações nos dois hemisférios terrestres, pelos solstícios de verão e de inverno e pelos equinócios. Tem-se nessas conjunturas a latitude, que é sempre referenciada em relação à linha do Equador. A latitude é um importante fator geográfico, já que sua distância a partir da linha do Equador determina a quantidade de energia solar que cada ponto vai receber (FITCH, 1971).

Nesse viés, o Equador é uma linha imaginária da superfície terrestre em que a latitude é igual a $00^{\circ} 00' 00''$ dividindo a terra em dois hemisférios, o Norte e Sul, ou conhecido também como Boreal e Austral (hemisfério norte) e Austral e Meridional (hemisfério sul). Essa linha imaginária tem pouco mais de 40 mil quilômetros de extensão, formando o maior círculo a cercar a Terra, com um raio de 6371 quilômetros (TROGELLO, 2013). De acordo com Frota (2006, p.81):

Na linha do Equador (Latitude 0°) a duração dos dias é igual à das noites. Nas localidades situadas nos trópicos (Latitude $23^{\circ}12'$) o Sol apresenta a peculiaridade de estar a pino no solstício de verão ao meio dia. Em latitudes intermediárias entre o Equador e o Trópico, terá o Sol a pino duas vezes por ano. As latitudes superiores a $23^{\circ}12'$ se caracterizam por não ter o sol a pino em nenhuma data. Quanto maior a latitude, menor a quantidade de radiação solar e, portanto, temperaturas do ar menos elevadas.

Oliveira Filho e Saraiva (2012) confirmam que próximo à Linha do Equador as estações são muito parecidas, é comum que todos os dias do ano o Sol fique 12 horas acima do horizonte e 12 horas abaixo do horizonte; a única diferença é a máxima altura que ele atinge. No equador, nos equinócios, o Sol faz a passagem meridiana pelo zênite, atingindo a altura de 90° no meio-dia verdadeiro. Nas outras datas do ano o Sol passa o meridiano ao norte do zênite, entre os equinócios de março e de setembro, ou ao sul do zênite, entre os equinócios de setembro e de março.

As menores alturas do Sol na passagem meridiana são de $66,5^{\circ}$ e acontecem nas datas dos solstícios. Portanto a altura do Sol ao meio-dia no Equador não muda muito ao longo do ano e, conseqüentemente, nessa região não existe muita diferença entre inverno, verão, primavera e outono. Frota (2006) relata ainda que os círculos determinados pelas trajetórias do aparentes do sol são perpendiculares ao plano do horizonte de quem o observa, conforme imagem (Figura 01).

Conceitua-se que as regiões equatoriais são áreas de grande importância inter-hemisféricas (SILVA, et al., 2007). Locais que se situam na Linha do equador, sob latitude zero, recebem maiores quantidades e energia solar ao longo do ano, com maiores precipitações e variações nos regimes de chuva. Comumente esses locais apresentam clima quente e úmido (SOUZA, 2009), favorecendo a multiplicação e propagação da biodiversidade, culminando nessas regiões maiores florestas tropicais

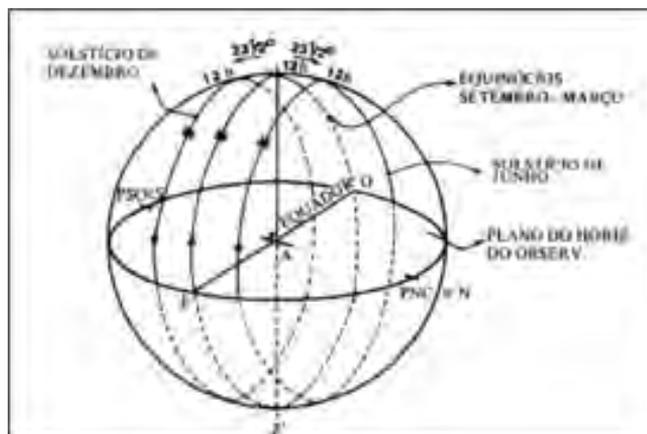


Figura O1 - Trajetórias aparentes do sol na latitude 0° e divisão dos hemisférios.
Fonte: Frota (2006).

A Linha do Equador (Figura O2) atravessa os oceanos pacífico, atlântico e índico, os quatro continentes da América, África, Ásia e Oceania, e os países: (São Tomé, Gabão, República Democrática do Congo, Congo, Uganda, Quênia, Somália, Maldivas, Indonésia, Kiribati, Equador, Colômbia e Brasil, conforme imagem abaixo: (TROGELLO, 2016).

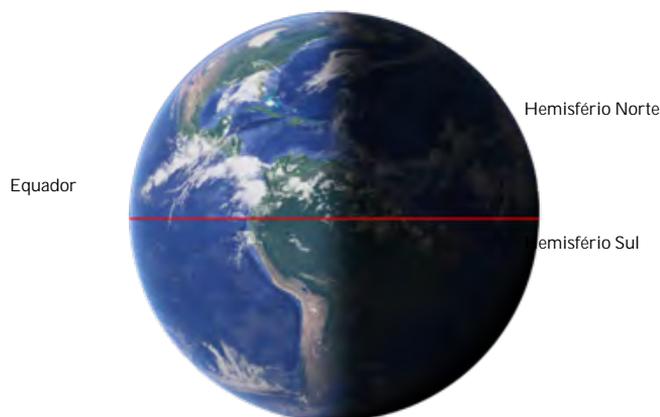


Figura O2 – Representação da Linha do Equador e divisão dos hemisférios.
Fonte: Antunes (2020).

De acordo com Alves, et al. (2009), o sol no seu movimento de translação (Figura 3) da terra cruza a linha imaginária do Equador duas vezes por ano, assim, o dia e à noite, tenham a mesma duração em todo o planeta. No instante em o sol está no zênite. Apesar dos equinócios acontecem apenas duas vezes por ano, a variação da radiação solar nos países atravessados pela linha do Equador não sofre variações drásticas ao longo do ano.

Conforme Antunes (2020), no Brasil ao avaliar os quesitos de sombra em relação a Linha do Equador, na maior parte do seu território a análise deve ser feita de acordo com as características do hemisfério sul. Pois, como na figura

acima, as regiões mais próximas à Linha do Equador possuem estações com incidência solar menos variável, como as regiões Norte e Nordeste do Brasil, enquanto no Sul e Sudeste do país, a variação da incidência solar nas diferentes estações é bem maior. Nessa perspectiva, mesmo em estações consideradas mais frias, as áreas cortadas pela linha do equador apresentam climas úmidos e quentes, com baixa alteração sazonal. Durante o ano todo, praticamente o clima predominante é úmido e chuvoso, o que incorre na formação das florestas tropicais (CLEMENTE, 2021).

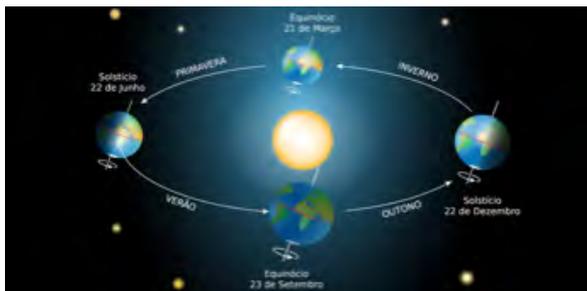


Figura 3 – Representação da translação do sol em relação a Linha do Equador. Fonte: Antunes, 2020.

Os locais que estão mais próximos a Linha do Equador, e assim também da latitude 0° , é habitual ser mais intensos os efeitos do sol e, conseqüentemente maiores são as temperaturas. Assim, quanto menores as latitudes, maiores as temperaturas; e o inverso também é verdadeiro (SITOIE, 2019). Ainda, as variações de latitude interferem também na pressão atmosférica. Isso porque as regiões que recebem mais calor costumam dispersar as massas de ar, uma vez que essas ficam mais aquecidas e elevam-se na atmosfera, dispersando-se logo em seguida.

A linha do equador tem a incidência do Sol passando diretamente sobre ela ao menos duas vezes ao ano. Esse evento ocorre durante os equinócios de outono e da primavera. A temperatura nos trópicos é tipicamente maior do que em outras latitudes, porque o sol alto provoca temperaturas elevadas durante o dia, mas perde temperatura devido à radiação de ondas longas emitidas pela superfície terrestre durante a noite. No inverno, o tempo nas extremidades dos dois trópicos é dominado pelas massas de ar extratropicais (GALVIN, 2016).

Silva (2006) relata a quantidade de radiação solar que chega à superfície terrestre depende muito da latitude, isto é, da posição geográfica do local. Na linha do Equador a máxima radiação é recebida na maior parte do ano (Gráfico 1), onde é mais elevada por ocasião dos equinócios de primavera (22 de setembro) e de outono (21 de março).

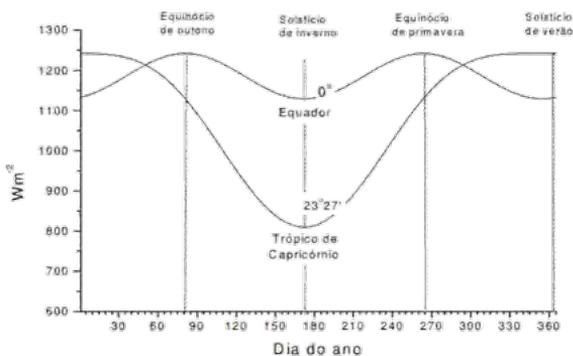


Gráfico 1 - Estimativa da variação da intensidade da radiação solar que atinge a superfície terrestre na faixa intertropical do Hemisfério Sul no nível do mar, considerando um valor $m = \sec\psi$ para a massa atmosférica, ausência de nuvens e coeficiente de turbidez atmosférica $t = 0,1$. Fonte: SILVA (2006).

No limite da zona intertropical, o Trópico de Capricórnio (paralelo de 23º 27' S, o qual passa pela cidade de São Paulo), a quantidade de radiação solar é alta apenas durante os meses de verão, reduzindo-se bastante (para 800 W m⁻² ou menos) no resto do ano. Em uma região temperada típica, a 40º de latitude, a radiação solar é mais baixa ainda. Silva (2006, p. 269), assim expõe sobre a intensidade da radiação solar:

A razão pela qual a intensidade da radiação solar diminui à medida que aumenta a latitude, é que os raios solares atingem a Terra na faixa do equador com maior elevação média em relação ao plano do horizonte. Desse modo, os mesmos atravessam uma camada mínima de atmosfera antes de atingir a superfície terrestre. Porém, à medida que o local é mais afastado do equador, a altura do Sol sobre o horizonte se reduz e os raios solares percorrem um trajeto mais longo na atmosfera antes de chegar ao solo; acima dos 60º de latitude, nas regiões polares, a intensidade da radiação é mínima e mesmo nula em grande parte do ano.

O Município de Macapá, capital do Estado do Amapá (Brasil), possui uma área territorial de 6.563,849 km² e uma população estimada para 2022 de 522.357 habitantes (IBGE, 2022). O clima de Macapá é o quente e úmido amazônico, e que por localizar-se na linha imaginária do Equador, os raios solares incidem em um ângulo de 90 graus, causando maiores temperaturas. A cidade não tem grandes variações de temperatura devido ter grande umidade no ar, tendo apenas os períodos quentes e secos, e quentes e chuvosos (CLIMATE-DATA.ORG, 2022)

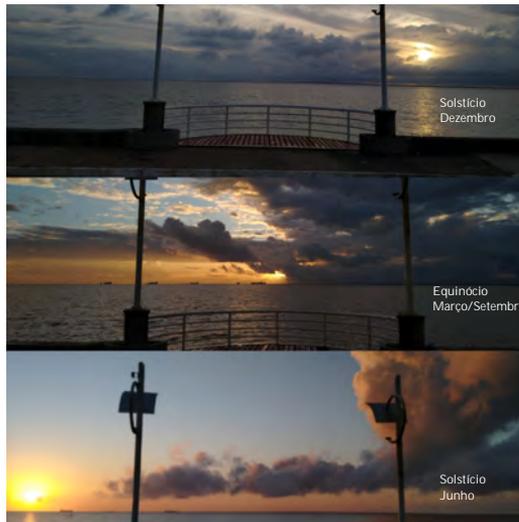
Segundo Vilhena, Silva e Freitas, (2018, p. 37), pela classificação de Köppen, o tipo de clima amapaense é "Am"¹. Esses autores, também expõem que

O Inverno Amazônico tem início normalmente no mês de dezembro, quando se aproxima o início do verão austral, solstício no hemisfério sul, quando a precipitação mensal é superior a 60 mm. Possui um aumento significativo das chuvas até o pico máximo (normal climática de 407,7 mm) quase sempre no fim do mês de março, término do verão austral e início do outono austral (Equinócio das Águas). Também se observa durante este período a diminuição da temperatura máxima. (...)

Com o fim do outono austral e início do inverno austral, solstício no hemisfério norte, as chuvas mensais ainda são significativas, próximas de 200 mm, e continuam diminuindo gradativamente, enquanto que as temperaturas tendem a aumentar até o mês de agosto, quando as chuvas estão pouco acima de 60 mm mensais. Assim o período chuvoso da região cessa próximo ao equinócio de primavera, conhecido popularmente como o fim do Inverno Amazônico. (Op. cit. p. 59).

Desde 2021, o Prof. Jadson Porto (Universidade Federal do Amapá) vem registrando o posicionamento do Sol ao longo do ano, a fim de perceber o caminho executado pelo astro no horizonte, bem como na exposição da sombra do relógio de Sol. Seus registros são sempre feitos às 6:00 AM (Mosaico 2), na mesma posição, nos dias 21 de cada mês, na beira do rio Amazonas, no Complexo do Araxá e às 16:00 no Marco Zero do Equador (Mosaico 3), ambos na cidade de Macapá (CONFINS, 2021; WEISHAR, 2022).

¹ Para esta simbologia, segundo esses autores, a primeira letra maiúscula "A" "é consistente com clima tropical chuvoso: no mês mais frio, tomando-se por base a média climatológica de vários anos (normalmente 30 anos) (WMO, 1989), a temperatura é superior a 18ºC (clima megatérmico) e superúmido, com estação de inverno ausente (com relação à temperatura), forte precipitação anual, sendo esta superior à evapotranspiração potencial anual (MIRANDA; SANTOS, 2008; FABRES, 2009); SAMPAIO et al., 2011. A segunda letra, sendo minúscula "m" (se aplica apenas ao grupo de letra maiúscula "A"), significa clima de bosque tropical, apesar de existir uma curta estação seca, o que é entendido como clima de monção, com precipitação do mês mais seco inferior a 60 mm e total anual de precipitação acima de 1500 mm (VIANELLO; ALVES, 1991; SAMPAIO et al., 2011).



Mosaico 2 – Variação da posição do nascimento do Sol em dias de Solstícios e equinócio, em Macapá (Brasil).
Foto: Jadson Porto



Mosaico 3 - Posicionamento das sombras no Marco Zero em dias de Solstícios e equinócio em Macapá (Brasil).
Foto: Jadson Porto

SOMBREAMENTO NOS SOLSTÍCIOS E EQUINÓCIOS

De acordo com Moro et al. (2021), as sombras provenientes do entorno imediato são elementos fundamentais e determinantes para a conformação e planejamento para a conformação de espaços públicos adequados ao clima local. Se faz necessário compreender o impacto do sombreamento, especialmente em lugares com elevadas temperaturas, como é o caso da cidade de Macapá que se localiza na latitude zero graus.

O sombreamento deve bloquear a radiação solar e proporcionar conforto térmico ao usuário. Uma das principais estratégias de sombreamento é a utilização de arborização urbana, que tem um papel importante no bem-estar e na diminuição da temperatura, desde que seja utilizado a espécie correta. Para Macapá por exemplo, se faz necessário utilizar espécies que sejam perenes e possam proporcionar sombreamento.

As edificações do entorno influenciam também no comportamento do sombreamento, já que é composto por edificações de diversas alturas, ao lado do objeto de estudo existem edificações que chegam até 10 metros de altura.

Romero (2000) comenta que a maioria das cidades brasileiras estão acima dos 20 graus Celsius, e o sombreamento é de fato uma das principais estratégias de conforto térmico nas edificações e no meio urbano. Locais que proporcionem sombra são mais procurados entre os usuários, portanto, a presença de vegetação aliado ao correto uso de materiais criam espaços mais confortáveis termicamente.

ARQUITETURA ADAPTADA AO CLIMA E NORMAS BRASILEIROS

Pensar a arquitetura adaptada ao clima local é fundamental para a realização de projetos que proporcionem mais conforto aos usuários, para isso se faz necessário compreender alguns componentes que interferem no clima de uma dada região. Romero (2000), aborda as componentes ambientais dispostos pelo “sol, latitude, altitude, ventos, massas de terra e água, topografia, vegetação, solo, etc” e pela “temperatura do ar, umidade do ar, movimentos das massas de ar e precipitações” (Op. cit., p.01). A autora ainda complementa que:

O clima de uma dada região é determinado pelo padrão das variações dos vários elementos e suas combinações, destacando que os principais elementos climáticos que devem ser considerados no desenho dos edifícios e no conforto humano são: radiação solar, comprimento de onda da radiação, temperatura do ar, umidade, ventos e precipitações (ROMERO, 2000, p.01).

É interessante destacar que Romero (2000) traz uma abordagem interessante, dentro da polissemia do clima, em sua obra intitulada “Princípios Bioclimáticos para o Desenho Urbano”, em que tem como objetivo tratar o assunto na perspectiva das sensações do conforto humano, bem como os elementos que mais afetam o mesmo. A autora, aborda a configuração do clima em fatores climáticos globais, fatores climáticos locais e elementos climáticos e descreve que é essencial e indissociável estes elementos e fatores, para entender o clima, uma vez que eles atuam em conjunto, de maneira sistêmica.

Lembra-se de que cada um deles é o resultado da conjugação dos demais. A seguir no quadro 01, descreve-se cada um dos fatores climáticos globais, locais e elementos climáticos aplicados para a cidade de Macapá. Estes fatores globais condicionam, determinam e dão origem ao clima nos seus aspectos macro ou mais gerais (ROMERO, 2000) .

Fatores climáticos globais		
Variáveis	Conceito	Aplicados a cidade de Macapá
Radiação solar	De acordo com a plataforma PROJETEEE se faz necessário compreender a radiação solar para a implantação do edifício, na criação de aberturas e estratégias de sombreamento, que estão relacionadas com o estudo da trajetória do sol.	A maior quantidade de radiação global horizontal média mensal de acordo com a plataforma PROJETEEE é no mês de outubro com valor de 790.55 (Wh/m ²).
Latitude	Distância do Equador medida ao longo do meridiano de Greenwich.	0°2' 4"
Altitude	Distância ao meridiano de Greenwich medida ao longo do Equador.	12 metros
Ventos	De acordo com a plataforma PROJETEEE a ventilação favorece para a retirada do ar quente do ambiente.	Ventos predominantes do Nordeste
Massas de água e terra	-	Presença do Rio Amazonas.
Fatores climáticos locais		
Topografia	-	Predominante plano e sem declividade.
Vegetação	-	
Superfície	-	Construído.
Elementos Climáticos		
Temperatura	Conforme a plataforma PROJETEEE se faz necessário conhecer como se comporta a temperatura é o primeiro passo para um projeto bioclimático, pois ela vai determinar o tipo de envoltória, o tamanho das aberturas, os tipos de proteção, etc.	Temperatura média mensal mais elevada no mês de novembro 27.62 °C.
Umidade do ar	Em locais com umidade alta há desconforto térmico com sensação de abafamento e dificuldade de evaporação do suor e redução da temperatura corporal (PLATAFORMA PROJETEEE)	Maior umidade relativa no mês de junho com 89.22%.
Precipitações	A reutilização da água e os sistemas de captação de água pluvial são alternativas para enfrentar a carência do recurso (PROJETEEE)	Maiores precipitações no mês de maio com 435 mm.
Movimento do ar	De acordo com a plataforma PROJETEEE a ventilação favorece para a retirada do ar quente do ambiente.	Ventos predominantes do Nordeste

Quadro 1 - Configuração do clima da cidade de Macapá
Fonte: Autoria própria adapt. de Romero (2000).

Em um estudo que ocorreu na cidade Manacapuru, no estado do Amazonas, teve como objetivo avaliar o conforto térmico nas habitações ribeirinhas da com a finalidade de conferir melhores condições de conforto dos destes ambientes. Os resultados apontaram para percepção e preferência térmica com relação a ambientes mais frescos, no entanto observou-se estatisticamente que a aceitação climática dos moradores locais não corrobora com as respostas perceptivas. Embora houvesse contradições estatísticas, o trabalho pode ajudar em projeções e ideias de arquitetura sustentável para estes povos (CELUPPI, 2018).

É esse sentido que a arquitetura bioclimática vem trazer uma contribuição na qualidade de vida dos habitantes, tanto a nível macro, como nível local. A Arquitetura Bioclimática é considerada como a prática de construir coerentemente e de acordo com as condições climáticas ou naturais do local. Promove a recuperação e utilização dos recursos disponíveis de forma racional e bem planejada. Paralelamente, direciona-se à integração do espaço construído ao meio ambiente, de forma harmoniosa e com plena convicção de alterar o mínimo possível as condições naturais, garantindo a preservação dos ecossistemas existentes e evitando sua contaminação.

Entre suas principais características estão o conforto térmico, o uso de materiais inteligentes e um design adequado ao usuário. Essa arquitetura é conhecida por ter como principal alicerce, o aproveitamento do clima em benefício do próprio projeto (TRUJILLO, 2010; ZAMBRANO; CASTRO-MERO, 2020).

A arquitetura bioclimática está em processo de desenvolvimento que visa resgatar os valores arquitetônicos de proteção contra as severidades do clima exterior de acordo com o objetivo de consumo mínimo (a quase zero, se possível) (MANZANO-AGUGLIARO, et al., 2015). Durante estes tempos de crise ambiental e desenvolvimento urbano acelerado, parece lógico que os arquitetos pratiquem o design ecológico sustentável (ALRAOUF, 2021). Os ajustes bioclimáticos compreendem basicamente três direções: energia, saúde/bem-estar humano e sustentabilidade (Figura 06) (BREBBIA; PULSELLI, 2014).

É importante ressaltar que essa energia está conectada aos arranjos que poderão fornecer uma melhor disposição energética, trazendo economia ao ambiente construído, em relação à saúde e bem-estar, está conexo ao conforto térmico, que por muitas vezes, pode ser um estressor ao corpo humano, entre outros fatores, a sustentabilidade, liga todos estes aspectos, pois, está relacionada com melhoria da economia, bem como a potencialização qualidade social e ambiental (JASSEM, et al., 2021; MARTINS, et al., 2021). A intensa atividade de construção de edifícios, a necessidade de economizar energia e o estabelecimento de políticas de proteção ambiental indicam a necessidade de práticas de projeto de construção mais razoáveis.

Mas, para que as políticas públicas possam auxiliar nesse processo, é essencial que haja normativas e legislações que deem suporte, dito isso, a revisão das normas regulatórias brasileiras pode contribuir para fortalecer a qualidade das edificações, especialmente nos grandes centros urbanos, com enfoque nos conceitos bioclimáticos, como o conforto térmico e a eficiência energética. Salienta-se que em países, considerados desenvolvidos, que passaram a estudar e adotar medidas que regulamentassem o desempenho térmico-energético das edificações, principalmente em regiões de clima extremo, onde são altos os gastos energéticos para climatização dos ambientes, tais como Canadá, Hong-Kong, França, Jamaica, Japão, Kuwait, Nova Zelândia, entre outros, passaram a instituir e aprimorar seus regulamentos de desempenho térmico e energético (FERNANDES, 2009).

Em âmbito nacional, em 2009, foi aprovado o Regulamento Técnico de Qualidade para Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C), difundido pelo INMETRO/Eletrobrás. O RTQ-C constituiu novas metodologias de avaliação energética de edificações, no que tange o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), o mesmo, possui requisitos técnicos para classificação de edifícios de acordo com as diretrizes para cada uma das Zonas Bioclimáticas Brasileiras, definidas na norma de Desempenho Térmico (NBR 15.220), de 2003, que trata das diretrizes bioclimáticas específicas para o país.

Para Fernandes (2009) tais leis brasileiras são muito importantes, pois, engatinham e iniciam um processo de inserção do país no contexto internacional de avaliação das edificações em relação à eficiência energética e conforto térmico. Assim, podem aprimorar parâmetros para a adequação dos códigos de obras e projetos, pensando nas vertentes citadas acima: saúde, energia e sustentabilidade. Quando se insere o Brasil no debate da arquitetura bioclimática, deve-se levar em consideração a sua grande extensão, tendo diferentes características climáticas. Nesse sentido, os projetos de urbanização, bem como os à nível de paisagem local devem considerar as necessidades de cada uma das oito zonas bioclimáticas brasileiras (BILÉSIMO et al., 2018). A NBR-15.220:2005, determina as oito zonas bioclimáticas de cada Região (Figura 4).

Bilésimo et al. (2018) comentam que muitas pesquisas no Brasil que abordam respeito dos impactos da arquitetura bioclimática no conforto térmico e consumo de energia, concentram-se estudos nas zonas bioclimáticas 3 e 8. Alguns outros estudos apontam que as zonas 1 e 6 também tem grande evidência (INVIDIATA; GHISI, 2016; SILVA et al., 2016).

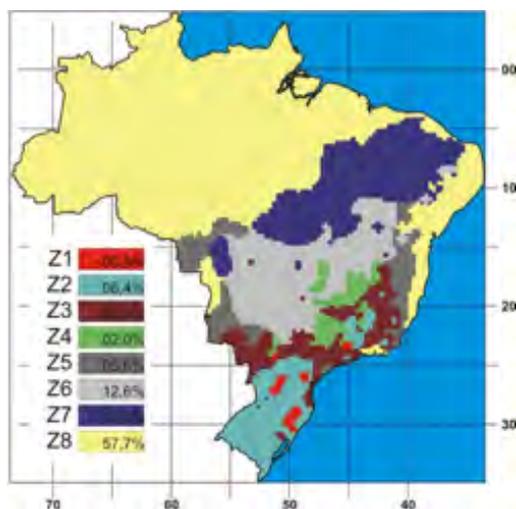


Figura 4. Zoneamento bioclimático brasileiro.
Fonte: NBR 15220-3:2005.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (2003) discorre que a avaliação do desempenho de qualquer edificação pode ser feita realizada tanto desde a fase de, podendo também ser executada após a edificação ter sido construída, nesse último caso a avaliação pode ser feita por meio de medições das variáveis representativas, como temperatura, umidade, etc. A avaliação na fase de projeto pode ser feita por verificação do cumprimento das diretrizes construtivas ou por simulação computacional (NBR-15.220).

Mesmo tendo esse campo de pesquisa, alguns autores salientam que existem limitações para ampliar o aperfeiçoamento da qualidade de conforto térmico, porque arquitetos não forneceram atenção suficiente à interação entre forma e energia e um foco bioclimático na arquitetura contemporânea. Por isso, muitos países em desenvolvimento são restritos por condições ambientais extremas, técnicas de construção desatualizadas e recursos financeiros escassos e, portanto, lutam para adotar tecnologias caras destinadas a alcançar ambientes interiores melhorados (COCH, 1998; KUMAR et al., 1998; MANZANO-AGUGLIARO et al., 2015).

É uma busca constante, especialmente para os países em ascensão. O importante é que haja uma ampliação, para os profissionais da área, de tais normas e de sua importância, na hora de projetar e avaliar o ambiente construído. Quando se trata de uma área pública urbana, mesmo que haja uma maior complexidade para tais avaliações, elas são primordiais para que tais espaços possam fornecer, os seus serviços socioambientais intrínsecos, à população (FERNANDES, 2009; BARBOSA, 2018). Para Barbosa (2018, p. 132),

O planejamento urbano adequado, que considera fatores climáticos e ambientais, entre outros aspectos humanos e sociais, é fundamental para o funcionamento das cidades. Ele norteia as diretrizes de geometria urbana com o intuito de promover uma ventilação natural eficiente, contribuir para a estabilidade de uma boa umidade relativa e uma apropriada temperatura do ar, gerando o conforto térmico, acústico e visual para os usuários, além de evitar o desperdício de energias não renováveis. Desse modo, possui um intenso impacto no microclima local, afetando o conforto e a qualidade do espaço dentro de uma cidade.

Destaca-se que não foi encontrado nenhuma pesquisa nesse sentido para o Largo dos Inocentes, em Macapá (AP). Aragão, et al. (2013) estudaram a arquitetura bioclimática em uma escola estadual da cidade, o estudo concluiu

que a implantação da construção no local e sua configuração física no ambiente escolar deveria se adaptar às características climáticas da região e o terreno onde ela pode ser construída.

É nessa perspectiva, de aprimorar dados e poder fornecer subsídios aos moradores transeuntes do Largo dos Inocentes, a partir de uma proposta de intervenção uma melhor qualidade ambiental, conforto térmico, etc. Sabendo-se que Macapá tem peculiaridades em suas projeções de iluminação solar, em especial, nos equinócios e solstícios. Ademais, pode incentivar novos estudos em Regionais que necessitam de uma maior atenção na arquitetura bioclimática.

ARQUITETURA E SOMBREAMENTOS NA REGIÃO EQUATORIAL – LATITUDE 0°

Para a arquitetura, realizar projetos arquitetônicos, urbanísticos ou paisagísticos em latitude zero, é totalmente diferenciada. Por estarmos em plena linha do Equador, a radiação solar é altamente elevada, necessitando optar por estratégias de sombreamento e de proteção em paredes e coberturas em todas as fachadas da edificação. O mesmo acontece com o meio urbano, se faz necessário pensar na arborização adequada, que seja perene e beneficie o bem-estar térmico do usuário o ano inteiro.

Outra influência das latitudes zero na linha do Equador está na reprodução e ciclo dos animais, a exemplo, em os búfalos podem se comportar como animais poliestrais estacionais ou poliestrais anuais, dependendo de quão distantes são criados em relação à linha do Equador. Nas regiões mais distantes da linha do Equador, no sentido norte ou sul, o búfalo do rio se comporta como um animal poliestral sazonal de dias curtos, apresentando interrupção da ciclicidade durante o verão, quando a luminosidade diária é maior. Contudo, nas regiões próximas ao Equador, as fêmeas bubalinas são animais de comportamento poliestral contínuo, ou seja, ciclam durante todo o ano (VALE; RIBEIRO, 2005).

Além disso, a passagem do sol e suas relações na Linha do Equador ocupa significados religiosos no calendário de diversas etnias indígenas no Brasil. No município de São Gabriel da Cachoeira, AM, que se localiza na Linha do Equador, indígenas dessa região verificam que perto do equinócio da primavera (setembro), as temperaturas são as mais elevadas, sendo um período de seca, e perto do equinócio do outono (março) as temperaturas são mais amenas, ficando abaixo da média, pois a chuva é mais intensa (BEDAQUE; BRETONES, 2020). Ou seja, estes processos naturais são muito importantes em várias áreas, inclusive para o planejamento de projetos arquitetônicos.

Em Goiânia, houve um estudo que buscou avaliação de sombreamento a partir dos processos de Equinócio e Solstício. A pesquisa demonstrou um potencial de uso em sua metodologia para sondagem de sombra como elementos da concepção e da linguagem arquitetônicas (FERNANDES, 2007). É relevante complementar que estudos sobre sombreamentos, construções, climas e entre outros fatores, são fundamentais próximo as regiões da Linha do Equador, uma vez que sua influência é ampla e afeta muitas variáveis, em especial as composições climáticas.

SOMBREAMENTO NA AMAZÔNIA: O CASO DO Lago DOS INOCENTES (MACAPÁ/AMAPÁ)

A Região Amazônica brasileira apresenta grande extensão territorial no país, abraçando grande diversidade de flora e fauna. A Amazônia Legal no Brasil compreende os Estados do: Amapá, Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, e Maranhão na sua porção a Oeste do Meridiano 44° (BRASIL, 2007).

Por vocação de suas localidades, esses Estados têm características próprias e únicas, desde os seus costumes as suas especificidades climáticas. De modo especial, o Estado do Amapá, a qual esse estudo aborda, tem particularidades únicas, e de modo afetivo "Amapá é o único estado do Brasil que se tornou brasileiro pela vontade

de ser brasileiro. Aqui a história se contorceu, houve enfrentamentos e sangue. Surgiram heróis e mártires” (SARNEY; COSTA, 2004, p.11)

Como retrata os escritores Sarney e Costa (2004, p.25):

Macapá é simples como uma bela moça morena dos tucujus. Espraia-se, plana, vigiando dia e noite o desaguar deste lado do Amazonas. Ela tem os ventos que vêm do grande mar oceano, brisa que lhe acaricia o corpo e os cabelos compridos. Macapá, moça morena de lábios de sol e olhos de chuva. É a capital dos vastos territórios que daqui só terminam nas barrancas do Oiapoque, passando por lagos, rios, campos, florestas, chapadas, riachos e montanhas. A paisagem humana de sua gente, no seu falar cantado, descendo e subindo sempre nos barcos, rio vai e rio vem, em demanda das Ilhas ou dos pequenos portos, povo ribeirinho que passa o tempo navegando. Amapá, Macapá, misto de ternura e bondade, gente boa, raça forte.

Nesse quase poético dizer percebe-se a beleza do lugar e sua excentricidade única. A palavra Amapá provém de origem indígena que significa “Lugar da Chuva”, originado de uma árvore brasileira chamada amapazeiro, por onde escorre um abundante leite branco: o leite de Amapá, muito conhecido na região e usado com finalidades medicinais (SALLES, 2013).

A sua capital, Macapá foi formada em torno de duas praças: São Sebastião (atualmente Praça Veiga Cabral), sob influência da Igreja de São José, e a de São José (atualmente praça Barão do Rio Branco), que acolheu o pelourinho da Vila de Macapá. Além disso, o monumento da Fortaleza de São José também marcou a ocupação do núcleo urbano, em que é possível perceber no mapa abaixo a distribuição do espaço no entorno da Igreja de São José e da Fortaleza às margens do rio Amazonas (Figura 5).



Figura 5 - Núcleo de formação inicial de Macapá.
Fonte: Lacerda (2017)

Os pontos principais da Vila de Macapá eram a Fortaleza de São José, inaugurada em 1782 e a Igreja de São José, em 1761, local onde localiza-se objeto desse estudo, o Largo dos Inocentes, importante para o processo de evolução para o futuro bairro central da cidade de Macapá. Reafirma-se em (TOSTES, 2012, p. 121) que "O núcleo de formação inicial definido pela Igreja de São José até a Fortaleza de Macapá foi pensado pelo paralelismo em relação ao Rio Amazonas".

Em 1943, Macapá é elevada de Vila à Território, por conseguinte percebe-se as modificações que a cidade passou ao longo do tempo, todavia, nota-se que apesar das modificações, as plantas do local mostram similaridade entre o século XVIII e XXI como a igreja, algumas quadras e a passagem denominada Rio Branco como pode-se observar na figura 6.

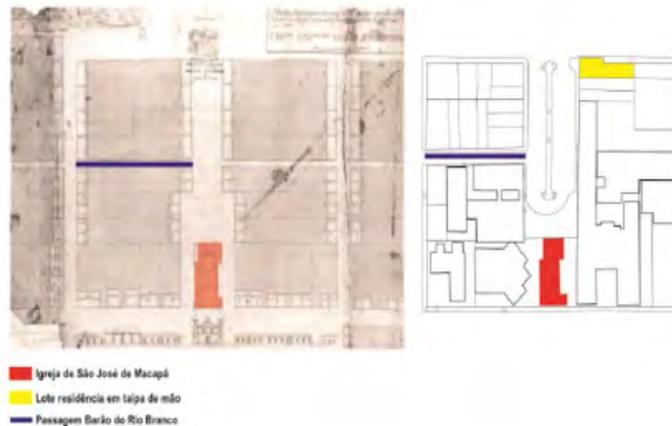


Figura 6- Similaridade entre as plantas do Largo dos Inocentes

Fonte: Lacerda (2017)

Silva (2013, p. 04) discorre em seu trabalho sobre a importância do Largo dos Inocentes para a memória amapaense:

Macapá era uma vila pacata onde na cidade a comunidade vivia principalmente da base de peixe e da farinha com a produção de Roças para a subsistência familiar sendo a principal moeda a troca de mercadorias entre as famílias. Observa-se que o "Largo dos Inocentes" é carregado de um valor histórico para a sociedade amapaense, pois o nascimento da vila de São José se fez presente naquela região congregando relações sociais, culturais, econômicas e políticas na antiga Macapá e mais ainda o forte sentimento arraigado na memória das pessoas que o mesmo tenha sido um cemitério onde foram sepultadas crianças.

De acordo com Silva (2013), na década de 1920 Macapá era uma vila com muitos problemas de infraestrutura e saneamento, em que o sistema de saúde era quase inexistente. Em 1943 ocorrem grandes mudanças quando Macapá é transformada em Território Federal, e em 1944 Janary Gentil Nunes é nomeado como governador, tendo como suas principais metas sanear, povoar e educar.

Em 1984, o Bairro Central foi criado pela Lei N° 207/84 da prefeitura Municipal de Macapá, nele está localizado o centro histórico da cidade e foi o primeiro bairro delimitado. Atualmente, ele encontra-se em uma área voltada mais ao comércio, com a presença também de residências. O bairro é considerado a "cidade velha" de Macapá, por ser um dos primeiros da cidade (LACERDA, 2017). A imagem abaixo mostra as delimitações atuais do Bairro Central (Figura 7).



Figura 7 - Delimitação Bairro Central.
Fonte: Lacerda (2017)

Logo após a criação do bairro central, em 1988, o Amapá é elevado de território para Estado. Esse acontecimento é um marco para os habitantes de Macapá, que passaram a receber maiores investimentos em infraestrutura, em especial o bairro central. Nesse contexto, o Largo dos Inocentes sofreu alterações no seu entorno até estar atualmente em uma zona quase sem edificações de sua época. O Largo é um espaço para acesso e estacionamento de veículos, no centro ele possui uma calçada com árvores e alguns bancos (figura 8).



Figura 8 - Largo dos Inocentes.
Fonte: Gláucia Araújo (2019).

Apesar de toda linha temporal pelo qual passou, o local encontra-se em estado de abandono e esquecido pelos habitantes da cidade. Dessa forma, percebe-se como esse espaço mudou e ficou descaracterizado, sendo fundamental a reabilitação pela sua importância histórica, cultural e por ser um dos primeiros pontos de referência para a formação da cidade.

Urge apontar que a cidade de Macapá, é a única capital brasileira cortada pela linha do equador, localizada na região mais quente e ensolarada do planeta (PASSOS, 2013). Macapá encontra-se no hemisfério setentrional e a sua menor no meridional, a região também é denominada de zona de convergência intertropical (ZCIT), o seja, os ventos sopram na terra de leste para oeste (ao contrário da rotação da Terra) e dos trópicos para o Equador. Isso torna a região bastante úmida, com seu clima classificado em tropical equatorial, ou super úmido, sofrendo intensamente o efeito da massa equatorial continental (quente e úmida) (PASSOS, 2013).

É importante apontar que em consequência da cidade de Macapá ser atravessada pela linha do equador as paisagens locais, climas e vegetações, obedecem às especificidades dessa linha imaginária. As condições locais são diretamente influenciadas pela linha do equador, os relevos, climas, ecologias locais, festividades, infraestrutura, e todo seu entorno.

Por esta na ZCIT, a cidade e conseqüentemente o Lago do Inocentes, recebe durante todo o ano uma grande quantidade de energia solar, conferindo o clima quente e úmido, com grande regime de precipitação e variações sazonais, que consiste em nebulosidade convectiva que dá a volta no globo. Isto é associado à confluência dos ventos alísios, à baixa pressão atmosférica à superfície na região do equador, às áreas de máxima temperatura da superfície do mar e à máxima convergência de umidade em baixos níveis da atmosfera (MELO, et al., 2009).

Próximo à costa do Estado do Amapá condições oceânicas e atmosféricas favorecem a formação de nuvens convectivas sobre o Oceano Atlântico Equatorial, as quais podem se propagar em direção à Amazônia pelo escoamento de leste. Assim, a região sofre muitas vezes anomalias nas médias climatológicas devido a eventos climáticos extremos, resultantes das variabilidades, a exemplo os fenômenos El Niño e La Niña (FEDOROVA; CARVALHO, 2006; SOUZA; CUNHA, 2010).

ANÁLISE DE SÍTIO – LARGO DOS INOCENTES

O local possui poucos mobiliários, contando apenas com alguns bancos, não há algo de fato que atraia as pessoas a permanecerem, sendo ocupado frequentemente por usuário de drogas, causando a sensação de insegurança pelos usuários que transitam pelo local.

O Largo possui pavimentação que na grande maioria é a pavimentação asfáltica na avenida, nas calçadas possui blocos moldados de concreto com juntas gramadas que na figura fazem a transição para a Igreja de São José, além de haver um canteiro gramado no local (Figura 9). O posteamento fica localizado no eixo central da via Mendonça Furtado e estes se encontram funcionando, entretanto nesse eixo também estão as árvores do Largo que podem atrapalhar a visão.

De acordo com o levantamento de campo, há duas paradas de ônibus na Rua Tiradentes que facilitam o acesso ao Largo dos Inocentes, também há uma parada na Rua São José que dá acesso aos usuários da Praça Veiga Cabral. Há uma homenagem a duas personagens locais em duas estátuas sentadas no banco da praça: o Prof. Munhoz e a Prof^a Zaide Soledade². Pode-se perceber também que o Largo necessita de manutenção no canteiro central de circulação de pedestres e paisagístico. Eventualmente há eventos culturais em seu espaço.

² Esta escultura feita pelo grupo Urucum, com os artistas Josaphat, Dekko Matos e J. Márcio. Este projeto foi fomentado pela Fundação Municipal de Cultura (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2021).



Figura 9 - Vista da Igreja de São José pelo Largo
 Fonte: Gláucia Araújo (2022)

A infraestrutura presente no shopping, como banheiros e lanchonetes é um apoio para os usuários do Largo. Vale ressaltar que na visita de campo, ele estava com odor fétido por causa de pessoas urinarem no local, além de cinzas e bitucas de cigarro, lixo no chão e garrafas de bebidas quebradas, dando a impressão de que o espaço é usado mais por adultos que consomem esses produtos retratados e que não têm cuidado e não valorizam o local.

O uso do solo do entorno dos objetos de estudos, indica de acordo com a figura 10 que a maioria dos usos é do setor comercial, depois do residencial, do setor misto, havendo alguns pontos com instituições. Também foram verificadas duas edificações voltadas à religião, uma está marcada em roxo e a outra é a Igreja de São José. Destaca-se também a Praça Veiga Cabral, importante para o centro histórico de Macapá.



Figura 10 - Mapa uso do solo do Largo dos Inocentes
 Fonte: Gláucia Araújo, (2020).

Em relação ao gabarito das edificações próximas ao local de estudo, percebe-se na figura 11 que predominam as edificações de um a três pavimentos, facilitando a ventilação natural, com exceções para quatro prédios de quatro a cinco pavimentos. Além disso, há terrenos sem uso próximos ao Largo, sendo preocupante, pois esses espaços ficam vulneráveis para invasões, uso de drogas e a prática de crimes, afetando também a segurança dos moradores dessa região.



Figura 11 - Mapa gabarito do Largo dos Inocentes
Fonte: Gláucia Araújo (2020)

Em relação ao relevo do Largo dos Inocentes, este não apresenta inclinações consideráveis, é plano e a calçada central é bem mais alta que a via, mas não necessita de escada para acessá-la. O solo é quase todo impermeabilizado na região de estudo, gerando maior carga térmica no local. A pavimentação do Largo é em blocos de concreto e juntas de terra na calçada central, como pode-se ver na figura 12, e ao redor é pavimento asfáltico e calçadas de cimento. Na passagem da Igreja até o Largo, a pavimentação é em blocos hexagonais de concreto.



Figura 12 - Mapa piso da área do Largo dos Inocentes
Fonte: Gláucia Araújo (2020).

Por fim, embora essas edificações sejam de no máximo 5 pavimentos, construídos a partir de 2000, esses influenciam na circulação dos ventos, por servirem de barreira ao Largo dos Inocentes, como também em seu sombreamento (Mosaico 4). Os registros do mosaico a seguir feitos nos dias de solstício de junho e Equinócio de setembro de 2022, à 9:00 AM.



Mosaico 4 - Sombreamento no Largo dos Inocentes.
 Autoras: Glaucia de Oliveira Araújo; Anneli Maricielo Cardenas Celis (2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Localizado próximo da linha do Equador, na cidade de Macapá (Brasil), o Largo dos Inocentes é um espaço histórico no Bairro Central desta cidade, cujos registros remontam ao século XVIII.

Os registros do sombreamento no Largo, em dias de solstícios e equinócio, bem evidenciados sobre a linha do Equador e observados no local de estudo foram percebidos pela primeira vez nesta pesquisa.

Por ser as primeiras reflexões sobre o sombreamento nesta parte histórica da cidade macapaense, onde as edificações mais altas de no máximo 5 pavimentos no entorno do espaço de estudo foram construídas a partir de 2004, devido às novas Plano Diretor Urbano de Macapá, há necessidade de análises mais aprimoradas na capital amapaense em outras variantes, tais como: conforto ambiental na área central de uma das poucas cidade no mundo localizada sobre a linha do Equador; circulação dos ventos e o urbanismo equatorial; variação térmica de uma possível ilha de calor ali estabelecida.

REFERENCIAS

- ALVES, F. R. J. O uso do planetário da UFG para o ensino das estações do ano: uma investigação sobre aprendizagem na Geografia. Goiânia: PPGeo/UFG, 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Goiás.
- ALRAOUF, Ali A. The new normal or the forgotten normal: contesting COVID-19 impact on contemporary architecture and urbanism. Archnet-IJAR: International Journal of Architectural Research, 2021.
- ANTUNES, N. Luz solar: sua importância e impacto no projeto arquitetônico. 2020. Disponível em: <<https://blog.instacasa.com.br/luz-solar-sua-importancia-e-impacto-no-projeto-arquitetonico/>> Acesso em: 10 jun. 2022.
- BARBOSA, A. N. P. Urbanismo bioclimático: efeitos do desenho urbano na sensação térmica. São Paulo: PPGAU/IAU/USP, 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade de São Paulo.
- BEDAQUE, P.; BRETONES, P. S. O Sol está sempre a pino ao meio-dia? Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 42, 2020. BILÉSIMO, T. L.; RAMPINELLI, G. A.; MARCELINO, R.. Modelagem e simulação do desempenho termoenergético de uma edificação com arquitetura bioclimática. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de Energia Solar-CBENS. 2018.
- BRASIL. Lei complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; dispõe sobre o Fundo de

Desenvolvimento da Amazônia – FDA; altera a Medida Provisória no 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar no 67, de 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

BREBBIA, C. A.; PULSELLI, R. (Ed.). *Eco-Architecture V: Harmonisation between architecture and nature*. Wit Press, 2014.

CELUPPI, M. C. *Arquitetura e percepção bioclimática em habitações ribeirinhas na Amazônia brasileira*. São Paulo. PPGAU/Mackenzie 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie,

CONFINS. Rubrique solstices et équinoxes, *Confins* [Online], 53 | 2021. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.43320>.

CLIMATE-DATA.ORG. *Clima Amapá (BRASIL)*. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/amapa/amapa-274627/>. Acesso em: 11/06/2022.

FEDOROVA, N.; CARVALHO, M. H. Processos sinóticos em anos de La Niña e de El Niño: nebulosidade convectiva nas regiões equatoriais e tropicais da América do Sul e oceanos adjacentes. *Revista Brasileira de Meteorologia*, v.21, n.1, p.1-14, 2006.

FERNANDES, A. M. C. P. *Arquitetura e sombreamento: parâmetros para a região climática de Goiânia*. Dissertação de Mestrado. UFRDS. 2007.

FERNANDES, J. T. *Código de Obras e Edificações do DF: inserção de conceitos bioclimáticos, conforto térmico e eficiência energética*. 2009.

FITCH, W. M. Towards defining the course of evolution: Minimum change for a specific tree topology. *Systematic Zoology*. 1971.

FROTA, A. B. *Manual de conforto térmico*. Studio Nobel, 2006.

FROTA, A. B.; SCHIFFER, S. R. *Manual de conforto térmico: arquitetura e urbanismo*. 5ª. Ed. São Paulo: Studio Nobel. 2001.

GALVIN, J. F. P. *An Introduction to the Meteorology and Climate of the Tropics*. Oxford: John Wiley & Sons, 2016.

IBGE. Instituto de Geografia e Estatística. *Cidades- Macapá*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/macapa.html>. Acesso em: 03/06/2022.

INVIDIATA, A.; GHISI, E. Impact of climate change on heating and cooling energy demand in houses in Brazil. *Energy and Buildings*, v. 130, p. 20-32, 2016.

JASSEM, S. ZAKARIA, Z.; AZMI, A. C. Sustainability balanced scorecard architecture and environmental performance outcomes: a systematic review. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 2021.

KUMAR, S.; SINHA, S.; KUMAR, N. Experimental investigation of solar chimney assisted bioclimatic architecture. *Energy conversion and management*, v. 39, n. 5-6, p. 441-444, 1998.

LACERDA, P. P. *Museu Comunitário: Proposta de Restauro e Reuso da residência de taipa do "Largo dos Inocentes"*. Macapá: CAU/Unifap, 2017. (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo).

MANZANO-AGUGLIARO, F., et al. Review of bioclimatic architecture strategies for achieving thermal comfort. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, v. 49, p. 736-755, 2015.

MARTINS, N.; DOMINIQUE-FERREIRA, S.; PINHEIRO, C. Bridging tourism, architecture, and sustainability: Design and development of an app for contemporary architecture built in Portugal. *Journal of Global Scholars of Marketing Science*, p. 1-18, 2021.

MELO, L. Macapá recebe duas esculturas: professor Munhoz e professora Zaide estão no Largo dos Inocentes. *Diário do Amapá*. Caderno Nota 10, 2021.

MELO, A. B. C.; CAVALCANTI, I. F. A.; SOUZA, P. F. Zona de Convergência Intertropical do Atlântico. In: CAVALCANTI, Iracema F.A. et al.(orgs.). *Tempo e clima no Brasil*. São Paulo: Oficina de Textos, p.25-42. 2009.

MILONE, A. C. *Astronomia no dia a dia*. São José dos Campos: INPE, 2003.

MIRANDA, C. S. *Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém-Pará, 2006.

- MIRANDA, R. A. C.; SANTOS, A. S. Balanço Hídrico e classificação climática de Thornthwaite em Duas Barras (RJ). *Geo UERJ*, v. 1, n. 18, p. 165-176, 2008.
- MOREIRA, G. Requalificação Urbana - Alguns Conceitos Básicos. *ARTiTEXTOS05 Urbanismo*, Lisboa, p. 117-129, dezembro 2007.
- NAKATA, C. M. Comportamento do pedestre e ambiente térmico urbano. Dissertação de Mestrado. UNESP. Bauru/São Paulo. 2010.
- NBR. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 15220 -Desempenho térmico de edificações. 2003.
- OLIVEIRA FILHO, K. S.; SARAIVA, M. F. O. Movimento Anual do Sol e as Estações do Ano. 2012. Disponível em: < <http://astro.if.ufrgs.br/tempo/mas.htm>> Acesso em: 14 jun. 2022.
- ROMERO, M. A. B. Princípios bioclimáticos para o desenho urbano. São Paulo: ProEditores, 2000.
- SAMPAIO, M.; et al. Uso de Sistema de Informação Geográfica para comparar a classificação climática de Koppen-Geiger e de Thornthwaite. In: Anais do XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, 2011. p.8857 - 8864. Disponível em: <http://docplayer.com.br/12722094-Uso-de-sistema-de-informacao-geografica-para-comparar-a-classificacao-climatica-de-koppen-geiger-e-de-thornthwaite.html>.
- SARNEY, J. COSTA, P. Amapá: a Terra Onde o Brasil Começa. Edições do Senado Federal. v. 35. 2004.
- SILVA, A. C. D., et al. Caracterização hidrográfica da plataforma continental do maranhão a partir de dados oceanográficos medidos, remotos e modelados. *Revista Brasileira de Geofísica*, v. 25, n. 3, p. 281–293, 2007.
- SILVA, A. S.; ALMEIDA, L. S. S.; GHISI, E. Decision-making process for improving thermal and energy performance of residential buildings: A case study of constructive systems in Brazil. *Energy and Buildings*, v. 128, p. 270-286, 2016.
- SILVA, S. G. O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios, 9, Macapá: UNIFAP. Anais da IX Semana de História - Silêncio sobre o "Largo dos Inocentes": modernização e esquecimento em Macapá, 2013.
- SITOIE, C. L. Solstícios e equinócios como sombras de produção da vida. *Geosul*, n. 33, v.69, p. 210-227, 2018.
- SOUZA, E. B.; CUNHA, A. C. D. Climatologia de precipitação no Amapá e mecanismos climáticos de grande escala. *Tempo, clima e recursos hídricos: Resultados do Projeto REMETAP no Estado do Amapá*, 2010. SOUZA, E. B., et al. Precipitação sazonal sobre a Amazônia Oriental no Período Chuvoso: Observações e Simulações Regionais com o REGCM3. *Revista Brasileira de Meteorologia*, v.24, n.2, p.111-124, 2009.
- TOSTES, J. A. Além da Linha do Tempo. João Pessoa: Sal da Terra, 2012. 290 p.
- TROGELLO, A. G. Objetos de aprendizagem: uma sequência didática para o ensino de astronomia. Ponta Grossa: PPGET/UFTPR, 2013. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Tecnologia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- TRUJILLO, P., et al. Arquitetura bioclimática e planejamento urbano: presente e futuro para o habitat do homem contemporâneo. *Rev Scientia Et Technica*, 2010.
- TUAN, Y. F. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- VALE, W. G.; RIBEIRO, H. F. L. Características reprodutivas dos bubalinos: puberdade, ciclo estral, involução uterina e atividade ovariana no pós-parto. *Revista Brasileira de Reprodução Animal*, n. 29, p.63-73, 2005.
- VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. *Meteorologia Básica e Aplicações*. Viçosa: Editora UFV, 1991.
- VILHENA, J. E. S.; SILVA, R. B.; FREITAS, J. L. Climatologia do Amapá Quase um século de história. Rio de Janeiro: Gamma, 2018.
- ZAMBRANO, G. D. C.; CASTRO-MERO, J. L. *Arquitectura bioclimática*. *Polo del Conocimiento*, v. 5, n. 3, p. 751-779, 2020.
- WEISHAR, C. Solstice de juin en France, en Inde et au Brésil. *Confins [Online]*, 55 | 2022. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.46762>.
- WMO. Updated 30-year reference period reflects changing climate. 1989. Disponível em: <https://public.wmo.int/en/media/news/updated-30-year-reference-period-reflects-changing-climate>. Acesso em: 10/07/2022.

O MERCADO IMOBILIÁRIO POR LOTEAMENTOS FECHADOS COMO IMPULSOR DA DISPERSÃO URBANA EM MACAPÁ, AMAPÁ*

Katrícia Milena Almeida Corrêa

Gisela Cunha Viana Leonelli

doi: 10.51324/54180221.3

INTRODUÇÃO

Com a urbanização de grande parte das cidades latino-americanas, a realidade urbana brasileira também passou a seguir um modelo de urbanização dispersa (BRUEGMANN, 2010; MONCLÚS; DEMATTEIS, 1998; REIS, 2006; BAZOLLI, 2012). Neste contexto, este modelo é cada vez mais observado também em cidades médias brasileiras por conta das características que estão atreladas a esse padrão de urbanização. Desse modo, é possível observar que são diversos os agentes que influenciam o surgimento deste modelo de urbanização dos quais, destaca-se aqui, o mercado imobiliário.

Na região amazônica também é possível observar um aumento significativo de cidades que vão se estruturando como dispersas e, no caso de Macapá, Amapá, este fenômeno é bastante evidente nos últimos anos. Dessa forma, o objetivo principal deste estudo é caracterizar como os empreendimentos horizontais fechados contribuem para a dispersão urbana em Macapá.

Para tanto, esta pesquisa surge no intuito de contribuir empiricamente com os estudos sobre a dispersão urbana na Amazônia e, especificamente, no Amapá, uma vez que temos poucos estudos sobre a escala intra-urbana, dispersão urbana, e produção imobiliária desenvolvidos e publicados. Nesta ótica as pesquisas de Santos (2016) e Silva (2017) proporcionaram uma base de informações importantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

No que tange ao método, esta pesquisa delimitará um estudo sobre os loteamentos horizontais fechados em Macapá a partir dos Estudos de Santos (2016) e Silva (2017). Posteriormente, será feito um Levantamento dos loteamentos e suas características (Apêndice A) cujas informações serão especializadas em mapas para possibilitar a observação dos padrões de urbanização desses empreendimentos e como eles corroboram para o surgimento de um padrão de urbanização dispersa.

O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro capítulo traz as discussões teóricas sobre a urbanização dispersa no Brasil contemporâneo em contraste às reflexões sobre a Lei 6.766/79; segundo capítulo, por sua vez, apresenta brevemente os momentos que contribuíram para a expansão urbana em Macapá, enquanto capital do Território Federal e posteriormente como capital do Amapá. O último capítulo traz a análise feita sobre os loteamentos horizontais fechados ao longo de três eixos de dispersão urbana.

A URBANIZAÇÃO DISPERSA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E A LEI 6.766/79

De acordo com Bruegmann (2010) o fenômeno da dispersão urbana pode ser entendido como um crescimento urbano de baixa densidade que dissemina o tecido urbano da cidade, sendo carente de um planejamento público

* Trabalho desenvolvido em 2021 na disciplina AQ107C Expansão Urbana, do Programa de Pós-graduação Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Professora Dra. Gisela Cunha Viana Leonelli.

territorial sistemático que envolva a escala regional. Ainda segundo o autor, tal fenômeno é impulsionado por um consumo ostensivo e elitista em relação às opções de vida e de habitação, cujos moradores não são conscientes que contribuem para a formação de bairros que compõem a cidade dispersa.

Na visão de Monclús e Dematteis (1998), os processos de suburbanização e a eventual dissolução da cidade compacta tradicional resultam no surgimento de uma cidade cada vez mais dispersa e fragmentada. Esse processo modifica a dimensão ambiental, pois ocupa o solo indiscriminadamente e, ao mesmo tempo, promove a destruição dos sistemas naturais inerentes a eles. Segundo os autores, o predomínio de áreas residenciais com baixa densidade é apoiado por infraestruturas viárias que, em conjunto, favorecem o crescimento do fenômeno da dispersão suburbana.

Reis (2006) afirma que quando nos referimos ao processo de dispersão urbana, ou seja, às áreas urbanas dispersas, estamos associando esse processo a duas escalas: metropolitana e intra-urbana. Assim, a escala metropolitana diz respeito às áreas metropolitanas, ao passo que a escala intra-urbana diz respeito ao tecido urbano, diante das relações físicas e jurídicas entre espaços públicos e privados, apropriações, usos e transformações desses espaços. Esta última é a escala utilizada para análise do estudo de caso desta pesquisa.

Maricato (2014, p. 186) afirma que “os loteamentos fechados que se multiplicam nos arredores das grandes cidades são ilegais, já que o parcelamento da terra nua é regido pela Lei Federal 6.766/79 (de Parcelamento do Solo Urbano), e não pela que rege os condomínios, a Lei 4.591/64”. Neste contexto, a Lei 6.766/79, conhecida como Lei Lehman, disciplina “o processo de subdivisão do solo urbano bem com a regulação da transferência deste como propriedade (LEONELLI, 2013, p.1)”.

Leonelli (2013) discute sobre os resultados decorrentes da não aplicação da Lei Federal 6.766/79 e afirma que as cidades passam a ser categorizadas em cidades que parcelam, por meio de lotes, e em cidades que constroem, todavia, ambas carregam, caoticamente, os resultados de uma urbanização ilegal e contraditória que inviabiliza potencialmente o direito à cidade.

Para Rolnik (2015) existe um modelo de “integração pelo consumo”, que desconsidera as leis e processos de planejamento participativo, sobrepondo-se às leis urbanísticas. A autora diz que há um descolamento entre o plano diretor e os grandes investimentos vigentes e aqueles que estão prestes a serem implantados no território, tal fato contribui para o surgimento de uma cidade que é controlada pelo mercado imobiliário e que contribui para o surgimento de uma cidade dispersa. Cabe destacar que o poder público também colabora com o processo de dispersão urbana, uma vez que altera os padrões urbanísticos, como a flexibilização do zoneamento e do perímetro urbano, para atender os desejos e as pressões do mercado imobiliário.

No que diz respeito à experiência do estado do Amapá, verifica-se que a sua rede urbana do ainda é muito tímida em relação as redes de outros estados que compõem a região amazônica, como Amazonas e Pará, por exemplo, que têm Manaus e Belém como metrópoles, exercendo uma importante função para as outras cidades.

Macapá juntamente com o município de Santana representam um aglomerado urbano de função importante para a Amazônia setentrional brasileira, dispendo de uma estrutura altamente urbana concentrada, inclusive em termos populacionais, com uma economia integrada, pela oferta de bens e serviços para o Amapá e regiões próximas, como a Ilha de Marajó (Pará). Excetuando os dois municípios, “o restante do estado apresenta um perfil marcado por pequenas cidades” (AMARAL, MELO, 2013, p. 29).

A importância que as cidades de Macapá e Santana têm para todo o estado do Amapá é significativa e, com isso, os agentes imobiliários veem esses territórios como vantajosos financeiramente para os objetivos do mercado imobiliário a

partir da renda da terra. Logo, o surgimento de loteamentos fechados é a vertente que mais se dissemina ao longo do perímetro urbano dos municípios, atraindo moradores cuja renda seja possível de se adquirir um lote em um dos empreendimentos implantados.

A seguir, será apresentado o panorama de expansão urbana de Macapá, cidade que será utilizada como estudo de caso para caracterizar e analisar os eixos de produção imobiliária, a partir de loteamentos horizontais fechados na capital.

A EXPANSÃO URBANA EM MACAPÁ E O MERCADO IMOBILIÁRIO

Silva (2017) destaca os dois momentos relevantes que promoveram a expansão e as transformações urbanas em Macapá (Figura 1), quais sejam: o período que inicia em 1943, com a criação do Território Federal do Amapá e a implantação de grandes projetos naquele território em 1964; e outro a partir da estadualização do Amapá em 1988 (PORTO, 2002).

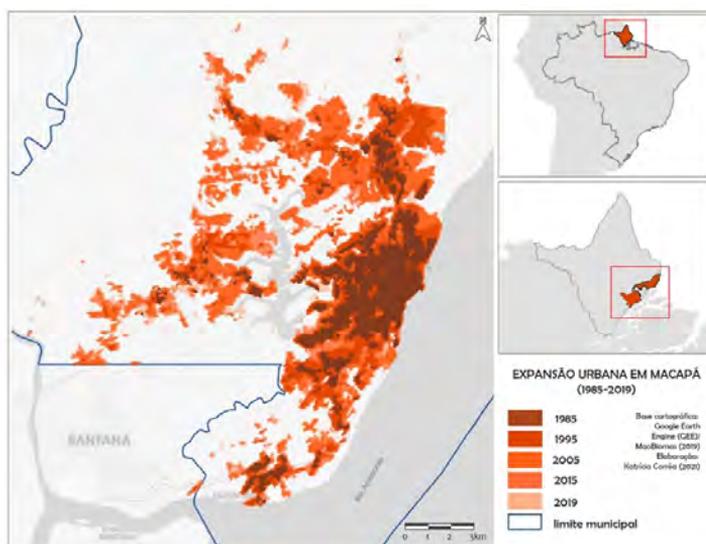


Figura 1 – Expansão urbana em Macapá (1985-2019).
Fonte: Elaborado por Katrícia Corrêa (2021).

No primeiro período, o governo territorial em parceria com o governo federal elaborou uma série de ações, inclusive reformas urbanas no centro de Macapá, incentivando também a ocupação do território por meio da criação de colônias agrícolas, impactando no aumento da população de Macapá e no reordenamento da ocupação da área central da cidade.

Após 1964, o governo federal priorizou a implantação dos grandes projetos no intuito de incentivar a migração e consequente ocupação da Amazônia. Nos dois momentos, objetivou-se superar o contexto da Amazônia como um vazio demográfico e que seus recursos deveriam ser explorados (TRINDADE-JUNIOR, 2011). Ambos os períodos geraram novas funções urbanas que influenciaram no crescimento da população, sendo um primeiro passo para a expansão urbana em Macapá.

Com a estadualização do Amapá, após a Constituição Federal de 1988, observou-se uma série de transformações urbanas em contraste àquelas verificadas no período do Território Federal, incluindo, principalmente, a difusão de eixos

viários, mudança no padrão construtivo das edificações para alvenaria e surgimento de corredores comerciais e áreas residenciais que, em conjunto, contribuíram para os primeiros passos de uma cidade dispersa.

Desde 1990, contudo, foi possível observar o início da atuação do setor imobiliário em Macapá (Figura 2), sendo o primeiro deles um loteamento horizontal, que desde a sua origem, já se fixou entre muros. Assim, hoje observa-se que uma disseminação de loteamentos horizontais privados ao longo dos principais eixos rodoviários em Macapá.

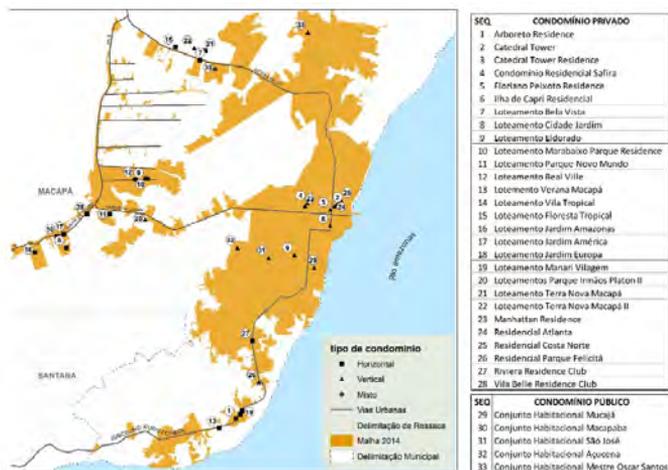


Figura 2 – Empreendimentos imobiliários em Macapá (2017).
Fonte: Silva (2017).

No capítulo seguinte serão analisados os três eixos imobiliários relativos aos empreendimentos residenciais horizontais fechados em Macapá, quais sejam: eixo sul, oeste e norte, destacando suas características e sua relação com o tecido urbano da cidade.

O AVANÇO DOS LOTEAMENTOS HORIZONTAIS FECHADOS EM MACAPÁ COMO VETOR DA EXPANSÃO URBANA

É possível observar que em Macapá os empreendimentos imobiliários horizontais, que iniciaram na década de 1990, seguem os vetores de expansão urbana, sendo Eixo Norte, Eixo Sul e Eixo Oeste, conforme apresentado nos estudos de Santos (2016) e Silva (2017). Tais vetores são compostos pelos principais eixos viários do município, cada um apresentando algumas características específicas em sua expansão e estruturação urbana, embora possam se assemelhar em termos de morfologia urbana, favorecendo a consolidação de um modelo de urbanização dispersa.

EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS NO EIXO SUL

No primeiro eixo a ser analisado, o Eixo Sul é possível observar que a Rodovia Josmar Chaves Pinto, antiga Rod. Juscelino Kubitschek, representa o principal eixo viário da referida zona e é ao longo dele que os loteamentos horizontais fechados vão se espacializando até um distrito chamado Fazendinha e, conseqüentemente, corroborando para ampliação da mancha urbana da cidade e consolidação da conurbação com o município de Santana, que é vizinho à capital.

O eixo Sul (Figura 3) é caracterizado por conter ao longo da Rodovia Josmar Chaves Pinto instituições públicas e privadas (faculdades, instituições de pesquisa, parques), bem como comércio e serviços variados (shopping center, supermercados, farmácias entre outros. Antes do surgimento dos loteamentos, as áreas ao longo do eixo eram caracterizadas por serem clubes de recreação e eventos que ocorriam aos finais de semana na cidade.

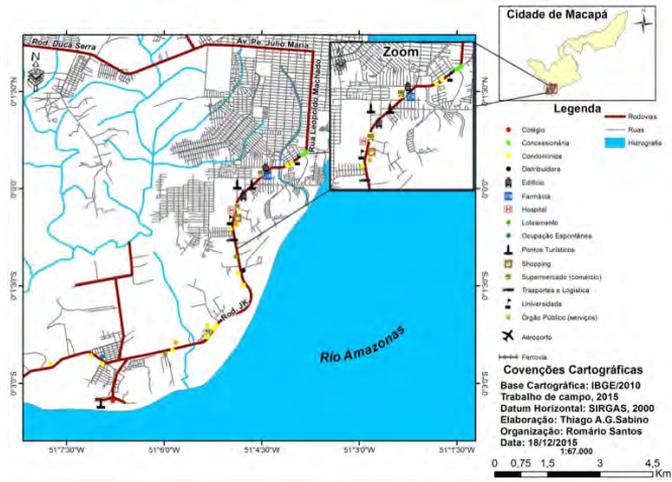


Figura 3 - Caracterização do eixo sul em Macapá.
 Fonte: Santos (2016).

A figura 4 ilustra a localização dos 12 loteamentos horizontais fechados ou privados que compõem o Eixo Sul Imobiliário em Macapá. Este eixo é representado pela Rodovia Josmar Chaves Pinto, principal rodovia que se conecta ao município de Santana. Os loteamentos neste eixo iniciaram na década de 1990 e avançaram até 2014 e pode-se observar que partiram da área central se dispersando ao longo dessa Rodovia.



Figura 4 - Loteamentos horizontais fechados do eixo sul em Macapá.
 Fonte: Elaborado por Katrícia Corrêa (2021).

Foi no eixo Sul que surgiu o primeiro loteamento horizontal fechado em Macapá, o San Marino Residence, construído para atender um grupo de servidores públicos que vieram para atuar em Macapá logo após a estadualização do Amapá. Dispondo de 42 lotes, o loteamento San Marino apresenta uma área bastante reduzida em comparação aos loteamentos fechados recentes implantados na cidade.

É possível observar também que a disposição dos loteamentos horizontais ao longo da Rodovia Josmar Chaves Pinto favorece o processo de conurbação urbana com o município de Santana (segundo maior do Amapá), uma vez que a rodovia é o trecho que se conecta mais próximo à área central da cidade. Com isso, torna-se vantajoso para os loteadores, já que conseguem alcançar estrategicamente possíveis compradores de lotes de ambos os municípios: Macapá e Santana.

Além disso, pode-se perceber que a existência de um *shopping center* na zona sul é um dos principais atrativos para o público-alvo que adquire ou reside em um desses loteamentos. Observa-se também a presença de supermercados tipo atacado que são frequentados pelos moradores desse eixo imobiliário e adjacências.

Com relação à oferta de unidades a serem loteadas, o gráfico 1 mostra o panorama da quantidade de lotes por loteamento horizontal fechado. Nele, observa-se que os primeiros loteamentos de Macapá, entre os anos de 1990 até 2007 ofertaram entre 32 a 62 lotes ou unidades, ao passo que entre 2008 a 2014 a oferta de lotes aumentou entre 104 a 476 lotes, sendo este último quantitativo ofertado pelo Loteamento Verana, em 2013.

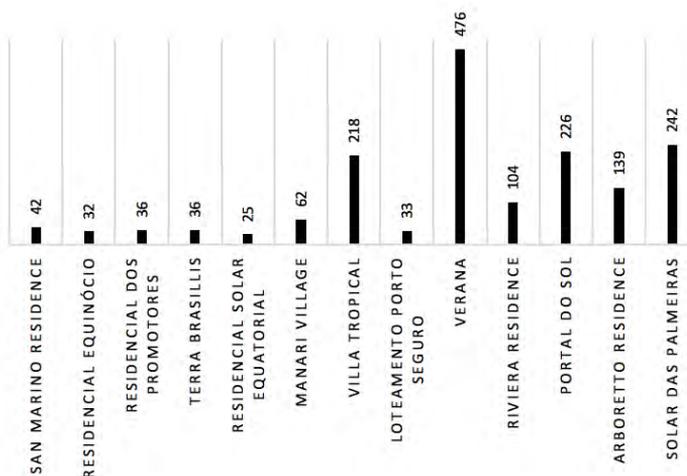


Gráfico 1 - Oferta de lotes no Eixo Sul de Macapá.
Fonte: Elaborado por Katrícia Corrêa (2021)

A figura 5 ilustra a forma como um dos loteamentos se especializa no eixo sul e, por consequência, no território da cidade, evidenciando um avanço que adentra ou invade áreas com características ambientais de preservação e áreas úmidas (áreas de ressaca). A questão do desmatamento dessas áreas é muito evidente ao longo da implantação de grande parte dos loteamentos que compõem o eixo imobiliário sul de Macapá. Logo, é possível observar uma relação entre o número de oferta de lotes com o grau de invasão dessas áreas, uma vez que a área urbana de Macapá foi consolidada, em grande parte, sob as áreas úmidas.



Figura 5 - Loteamento Verana avançando para áreas úmidas e rio Amazonas.
Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá (2020).

Outro ponto que merece destaque neste estudo, é a privatização do espaço nesses loteamentos, favorecendo a disseminação de trechos cada vez mais murados e fechados ao longo do referido eixo (Figura 6). O fato, que é contrário ao que dispõe a Lei n. 6766/79, evidencia o caráter de atender um público específico, gerando a dispersão urbana ao mesmo tempo que contribui para a segregação socioespacial em Macapá.



Mosaico 1 - Loteamentos fechados no eixo sul de Macapá.
Fonte: Silva (2017).

EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS NO EIXO OESTE

No segundo eixo a ser analisado, o Eixo Oeste verifica-se que a Rodovia Duca Serra representa o principal eixo viário da referida zona e é acompanhando esse eixo que os loteamentos horizontais fechados vão sendo implantados até um distrito chamado Coração e, portanto, contribuindo para o avanço da mancha urbana de Macapá, favorecendo, assim como verificado no eixo Sul, o processo de conurbação com o município vizinho, Santana.

O eixo Oeste (Figura 6) é caracterizado por reunir ao longo da Rodovia Duca Serra, instituições públicas e privadas (área militar, órgãos públicos, faculdades), bem como comércio e serviços variados (supermercado, concessionárias de veículos entre outros). Anteriormente ao surgimento dos loteamentos, as áreas ao longo do eixo eram caracterizadas por serem chácaras com extensos terrenos e algumas áreas que eram clubes, onde ocorriam eventos durante os finais de semana na cidade, seguindo os mesmos moldes do eixo Sul.

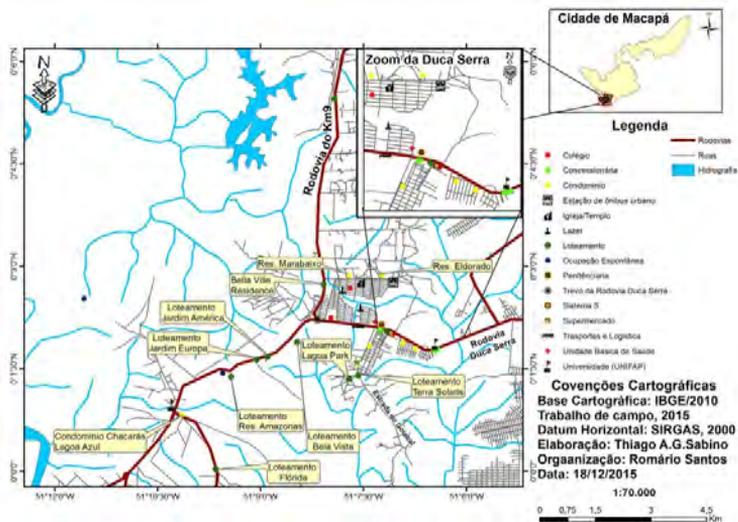


Figura 6 - Caracterização do eixo oeste em Macapá.
Fonte: Santos (2016).

O mapa a seguir (Figura 7) apresenta a localização dos 16 loteamentos horizontais fechados ou privados que formam o imobiliário Eixo Oeste ao longo do perímetro urbano de Macapá. Percebe-se um total de 16 loteamentos horizontais fechados dispostos ao longo da Rodovia Duca Serra, segunda principal rodovia que também se conecta ao município de Santana. Cabe destacar que, os loteamentos neste eixo iniciaram a partir dos anos 2000, sendo possível notar que até o ano de 2016 ainda temos a implantação desse tipo de empreendimento na área, cuja maioria está implantada nas áreas adjacentes à referida rodovia.

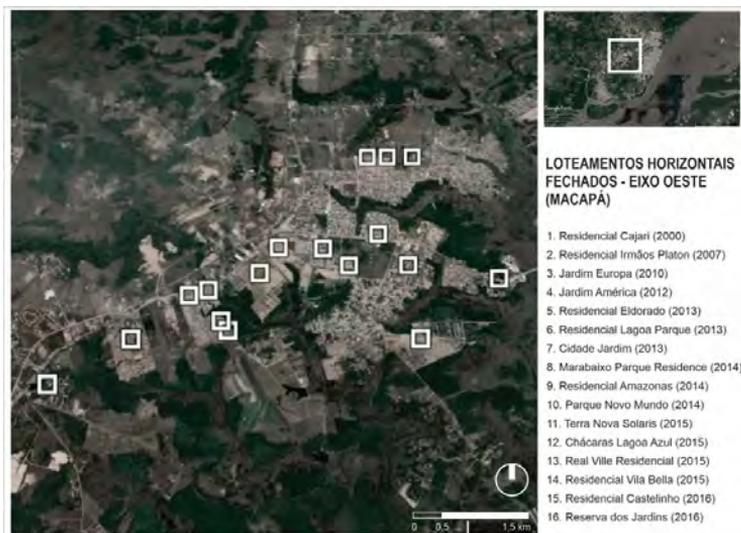


Figura 7 - Loteamentos horizontais fechados do eixo Oeste em Macapá.
Fonte: Elaborado por Katrícia Corrêa (2021).

O primeiro loteamento horizontal fechado surgido no eixo Oeste foi o Residencial Cajari, nos anos 2000. Esse empreendimento também foi construído para atender um grupo seletivo de servidores públicos que se deslocaram de outras regiões para trabalhar em Macapá, logo após a criação do estado do Amapá. O empreendimento dispunha de 28 lotes em uma área bastante reduzida em comparação aos loteamentos fechados recentes implantados em Macapá.

Observa-se também que a disposição dos loteamentos horizontais ao longo da Rodovia Duca Serra favorece o processo de conurbação urbana com o município de Santana, assim como verificado no eixo Sul, já que a rodovia é importante meio para se chegar às instituições de ambos os municípios, sendo muito estratégico para os loteadores que respaldam a escolha de seus loteamentos pelo caráter que viabilizar que seus moradores consigam acessar os referidos municípios em um curto tempo de deslocamento.

Além disso, pode-se notar que a existência de duas instituições de ensino superior ao longo do trecho é um dos principais atrativos para o público-alvo que adquire ou reside nesses loteamentos. Observa-se também a presença de concessionárias e serviços de manutenção de veículos atraem os moradores desse eixo imobiliário e adjacências.

Quanto à oferta de lotes, o gráfico 2 mostra o panorama da quantidade de lotes por loteamento horizontal fechado. Na figura, nota-se que somente o primeiro loteamento do eixo Oeste, o Residencial Cajari (2000) ofertou 28 unidades, e que houve um avanço bastante expressivo dessas unidades ofertadas pelos empreendimentos mais recentes, com destaque para o empreendimento Terra Nova Solaris, com 2.571 lotes, no ano de 2015.

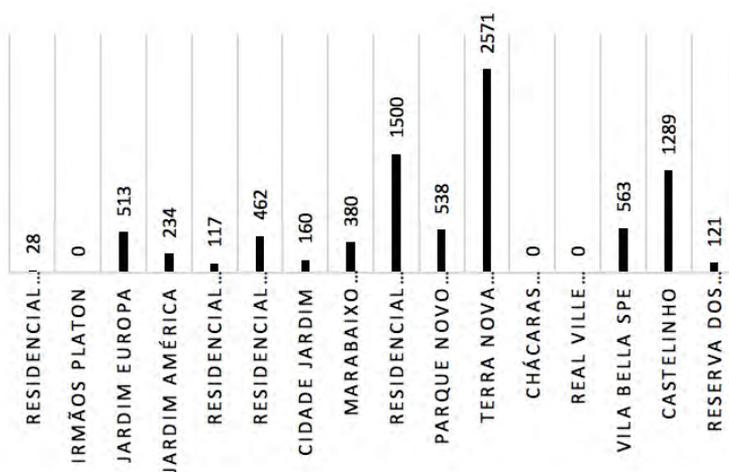


Gráfico 2 - Oferta de lotes no Eixo Oeste de Macapá.
Fonte: Elaborado por Katrícia Corrêa (2021).

No que tange aos padrões de ocupação dos loteamentos estudados neste eixo, verifica-se que a maior parte dos empreendimentos apresentam características semelhantes de ocupação (padrões metropolitanos), exceto para o Loteamento Chácaras Lagoa Azul, que apresenta um traçado bem mais orgânico, e tem como intuito atender grupos com poder aquisitivo bastante elevado para adquirir um lote e construir chácaras de luxo (Figuras 8 e 9).



Mosaico 2 - Padrão e traçado de um loteamento no Eixo Oeste de Macapá.
 Fonte: Lupa Construções (2017); Prefeitura Municipal de Macapá (2020).

A figura 8 ilustra a forma como dois dos loteamentos se especializa no eixo oeste e, conseqüentemente, no território da cidade, evidenciando novamente uma invasão de áreas com características ambientais de preservação e áreas úmidas (áreas de ressaca). Para tanto, observa-se que a totalidade dos loteamentos se ergue sob as áreas úmidas.



Figura 8 - Loteamentos do eixo Oeste localizados sob áreas úmidas em Macapá.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá (2020).

É recorrente o caráter de privatização do espaço nesses empreendimentos ao longo do referido eixo (Mosaico 3), contrariando a Lei n. 6766/79, no intuito de atender um público-alvo, de alto poder aquisitivo, como notado no eixo sul.



Mosaico 3 - Loteamentos fechados no eixo oeste de Macapá.
 Fonte: <https://www.campainha.com.br/loteamentos--macapa-ap> (2019).

EMPREENDIMIENTOS IMOBILIÁRIOS NO EIXO NORTE

No último eixo a ser analisado, o Eixo Norte verifica-se que a BR-2010 (Figura 9) representa o principal eixo viário da referida zona e é acompanhando esse eixo que os loteamentos horizontais fechados vão sendo implantados, mostrando um avanço para a BR-156, associando o fato ao avanço da mancha urbana de Macapá, como verificado nos eixos Sul e Oeste. Esse eixo é caracterizado por conter ao longo da BR-210 uma quantidade elevada de instituições

públicas e privadas (órgãos públicos, instituições militares e de ensino), bem como comércio e serviços variados (supermercados, farmácias entre outros). Antes do surgimento dos loteamentos, as áreas ao longo do eixo também eram caracterizadas por serem clubes de recreação e eventos que ocorriam aos finais de semana na cidade.

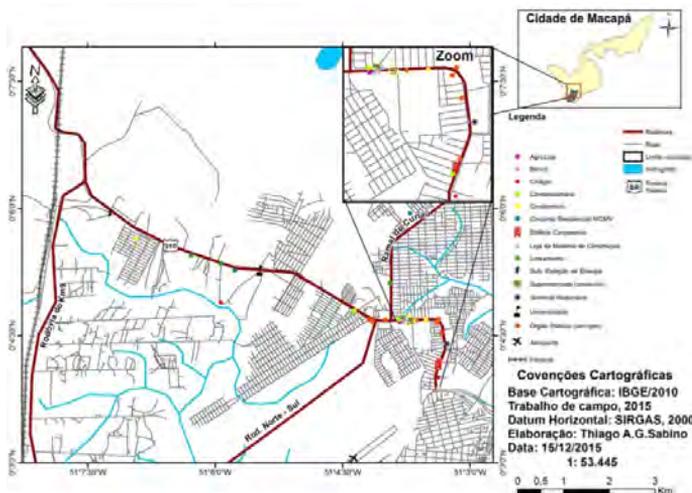


Figura O9 - Caracterização do eixo Norte em Macapá.
 Fonte: Santos (2016).

Quanto à localização dos 7 loteamentos horizontais fechados ou privados que compõem o Eixo imobiliário Norte em Macapá (Figura 10), estão dispostos ao longo da BR-210, única rodovia federal que se conecta a 12 municípios amapaenses. Os loteamentos neste eixo são mais recentes, pois iniciaram em 2008 e avançaram até 2017, e pode-se observar que partiram das franjas da zona norte se dispersando ao longo da BR-210.



Figura 10 – Loteamentos horizontais fechados do eixo Norte em Macapá.
 Fonte: Elaborado por Katrícia Corrêa (2021).

Observa-se também que a disposição dos loteamentos horizontais ao longo da BR-210 favorece o processo de dispersão urbana, influenciando assim, um possível aumento do perímetro urbano da cidade, uma vez que os empreendimentos seguem a rodovia. Por outro lado, ao contrário dos outros eixos, no momento, não é tão vantajoso para

os loteadores implantarem mais loteamentos nessas áreas, pois a BR-210 se conecta com municípios que não exercem muita influência econômica na capital e também não há atrativos comerciais na área ou adjacências, como shopping centers, para o público-alvo desses empreendimentos.

Com relação à oferta de unidades a serem loteadas, o gráfico 3 mostra o panorama da quantidade de lotes por loteamento horizontal fechado. Nele, observa-se que o primeiro loteamento implantado no eixo ofertou 45 unidades, ao passo que um dos loteamentos mais recentes (2014) ofertou 1800 unidades a serem loteadas.

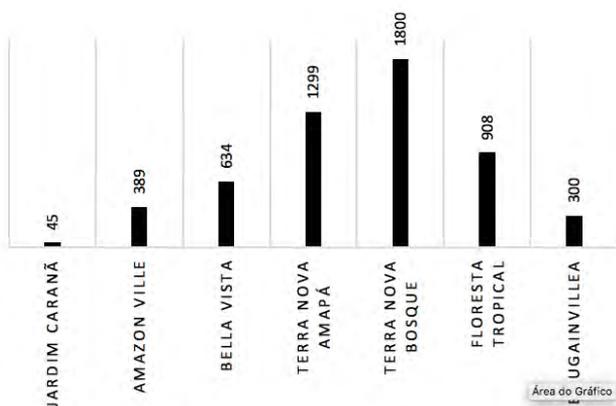


Gráfico 3 - Número de unidades por loteamento no Eixo Norte em Macapá.
Fonte: Elaborado por Katrícia Corrêa(2021).

No que diz respeito aos padrões de ocupação dos loteamentos analisados neste trecho, é possível observar que todos os empreendimentos apresentam características semelhantes de ocupação (padrões metropolitanos), principalmente, no que tange ao traçado, às formas arquitetônicas (materiais construtivos de elevado padrão) e privatização do espaço, este contrariando a Lei 6.766/79, já que as áreas públicas previstas ao longo ou no interior desses loteamentos são incorporadas por esses agentes.

A figura 11 ilustra as formas como três dos loteamentos se implantam no eixo norte, deixando claro que ocupam áreas com características ambientais de preservação e áreas úmidas (áreas de ressaca) assim como observado nos outros eixos estudados. Aqui, é possível observar uma variação de traçado urbano em cada um desses loteamentos, que não acompanham o padrão de malha reticular predominante no tecido urbano da cidade.



Figura 11 - Loteamentos do eixo Norte em áreas úmidas.
Fonte: Elaborado pela autora de Google Earth (2021).

Analisando os três eixos que formaram o estudo de caso desta pesquisa, notou-se que, pelo *status* dos lotes e edificações nos empreendimentos, a justificativa de sua implantação não pode ser associada ao atendimento a demanda ou déficit habitacional, mas está pautada no intuito de disponibilizar cada vez mais lotes à venda, ampliando e acirrando o mercado imobiliário na capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta análise, que foi elaborada a partir de uma caracterização dos três eixos que impulsionam o mercado imobiliário horizontal privado em Macapá, foi possível observar que todos acarretaram mudanças no processo de urbanização da cidade, principalmente, no que concerne à morfologia urbana, evidenciando um padrão de urbanização dispersa, através da atuação dos agentes imobiliários, incorporadoras e construtoras. Destaca-se aqui, que os agentes que deram o ponto de partida nesse mercado em Macapá foram loteadoras locais.

Verificou também a disseminação de padrão arquitetônico e urbanístico metropolitano, ou seja, um padrão de consumo de vida metropolitana para atender o público-alvo, com elevado poder aquisitivo dessas unidades, padrão que foi divulgado desde as vendas dos lotes desses empreendimentos.

Foi possível observar também que, é estratégica a presença de uma quantidade maior de loteamentos nos eixos sul e oeste, em virtude da proximidade com o município de Santana, o que contribui para o processo de conurbação com este município. Lembrando que não há como o mercado imobiliário por loteamentos horizontais ocupar o eixo leste, em virtude de ser delimitado pelo rio Amazonas, além de ser o eixo por onde a cidade iniciou a sua ocupação. Nesse eixo, o mercado imobiliário se manifesta por empreendimentos verticais, favorecendo o processo de verticalização na cidade.

Em síntese, observa-se que a atuação do mercado imobiliário em Macapá, a partir da implantação de loteamentos horizontais fechados favorece a disseminação de um padrão de urbanização disperso, uma vez que quase a totalidade dos empreendimentos ocupam cada vez mais áreas muito afastadas do centro da cidade, como observado neste estudo.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. D. B.; MELO, A. P. C. Loteamentos fechados em cidades médias da Amazônia: um estudo do Residencial San Marino (Macapá-AP), ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.14, jan./abr. de 2013. pp.25-43.
- BRASIL. 1979. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm. Acesso em: 03 dez. 2020.
- BRUEGMANN, R. Definición de dispersión urbana. In: BRUEGMANN, R; MADRID, Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del territorio. La dispersión urbana: una historia condensada. Madrid, Espanha: Comunidad de Madrid. Publicaciones Oficiales, 2010. Cap. 1. p. 23-26.
- LEONELLI, G. C. V. Loteamentos e condomínios: lei para que, lei para quê? mas qual lei? Anais do XV Enanpur, Recife-PE, v. 15, n. 1, p. 1-8, maio 2013.
- MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
- MONCLÚS, F. J. (Ed.); DEMATTEIS, G. La Ciudad Dispersa. Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998.

PMM, PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. Lei Complementar n. 30, de 21 de junho de 2004. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Macapá e dá outras providências.

PORTO, J. L. R. Amapá: principais transformações econômicas e institucionais (1943 - 2000). 2002. 216 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

REIS, N. G. Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006, p. 12-55.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, R. V. (Re)Estruturação e formação do aglomerado urbano de Macapá e Santana na Amazônia Setentrional Amapaense. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional PPG/MDR, Universidade Federal do Amapá, 2016.

SILVA, E. A. C. Quando a terra avança como mercadoria perde-se o valor de uso na cidade: regularização fundiária e a expansão urbana na cidade de Macapá - Amapá. 2017. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330892>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [s. l], v. 13, n. 2, p. 135-151, nov. 2011.

APÊNDICE A

Levantamento dos loteamentos horizontais fechados por eixo em Macapá (Continua).

EIXO	LOCALIZAÇÃO	USO	ANO	N. DE LOTES	INICIATIVA	SEDE
EIXO SUL						
San Marino Residence	Rod. Josmar Chaves Pinto	Residencial	1990	42	Empresa Geral De Obras (EGO)	Porto Velho-RO
Residencial Equinócio			1998	32	Particular	Local
Residencial Dos Promotores			2000	36		
Terra Brasillis			2004	36		
Residencial Solar Equatorial			2005	25		
Manari Village			2007	62	Urbanizadora E Loteadora Manari	Local
Villa Tropical	2008		218			
Loteamento Porto Seguro	Av. Equatorial		2009	33		
Verana	Rod. Josmar Chaves Pinto		2013	476	CIPASA Urbanismo	São Paulo-SP
Riviera Residence			2013	104	Vex Construções	Local
Portal Do Sol		2014	226	Urbanizadora E Loteadora Manari		
Arboretto Residence		2014	139	Vex Construções		
Solar Das Palmeiras		2014	242	Texeira E Saraiva		

Levantamento dos loteamentos horizontais fechados por eixo em Macapá (Conclusão).

EIXO	LOCALIZAÇÃO	USO	ANO	N. DE LOTES	INICIATIVA	SEDE
EIXO OESTE						
Residencial Cajari	Rod. Duca Serra	Residencial	2000	28	N.I*	N.I*
Irmãos Platon			2007	N.I*	Platon	Local
Jardim Europa			2010	513	Urbanizadora e Loteadora Manari	Local
Jardim América			2012	234		Local
Residencial Eldorado	Marabaixo II		2013	117		Local
Residencial Lagoa Parque	Rod. Duca Serra	Residencial/ Comercial	2013	462	Spe Condomínio Lagoa Park Ltda.	Local
Cidade Jardim		Residencial	2013	160	Urbanizadora e Loteadora Manari	Local
Marabaixo Parque Residence	Marabaixo III	Residencial	2014	380	N.I*	N.I*
Residencial Amazonas	Rod. Duca Serra	Residencial	2014	1500	Amazonas Empreendimentos e Construções Ltda	Local
Parque Novo Mundo		Residencial	2014	538	Urbanizadora E Loteadora Manari	Local
Terra Nova Solaris		Residencial/ Comercial	2015	2571	Vetor Imobiliária	Local
Chácaras Lagoa Azul		Residencial	2015	N.I*	Lupa Construções	Local
Real Ville Residencial	Marabaixo	Residencial	2015	N.I*	Realizze Amapá Empreendimentos	Local
Vila Bella Spe	Rod. Duca Serra	Residencial	2015	563	SPE Ltda.	Brasília
Castelinho			2016	1289	Elijah Empreendimentos Imobiliarios	Local
Reserva dos Jardins			2016	121	Urbanizadora E Loteadora Manari	Local
EIXO NORTE						
Loteamento Jardim Caraná	BR-210	Residencial	2008	45	Concasa Empreendimentos	Local
Residencial Amazon Ville	Rod. do Curiaú	Residencial	2009	389	N.I*	N.I*
Loteamento Bella Vista	BR-210	Residencial/ Comercial	2012	634	Urbanizadora E Loteadora Manari	Local
Loteamento Terra Nova Amapá			2013	1299	Vetor Imobiliária	Local
Loteamento Terra Nova Bosque			2014	1800		Local
Loteamento Floresta Tropical			2014	908	Macol Construcoes	Local
Condomínio Bougainvillea	Renascer	Residencial	2017	300	Urbanizadora E Loteadora Manari	Local

Obs: N.I* Não identificado neste estudo.

PERIFÉRICA OU ESTRATÉGICA? A CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA DA LINDE AMAZÔNICA NO BRASIL*

Jadson Porto

Eliane Superti

doi: 10.51324/54180221.4

INTRODUÇÃO

A polissemia dos significados de fronteira, que permeiam desde a separação do “meu” e do “teu”, da área de atuação da soberania, até a sua articulação em um mundo globalizado em rede, tem sido objeto de reflexões em pesquisas geográficas, de relações internacionais, economia e ciências políticas. Para reflexões aqui traçadas, entende-se que a fronteira é o lócus de encontros, desencontros e novos encontros. É onde o “meu” e o “teu” se interagem e se relacionam, mas que nem sempre conseguem atingir o “nosso”.

Estas muitas interações estão na base da condição fronteiriça, estabelecida sob uma ênfase sociocultural e entendida como um sistema construído histórica, econômico e politicamente. As relações externas que a caracterizam, na maioria das vezes, são adaptações dos contextos nacionais, mas também fruto dos interesses locais e do capital externo. Por ser um produto historicamente construído, reestruturado, ressignificado, esta condição é constantemente (re)inventada. As articulações executadas com o exterior ampliam sua condição estratégica por estabelecer novas oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do território, que dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais, mas sem superar, no caso da Amazônia brasileira em especial, sua condição periférica, traduzida nas condições de vida da população e nas políticas destinadas a esses espaços.

A noção de território aqui utilizado é multidimensional. A dimensão material, isto é, o espaço físico-geográfico é uma delas, mas não a única. É no território que estão presentes as relações sociais que se manifestam como relações de poder, mas também a construção de identidades e diversidade, alicerçadas nos sentimentos e pertencimento e reconhecimento das diferenças (SUPERTI, PORTO, OLIVEIRA, 2020). A condição fronteiriça é, assim, uma das facetas de configuração do território.

No momento de construção deste texto, elaborado durante o período de pandemia do Corona vírus (COVID-19), iniciada em dezembro de 2019 na China, a condição fronteiriça assumiu uma suas muitas recomposições; a de controle epidemiológico. A Pandemia atingiu o sistema das atividades de saúde no cenário mundial¹, afetando, também, os sistemas e atividades globais assim expostos: da economia, ocasionando inseguranças nos investimentos; produtivas e de consumo em todas as escalas da economia; de fluxo e fluidez logísticas; e social, que impôs um período de quarentena de impedimento de circulação de pessoas inter e intra urbanos, bem como inter e intrarregionais. Sobre este último aspecto, a fronteira resgata um de seus comportamentos típicos: o efeito barreira.

* Este artigo foi originalmente publicado no idioma inglês no periódico *Estudios fronterizos*, volume 22, 2022, disponível em: <https://doi.org/10.21670/ref.2219103>.

¹ Em 2020, quando iniciávamos as pesquisas que originou a produção deste artigo, não havia nenhum caso de infecção do Covid 19 no Brasil. Quando foi concluído este texto, em agosto de 2021, havíamos ultrapassado os 570 mil casos de mortos registrados no país.

Os muitos usos da fronteira indicam que estes territórios são passíveis de múltiplos comportamentos. Analisar um deles no espaço lindeiro da Amazônia brasileira é o foco deste artigo. O objetivo é discutir a condição fronteiriça do território mediante seu comportamento periférico e, simultaneamente, estratégico. A questão orientadora aqui estabelecida é: como se configura a condição fronteiriça mediante o comportamento periférico/estratégico dos espaços da linde amazônica no Brasil?

A pesquisa que orientou a argumentação apresentada neste artigo, de forma ensaística, teve como perspectiva metodológica a análise dedutiva baseada na investigação qualitativa de documentos e da produção acadêmica existente. Traz, ainda informações empíricas dos trabalhos de campo dos autores na fronteira da Amazônia brasileira.

Para a exposição das ideias, o texto apresenta dois tópicos, além desta introdução e considerações finais. O primeiro, discute os aspectos territoriais da condição fronteiriça em uma perspectiva de indissociabilidade periférico-estratégica e a sua vice-versabilidade. Busca entender, no segundo, esse movimento considerando as políticas públicas brasileiras do final do século XX e primeiro decênio do XXI destinadas as regiões de fronteira da Amazônia.

ASPECTOS TERRITORIAIS DA CONDIÇÃO FRONTEIRIÇA: A INDISSOCIABILIDADE PERIFÉRICA - ESTRATÉGICA

Dos muitos debates polissêmicos sobre a fronteira, não querendo resgatar os diversos enfoques sobre o tema, dois têm chamado a atenção para refletir sobre o que chamamos de condição fronteiriça² amazônica: O debate da fronteira enquanto periférica (que precisa ser ocupada e protegida, bem como necessita se desenvolver); e enquanto estratégica (em reconhecimento que ali há riquezas e potencialidades naturais de grande interesse do capital internacional).

Segundo Dorfman, (2013, p. 33), a condição fronteiriça é “um *savoir passer* [saber passar] adquirido pelos habitantes da fronteira, acostumados a acionar diferenças e semelhanças nacionais, linguísticas, jurídicas, étnicas, econômicas, religiosas que ora representam vantagens, ora o cerceamento de trânsito ou direitos (...)”. Evidentemente, deve-se duvidar de uma condição fronteiriça universal, haja vista a variedade de relações que podem existir entre os fronteiriços e o território estatal a sua frente e as suas costas. Para a autora, “o que temos idealizado aqui diz respeito à fronteira viva e vivida” (Dorfman, 2013, p. 35). Aprofundando a análise de Dorfman, entendemos que a condição fronteiriça é caracterizada por contextos territoriais que permitam a construção de um perfil de comportamentos sociais, culturais, econômicos e políticos capazes de (des)(re)construir os usos do território fronteiriço, tais como: possibilitar conflitos entre o tradicional e o moderno; garantir ações para a organização espacial e novas modalidades de uso, dinamizar suas articulações nas diversas escalas espaciais.

Outro fator fundamental sobre a construção da condição fronteiriça, diz respeito às recomposições espaciais na temporalidade, o que faz com que ela seja constantemente (re)inventada em sua territorialidade. Ou seja, a cada momento histórico, ela é refeita, é recomposta, por ser social e politicamente estabelecidas, como um espaço de diálogo e/ou de conflitos.

² Esta categoria foi apresentada pela primeira vez em uma mesa redonda do XII Encuentro de Geógrafos Latino Americano, em Montevideu (2009) por Adriana Dorfman.

Assim, à medida em que a fronteira é ocupada e usada, novas dinâmicas são executadas; exigindo novos ajustes normativos, infraestruturais, políticos e geopolíticos capazes de garantir a mobilização e o dinamismo no espaço. Na formação da atual fronteira amazônica brasileira, às principais manifestações entre o último decênio do século XIX e o primeiro do século XX, dizem respeito às definições das fronteiras com a Bolívia (resolvida com compra, em 1902, do território acreano e transformando-o em Território Federal, em 1904), com a ex-Guiana Inglesa (Conhecida como Questão de Pirara, resolvida em 1904) e com a Guiana Francesa (Resolvida com o *Laudo Suíço*, em 1900, identificando o Rio Oiapoque como fronteiro entre Brasil e Guiana Francesa).

Entre os séculos XX e XXI quatro principais momentos das recomposições espaciais são perceptíveis: A definição da faixa de fronteira; a instalação dos territórios federais no Brasil; a ampliação de acesso, uso e ocupação da Amazônia durante o regime militar (1964 – 1985); e a elaboração da Proposta de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) brasileira (2005).

No primeiro, a Carta Constitucional de 1934, em seu Art. 166, definiu a faixa de fronteira brasileira ao longo de 100 km de largura. Já na Carta de 1937, esta faixa foi ampliada para 150 km ao longo da linde brasileira³. No segundo, a instalação de novos Territórios Federais na década de 1940, estava relacionado à garantia da soberania nacional e de defesa das regiões de fronteira. A proposta era permitir ao Governo Federal ocupar mais diretamente regiões fronteiriças de baixa densidade demográfica, pequena rede urbana e reduzida presença do poder público.

Dos 6 Territórios Federais brasileiros, 4 eram amazônicos⁴ e tiveram impacto importante na formação social e política. A fronteira amazônica, a partir dos Territórios Federais, passou a ser encarada como um espaço a ser ocupado e usado independentemente das populações ali existentes. Foram inventadas estruturas políticas-administrativas e institucionais capazes de garantir a construção de novas estruturas de poder, de atividades e de dinâmicas econômicas. Foram experiências que não podem ser tomadas somente como uma ação política, mas deve-se considerar, também, outros aspectos, como o geopolítico, o jurídico, o econômico, o geográfico, e a ligação com o federalismo. Nunes (1951) identificou a criação dos Territórios Federais como a etapa inicial e a primeira execução de valorização econômica da Amazônia, pois a partir desse tipo de estratégia, desenvolveu-se uma política-piloto de valorização do grande vale, com emprego de medidas que serviriam de base para uma política territorial brasileira.

Para Porto e Superti (2018), a configuração espacial dos Territórios Federais deu-se mediante à instalação de próteses - infraestruturas econômicas, políticas-administrativas e institucionais elaboradas externamente - implantadas no território de modo a garantir a construção de estruturas de poder, de atividades e dinâmicas econômicas.

Na política territorial e nos investimentos efetivados nos Territórios Federais, identificam-se usos políticos, sociais, econômicos e geográficos desses entes federativos para a configuração da fronteira nacional e construção de suas relações (trans)fronteiriças. Os Territórios Federais se configuravam com áreas tuteladas pelo governo central. Com a instalação das próteses político-administrativas, ajustes espaciais seriam realizados para seu melhor funcionamento e atuação, inserindo este espaço em um sistema de redes articulados internacionalmente.

³ Outras legislações acompanharam a tentativa de se organizar políticas territoriais na Faixa de Fronteira brasileira, tais como: o Decreto Lei 1.611/1939; a Lei 2.597, de 12 de setembro de 1955; o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970; e a Lei 6.634, de 02 de maio de 1979. Sobre o assunto, vide Brasil (2005).

⁴ Em 2023 os ex-Territórios Federais Amazônicos do Amapá, Rondônia e Roraima completarão 80 anos; em 2024, o Acre, 120 anos. Apesar desta temporalidade, as intenções de se estimular o desenvolvimento, não atingiu tal objetivo plenamente. No máximo, inseriram esses espaços na economia-mundo. Em 2043, será o centenário dos ex-Territórios Federais de Amapá, Rondônia e Roraima.

A dinamização dos fluxos e fluxos do capital, recriaram a configuração territorial, seja esta ocasionada pelo ganho de mais próteses tecnológicas ou pelas novas construções de redes de circulação e comunicação, identificados por Raffestin (1993) como modeladores do território.

No terceiro momento, a ampliação de acesso, uso e ocupação do território da Amazônia durante o regime militar manifestou-se com maior intensidade na implantação das rodovias em território amazônico e sua integração com as demais regiões brasileiras; na instalação de projetos de desenvolvimento econômico incentivados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A Amazônia se tornava assim mais integrada, conectada e acionada pelo capital externo e interno. Gradativamente deixa de ser apenas uma área periférica que se precisar ocupar para se tornar também estratégica. As conexões tornaram mais densos os fluxos, a fluidez e os fluxos do capital pelas regiões lindeiras; outrora isoladas, tornam-se conectadas; outrora fronteiriças, tornam-se transfronteiriças.

O quarto, efetuado a partir da elaboração da Proposta de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileira, pelo Governo Federal através do Ministério da Integração, foi concebida 71 anos depois da instalação oficial da faixa de fronteira, pela Constituição de 1934. A PDFF foi a primeira obra com o objetivo explícito de pensar uma política de configuração e uso do território fronteiriço. Um primeiro planejamento e a primeira que identifica a faixa de fronteira brasileira como um espaço regionalizado e que não dialoga entre si, embora já dialogasse com o externo. A PDFF considerou, ainda, a dimensão continental que o território amazônico brasileiro possui e seu espaço fronteiriço com 7 países do entorno (Figura 1).



Figura 1 - Faixa de Fronteira da Amazônia Legal
Fonte: portaldemapas.ibge.gov.br

A PDFF considerou também: as grandes dimensões territoriais dos municípios amazônicos; a ocorrência de sedes municipais que se encontram distantes da linha de fronteira ou fora da faixa de fronteira; e a porosidade desta linde. A proposta incluiu, ainda: as articulações em rede nacional e/ou internacional; a constante manifestação de uma condição periférica com forte precariedade infraestrutural e nas condições de vida da população; a necessidade de políticas e investimentos públicos; e a seleta manifestação de uma condição

estratégica, na expectativa de se acessar as potencialidades naturais ali encontradas e de interesse do capital, selecionando e apontando espaços para explorá-los (BRASIL, 2005).

Até aos dois primeiros momentos acima apresentados, o objetivo de se garantir a defesa ou a segurança do território era bastante evidente, seja nas definições diplomáticas fronteiriças, seja nas criações de entes federativos na linde, a exemplo dos Territórios Federais. O segundo, se configura como uma transição da garantia de defesa nacional para a busca pelo desenvolvimento dos entes federativos localizados na faixa de fronteira. O terceiro, vincula a Amazônia ao centro político-econômico brasileiro, fazendo com que a fronteira se articule com as costas voltadas para a fronteira até a ampliação de sua densidade e intensidade relacional com a transfronteirização, notadamente para o caso da linde amazônica.

Uma vez a Amazônia conectada, articulada e cada vez mais integrada ao mercado nacional, esta periferia, bem dotada de recursos foi, mais acionada (CANO, 2007, p. 313)⁵. Uma nova condição regional vai tomando fôlego, apresentando outras formatações e usos territoriais. O que fica mais claro com o quarto momento, quando se insere três novas leituras sobre a faixa de fronteira brasileira: o seu entendimento como uma nova regionalização; a necessidade de planejamento territorial para esta faixa; e a integração intra-regional.

Os momentos apontados explicitam que a condição fronteiriça é marcada por políticas, delimitações e acordos formais do estado-nação. Mas, ela é também moldada pela relações informais da população instalada e interagida. Seus fluxos e trocas constantes na linde constroem sentidos linguísticos, culturais e econômicos que definem especificidades e criam e recriam estratégias para satisfazerem as subjetividades desses atores. É justamente na dinâmica destas relações sociais, caracterizada pelo contato contínuo entre o local e o internacional, que um dinamismo próprio se impõe a estes espaços, permitindo a seus atores posturas que, em diversos momentos, são conflitantes às determinações legais, mas ainda assim executadas.

A complexidade dos muitos movimentos que formam a condição fronteiriça nos força a ajustar as lentes conceituais para buscar termos que nos permitam melhor interpretá-la. Assim, entendemos que expressões de vivificação e vitalização podem nos ajudar, uma vez que, expõem a institucionalidade e a espacialidade quanto ao uso do território. O primeiro, vivificar, diz respeito ao estímulo das políticas públicas na conformação do território. No segundo, vitalizar, expressa o uso do território em si, seja em ações formais ou informais.

Porto e Superti (2018), ao analisarem entes federativos brasileiros (Territórios Federais), perceberam que com a execução de política públicas para instalação e construção de infraestruturas nos Territórios Federais amazônicos (outrora distantes, periféricos, desorganizados, desarticulados) novas elites foram se inserindo na fronteira; riquezas foram exploradas, outras modalidades espaciais foram criadas; novas relações político-administrativas foram instaladas. Sugiram municípios e toda a sua rede de relação de poder; novos usos do território foram construídos, articulando onde outrora não havia articulação. Rompendo barreiras para acessar potencialidades espaciais até então inacessíveis. Ou seja, a fronteira deixa de ser ocupada, para ser vivificada. Neste rumo, a *vivificação* se materializava com a vitalização, conjunta e indissociavelmente, porém com tempos de execuções e regulamentações distintos. As dinâmicas sociais e econômicas são mais céleres que a institucional.

⁵ Para Porto (2021), este acionamento expõe que a Amazônia vai se tornando cada vez mais articulada para além das conexões fluviais. Ou seja, com a inserção de rodovias acionando novos espaços distantes dos rios, a integração física por eixos artificiais (rodovias e ferrovias) corroborou para que novos usos do território amazônico fossem criados, tais como: descobertas e acessos às novas potencialidades regionais, notadamente minerais; ampliação da exploração madeireira; expansão da agropecuária; construções de aglomerações urbanas às margens das rodovias; cidades crescendo com as costas voltadas para o rio, acompanhando o direcionamento das rodovias instaladas.

Assim, a condição fronteiriça é resultado da vivificação e vitalização dos espaços lindeiros, onde o vivificar se relaciona as políticas públicas que vão moldando o território, o vitalizar expressa seu uso econômico, político cultural; são contínuos, inter-relacionados e com tempos distintos de execução.

Estes movimentos de formação condição fronteiriça delimitam, também, os comportamentos da fronteira no que tange à economia. Por um lado, a fronteira amazônica brasileira é considerada na escala nacional pelos fluxos e fixos de capital e pelos indicadores populacionais e de condições de vida como periférica. Por outro, ela, também, é estratégica, pela conexão com países sul-americanos⁶, sendo um deles integrante da União Europeia (Guiana Francesa). Por estar inserida em um circuito que envolve o fornecimento de *commodities* e a instalação de regimes aduaneiros especiais. Pela busca recorrente de conectividade interna e externa por sistemas de engenharias (rodovias, pontes e outros) com o objetivo de garantir maior intensidade, densidade e fluidez na fronteira - tornando-a transfronteiriça em seu espaço relacional.

Essa discussão pode se valer, também, na interpretação de Santos (2004), que aponta que dois “circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos” são perceptíveis e são compostos por dois subsistemas: o superior e o inferior. Enquanto o primeiro é definido pela sua forma de organização moderna e de capital intensivo com avanços e recuos observando as tendências de mercado, o segundo é “formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente às populações pobres, este é bem enraizado e mantém relações privilegiadas com a região”. Os elementos que integram este circuito são: formas de fabricação não-capital intensivo, serviços não modernos-fornecidos à varejo e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão. Este último subsistema é bem perceptível nas articulações da economia local amazônica, onde ribeirinhos interagem com seu espaço e seus produtos com as cidades ribeirinhas (PORTO; THEIS, 2015). Os dois subsistemas coexistem e se relacionam no uso e construção do espaço.

A fronteira amazônica não pode, assim, ser considerada nem como periférica ou estratégica isoladamente, somente em suas particularidades. Em seu conjunto, essas características são indissociáveis, pois, fruto na mesma condição fronteiriça. E, dependendo da perspectiva, ela é periférico/estratégica ou estratégico/periférica. Tais composições são decorrentes da execução de políticas públicas na fronteira (vivificação), estimuladas por diversas justificativas (políticas de defesa nacional; busca pela integração; diminuição de desigualdades regionais; dentre outros), e pela sua integração ao mundo globalizado e articulado em redes, mediante às constantes ajustes espaciais⁷, executados e fortalecidos pelo poder público. Mas, também, decorrentes do uso cotidiano e habitual do território (vitalização) fortemente orientado pelos interesses econômicos e políticos locais, de sua exploração desfocado de objetivos sustentáveis de desenvolvimento social e precariedade no atendimento de demandas básica da população (saúde, educação, saneamento básico).

O comportamento periférico/estratégico (ou vice-versa) da linde traz em si os fatores que levaram a sua constituição: enquanto resultado de efeito-barreira; enquanto construção de efeito-cooperação; enquanto resultado de políticas públicas; e enquanto uso formal o informal do território. O primeiro fator expõe sua construção histórica e geopolítica. O segundo retrata as graduais relações de interação, ainda não integradas no sentido pleno da expressão e da política de acordos internacionais, mas estimulada pela integração física entre esses espaços mediante a construção e pavimentação rodoviária; a construção de pontes e; a construção institucional de relações de cooperação entre transfronteiriços, mesmo que seja em escala local ou em sua profunda vinculação com o capital

⁶ Através de seu espaço amazônico, o Brasil faz fronteira com a Guiana Francesa e com os países: Bolívia, Peru Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname.

⁷ Na versão brasileira dos “Limites do capital” (2013, p.22), na introdução à edição inglesa de 2006, Harvey indica que “ajustes espaciais” são entendidos como expansões de reestruturções geográficas. Porto (2021), por sua vez, interpreta que “ajustes espaciais”, são as adaptações que são efetivadas no espaço, visando a garantia da instalação, existência, fluidez, manifestação e reprodução do capital.

externo; O terceiro diz das orientações nacionais para a formação e formatação desses territórios e o último indica o uso a que esta região foi destinada tanto pelas relações locais, mas também nacionais e internacionais.

As modalidades do uso da fronteira refletem-se na configuração do espaço local e dinamizam suas articulações nas diversas escalas espaciais. Considerando que nada é fixo no espaço, no território e, conseqüentemente, na fronteira, as redes construídas no sistema-mundo e as funções da fronteira estimulam a desconstrução dos efeito-barreira histórico, político ou economicamente instalados para a construção de efeito-cooperação.

Enfim, embora haja diferentes maneiras de se analisar a condição fronteiriça e suas construções territoriais sobre objetos pré-existentes, com recomposições territoriais mediante ajustes espaciais, as mudanças estruturais modificam as estratégias uso do território. Conseqüentemente, a condição fronteiriça se transforma.

POLITICAS PUBLICAS DE INTEGRAÇÃO E COMPORTAMENTO PERIFÉRICO-ESTRATÉGICO NAS FRONTEIRAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Quando consideradas as políticas públicas brasileiras destinadas as áreas de fronteira entre o final do século XIX e nos dois primeiros decênios deste século, o feito cooperação deu o tom da condição fronteiriça ressaltando seu caráter estratégico. Envoltas pelas dinâmicas do capitalismo neoliberal, que segundo Dilla Alfonso e Contreras (2021, p. 5) tem como uma de suas características importantes *“the acquisition by capital of unprecedented mobility resources far beyond the containment capacities of both national states and communities”*, as fronteiras foram encaradas como espaços privilegiados de fluidez do capital para facilitar ganhos econômicos diferenciais em um processo de integração comercial. A intensidade de implementação dessas políticas arrefece com a crise política de 2016 e assume outros contornos com o governo Bolsonaro. Ainda assim, seus efeitos parecem confirmar e consolidar a fronteira amazônica como fronteira-rede (ARBARET-SCHULZ, 2004), articulada globalmente.

As políticas de desenvolvimento econômico brasileiras nos últimos 25 anos colocaram as fronteiras nacionais no centro da estratégia de reinserção competitiva do Brasil via integração sul-americana. O fim da guerra fria, a intensificação do mercado global, a formação dos grandes blocos econômicos e a necessidade de reposicionamento nacional, tanto no contexto regional quanto mundial, foram determinantes para esse direcionamento. As políticas públicas desencadeadas nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) e da presidente Dilma Rousseff (2011–2016), traçaram linhas de intervenção com a clara pretensão de integrar o Brasil à América do Sul. A proposta era estimular a aproximação econômica regional com a abertura de mercados do Atlântico ao Pacífico por meio de programas, projetos e planos baseados nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID)⁸ no âmbito nacional e na perspectiva internacional, com a formação do Mercado Comum Sul Americano (MERCOSUL)⁹ e a Iniciativa de Integração Regional Sul-americana (IIRSA)¹⁰.

⁸ Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID) foram parte do Programa Brasil em Ação e propuseram um portfólio de projetos para investimentos em infraestrutura nos setores de transporte multimodais, energia e comunicação. Os projetos, de acordo com documento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2000), que participou do estudo de formulação dos eixos, deveriam ser atrativos para investimentos do setor privado por meio de parcerias e pretendiam englobar, não todos os investimentos necessários ao país, mas aqueles estruturantes, capazes de alavancar outros investimentos e de dinamizar a economia das regiões.

⁹ Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é uma organização intergovernamental fundada 1991. Seu objetivo é promover a integração regional, inicialmente econômica e política comercial comum entre os países-membros. Ela é formado por cinco membros plenos: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela, que está suspensa do bloco desde dezembro de 2016 e cinco países associados: Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

¹⁰ IIRSA é um projeto pan-americano de doze países da América do Sul, que projeta a integração da região para formar uma unidade. A estrutura sistêmica e logística para essa integração é o desenvolvimento das telecomunicações, do transporte e da energia por meio de políticas territoriais ao longo da América do Sul (IIRSA, 2004).

Tais políticas engendraram uma mudança importante na referência regional: A “sul-americanidade” substituiu paulatinamente o conceito e a simbologia em torno da ideia de América Latina. A integração do subcontinente representava a ponte de ligação entre a regionalização e a globalização das economias sul-americanas. Isto, por sua vez, exigiu a construção de sistemas de infraestrutura capazes de garantir competitividade e permitir a exploração de novos espaços para acumulação de capital. Sob essa nova referência buscou-se fortalecer a construção de uma entidade política transnacional com unidade mínima que privilegiou relações intrarregionais e com outros atores extra regionais.

Nesse ensejo, a proposta de união dos doze Estados sul-americanos, por meio da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), redefiniu, naquele momento, o peso geopolítico da região em todo o continente americano, no que se refere aos grandes blocos econômicos e também em contraposição ao projeto dos EUA da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). As fronteiras foram palco de importantes investimentos na área de infraestrutura com foco especialmente em transportes multimodais, energia e comunicações. A necessidade de integração estimulou o efeito cooperação das fronteiras brasileiras e provocou tardiamente (fronteira tardia) a construção de equipamentos de conectividade - pontes, estradas, estruturas de telecomunicações e energia (RUCKERT, et al., 2014).

O protagonismo do governo para recolocar o Brasil na condição de um *global player* política-economicamente relevante - por meio da integração sul-americana e abertura de novos espaços de política internacional definiu, também, perspectivas importantes da internacionalização de suas universidades públicas, segundo Superti, Silva, Novais (2020). E, que estiveram refletidas na criação da Universidade da Integração Latino Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu – tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai – e do Campus Binacional da Universidade Federal do Amapá no Oiapoque – fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França). De acordo com Santos (2017, p. 41), a implantação desses espaços com foco internacional consorciou os interesses estratégicos da política externa brasileira projetando o país no continente sul americano. A perspectiva era de consolidar a liderança brasileira na região e como potência regional do Hemisfério Sul.

As políticas de segurança e defesa foram também redimensionadas diante do novo cenário. A postura geopolítica em relação às áreas de fronteira internacional passou a incluir também a dimensão econômica ao debate da defesa e segurança. O processo de aproximação dos países sul-americanos exigiu, ainda, o estabelecimento de novos mecanismos de controle territorial que consideravam o processo de interação nas fronteiras. O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) foi a tentativa de produzir uma resposta a exigência de novos mecanismos de defesa para região. O CDS incluiu em suas diretrizes a proposta de elaboração de políticas de defesa conjunta à integração de bases industriais de material bélico.

As políticas de integração física entre os países sul-americanos acentuaram aspectos já presentes no uso e dinâmicas dos espaços lindeiros e na configuração da condição fronteiriça. Mais uma vez, aciona-se sua condição de estratégica para a proposta de desenvolvimento econômico. As fronteiras internacionais da Amazônia brasileira foram alçadas para uma posição central nesse novo contexto. Elas representam um claro feito “vice-versa” da condição periférica-estratégica.

A Amazônia brasileira veio para o centro da estratégia macro econômica de crescimento dado seu potencial de conexão com países sul-americanos e com a Guiana Francesa - território francês na Amazônia, como também pela sua potencialidade de produção energética, um dos principais focos tanto da IIRSA com dos ENID (Figura 2).

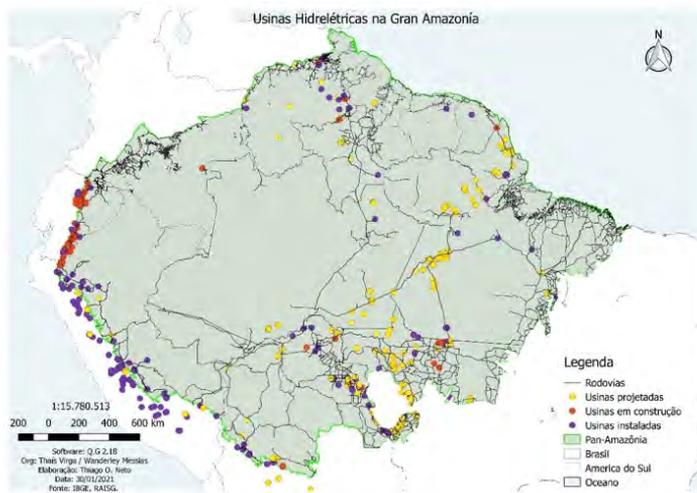


Figura 2 – Plantas Hidrelétricas na Amazônia (por fase de projeto)
 Fonte: Virga; Costa (2021, p. 25)

Por ser entendida como fronteira de recursos que apresentava grande potencial para a exploração econômica, apesar de suas especificidades ambientais. Os estudos de elaboração dos ENID apontaram múltiplas possibilidades de exploração da região por conta de seus estoques incomparáveis de biodiversidade, bens culturais imateriais e materiais, assim como por seus recursos naturais inexplorados. Os estudos dos ENID estiveram na base do planejamento governamental para a Amazônia e orientaram os planos, programas e projetos da região, com alguns redimensionamentos de foco, entre 1990 até 2014 (Figura 3).

A retomada da concepção de fronteira de recursos e dos projetos de infraestrutura econômica na região amazônica surgia nesse contexto em contraste com a luta de movimentos locais pela preservação ambiental e pela melhoria das condições de vida das comunidades extrativista, com a atuação de organizações não governamentais (ONG) ambientalistas nacionais e internacionais e com a tendência crescente de políticas públicas estatais preservacionistas que marcaram o período imediato pós-regime militar (1964 – 1985).

Fortemente pressionado por questões internas ligadas aos conflitos sociais e ambientais, que levaram à morte de Chico Mendes¹¹, em 1988, pela mobilização internacional e nacional que denunciava a depredação ambiental promovida pelas políticas de ocupação do espaço por meio da colonização e da exploração de seus recursos minerais e hidrelétricos, o Estado brasileiro foi obrigado a dar respostas na forma de políticas públicas de proteção ambiental e produzir efeitos reais de redução de desmatamento.

¹¹ Chico Mendes (1944-1988) líder seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro que lutou pela preservação da Floresta Amazônica e foi assassinado por sua luta. Reconhecido pela ONU e recebeu o Prêmio Global de Preservação Ambiental.



Figura 3 – Planos Programas e Projetos 1990 – 2014 – Amazônia.
 Fonte: Rocha; Gonçalves (2017, p. 13)

Contudo, se por um lado o meio ambiente adquiriu espaço na agenda política externa e interna graças à atuação de importantes forças políticas, inclusive amazônidas, por outro, tornou-se evidente a força do imperativo macroeconômico como definidor das políticas territoriais de integração sul-americana a partir de meados da década de 1990. E, para essa integração, não se construiu estratégias conjuntas de gerenciamento e uso sustentável da biodiversidade amazônica; a redução de impactos na exploração dos ambientes costeiros e a mecanismos para salvaguardar áreas protegidas (Unidades de Conservação e Reservas Indígenas) da expansão do uso econômico da fronteira, sendo que as maiores extensões protegidas estão do lado brasileiro.

A participação do país no sistema internacional determinava-se pela sua capacidade de alcançar novos mercados e de incrementar a competitividade externa de seus produtos. O planejamento do governo brasileiro incluiu a Amazônia na perspectiva macroeconômica de inserção do país no mercado supranacional.

Outro fator importante para se compreender a centralidade da Amazônia nas políticas econômicas brasileiras foi o deslocamento da fronteira agrícola. Esta última avançou rumo ao centro-oeste e norte do país, mas a infraestrutura para escoamento do excedente se manteve no sul (porto de Paranaguá/PR) e sudeste (portos de Santos/SP e Vitória/ES). Isso tornou o custo de transporte muito alto e o tempo longo até os principais portos mundiais. Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC)¹², o custo médio da tonelada de grão do Brasil em 2010 era quatro vezes superior ao da Argentina e dos EUA. A criação dos corredores de exportação através da construção e ampliação de meios de transporte multimodais na Amazônia na década seguinte permitiu ao país se aproximar dos custos de seus concorrentes e reduzir o tempo do transporte, aumentando a competitividade dos produtos nacionais, principalmente do agronegócio.

¹² Ver: FOLHA DE SÃO PAULO. Saída pelo Norte vira nova opção ao porto de Santos. 16/11/2011.

Assim, os investimentos realizados tanto pelas políticas internas do governo brasileiro quanto por meio da Iniciativa de Integração Regional Sul Americana, até a metade do segundo decênio do século XXI, tinham a mesma orientação, qual seja; promover a integração competitiva a partir de volumosos investimentos em infraestrutura organizados em eixos de integração e desenvolvimento. A IIRSA no nível do subcontinente, como bloco regional, e os planos governamentais no nível nacional, acelerando a economia e recolocando o Brasil em relação ao mercado sul-americano. Os processos internos e externos de integração das infraestruturas físicas dos países sul americanos mobilizados pela globalização e pelas estratégias mundiais de mercado forçou a produção de redefinições sobre as áreas de fronteiras internacionais na Amazônia.

A proposta da IIRSA, para além das ações de cooperação previstas na Organização do Tratado de Organização Amazônica (OTCA)¹³, orientou e viabilizou inversões volumosas de capital na região de fronteira panamazônica em seus três principais setores: transportes multimodais, energia e comunicação. Ela viabilizou um arranjo de governança de seus projetos que compreendeu, além dos 12 Estados sul-americanos, importante agentes financeiros e grupos empresariais.

Silva (2013) identificou os seguintes atores nesse arranjo: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF), Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Rio da Prata (FONPLATA), BNDES, grupo Odebrecht, Petrobrás, Andrade Gutiérrez, Queiroz Galvão, Vale, General Eletric e a América Latina Logística (ALL). Dentro do grupo de instituições regionais e internacionais estavam as seguintes: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Embora não somente nas fronteiras amazônicas, a IIRSA foi importante em no reposicionamento estratégico das áreas lindeiras da América do Sul (Figura 4).



Figura 4 – Mapa dos Eixos de Integração e Desenvolvimento projetados pela Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Fonte: <https://www.iirsa.org>

¹³ Em 1995, os países amazônicos decidiram fortalecer institucionalmente o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) com a criação de uma Secretaria Permanente dotada de personalidade jurídica. A decisão foi implementada em 1998, com a aprovação do Protocolo de Emenda ao TCA que instituiu oficialmente a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como mecanismo responsável pelo aperfeiçoamento e fortalecimento do processo de cooperação desenvolvido no âmbito do Tratado.

Os eixos de desenvolvimento da IIRSA lançaram luz, também, sobre as cidades na linde, que na Amazônia, via de regra, comungam de graves problemas na infraestrutura urbana como saneamento básico inexistente, precárias condições de habitabilidade, alta densidade de resíduos sólidos sem coleta adequada, esgoto a céu aberto e ausência de mobilidade urbana (SUPERTI; SILVA, 2015). Muitos destes problemas estão vinculados à aplicação das políticas de ordenamento do uso do território no estado sem considerar as necessidades das áreas urbanas ou a realização de seu prévio planejamento. Mesmo nessas condições, os municípios têm importância na integração com os mercados interno e externo. Pois, promovem a ocupação da fronteira e são responsáveis pela manutenção ordinária das relações econômicas e sociais que vitalizam e garantem a soberania nacional na área lindeira, cumprindo, portanto, um papel na segurança e defesa da fronteira amazônica nacional.

O aprofundamento da dimensão estratégica das fronteiras amazônicas ressaltou também a necessidade de vivificação e da promoção do desenvolvimento regional das cidades na área lindeira. Apesar da tímida execução de políticas públicas destinadas a essas cidades lançou-se luz sobre sua importância, apontando-os como peças-chave do processo de integração, sendo também elo importante na cadeia de rotas ilícitas e no mapa de crimes que se distribuem pela Amazônia.

A proposta de vivificação, presente principalmente em políticas de defesa e segurança, tratava da ampliação do efetivo, reorganização de unidades militar na região e criação de novos pelotões de fronteira, de acordo com Nascimento et al. (2013). Mas, também, da institucionalização de estruturas políticas, econômicas e sociais regidas por mecanismos formais de organização e controle, ampliando a presença do Estado e fortalecendo as teias relacionais nacionais e internacionais lícitas que tornam o território mais seguro e atrativo ao capital.

Aumentar a presença do Estado nesse espaço implicou, ainda, na problemática da defesa e da segurança nacional, que passou a ser tratada em planos e políticas com muita proximidade com a segurança pública - como se viu na Estratégia Nacional de Fronteira (Enafron) (NASCIMENTO et al., 2013). Os militares começaram a dar maior importância ao narcotráfico, apesar de ser este, anteriormente, tema de competência da Polícia Federal. Sua relevância, do ponto de vista nacional e transnacional, fez suscitar no Ministério da Defesa (MD) brasileiro o interesse em buscar alianças junto ao Legislativo, a fim de mudar as regras do jogo e inserir em suas estratégias as Forças Armadas no combate aos ilícitos na fronteira. O que, em tese, seria mais fácil para elas, uma vez que já se faziam presentes fisicamente nas fronteiras, através de pelotões de fronteiras.

Com a Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, o Exército, a Marinha e a Força Aérea adquiriram poder de polícia para combater os ilícitos transfronteiriços. Nota-se, com isso, a ampliação de concepção não apenas no Ministério da Defesa, mas também no Ministério da Justiça, sobre segurança pública, até pouco tempo pensada de modo regionalizado e não no conjunto fronteiriço nacional. As políticas públicas estatais, desse modo, apontaram para uma tentativa de estabelecer uma execução conjunta entre diferentes ministérios no combate aos delitos transfronteiriços. Esse conjunto de ações institucionais para a Amazônia revelou um novo contexto de gestão do território transfronteiriço e uma produção normativa para oferecer soluções aos problemas informais, que permitem funcionar redes ilegais que atuam nesse circuito. A conexão em redes geográficas do espaço amazônico não avançou, portanto, à revelia das questões geopolíticas.

Contudo, as políticas destinadas as fronteiras não tiveram como foco superar a condição periférica destas regiões. Apesar de ser palco dos processos de integração internacional, os municípios na fronteira se apresentam como elos fracos da corrente do desenvolvimento. O processo de integração sul-americano pelo incremento da infraestrutura

econômica teve seus limites definidos pelas relações de mercado. O desenvolvimento proposto foi comercial, via o aumento dos fluxos de riquezas produzidos e consumidos na América do Sul. Não se projetou a integração na área social, ambiental ou a atuação sobre condições de vida na fronteira

Segundo Superti e Silva (2015) a consolidação dos usos da fronteira deixaram evidentes o foco nos interesse nacionais e de inversão do capital sem atendimento de demandas básicas de desenvolvimento local ao passo que a vivificação, apesar de abrangente em significado social e econômico, de maneira efetiva se revelou em uma estratégia de tornar o território seguro para as conexões legais e fluidez do capital. O efeito “vice-versa” da condição estratégico-periférica das fronteiras permite explicar o *modus operandi* pelo qual histórico-politicamente o território é configurado a favor da inversão, fluidez e segurança do capital sem transformar qualitativamente as condições de vida da população local.

Com a crise de 2016 que culmina no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o movimento de integração perde força. Com o governo Bolsonaro, novos padrões são estabelecidos nas relações internacionais brasileiras. Para Silva e Superti (2019), a retomada do forte alinhamento com os norte-americanos, os posicionamentos de confronto político com lideranças regionais de países vizinhos por questões ideológicas, as medidas na contramão da proteção ambiental e decisões mais incisivas na pauta migratória, redefinem o complexo cenário geopolítico das regiões de fronteira.

As progressivas conexões físicas no entorno estratégico amazônico do Brasil tendem a passar por momentos de incertezas sobre seus rumos, sem, contudo, poder ser abandonada totalmente. Por outro lado, questões não resolvidas mas amainadas voltam a ganhar grande importância como a questão ambiental. O forte incentivo do governo Bolsonaro ao avanço do agronegócio na região, à mineração em terras indígenas e ao relaxamento da fiscalização ambiental formaram o pano de fundo do aumento significativo das queimadas na Amazônia e da exploração ilegal. Isso fragiliza a atuação brasileira frente aos acordos internacionais de mudanças climáticas e de proteção ambiental, freia os investimentos internacionais que primam por uma diplomacia ambiental e coloca em risco o grande patrimônio ambiental. Acentua-se, portanto, o uso do território sem vinculação com as demandas locais, valendo-se de sua dimensão periférica quanto a capacidade de influência na formação da agenda das políticas públicas nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se resgatar a questão orientadora deste texto - como se configura a condição fronteiriça mediante o comportamento periférico/estratégico dos espaços da linde amazônica no Brasil? – é preciso lembrar que a condição fronteiriça não é estanque, pelo contrário, apresenta temporalidades em sua recomposições espaciais, produzindo constantes (re)invenções, por ser social e politicamente estabelecidas. Assim, à medida em que a fronteira é ocupada e usada, novas dinâmicas são executadas; exigindo ajustes normativos, infraestruturais, políticos e geopolíticos capazes de garantir seu dinamismo. A condição fronteiriça é também marcada pelas políticas e acordos formais dos estados e informais pela população que ao organizar a vida nesses espaços imprimem ali sua subjetividade, por vezes transgressora das determinações legais. Seus contornos são delineados pelos contatos contínuos entre o local e o internacional, que traz um movimento próprio a este espaço.

No espaço amazônico, esse movimento devem ser pensando levando em conta alguns elementos importantes, tais como:

- Existem várias “Amazônias” expostas ao longo de suas periodizações;
- Embora haja algumas manifestações embrionárias sobre o uso e a ocupação regional (a exemplo dos Territórios Federais), a participação da Amazônia na agenda governamental brasileira é tardia, mesmo assim essa agenda expõem diversificadas políticas de exploração regional;
- Para executar as políticas de exploração da região foi necessário *integrar* este espaço à economia nacional. Uma vez integrada, ela passou a ser constantemente *acionada*, ampliando suas manifestações quanto à sua institucionalidade, espacialidade e interagibilidade.
- Os entes subnacionais (estados e municípios) lindeiros na Amazônia brasileira, possuem relações transfronteiriças próprias por meio da *paradiplomacia*¹⁴. O mais recente é o caso do Amapá com a Guiana Francesa. Assim, outros modelos de *vivificações* e *vitalizações* com articulações transfronteiriças poderão ser elaborados, ampliando suas inte(g)rações espaciais.

Embora esses muitos movimentos estejam presentes, a condição fronteira amazônica é configurada de modo determinante pelo comportamento estratégico/periférico que orienta suas manifestações:

- O periférico: refletido nas condições de vida da população; na sua economia pouco diversificada; no baixo desenvolvimento tecnológico; na distancia dos centros políticos decisórios; na necessidade, sempre presente nos plano governamentais, de sua ocupação, proteção e desenvolvimento;
- O estratégico: presente em seu potencial de conexão com o externo; no reconhecimento de suas riquezas e potencialidades naturais de grande interesse do capital nacional e internacional; na sua inserção em um circuito que envolve o fornecimento de *commodities* a economia-mundo.

Assim, a condição fronteira amazônica não pode ser considerada nem como periférica ou estratégica, pois em seu conjunto, esses comportamentos da fronteira são complementares. E, sua vice-versabilidade depende da perspectiva em que ela é encarada.

Sob a lógica das políticas públicas de desenvolvimento macro econômico dos últimos 25 anos do Governo Federal brasileiro, a dimensão estratégica da Amazônia foi ressaltada pela necessidade de conectividade com o mercado subcontinental e a inserção do país na economia-mundo. Contudo, essas políticas não tiveram entre seus objetivos superação da condição periférica, com a inclusão de pautas que atendesse os arranjos produtivos locais e as necessidades básicas de melhoria da qualidade de vida das populações que ocupam faixa lindeira. Embora as fronteiras tenham ganhado centralidade na estratégia de reinserção competitiva do país, as forças políticas locais continuaram secundárias no desenho das políticas públicas.

A condição periférica em que são mantidas as fronteiras da Amazônia brasileira facilitam a exploração do potencial estratégico dessas áreas, com uma resistência surda aos ouvidos dos *police makers*. O efeito “vice-versa” da condição estratégico-periférica explica não apenas a construção histórico-econômica da fronteira, mas, releva, também, uma escolha política dos centros decisórios.

¹³ A Paradiplomacia é a atuação dos governos subnacionais (estaduais ou municipais) nas relações internacionais, através do estabelecimento de contatos formais e informais, permanentes ou temporários, com entidades estrangeiras com o objetivo de promover seus interesses. (SOLDATOS, 1993).

AGRADECIMENTOS:

Este trabalho contou com apoio financeiro da Universidade Federal da Paraíba pelo apoio financeiro através edital 03/2020 – Produtividade em Pesquisa PROPESQ/PRPG/UFPB, código do projeto de pesquisa no SIGAA 13592-2020, e também com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) por meio do Edital Procad - Amazônia 2018.

REFERÊNCIAS

ARBARET-SCHULZ, C.; BEYER A.; PIERMAY J. L.; REITEL B.; SELIMANOVSKI C.; SOHN C.; ZANDER P. La frontière, un objet spatial en mutation. *Espaces Temps.net*, Textuel, 2004.

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. *Estudo dos Eixos de Integração e Desenvolvimento*. BNDES, Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Integração. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais - Brasília, 2005.

BRASIL. *Avança Brasil*. Plano Plurianual 2000-2003. Ministério do Planejamento. Brasília. 2000.

BRASIL. Lei 2.597, de 12 de setembro de 1955. Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2597.htm

BRASIL. Lei 6.634, de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6634.htm

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970*. 3ª ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2007.

DILLA ALFONSO, H.; CONTRERAS VERA, C. Fronterización y concertaciones transfronterizas en América [Borders and Latin American cross-border agreements]. *Estudios Fronterizos*, 22, (e069), 1-24. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21670/ref.2106069>

SOLDATOS, P. Cascading subnational paradiplomacy in an interdependent and transnational world. En D. Brown & E. Fry (Eds.), *State and provinces in the in-ternational economy*, (pp. 45-64). Institute of Governmental Studies, 1993. Disponível em:

<https://www.queensu.ca/iigr/sites/webpublish.queensu.ca.iigrwww/files/files/pub/archive/books/Statesandprovince-brownfry1993.pdf>

DORFMAN, A. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: Nascimento, D. M.; PORTO, J. L. R. (Org.). *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia*. Belém: NAEA/UFGPA, 2013. p. 28 – 42.

Harvey, D. *Os limites do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.

IIRSA - Iniciativa de Integração Regional Sul Americana. Planejamento Territorial Indicativo. Carteira de Projetos IIRSA 2004. Buenos Aires, IIRSA.

NASCIMENTO, D. M. Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a defesa no século XXI. In: Nascimento, D. M. (Eds.). *Amazônia e defesa: dos fortes às novas conflitualidades*. Belém: NAEA/UFGPA, 2010. p. 177-199.

- NUNES, O. Introdução ao estudo da Amazônia. Brasileira. 3a ed. Laemmert. 1951.
- PORTO, J. L. R. A acionalidade espacial e a Amazônia: de espaço isolado, truncado, à busca pela integração. In: Adroaldo, Q. et al. (Ed.). Wilson Cano e a questão regional e urbana no Brasil. São Paulo, ABED e Expressão Popular, 2021.
- PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. O uso do território como parte de políticas públicas centralizadas brasileiras: A atuação dos Territórios Federais. In: PORTO, J. L. R.; SCHWEITZER, A. Estratégias territoriales para la ocupación del continente sudamericano: inserción de la periferia e institucionalización espacial. Macapá: Editora da Unifap, 2018. p. 129-145.
- PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. T. Circuitos da economia na fronteira amapaense: um híbrido de subsistemas para a sua reorganização espacial. *Labor & Engenho*, 9 (3): 101–114, 2015. Disponível em: [DOI: https://doi.org/10.20396/lobore.v9i2.8635578](https://doi.org/10.20396/lobore.v9i2.8635578)
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2a ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, E. Internacionalização da educação superior - a opção geopolítica pela integração regional nos casos da UNILA e da UNILAB. *Laplage em Revista*, 03 (03): 30-51, 2017. <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201733395p.30-5>.
- SILVA, G. Uma nova página na geopolítica franco-brasileira: As expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI. UFRJ/PPGEO, Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Geografia).
- SILVA, G.; SUPERTI, E. O Entorno estratégico do Brasil nas Guianas: desafios à gestão do presidente Jair Bolsonaro em três temas. *Confins (Paris)* 1: 1- 4, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.21082>.
- SUPERTI, E.; SILVA, G. V. Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense. *Intellector (CENEGRI)*, XI: 129-147, 2015. Disponível em: <https://www.revistaintellector.cenegri.org.br/index.php/intellector/article/view/278>.
- SUPERTI, E.; SILVA, B.T.F.; NOVAIS, V. S. Public Universities in Brazil: Between the Social Institution and the Service Provider Organization. *Research on Humanities and Social Sciences*. 10 (24), 01-09., 2020 . Disponível em: <https://doi.org/10.7176/RHSS/10-24-01>.
- SUPERTI, E., PORTO, J. R.; OLIVEIRA N.M. Vivificación de la frontera norte brasileña: los Territorios Federales y la formación de la condición fronteriza en Amapá, *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. 11 (5), 1-15. 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/11/frontera-norte-brasil.html>.
- RUCKERT, A. A.; CAMPOS, H.; A, SUPERTI, E; PORTO, J. L. R. Transfronteirizações na América do Sul: uma agenda de pesquisa sobre dinâmicas territoriais nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*. 7 (1): 99 -115. 2014 . Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/1224/Ruckertv7n1.pdf>
- ROCHA, G. M.; GONÇALVES, S. F. S. Considerações sobre a federalização e a gestão compartilhada do território na Amazônia brasileira. *Confins (Paris)*, 30, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.11665>
- VIRGA, T.; COSTA, W. M. A. Gran Amazônia no século 21: infraestruturas e desafios da integração em múltiplas escalas. *Confins (Paris)*, 50. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.36704>.

RELATOS DE TRABALHO DE CAMPO NA ÚNICA FRONTEIRA INTERNACIONAL DA FRANÇA COM O BRASIL ¹

Jadson Porto

doi: 10.51324/54180221.5

INTRODUÇÃO

A missão acadêmica aqui exposta, bastante complexa pela quantidade de discentes envolvidos e pelo local de pesquisa, uma fronteira internacional do Mercosul com a União Europeia, suscita uma série de reflexões, algumas das principais desenvolvidas aqui neste texto. Além do momento relevante para as atividades com discentes dos cursos de Relações Internacionais, sobretudo, mas também de História, Geografia e Ciência da Computação, a meta do grupo de pesquisadores era avançar em pesquisas relacionadas a seguinte questão: *De que maneira se configura/configurou a circulação de pessoas, mercadorias e serviços durante a pandemia de COVID-19 na bacia do rio Oiapoque e, em especial entre as cidades-gêmeas Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges (Guiana Francesa)?*

Um dos objetivos a ser alcançado nesta missão, foi para registrar uma das linhas imaginária referenciadas internacionalmente (Figura 1): O Meridiano Rondon². Contudo, não foi possível executá-lo, por conta das dinâmicas de imprevisibilidades inerentes aos trabalhos de campo que eventualmente ocorrem.

A partir desta questão orientadora o trabalho de campo começou a ganhar musculatura, facilitando a inserção dos pesquisadores envolvidos na zona de investigação através da interação com atores sociais os quais, de diversas maneiras e se utilizando de múltiplas linguagens, contribuem para determinadas configurações de uma dada realidade pesquisada (MINAYO, 2007).

No presente texto, inicialmente exploramos o papel do trabalho de campo na formação docente e discente, além de refletir sobre o que este procedimento metodológico representa para fortalecer a pesquisa e a extensão universitárias. Em seguida, comentaremos sobre: i) o contexto da única fronteira sul-americana com a Europa; ii) a parceria firmada entre Unifap e Exército; iii) o duro percurso entre Macapá e Oiapoque; iv) um pouco da história do destacamento de Clevelândia do Norte; v) as instituições de segurança que atuam na fronteira; vi) o percurso pelo rio Oiapoque; e, por fim, vii) algumas considerações sobre este trabalho de campo.

A RELEVÂNCIA DO TRABALHO DE CAMPO NA FRONTEIRA ENTRE FRANÇA E BRASIL

O trabalho de campo permite avaliar os limites do produto da análise dos mecanismos econômicos, sociais ou políticos. Ele serve para garantir a autenticidade das observações coletadas e proporcionar a descoberta de realidades que escapam às outras estratégias de investigação. E também se faz útil para a formação do cidadão.

¹ Entre os dias 21 e 28 de abril de 2022, os docentes da Universidade Federal do Amapá Gutemberg Silva (coordenador da missão acadêmica), Yurgel Caldas, Rosilene Furtado e Jadson Porto, em parceria com Camilo Carneiro Pereira, docente na Universidade Federal de Goiás (UFG), realizaram – em parceria com o Exército Brasileiro – duas atividades de campo na fronteira franco-brasileira. Este texto é parte integrante dos relatos expostos originalmente em Silva, Caldas, Carneiro Filho e Porto (2022).

² 2 Vide o capítulo *Construções simbólicas no meio do mundo: entre observações, passagens e construções equinociais e solsticiais*, disponível neste livro.

Segundo Vignaux (1985), a importância dada a essa prática nasce de uma das correntes da filosofia medieval: o nominalismo. É devido a exigência da verdade como algo embasado na experiência pessoal que o conhecimento moderno deve se voltar continuamente ao real

Alguns desses aspectos mais gerais do trabalho de campo precisaram mesmo ser considerados nas atividades realizadas na fronteira entre Brasil e França, com as condicionantes que se apresentaram na região entre Oiapoque e Saint-Georges. Assim, ajustes no cronograma e reconfiguração da área de pesquisa (por restrições orçamentárias e/ou logísticas - estas pautadas por condições climáticas e nível do rio Oiapoque, em seu trajeto de navegação, por exemplo) se impuseram nas referidas atividades de campo. Por exemplo, o planejamento da segunda missão de campo (subindo o rio Oiapoque a partir de Clevelândia do Norte, em direção a Vila Brasil) era fazer uma parada em Ilha Bela (comunidade formada a partir das atividades garimpeiras) para realizar entrevistas e captar algumas imagens do local.

Entretanto, o nível do rio Oiapoque estava alto, o que inviabilizou o desembarque da equipe de pesquisa. Além disso, uma condicionante de cunho social também colaborou para a não realização das ações de pesquisa em Ilha Bela: a necessidade de negociação prévia (momento que claramente depende do aspecto relacional e interpessoal) com lideranças daquele local, a fim de permitir a entrada do grupo na comunidade, que justamente não ocorreu por conta do nível do rio.

Numa pesquisa qualitativa, como a que se deu a partir das atividades de campo entre Oiapoque (Brasil) e Saint-Georges (França), a tarefa de *interpretação* dos dados coletados na missão (obviamente, posterior à descrição dos fenômenos observados) possui duplo movimento: “é o ponto de partida (porque se inicia com as próprias interpretações dos atores), e é o ponto de chegada (porque é a interpretação das interpretações)” (GOMES et al. 2005, p. 190). Assim, esse duplo caráter da interpretação dos dados gerados nas atividades de campo conduziu a exposição deste texto.

Esse parece ter sido o caminho estratégico para uma análise que se pretende consistente sobre os dados coletados na pesquisa de campo na única fronteira internacional do Brasil com a França. E se é verdade que “fazer trabalho de campo representa [...] um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos” (ALENTEJANO; ROCHA-LEÃO, 2006, p. 57), a preocupação com os registros feitos em campo é bastante pertinente para se executar análises posteriores.

O CONTEXTO DA ÚNICA FRONTEIRA SUL-AMERICANA COM A EUROPA/FRANÇA

É recorrente na literatura internacional a menção ao fato de o Brasil compartilhar com a França uma fronteira internacional, sendo, inclusive, a maior das fronteiras francesas. Esta afirmação ocorre por conta da condição da Guiana Francesa, uma Coletividade Territorial Francesa na América do Sul com 730 km de limite internacional com o Brasil. Todo o campo normativo e as práticas espaciais franco-guianenses são vinculadas ao *modus operandi* da França e também da União Europeia. Essa complexidade já foi objeto de estudo de vários pesquisadores, embora muito ainda seja preciso entender dos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos dessa posição compartilhada entre um ente do Mercosul, o Brasil, e um da União Europeia, a França.

A PARCERIA E FINANCIAMENTOS PARA O FUNCIONAMENTO DO TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo ocorreu e obteve seu sucesso graças à parceria firmada entre a Universidade Federal do Amapá e o Exército Brasileiro (EB), através de sua 22a Brigada de Infantaria de Selva. Esta cooperação interinstitucional permitiu que os 40 discentes e cinco pesquisadores ficassem alojados nas dependências do EB em Clevelândia do Norte, distrito de Oiapoque, incluindo a alimentação para todo o grupo e a logística para as missões pelo rio Oiapoque, com a disponibilização de embarcações do tipo voadeira, com pilotos e militares de segurança e patrulha nos trajetos fluviais. A parceria permitiu também com que o EB se responsabilizasse pelo gerenciamento do conjunto de palestras que estava combinado para ocorrer em suas dependências (ver seções seguintes).

Registrem-se também os projetos de pesquisa envolvidos para a execução do trabalho de campo. O primeiro deles é *Les effets de la pandémie de Covid-19 sur la dynamique de la circulation transfrontalière à la frontière franco-brésilienne*, coordenado por Camilo Pereira, e que conta com financiamento do Observatoire Homme-Milieus, Oyapock (ver <https://ohm-oyapock.in2p3.fr/index.php/projets>); o segundo é o projeto *A cooperação transfronteiriça do Brasil: segurança pública sanitária, ações institucionais e temas relevantes*, coordenado por Gutemberg Silva e que conta com financiamento da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 18/2021, edital Universal. Além desses projetos, o apoio da UNIFAP foi determinante para o sucesso do trabalho de campo.

O PERCURSO ENTRE MACAPÁ E OIAPOQUE

A expedição rumo à fronteira Brasil-França iniciou na Universidade Federal do Amapá, em 21 de abril, às 5:30h. Seguiu em direção norte, rumo à rodovia BR-156. Todos embarcados, foram expostos os objetivos e as diretrizes da viagem. A viagem seguiu tranquila, com a rodovia bem pavimentada, permitindo um breve descanso por conta da saída ter ocorrido muito cedo e todos não terem dormido adequadamente, pois os preparativos individuais para o dia iniciaram às 3:00h.

Chegando ao Município de Ferreira Gomes, observou-se a Usina Hidrelétrica (UHE) de Ferreira Gomes, pois a rodovia passa em sua frente, por uma ponte sobre o rio Araguari. Foi comentado que há um complexo de 3 usinas hidrelétricas ali estabelecidas (UHE de Porto Grande, UHE de Coaracy Nunes e a UHE de Ferreira Gomes), em uma distância de 19 km entre a primeira à última; desde 2012 o Amapá encontra-se integrado ao Sistema Nacional Elétrico (SNI) e; que o Amapá apresenta sua mais nova função de uso do território: a de produtor de energia elétrica ao cenário nacional.

A expedição chegou ao Município de Tartarugalzinho às 9:00h, onde foi consumido o desjejum. Na sequência da viagem, atravessamos territórios dos municípios de Pracuúba, Amapá e Calçoene. Neste último, há uma empresa, a Schultz Agroambiental, que tem plantado açaí para exportação. Sua extensa plantação da *Euterpe olerácea*, pode ser vista a partir do km 279 da BR-156.

Há menos de 5 km para chegar em Calçoene, o pneu dianteiro esquerdo do ônibus estoura e o sr. Edmilson dos Santos Nunes, motorista, com toda a sua habilidade profissional, conseguiu controlar o ônibus, pois estávamos a 80 km/h, até à sua parada final. Por conta do ocorrido, esta parada não programada durou 1:30 hora e com isso conseguimos almoçar apenas às 13:30h.

Continuamos a viagem às 15:30h em direção ao Oiapoque. Durante a viagem, o assunto era a fronteira, chegara o momento da viagem de verificar e rever, *in loco*, as alterações ocorridas no espaço lindeiro amapaense. E a BR-156 ainda não está completamente pavimentada.

Com o trecho não pavimentado, diminuiu-se consideravelmente o ritmo da viagem, de 80 km/h para 40 km/h. O período de chuvas no Amapá é de janeiro a junho, e as chuvas equatoriais são intensas e volumosas. Assim, a fluidez foi afetada, também, pelo período chamado localmente de *invernoso*, deixando a pista ora lisa, ora lamosa. Nesta, é relevante destacar, ocorrem frequentes atoleiros, mesmo assim, durante a viagem tanto de ida quanto de volta não ficamos atolados.

A previsão de chegada em Clevelândia (Figura 1) era para as 17:00h. Chegamos às 21:30h. Fomos recebidos pelo Capitão Marcos Silva Pinto e pelo Tenente Bruno Vinícius Marques de Moraes.



Figura 1 - Clevelândia, Oiapoque (AP).
Autor: Jadson Porto (2022).

Quanto à interação espacial amapaense, seus fluxos e articulações internas, Porto (2022) sugere duas periodizações que necessitam de reflexões mais aprofundadas, devido às alterações percebidas decorrentes das construções de novos trechos rodoviários, ampliação da pavimentação da BR-156, Criando novas interações espaciais e conexão de novos espaços mediante novos usos e acessos do território amapaense e, da liberação da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, ei-las: Interação fronteiriça; Articulações espaciais internas no Amapá.

A primeira é composta por três etapas: a) *Velhos usos da fronteira* (até 1995): origens da condição fronteiriça; b) *Novos usos da fronteira* (1995-2017): da assinatura do Acordo Quadro (1996) à liberação da ponte binacional (2017); a condição transfronteiriça amapaense; c) *Novas dinâmicas da fronteira* (Pós-2017): da liberação da ponte binacional à pavimentação da rodovia e; d) *Novos tempos da fronteira*: após a pavimentação da rodovia concluída.

A segunda, é assim indicada: a) *Conexões para exportação mineral (1950-1970)*; b) *Conexões e a condição fronteiriça (1970-1985)*; c) *Conexões meridionais amapaenses (1985-1991)*; d) *Modernizações e a articulações transfronteiriças (pós-1996)*; e) *Novos investimentos e a construção para transfronteirização (1996-2017)* e; f) *Ocorrência de novos aglomerados urbanos e conexões do agronegócio (pós-2004)*.

Sant` Anna (1998 apud SILVA, 2008) menciona que a construção da BR-156 foi executada em ritmo lento pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER), mediante convênio e delegação do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), assinado em 1957. Soares (1963, p. 263 apud SOARES, 1995) assinala que a BR-156 em 1955 já contava com 75% de sua extensão já concluída, no que diz respeito à sua abertura. Lopes (1973, 27 apud SOARES 1995) menciona que já na década de 1970, essa rodovia era considerada de extrema importância por sua posição estratégica, devendo desta forma facilitar a ocupação da Zona de Fronteira.

CLEVELÂNDIA, UM DESTACAMENTO MILITAR EM FRENTE AO TERRITÓRIO FRANCÊS

Romani (2003) realiza uma profunda pesquisa e análise sobre a região do Oiapoque. Sobre Clevelândia, o autor expõe que em 1921, mediante a implantação do Núcleo Colonial Cleveland, corroborando para a instalação de uma colônia militar, denominada de Clevelândia, sendo que esta área apresentava três fatores que dificultavam as suas condições de vida: a distância em relação aos centros urbanos mais próximos e a centro nacional; os problemas de saúde que ali ocorriam (Malária) e a falta de conhecimento do ambiente ali existente. Para tentar resolver estes problemas, promovia-se o estabelecimento de relações oficiais e cordiais com os vizinhos estrangeiros ao norte que, também, reforçava a ocupação deste lado da fronteira e exercia um comércio e da infraestrutura básica de Saint Georges, na Guiana Francesa. A data da fundação oficial do Núcleo Cleveland, é 5 de maio de 1922, e contou com a participação de soldados do Destacamento de Fronteira, representantes da imprensa e autoridades brasileiras e francesas de Saint Georges³.

Sobre a origem da Colônia Agrícola na região do Oiapoque, Romani (*Op.cit.*) ao resgatar seu contexto histórico, identifica os seguintes fatores para a ser impulsionada: a influência da seca nordestina que durou de 1915 a 1919, estimulando o processo migratório à região amazônica e chegando na fronteira com a Guiana Francesa; a questão política organizada Ministério da Agricultura em 1919, embora haja fortes indícios de aumento patrimonial de um Senador paraense e suas extensas propriedades na região do Oiapoque.

Na década de 1920, então, ocorreram configurações territoriais próximo à primeira queda d'água subindo o rio, a cachoeira La Rochelle, na implantação de uma colônia agrícola, posteriormente transformada em um presídio e por fim, em uma colônia militar (permanecendo com esta última configuração até os dias atuais)⁴. Este núcleo militar foi transformado em colônia agrícola brasileira, junto ao pé do primeiro grande salto do Oiapoque, serviria também como posto avançado, a última base de apoio para os empreendimentos rio acima (*Op. cit.*), como

³ Sobre Clevelândia e a atuação do Exército na região, vide Alcino (1971); Luedy (2018) e; Zagheto (2019).

⁴ Luedy (2018, p. 75) assim expõe sobre a atuação da Marinha no Amapá: A Agência da Capitania dos Portos do Estado do Pará e do Território Federal do Amapá foi criada em 1899 e funcionava em Macapá como uma capatazia. Foi elevada à condição de Delegacia da Capitania dos Portos dos Estados do Pará e Amapá, com jurisdição sobre os municípios de Afuá, Amapá, Calçoene, Chaves, Macapá, Mazagão e Oiapoque. Em 1997 sua denominação foi alterada para Delegacia da Capitania dos Portos em Macapá e após sua mudança para Santana em 1988 em virtude do crescimento do tráfego aquaviário na região passou a se chamar Delegacia da Capitania dos Portos em Santana. Somente em 2009 que foi elevada à categoria de Capitania de 2ª Classe (Capitania dos Portos do Amapá) com jurisdição mantida de 1995 (Portaria Ministerial nº 0268/95) sobre todos os municípios do estado exceto Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Amapá, acrescentando-se Afuá e Chaves, do estado do Pará.

também, houve investimentos em atividades de essências naturais (o pau rosa e o linóleo), da balata, das madeiras de lei e mineral (ouro) na região.

Segundo Romani (*Op. cit.*, p. 106), “A falta de uma presença militar assídua associada à imagem de abandono relegada pelo governo brasileira ao Oiapoque, fazia com que a extração das essências e das madeiras servisse para o abastecimento das destilarias implantadas desde o século XIX no lado francês”.

Para Romani (*Op. cit.*, p. 178), a forma como se deu sucessivamente a ocupação e a colonização do lugar reuniram três distintas formas de ocupação, a agrícola, a penal e a militar para que o Estado brasileiro exerça sua soberania sobre o território.

Dois pontos fundamentais não podem ser esquecidos sobre a atuação do Exército nesta região: O Município do Oiapoque é o único que se encontra completamente inserido na faixa de fronteira amapaense e sua sede é a única em contato com a linha de fronteira. Neste sentido, a colônia militar de Clevelândia do Norte é peça fundamental para se pensar geopoliticamente sobre esta região.

Sobre a questão militar no contexto amazônico, com ênfase aos Comandos Militares do Exército, Luedy (2018) expõe o binômio institucionalidade-espacialidade que esses Comandos exercem sobre a região e analisa os do Comando Militar da Amazônia (CMA) e do Comando Militar do Norte (CMN). O primeiro, criado em 1956, é o Comando Militar de Área que congrega os corpos militares do Exército Brasileiro nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. Ficou com a incumbência de proteger a Amazônia e dar conta das necessidades geopolíticas e estratégicas de defesa da região. Sua sede mudou de Belém (PA) para Manaus (AM) em 1969. O segundo, desmembrado do CMA em 2013, congrega os corpos militares dos estados do Amapá, Maranhão, Pará e a área do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, sendo responsável por 1.890 km da fronteira. Com sede em Belém, o CMN tem em sua missão tanto a condução de atividades que visam a defesa da pátria quanto a cooperação para a geração de desenvolvimento regional.

Para este autor (*Op. cit.*), a força militar que possui presença no Amapá é a Força Aérea Brasileira, um Destacamento de Aeronáutica em Macapá (DESTAE-MQ) e dois Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo, um na capital do estado (DTCEA-MQ) e um em Oiapoque (DTCEA-OI). A Marinha é presente e, também, possui um pequeno quantitativo, que começou suas atividades no estado como Agência, depois convertida em Delegacia, para só então chegar ao status de Capitania que tem hoje.

Quanto ao Exército, o autor (*Op. cit.*) é o que tem a maior presença no estado do Amapá: Neste ente federativo estão presentes o Comando de Fronteira Amapá / 34º Batalhão de Infantaria de Selva (CFAP/34º BIS)⁵; a Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia do Norte e o Destacamento Especial de Fronteira de Vila Brasil (subordinados ao CFAP/34º BIS), além da recém-implantada 22ª Brigada de Infantaria de Selva, a Brigada da Foz do Amazonas (a quem todas as unidades anteriores estão subordinadas).

O Comando de Fronteira Amapá / 34º Batalhão de Infantaria de Selva foi criado em 1968 com a denominação de 1ª Companhia do 34º Batalhão de Infantaria. Em 2016, passou a se designar “Batalhão Veiga Cabral”. Para Luedy (2018, p. 74), este Comando “cumprir uma importante função para a defesa nacional nas

⁵ A Companhia Especial de Fronteira foi criada em 1942 como 3º Batalhão de Fronteira, no Distrito de Clevelândia do Norte. Em 1964 passou a ser chamada de Colônia Militar do Oiapoque e fica distante cerca de oito km da sede do município.

fronteiras da porção oriental da Amazônia Setentrional, seja através da presença, das operações militares conduzidas ou até mesmo das ações cívico-sociais que realiza”.

Quanto à 22ª Brigada de Infantaria de Selva de Macapá (22ª Bda Inf SI), esta foi criada em 2014 dentro da área do quartelamento do Cmdo Fron AP/34º BIS, mas apenas efetivamente colocada em operação em janeiro de 2018.

Um destaque especial deve ser feito à Brigada da Foz do Amazonas (BFA). Segundo assim expõe Luedy (2018, p. 75) com a criação da à 22ª Brigada de Infantaria de Selva de Macapá (22ª Bda Inf SI), a BFA

passa a ter o controle tanto sobre a Companhia de Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva (Cia Cmdo 22ª Bda Inf SI) e o Comando Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva (bem como o CEF de Clevelândia do Norte e o DEF de Vila Brasil), ambas em Macapá, quanto de outras unidades militares fora do Amapá, a saber: o 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS), em Belém-PA (bem como o 1º Pelotão Especial de Fronteira de Tiriós) e o 24º Batalhão de Infantaria Leve (24º BIL), em São Luis-MA.

A Brigada da Foz do Amazonas é, ao mesmo tempo, a materialização espacial de uma nova realidade de organização militar do Exército⁹⁵ na região do Comando Militar do Norte e a dupla possibilidade de emprego da força para a defesa da Amazônia e para o combate a crimes transfronteiriços. A espacialidade gerada a partir da criação deste novo ator da defesa no Amapá tem um impacto sobre o aumento do efetivo militar na região e seu comando por um oficial general o que vai operacionalizar o resguardo da soberania e a defesa da foz do Amazonas (com base na dissuasão extra regional a partir da ampliação da capacidade operacional), de um lado, e o combate mais efetivo de crimes transfronteiriços cometidos por redes criminosas, de outro.

(...)

A Brigada da Foz do Amazonas é, ao mesmo tempo, a materialização espacial de uma nova realidade de organização militar do Exército na região do Comando Militar do Norte e a dupla possibilidade de emprego da força para a defesa da Amazônia e para o combate a crimes transfronteiriços. A espacialidade gerada a partir da criação deste novo ator da defesa no Amapá tem um impacto sobre o aumento do efetivo militar na região e seu comando por um oficial general o que vai operacionalizar o resguardo da soberania e a defesa da foz do Amazonas (com base na dissuasão extra regional a partir da ampliação da capacidade operacional), de um lado, e o combate mais efetivo de crimes transfronteiriços cometidos por redes criminosas, de outro (Op. cit., p. 77).

AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO NA FRONTEIRA

No dia 22 de abril, no período matutino, as atividades ocorreram na aduana francesa, em Saint-George (Guiana Francesa). Ocorreram palestras com representantes da Aduana francesa e a *Gendarmerie*. Seus representantes expuseram que há interações entre suas instituições quanto às fiscalizações das circulações de pessoas e mercadorias oriundas do Brasil; a taxa de entrada de produtos brasileiros na Guiana Francesa é de 30% e; há comerciantes franceses que compram produtos brasileiros para revenderem na Guiana Francesa, aproveitando a disparidade cambial entre o Euro e o Real (Neste dia, um Euro equivalia a R\$ 5,20; como também há um empreendimento que vem executando o movimento comercial entre o Amapá e Guiana Francesa desde 2019: A Empresa Amapaense Franbraz SJS⁶.

Quanto às interações entre as instituições brasileiras e francesas, de acordo com os expositores ali presentes, há constantes e colaborativas ações entre elas. Caso haja alguma ação em território francês que envolvam possíveis ações de segurança sobre brasileiros, a Polícia Federal do Brasil será acionada.

⁶

https://ageamapa.portal.ap.gov.br/noticia_ler.php?slug=2105/utilizando-ponte-binacional-como-corredor-logistico-empresa-amapaense-e-expande-vendas-para-o-comercio-exterior-

No período vespertino, as palestras ocorreram no auditório da Companhia Especial de Fronteira, em Clevelândia. Foram expostas palestras compartilhadas entre representantes do Exército; das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Civil; da Marinha; do Ibama; do ICMBio e; Corpo de Bombeiros.

Segundo Luedy (2018, p. 75), a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar (consideradas forças auxiliares e reserva do Exército de acordo com o Art. 144, § 6º da CF/88), assim como a Polícia Civil, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e outras agências, também podem ter um papel de relevante importância no patrulhamento e no resguardo à segurança nas fronteiras do Amapá, especialmente quanto as ameaças observadas são, também, problemas de segurança pública.

Conforme exposto no início deste texto, estamos na faixa de fronteira brasileira. Ou seja, é uma área de segurança nacional. Considerando esta característica de função do território, seu uso exige outras atenções, o que afeta seu monitoramento e gestão em suas especificidades.

Outro fator a ser ressaltado diz respeito ao reduzido quantitativo de funcionários desses órgãos para atuarem na extensão da faixa de fronteira, cada um com suas áreas e objetos de atuações institucionais respectivas. Para tentar resolver este problema, somente com ações colaborativas entre elas é possível garantir um certo monitoramento. Em todas as exposições efetuadas, foram apresentados cursos de segurança por cada instituição e que havia participação de representantes daquelas instituições nesses cursos.

Ficou claro que há uma capacidade instalada de profissionais de segurança, tanto do lado francês quanto do brasileiro, para se elaborar uma *Academia de Segurança Transfronteiriça Binacional*, pois as articulações e execuções conjuntas e colaborativas já existem na prática.

O PERCURSO AO LONGO DO RIO OIAPOQUE A JUSANTE

No dia 23/04, com o apoio da Companhia Especial de Fronteira, sob a coordenação do Tenente do Exército Bruno Vinícius Marques de Moraes, o trabalho de campo foi feito pelo rio Oiaoque, descendo cerca de 80 km à sua foz, até a aldeia indígena Ariramba, sendo recebidos, após prévio agendamento, pela professora da escola indígena daquela comunidade.

Após a visita na aldeia indígena, a expedição seguiu para Saint-Georges-de-l'Oyapock, uma pequena cidade no extremo leste da Guiana Francesa. Com isso, os discentes puderam observar o que é estar em um território francês na América do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a avaliação da viagem de campo, com a presença do Capitão Marcos Silva Pinto, foram evidenciadas as seguintes observações:

- A área percorrida neste trabalho de campo, encontra-se na faixa de fronteira brasileira. Logo, é uma área de segurança nacional. Neste sentido, esta característica de função deste território per si, bem como o seu uso, exige outras atenções, o que afeta seu monitoramento e gestão em suas especificidades;
- Há um reduzido quantitativo de funcionários de órgãos de segurança, monitoramento e controle para atuarem na extensão da faixa de fronteira;

- Cada órgão estatal de segurança e monitoramento ali estabelecido possui suas áreas e objetos de atuações institucionais, que somente podem ser analisadas em suas especificidades e ações de complementaridades e colaborativas entre elas. Durante as exposições efetuadas por esses órgãos, tanto franceses quanto brasileiros, nos seminários efetuados durante esta missão acadêmica, foram apresentados cursos de segurança por cada instituição e que havia participação de representantes daquelas instituições nesses cursos.
- Percebeu-se que há uma capacidade instalada de profissionais de segurança, tanto do lado francês quanto do brasileiro, capacitados para se elaborar uma Academia de Segurança Transfronteiriça Binacional, pois as articulações e execuções conjuntas e colaborativas já existem na prática.
- Há necessidade de se elaborar um Plano de Segurança Transfronteiriço.
- Identificou-se que há interações entre as instituições aduaneiras quanto às fiscalizações das circulações de pessoas e mercadorias oriundas do Brasil, com comerciantes franceses que compram produtos brasileiros para revenderem na Guiana Francesa, aproveitando a disparidade cambial entre o Euro e o Real;
- Desde 2019, há um empreendimento que vem executando o movimento comercial entre o Amapá e Guiana Francesa.
- Quanto à circulação e ao fluxo e fluidez de pessoas e mercadorias percebido, até a conclusão deste texto, o tempo lento das transformações da parte setentrional amapaense continuavam se manifestando, seja por conta da não pavimentação completa da BR-156 entre as sedes municipais de Oiapoque e Calçoene; seja pela não integração regional diplomaticamente resolvida entre Brasil e França, com ênfase na Guiana Francesa.
- A ponte binacional sobre o rio Oiapoque não foi inaugurada, mas liberada. Esta ponte foi concluída em 2010, porém liberada em 2017, mesmo assim, não plenamente.
- A ponte binacional não representa somente a conexão entre duas cidades ou entre dois países. Representa, também, a conexão e contato entre dois blocos econômicos: Mercosul e a União Europeia.

REFERÊNCIAS

- ALICINO, Pe. Rogério. Clevelândia do Norte (Corajosa e patriótica iniciativa pela nacionalização e povoamento das fronteiras do Ex-Contestado Franco - Brasileiro, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971, p.136 pp (Pub. 420 - Col. Taunay).
- ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, 2006, p. 51-67.
- ANDRADE, R. F. Malária e migração no Amapá: projeção espacial num contexto de crescimento populacional. Belém: NAEA, 2005.
- AROUCK, R. C. Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de alteridades. Belém: NAEA/UFPA, 2002.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 7.578, de 23 de maio de 1945. Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá.
- CARVALHO, G. Oiapoque: uma parábola na floresta - estado, integração e conflitos no extremo norte da Amazônia Legal. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará. Orientadora: Edna Maria Ramos de Castro.

- FERREIRA, J. P. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. vol. XIV.
- GOMES, R.; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- LUEDY, T. Institucionalidade e espacialidade da defesa nacional na Amazônia: perspectivas para o Amapá. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Orgs.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 26a ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- PINTO, M. J. S. O Fetiche do Emprego: um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. São Paulo SP: Ed. Iglu, 2011.
- PORTO, J. L. R. Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000). Macapá: SETEC, 2003.
- PORTO, J. L. R. Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013). Maringá: UNIEDUSUL, 2020.
- PORTO, J. L. R. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais. *Revista Confins*, v. 55, 2022.
- PORTO, J. L. R.; TOSTES, J. A. Construções simbólicas no meio do mundo: Entre observações, passagens e construções equinociais e solsticiais. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2022. (Relatos de Trabalho de Campo, 2).
- REIS, A. C. F. Território do Amapá: perfil histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- REIS, A. C. F. Limites e demarcações na Amazônia brasileira. Belém: SECULT, 1993. 2 v. (Série Lendo o Pará; 15).
- ROMANI, C. Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil! Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900 – 1927). Campinas: DH/IFCH/UNICAMP, 2003. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas.
- SANTOS, P. G. S.; SILVA, G. V.; PORTO, J. L. R. Dinâmica e produção espacial em cidades de fronteira na Amazônia brasileira: A experiência de Oiapoque, Amapá-Brasil. In: Anais do 8º Biental del colóquio de transformaciones territoriales: Território y territorialidades em movimento. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010. Disponível em: http://www.catedrapanaia.com.ar/augm/rm6_rm30i.html. Acessado em 25/04/2022.
- SILVA, G. V. Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local. Porto Alegre: PPGEU/UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SILVA, G. V.; CALDAS, Y.; CARNEIRO FILHO, C. P.; PORTO, J., Crônicas de ensino e pesquisa em trabalho de campo na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França). *Confins* [Online], 55 | 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/46078>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.46078>.
- SOARES, A. P. A. Travessia: análise de uma situação de passagem entre Oiapoque e Guiana-Francesa. São Paulo: IGEO/FFLCH/USP, 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo.
- TOSTES, J. A. O planejamento insurgente nas experiências dos Planos Diretores dos Municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque. In: GOMES, A. F.; QUARESMA, P.; GIRALDI, P.; SANTOS, V. F.; PORTO, J. L. R. (Orgs.). Mestrado em Desenvolvimento Regional: 15 anos, na busca de sinergias, possibilidades e expectativas de desenvolvimento. Maringá: Uniedusul, 2022. 128 p.
- VIGNAUX P. Nominalisme. *Encyclopaedia Universalis*, vol. 13, 1985, p. 87-89.
- ZAGHETO, S. História de Oiapoque: Com o arquivo e as memórias de Rocque Pennafort. Brasília: Senado Federal, 2019. Edições do Senado Federal, v. 265.

O PAPEL DA HISTÓRIA E DO MEDO DO VIZINHO NAS REPRESENTAÇÕES DO AMAPÁ PARA O BRASIL E A FRANÇA

Stéphane Granger

doi: 10.51324/54180221.6

INTRODUÇÃO

A representação, para os geógrafos franceses Lévy e Lussault (2003) é uma interpretação da realidade, participando de uma visão comum aos membros de um coletivo, que pode decorrer da história ou de mitos fundadores. Por isso se diferencia da percepção, que supõe a presença do elemento percebido¹. Já os canadenses Lasserre e Gonon (2008) definem as representações como construções vistas através do prisma com o qual o indivíduo olha o mundo exterior, prisma que pode resultar da sua própria história². De fato, o grande geógrafo e geopolítico francês Yves Lacoste, estudando os conflitos territoriais, tinha visto nas representações ideias que explicam os projetos e determinam as estratégias dos atores, traduzindo e influenciando o estado de espírito da parte da opinião pública que eles representam³. As representações de um povo ou um território por outros atores assim frequentemente decorrem da história e influenciam as decisões atuais.

Um exemplo é o Amapá, que deve sua criação à presença de uma colônia francesa à sua fronteira setentrional, vítima de representações decorrendo da sua história particular, tanto do lado brasileiro como do lado francês. Essas interferiram no seu uso e seu destino: para o Brasil: entre tampão e janela para a França e a União europeia, e para a França: potencial parceiro abrindo as portas do Brasil, mas ameaçando a Guiana francesa de uma invasão migratória seguindo a ocupação portuguesa de 1809-1817 por causa do desequilíbrio demográfico e econômico.

Essa vizinhança entre o Amapá e a Guiana francesa, agora uma colectividade territorial francesa com um estatuto mais ou menos equivalente a um estado brasileiro, é ilustrada pela presença de uma ponte transfronteiriça aberta em 2017, mas seis anos depois do fim das obras. Este prazo inédito devido a várias dificuldades burocráticas e o medo que traz entre os franco-guianenses simbolizam mesmo a evolução e a ambivalência das representações e da percepção do Amapá tanto para esses como para os brasileiros.

A partir de produções históricas e geográficas brasileiras e francesas, testemunhos, observações empíricas e pesquisas próprios ao autor como observador e ator da cooperação regional do lado franco-guianense, o presente artigo pretende mostrar essas evoluções. Ressaltando a originalidade da situação do Amapá, concluirá que apesar das tensões migratórias e diplomáticas decorrendo desta situação e das representações que resultam, esta ainda parece sub-explorada devido às possibilidades de uma interface única entre Brasil, Caribe e União Europeia.

O AMAPÁ COMO ESTADO-TAMPÃO ENTRE O BRASIL E UM TERRITÓRIO FRANCÊS

O Amapá como entidade particular foi criado em 1943, com o estatuto de Território federal, destacado do Pará devido ao contexto da 2ª Guerra mundial: o presidente Vargas temia essa vizinhança com a colônia de um

¹ Verbeté Représentation, Lévy e Lussault, Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés. Paris : Belin, 2003, p. 791.

² Capítulo Les représentations : modèles de perception du réel, discours sur la réalité. Lasserre e Gonon, Manuel de géopolitique. Paris : Armand Colin, 2008, p. 19.

³ Préambule do Dictionnaire de géopolitique, Lacoste. Paris: Flammarion, 1995, p. 4.

Estado europeu, a França, ocupada pela Alemanha nazista a quem ele acabava de declarar a guerra (PORTO, 2006). Assim, o Amapá contorna parcialmente a Guiana francesa, até se o temor não tinha mais razão de ser graças à mudança de controle deste território no mesmo ano de 1943 para a França livre do general de Gaulle, também aliado na luta contra o nazismo.

Aliás, até a 2ª Guerra mundial, a Guiana francesa com seu fraco povoamento e sua frágil produção, dependia quase totalmente dos abastecimentos da França. A ocupação nazista da França a partir de 1940 a isolou totalmente, e seus habitantes foram abastecidos em carne e produtos alimentícios graças a seu ouro pelo território brasileiro vizinho e salvador (GRANGER, 2012).

A autonomização do Amapá dava satisfação a um velho pedido dos habitantes, que não aceitaram a inclusão no Pará depois do laudo suíço de 1900. Este viu o reconhecimento definitivo da fronteira Norte do Brasil sobre o rio Oiapoque, contra a reivindicação francesa do rio Araguari. A decisão arbitral suíça a favor do Brasil pôs fim a dois séculos de conflito fronteiriço entre França e Portugal no começo, e com o Brasil a partir de 1822. A insistência francesa na reivindicação do rio Araguari como fronteira, interpretação do tratado de Utrecht sobre um rio fronteiriço mal definido, mostrava que, para a França, o território que mais tarde seria o Amapá representava uma abertura ao rio Amazonas, e daí uma penetração no continente sul americano com suas possibilidades comerciais (GRANGER, 2012).

O laudo suíço foi interpretado pelos franco-guianenses com uma amputação do seu território, seguindo uma invasão portuguesa que ocorreu de 1809 a 1817 no contexto das guerras napoleônicas, e que para eles constituía um precedente, os brasileiros temendo do seu lado uma não aceitação pelos franceses (GRANGER, 2012). Brasil e Guiana francesa entraram em um longo período de indiferença mútua tingida de um certo receio, acirrada pelo isolamento das regiões fronteiriças das suas capitais regionais, Macapá e Caiena, devido à falta de estradas. O desafio para o Brasil, como mostrou a missão fronteiriça do general Rondon em 1927, era combater uma influência francesa considerada forte demais na margem agora brasileira do rio Oiapoque. Rondon entendia a necessidade de integrá-la ao resto do Brasil, mas a estrada que ele planejou para ligar a cidade do Oiapoque à Macapá (futura BR 156) também tinha um objetivo de intercâmbios econômicos futuros com a Guiana francesa (RONDON, 1927). Apesar da ameaça de uma atração francesa forte demais, talvez Rondon fosse o primeiro a perceber o interesse desta fronteira como interface com a França, seguido pelo interventor federal do Pará Magalhães Barata, que visitou as três Guianas (francesa, holandesa e britânica) para estabelecer laços no final da 2ª Guerra mundial (BARATA, 1944).

Quando Magalhães Barata visitou a Guiana francesa, o Amapá acabava de ser elevado a Território federal, fazendo do Rio de Janeiro o centro das decisões relacionadas a ele e afastando-o da competência de Belém. Pouco depois, em 1946, a Guiana francesa deixava o estatuto colonial para se tornar parte integrante da República francesa com o estatuto de departamento ultramarino, colocando-a mais sob a dominação de Paris. Isso afastou ainda mais politicamente os dois territórios vizinhos (GRANGER, 2012). Porém, se o perigo de uma influência francesa potencialmente atraente no Amapá continuava apontado por alguns militares (RAIOL, 1992), o Exército brasileiro não considerava essa fronteira sensível e problemática, pelo posicionamento da França como aliada na Guerra fria (GRANGER, 2014). Até o general Carlos de Meira Mattos planejava incluir a Guiana francesa com o Amapá dentro de uma rede de comunicações destinada a integrar todas as regiões amazônicas para facilitar os intercâmbios e o desenvolvimento econômico (MEIRA MATTOS, 1980).

⁴ Testemunho recolhido em Macapá em 1998.

Isso não impediu a faixa fronteira do Amapá de se tornar incluída no projeto Calha Norte de proteção das zonas fronteiriças, mas sem que haja problemas particulares. O que confirmou o cônsul da França em Macapá, explicando que graças à “tranquilidade” dessa fronteira, o Exército brasileiro podia implantar mais homens e logística em fronteiras verdadeiramente problemáticas como as com a Bolívia ou a Colômbia⁴. A porta da França que representava o Amapá não apresentava perigo nenhum para o Brasil.

Do lado francês, o Brasil aparecia como um gigante demográfico, e o lado suíço deixou um certo receio de um Brasil avançando territorialmente ao detrimento da Guiana francesa. Porém, quando as autoridades francesas decidiram a construção da base espacial em Kourou em 1964, contrataram centenas de operários brasileiros, geralmente oriundos dos estados vizinhos de Pará e Amapá: apesar da mina de Serra do Navio ainda empregar boa parte dos operários disponíveis no Amapá, este território constituía, para a França, a fonte de mão de obra que a Guiana francesa não podia oferecer. Com um novo perigo: uma invasão migratória afogando o território francês apenas povoado com algumas dezenas de milhares de habitantes nos anos 1960.

Isso levou a dois fatos mostrando o aspecto contraditório do território brasileiro vizinho para a França (e os franco-guianenses): ao mesmo tempo que a Guiana francesa precisava de mão de obra não só para a construção civil como para trabalhos braçais em geral, autoridades políticas francesas e brasileiras se uniram no começo dos anos 70 na operação REBRACA de repatriação autoritária dos pedreiros brasileiros que o Brasil precisava para a construção da estrada Transamazônica.

Em 1983, essas mesmas autoridades estabeleceram o princípio de comissões mistas franco-brasileiras para lidar com o problema das migrações de brasileiros na Guiana francesa (IHEDN, 1983). O Amapá aparecia assim ao mesmo tempo como uma necessária reserva de mão de obra para os interesses econômicos da França e da Guiana francesa, e também como uma ameaça para o pequeno mas próspero departamento francês, por causa do desequilíbrio demográfico e socioeconômico. A imigração brasileira e a representação do vizinho como invasor potencial finalmente tornavam-se o pretexto de uma inédita política de cooperação entre Brasil e França em relação à sua fronteira comum, mas no começo em objetivos de proteção e repressão mais do que de desenvolvimento.

POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO: TAMBÉM REPRESENTAÇÕES CONTRADITÓRIAS

A imigração permitiu dar mais visibilidade a uma vizinhança percebida pelos amapaenses e franco-guianenses, mas, apesar do caso particular da construção da base espacial de Kourou, ignorada pelos Estados de França e Brasil. O primeiro a perceber as possibilidades econômicas, ambientais e culturais dessa situação parece ter sido o governador do Amapá de 1994 a 2002, João Capiberibe, com seu Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA) incluindo uma parceria com a Guiana francesa, e que apresentou com sucesso na França e na União europeia no final dos anos 90 (MOULIN, 2000).

O Amapá, de fato, tem a característica de ser o único estado brasileiro não ligado por via terrestre ao resto do território brasileiro, do qual o separam os 500 km do gigantesco estuário do Amazonas. Enquanto a Guiana francesa, juridicamente prolongamento territorial da França, por sua situação geográfica como prolongamento do escudo das Guianas ao qual pertence o Amapá, oferece mais possibilidades de ligações terrestres, daí a ideia de uma ponte binacional por cima do bastante estreito rio Oiapoque. Capiberibe via, com essa situação geográfica, além de desenravar o Amapá com uma ligação rodoviária dando acesso ao Norte a América do Sul (já pensada por

Meira Mattos), possibilidades de desenvolver o Amapá através de parcerias com a Guiana francesa e suas potências tutelares: França e União europeia. Expressa assim a ideia que o Amapá, explorando essa vizinhança, podia constituir “um Norte para o Brasil” (MOULIN, 2000).

Seu ativismo convenceu, além do presidente regional da Guiana francesa (algo equivalente a governador) Antoine Karam, também os presidentes brasileiro Fernando Henrique Cardoso e francês Jacques Chirac. FHC, ex-estudante e professor na França, e Chirac, apaixonado pelos povos indígenas das Américas, perceberam assim a situação ainda pouco valorizada de uma fronteira comum, a maior da França aliás. Isso levou ao acordo binacional de 1996 instituindo o princípio de uma cooperação regional transfronteiriça, completado pelo acordo regional entre os governos estaduais do Amapá e da Guiana francesa. O Amapá representava assim para a França uma abertura para o Brasil e o Mercosul, e a Guiana francesa representava para o Brasil, uma abertura para a França e a União europeia (THÉRY, 2003; SILVA, 2013; GRANGER, 2017).

Este reconhecimento concretizado pelos acordos binacionais fez que os presidentes dos dois Estados se encontraram do lado francês da fronteira: Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac em 1997, Lula e Nicolas Sarkozy em 2008, com aspectos mais simbólicos do que concretos aliás, até se FHC e Chirac anunciaram a ideia inicialmente planejado por Capiberibe de uma ponte por cima das águas do rio Oiapoque. Na ideia expressa pelo presidente francês Chirac, Guiana francesa e Amapá assim se tornavam elementos de uma futura via “Panamericana Norte” ligando Américas do Norte e do Sul pelo litoral Norte e Leste e quebrando seu encravamento⁵.

As ideias de integração rodoviária do Amapá, como também do Roraima, às Guianas (República da Guiana e Guiana francesa), isto é, ao mundo caribenho, permitindo uma ligação entre as duas pontas setentrionais do Brasil foram finalmente aplicadas pelo programa IIRSA com o eixo Arco Norte “saída para o Caribe” (THÉRY, 2003). Este programa de modernização viária incluía a futura ponte do Oiapoque, mas deixava a Guiana francesa fora, por ser um território juridicamente francês e europeu (GRANGER, 2017).

Porém, graças à atuação do governo estadual da Guiana francesa, a União europeia também percebeu as vantagens desta situação, e, no quadro das suas políticas transfronteiriças destinadas a frear as migrações de povos vizinhos, lançou o Programa Operacional Amazônia (POA) em 2008. Baseado em projetos transfronteiriços de desenvolvimento sustentável, esta política inclui, além do governo estadual da Guiana francesa como coordenador, os estados brasileiros de Amapá, Pará e Amazonas, o Suriname, e, a partir de 2014, a República da Guiana, quando o POA se tornou PCIA (Programa de Cooperação Interreg Amazônia). O projeto mais emblemático no final da década de 2010 foi a cobertura do Amapá em fibra ótica por uma empresa franco-guianense, mostrando como o estado brasileiro vizinho podia valorizar o know-how dos territórios vizinhos, enquanto se multiplicavam projetos de parceria escolar, cultural e científica entre instituições do Amapá e da França ou da Guiana francesa.

Além disso, a Câmara de Comércio e Indústria da Guiana francesa (CCIG) emitiu a ideia de utilizar o porto de Santana para abastecer Caiena, substituindo o caríssimo porto de Degrad des Cannes, na periferia da capital franco-guianense (GRANGER, 2017). O Amapá se tornaria assim, para a Guiana francesa, a porta de entrada dos indispensáveis produtos de importação. Mas o projeto até hoje não se concretizou, a ligação terrestre entre os dois territórios não sendo satisfatória.

⁵ Testemunho fornecido pelo ex-presidente da Guiana francesa Antoine Karam, 2010 e 2022.

Mas isso provocou uma nova contradição. Com a estrada ligando Caiena à fronteira com o Brasil (e à futura ponte) acabada em 2003, as autoridades francesas endureceram as condições de entrada dos brasileiros na Guiana francesa, ainda por medo das migrações. Com a instalação da Polícia das fronteiras (PAF) em Saint-Georges, acabou a tolerância da qual desfrutavam os moradores do Oiapoque na cidade vizinha francesa, agora ligada ao litoral franco-guianense. Esses tinham doravante obrigação de pedir um visto para entrar em território franco-guianense como os outros brasileiros, visto não necessário para Paris e a França metropolitana, enquanto o visto não era pedido aos turistas franceses, a economia amapaense precisando dos euros despejados por eles nos restaurantes, hotéis ou empresas de transporte... O Amapá, assim, como porta de entrada do Brasil e percebido como terra de lazeres e prazeres baratos para os franco-guianenses, tinha um papel semelhante ao das cidades mexicanas invadidas às noites e nos fins de semana por turistas vindo do lado estadunidense da fronteira. De fato, uma fronteira assimétrica entre Norte e Sul.

Ao mesmo tempo, as autoridades federais brasileiras temiam essa nova ligação entre o Norte do Brasil e os países produtores de droga como a Colômbia, através do Suriname e da Guiana francesa, famosos por serem os pontos de exportação de drogas para a Europa. A ligação terrestre fazendo do Amapá uma possível porta de entrada para o tráfico de cocaína e de armas (além de participar das redes de garimpagem clandestina), a Polícia federal foi reforçada em Oiapoque e o Estado federal deu uma verba de 8 milhões de reais em 2012 a organismos públicos de segurança da fronteira (polícia, justiça...). O objetivo era de fazer do Amapá uma barreira contra a invasão de produtos ilícitos no Brasil (GÉRARD, 2012). Os acordos de cooperação assim não puseram fim à desconfiança mútua causada pela situação fronteiriça, e antes de tudo, Amapá mais que uma "janela para o Norte", é visto como uma potencial porta de entrada do crime no Brasil.

AMAPÁ, JANELA OU BARREIRA PARA O BRASIL?

Na verdade, do lado franco-guianense, prevaleceu um certo ceticismo em relação à cooperação com o Amapá. O ensaísta franco-guianense Gérard Police, por exemplo, denunciando a cidade do Oiapoque como um faroeste de garimpeiros e criminosos, via o Amapá subdesenvolvido como um cavalo de Tróia para um Brasil conquistador graças às estradas facilitando as invasões de garimpeiros e outros migrantes (POLICE, 2008 e 2009). Outro exemplo, um prefeito franco-guianense que refletia a opinião de muitos dos seus conterrâneos, denunciava com um modo um pouco desprezante uma parceria que "teria sentido com São Paulo ou Rio de Janeiro, mas do outro lado é Oiapoque e Macapá...", ressaltando que as políticas de cooperação não ligavam a Guiana francesa ao Brasil economicamente dinâmico mas a uma parte geograficamente isolada e subdesenvolvida⁶.

A ponte causou ainda mais contestações, entre medo de facilitar a invasão de migrantes e mercadorias ilícitas (o que já se fazia pelas catraias), denúncias de uma decisão imposta pelos chefes de Estado sem consultar a população e sua representação política, de um projeto e uma construção especificamente brasileiros, ou que a Guiana francesa com seu estatuto e sua economia dependendo demais da França estava despreparada para tais parcerias (POLICE, 2008; THÉBAUX, 2015).

⁶ Citado no diário France-Guyane, 22 de dezembro de 2009.

As peripécias da abertura da ponte ilustram o problema: se essa foi construída em apenas alguns meses de 2011 (a terraplenagem começada em 2008), demorou 6 anos para abrir ao público. Incriminadas: as discussões em torno das normas técnicas e de seguros dos veículos atravessando a ponte, além de problemas alfandegários (SILVA; GRANGER, 2016). A França se mostrava a mais rígida, pelo temor que ainda inspirava o Brasil. A ponte finalmente foi aberta em março de 2017 em presença de autoridades francesas, franco-guianenses e amapenses, mas sem autoridades federais brasileiras, que alegaram o acesso do lado amapaense ainda em obras. Mas a cidade do Oiapoque e o Amapá em geral continuando fontes de produtos baratos e nem sempre autorizados para os franco-guianenses (carne, produtos alimentícios diversos para abastecer os restaurantes e bairros periféricos de Caiena...), e as travessias de habitantes, turistas e migrantes continuam em grande parte pelas catraias para evitar o controle da alfândega na ponte, mostrando a porosidade da fronteira separando a Guiana francesa do Brasil.

Essa fronteira ganhou uma nova função com a pandemia de covid-19 que assolou o mundo em 2020-2021: a de barreira sanitária. Para evitar a disseminação da doença, França e Brasil, como a maior parte dos países do mundo, fecharam suas fronteiras terrestres em março de 2020. O Brasil sendo o segundo país mais atingido no mundo, e o Amapá ficando entre os estados brasileiros mais contaminados, a vigilância da fronteira foi reforçada pelo Exército francês em parceria com a polícia e o Exército brasileiro. Mas apesar da proibição total de atravessar o Oiapoque, grande foi o receio dos franco-guianenses em relação a uma fronteira que tudo mundo sabia porosa como bacia de vida apesar do reforço policial.

De fato, a terceira vaga de contaminação com o variante Delta (também chamado de “brasileiro”) chegou na Guiana francesa a partir do Oiapoque, a Agência regional franco-guianense da Saúde confirmando que casos chegaram do Amapá por via de famílias transfronteiriças que disseminaram a doença nos bairros periféricos de Caiena com forte população de origem brasileira (SILVA; GRANGER, 2020). O Amapá representava doravante para os franco-guianenses, a fonte das contaminações de Covid-19, e a população como a classe política denunciaram o suposto fraco desempenho das autoridades francesas na fronteira em relação a esse problema. O Amapá continuava assim para os franco-guianenses como fonte de problemas (migrantes e doenças) invadindo seu território, enquanto as medidas sanitárias e policiais pelo contrário atrapalharam a vida dos oiapoqueenses das duas margens, devido à hibridação que caracteriza a região fronteira (SILVA E GRANGER, 2016 e 2020).

Houve no entanto uma tímida cooperação sanitária entre a Guiana francesa e o Amapá, que já existia no caso do tratamento na Guiana francesa de doentes amapaenses do HIV, mas que não chegou a testes e tratamentos de doentes no hospital de Caiena, apesar deste só ficar a 200 km do Oiapoque, comparativamente aos 560 km o separando de Macapá com uma estrada nem asfaltada na sua totalidade. Pode-se incriminar mais uma vez a desconfiança das autoridades francesas em relação à situação do Amapá, mas o fato é que os equipamentos da Guiana francesa, também, encontraram-se insuficientes e saturados. A fronteira do Oiapoque finalmente só reabriu em dezembro de 2021, mas a ponte continua fechada aos domingos por falta de policiais federais do lado brasileiro, mostrando uma falta de prioridade desta fronteira talvez considerada remota e esquecida pelas autoridades de Brasília.

O Amapá agora constitui, tanto para a Guiana francesa como a França, a porta de entrada de novas migrações, mais remotas pois naturais do Oriente Médio, sírios principalmente, e da África subsaariana, além de migrações tradicionais, mas que antigamente passavam pelo Suriname: haitianos e dominicanos. O motivo é uma relativa facilidade de acesso em um Brasil mais acolhedor que a Europa, principalmente para os sírios e africanos.

⁷ L'Orient-Le Jour (diário libanês em língua francesa), 8 de junho de 2021.

Testemunhos recolhidos em Caiena mostram que os migrantes que chegaram recentemente em Caiena ficaram alguns anos no Brasil, São Paulo principalmente, e decidiram finalmente migrar para Guiana francesa com a crise econômica dos anos 2010. Os africanos, chegando por vias marítimas ou aéreas em Fortaleza ou Recife, conheceram a passagem pelo Amapá por redes familiares, enquanto os sírios (e alguns iraquianos, palestinos e iemenitas) foram informados por sites internet radicados no Líbano. Esses sites indicam o caminho, passando pelo Amapá, e as medidas para passar os controles policiais na Guiana francesa, pelo fato de pedir o estatuto de refugiado político permitindo migrar para Paris e a União Europeia⁷. Haitianos e dominicanos por sua vez entram no Brasil por Brasileia no Acre, e aqueles que prosseguem para a Guiana francesa, por meio de redes familiares, descem o rio Amazonas até Macapá e tentam depois entrar na Guiana francesa. O Amapá assim se torna um potencial janela para uma vida melhor, a liberdade e uma certa prosperidade, simbolizadas pelo acesso - nem sempre garantido - à França e portanto à União europeia para povos mais pobres ou fugindo da guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, se a imagem do Amapá no século XX, depois de dois séculos de conflito fronteiriço, passou para a França e os franco-guianenses de ameaça a parceiro, de invasor potencial a porta de entrada do Brasil, as representações e percepções contraditórias não cessaram; pelo contrário, acirraram-se com a abertura da fronteira acompanhando-se de maiores dificuldades de acesso ao território francês para os amapaenses. Além disso, a desativação do consulado francês em Macapá 20 anos depois da assinatura dos acordos de cooperação obriga agora os amapaenses a procurar o visto de entrada em Brasília.

As dores da resolução de um litígio fronteiriço resolvido em 1900 a favor do Brasil não foram totalmente superadas pelas possibilidades de parceria que apareceram com a 2^a Guerra mundial, e depois com a construção da base espacial de Kourou no final da década de 1960: o Amapá constituía uma reserva de alimentos e mão de obra para o pequeno território ultramarino francês despovoado e pouco produtivo.

Mas essa possível complementaridade está atrapalhada pelo desequilíbrio demográfico e socioeconômico entre os dois territórios vizinhos: a prosperidade à escala regional da pouco povoada Guiana francesa (em torno de 300.000 habitantes), graças à redistribuições do governo francês e da União europeia, torna-se atraente para brasileiros do Norte, fazendo do Amapá um ponto de passagem de candidatos à emigração ou à garimpagem clandestina também naturais do Pará e do Maranhão. Assim, numerosos são os franco-guianenses achando que o Brasil continua com o desejo de invasão da Guiana francesa, desta vez através da imigração.

Conseqüentemente, a ligação terrestre entre Caiena e a fronteira com o Brasil acabada em 2003, sete anos depois dos acordos binacionais de cooperação e com bastante hesitação do lado francês, acompanhou-se de um reforço das condições de entrada na Guiana francesa e da repressão contra a imigração clandestina: abertura facilitado de uma lado para os franceses, fechamento para os brasileiros, enquanto a fronteira agora mais é atravessada por migrantes sírios, haitianos e africanos do que brasileiros, com a notável exceção dos garimpeiros. Imigrantes para os quais o Amapá aparece, senão como a terra prometida, pelos menos como a porta de entrada dessa terra; mas muitos acabam presos em Macapá ou Oiapoque pelas dificuldades de acesso ao território francês.

Finalmente, apesar dos acordos de cooperação regional, o Amapá não é percebido pelas autoridades francesas e até a população da Guiana francesa como um estado brasileiro parceiro e bastante pouco povoado, mas

como o Brasil em geral, com seu gigantismo geográfico e seus 200 milhões de habitantes ameaçando o pequeno território franco-guianense. assim no começo falava-se mais em “cooperação Guiana francesa-Brasil” do que “Guiana francesa-Amapá”. As medidas decorrendo dessa desconfiança estão atrapalhando as relações transfronteiriças, a França, segundo alguns altos funcionários do Itamaraty, justificando as dificuldades de entrada nos territórios franceses e a necessidade de visto para a Guiana francesa, além da imigração, pelo risco terrorista... que não envolve o Brasil⁸.

Um outro aspecto mostra a falta de prioridade das relações entre Amapá e Guiana francesa, percebidos como estados demasiado periféricos para as empresas e as autoridades políticas: no começo da década de 2010 foi suprimida a ligação aérea entre Caiena e Macapá, que no final da década de 1990 era cotidiana. Até 2020 Caiena era ligada por via aérea semanalmente a Belém e Fortaleza, mas essa ligação também desapareceu com a pandemia e até hoje não foi substituída. O aeroporto de Macapá só é internacional pelo nome, apesar das possibilidades de ligação com as Guianas e o mundo caribenho que poderia oferecer.

O Amapá assim poderia melhor assumir essa posição de porta de entrada do Brasil para a França e a UE, e de porta de entrada dessa mesma UE e até do Caribe para o Brasil, se esta for melhor considerada pelas autoridades tão francesas como brasileiras. Enquanto até hoje as representações do Amapá, por motivos históricos e demográficos, o veem como a ponta avançada de um Brasil supostamente ameaçador pelos franceses (franco-guianenses incluídos), e como um território remoto e afastado pelos brasileiros. Ainda não perceberam como deveriam suas características próprias, atrapalhando a valorização das vantagens desta situação de interface.

REFERÊNCIAS

BARATA, J. M. C. Uma viagem às Guianas, anexo ao relatório apresentado ao Sr. presidente da República pelo coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, interventor federal no Pará. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1944.

GERARD, F. X. Amapá, 8 millions de reais pour sécuriser la frontière, Brasilyane.fr, Caiena, 12 de novembro de 2012. Disponível em : <http://brasilyane.com/index.php/actualites-bresiliennes/actualites-amapa/572-1211-amapa-8-millions-de-r-pour-se-curiser-la-frontiere>. Acesso em 12/11/2012).

GRANGER, S. O Oiapoque, uma fronteira europeia para o Amapá e o Brasil? in: Dagunete Maria Chaves Brito e Valter Avelar (dir.). Geografia do Amapá em perspectiva, vol. 1, UNIFAP Macapá, pp. 147-163, 2017.

GRANGER, S. Entre contensão e cooperação. A percepção da fronteira guiano-brasileira pelos militares brasileiros no século XX. Revista Trashumante, revista americana de história social, México, nº3, janeiro-junho 2014, p. 48-73. Disponível em : http://trashumante_rahs.cua.uam.mx/wp-content/uploads/2014/01/6_Entre-conten%C3%A7ao.pdf

GRANGER, S. O Contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia, Revista Cantareira, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, p. 21-39, 17ª edição, julho-dezembro 2012. Disponível em : <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a2.pdf>.

IHEDN - Institut des Hautes Etudes de La Défense Nationale. Le Brésil, situation politique et relations extérieures. Paris: Section des Affaires diplomatiques, 1983.

⁸ Entrevista com o diretor e o vice-diretor do departamento Europa do Itamaraty, abril de 2015.

- LACOSTE, Y. Dictionnaire de géopolitique. Paris: Flammarion, 1995.
- LASSERRE F.; GONON, E. Manuel de géopolitique, enjeux de pouvoir sur des territoires. Paris: Armand Colin 2008.
- LEVY, J.; LUSSAULT, M. Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés. Paris: Belin, 2003.
- MEIRA MATTOS, C. Uma geopolítica pan-amazônica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- MOULIN, N. (org.). Amapá, um norte para o Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- POLICE, G. Anti-discours sur la coopération régionale Guyane-Brésil. Blada.com, Caiena. 21 janvier 2008. Disponível em : http://www.blada.com/chroniques/2008/2803-Anti-discours_sur_la_cooperation_regionale_Bresil-Guyane.htm. Acesso em 31/08/2011.
- POLICE, G. Séquestrer la coopération. Blada.com, 8 mai 2009. Disponível em : http://www.blada.com/chroniques/2009//4365-Sequestrer_la_cooperation.htm. Acesso em 31/08/2011.
- PORTO, J. Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000, Macapá: autor, 2006.
- RAIOL, O. A utopia da terra na Amazônia (a geopolítica no Amapá). Macapá: Gráfica Ltda, 1992.
- RONDON, C. M. S. Inspeção de fronteiras, relatório do General inspector. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1927.
- SILVA, G. V. Uma nova página na geopolítica franco-brasileira: as expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de geografia, 2013.
- SILVA, G. V.; GRANGER, S. Abrir, filtrar e fechar na trajetória entre o estabelecimento da fronteira entre Brasil e Guiana francesa (FR) e a crise sanitária da Covid-19. In: Ferrari M., Gusman I. et alii: Fronteira, território e ambiente: diálogos entre América latina e Europa. Cascavel: Unioeste, p. 567-586, 2020.
- SILVA, G. V.; GRANGER, S. Desafios multidimensionais para a cooperação transfronteiriça entre França e Brasil 20 anos depois (1996-2016). GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano 18 n° 38, p. 27-50, 2016. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/1055>.
- THEBAUX, P. Le pont de l'Oyapock: quels discours et quelles représentations des médias et des riverains ? Mestrado Universidade de Montpellier 2, França, 2015.
- THERY, H. Une Guyane brésilienne? Paris: Cahiers des Amériques latines n° 43, p. 103-122, 2003.

A INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO POLÍTICO NA DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE SOCIEDADES TRADICIONAIS: O CASO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI (AMAPÁ)

Kátia Souza Rangel

Júlio César Suzuki

doi: 10.51324/54180221.7

INTRODUÇÃO

A emergência das sociedades tradicionais no debate ambiental na década de 1960, em relação ao problema da inexistência de um conceito definidor destes sujeitos, impulsionou o debate teórico que resultou na definição do conceito de 'sociedades tradicionais', o qual utilizamos para compreender a criação das unidades de conservação de uso sustentável.

A criação das reservas extrativistas no Brasil, na década de 1990, inicialmente nos estados do Acre, Amapá e Rondônia, teve por origem a organização política das sociedades tradicionais, conforme defendemos em nossa análise.

No estado do Amapá, a sociedade tradicional auto identificada como agroextrativista organizou-se politicamente para reivindicar a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX-CA), tendo sido a terceira reserva extrativista criada no país, localizada em Mazagão (AP) (Figura 1).

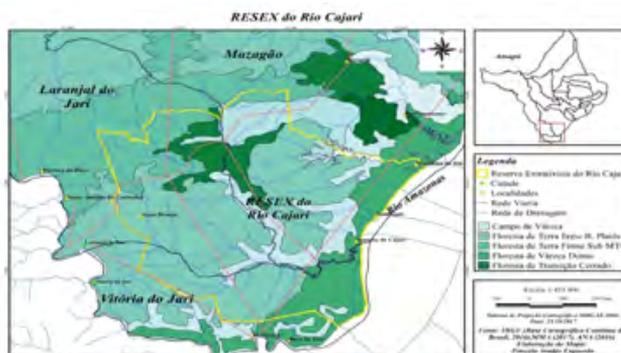


Figura 1 – Localização da Reserva Extrativista do Rio Cajari

A contribuição das sociedades tradicionais para a criação do modelo conservacionista de unidade de conservação é exposta no texto a partir de Diegues (2001), que definiu as populações tradicionais a partir de uma relação simbiótica com a natureza; Cunha (2009), que caracterizou as sociedades tradicionais do modo extensional; Suzuki (2013), que as compreendeu a partir do movimento de distanciamento e aproximação entre o modo de vida daquelas e a sociedade urbano-industrial e, por fim Rangel (2017), que remontou o histórico da luta territorial pela sociedade tradicional que habita a RESEX-CA.

Este texto possui por escopo, resgatar o debate teórico acerca das sociedades tradicionais, relacionando ao processo histórico de criação do modelo de unidades de conservação de uso sustentável, tendo por objeto de estudo o caso da RESEX-CA. Indicando-se como questões orientadoras: Como se configura o conceito de sociedades tradicionais no debate brasileiro? Como este conceito se refletiu na criação da RESEX-CA?

Sobre o método, este conforma-se por meio do materialismo histórico e dialético, pela teoria da criação e recriação do campesinato e no trabalho de campo vinculado ao relato etnográfico. Como técnicas de pesquisa, realizamos o levantamento bibliográfico, pesquisa documental, trabalho de campo e história oral.

No que se refere à estrutura do texto, a primeira seção remonta o debate teórico acerca do referido conceito; a segunda seção resgata a expressão 'indigenous people' e a interpretação do uso dos recursos naturais como ameaça à preservação da natureza, sobrepondo unidades de conservação preservacionistas aos territórios tradicionais e a expulsão destas sociedades, especificamente no estado do Acre, pela expansão do modo de produção capitalista, impelindo a criação do movimento social dos seringueiros e das unidades conservacionista de proteção da natureza. Já a terceira seção expõe a luta dos castanheiros e agroextrativistas da região do Rio Cajari, no estado do Amapá, que reivindicaram a criação da RESEX-CA como estratégia de resistência ao desmatamento anunciado pelo Complexo Agroindustrial Jari.

SOCIEDADES TRADICIONAIS E TERRITÓRIO: BREVES REFLEXÕES CONCEITUAIS

As sociedades tradicionais (DIEGUES; ARRUDA, 2001; SUZUKI, 2013; RANGEL, 2017) têm sido definidas no atual período histórico pelo modo de vida (MARQUES, 1994; SUZUKI, 1996; RANGEL, 2011; NABARRO, 2014) associado ao uso direto dos recursos naturais, à ocupação histórica do território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; 2006; SAQUET, 2010) com o qual estabelecem uma relação material, baseada na produção das condições necessárias à sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, simbólica, baseada no sentimento de pertencimento (FERNANDES, 1967; 1972) e relações de territorialidade (BONNEMAISON, 2002; SAQUET, 2010; DI MÉO, 2014).

Juridicamente, elas são definidas por meio do Decreto Federal 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, segundo o qual:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: [são] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto Federal 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, art. 3º, parágrafo I).

Diante o exposto, o conceito de povos e comunidades tradicionais define grupos que organizam-se socialmente diferente da organização observada pela sociedade urbana e industrial, permanecendo num mesmo território ao longo de diferentes gerações, no qual a família extensa (CANDIDO, 2001; WOORTMANN; WOORTMANN, 1997; WOORTMANN, 2004) estrutura a divisão do trabalho familiar (CÂNDIDO, 2001) entre seus membros, onde cada um é responsável por uma etapa do processo produtivo (RANGEL; SUZUKI, 2008), caracterizando a indústria doméstica, cujo conceito foi discutido por (CÂNDIDO, 2001).

Ainda, o conceito de povos e comunidades tradicionais refere-se a indígenas e não indígenas, reunindo ampla diversidade de grupos sociais, cujo modo de vida incorpora intensa relação com a natureza e com o território apropriado.

Para Suzuki (2013, p. 629), as sociedades tradicionais são grupos cuja reprodução "se dá com base nos recursos naturais", a partir de "sensíveis e expressivos vínculos estabelecidos entre sociedade e natureza". Ao definir o conceito, o autor retomou as características dessas sociedades, elencadas por Diegues (2000) e organizadas por Rezende da Silva (2004a, p. 29), assim indicadas:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do que se constrói um *modo de vida*;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou de espaço onde o grupo social se reproduz economicamente e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado pelos centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de “mercadorias” possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica numa relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco e compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e ao extrativismo;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com outros grupos de poder dos centros urbanos;
- k) auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

A partir das características acima expostas, notamos que Diegues (2000) compreende a noção de modo de vida a partir de uma interpretação bucólica e harmônica da relação estabelecida entre determinada sociedade tradicional e a natureza por ela manejada, considerando que tal relação seja baseada em vínculos de dependência e simbiose diante do não domínio do grupo sobre os ciclos de reprodução da natureza, das condições climáticas e da ocorrência de catástrofes naturais.

A cosmologia campesina e o catolicismo rústico (QUEIROZ, 1968; SILVA, 1982; XIDIEH, 1972) contribuem para a compreensão de que tais fenômenos são explicados segundo desígnios divinos e de seres mágicos, que são representados por simbologias mítico-religiosas e aos quais são atribuídos a função de regular o uso dos recursos naturais na justa medida para a satisfação das necessidades daquela sociedade, recorrendo-se à permissão de tais entidades antes de proceder-se a caça, a pesca e o extrativismo, já que estas atuam como protetoras dos recursos naturais contra o sobreuso e maus tratos.

No bojo da relação dependente e simbiótica descrita por Diegues (2000), bucólica e harmônica, por um lado, a natureza disponibiliza terras agricultáveis, alimentos e matérias primas para a subsistência do grupo que, por outro, contribui para o aumento da biodiversidade por meio do cruzamento de espécies, propaga o cultivo de determinadas espécies vegetais e aumenta a fertilidade de alguns tipos de solos, de modo que a observação e apreensão dos ciclos de reprodução dos recursos naturais faz-se necessário ao uso dos mesmos.

Diegues (2000) considera que o modo de vida constituído pelas sociedades tradicionais produz baixo impacto sobre o ambiente, não apenas pelos de dependência e simbiose, mas também pelo baixo nível de tecnificação empregado nas formas de exploração e beneficiamento dos recursos necessários à reprodução daquela sem provocar o esgotamento destes, garantindo o uso sustentável com vista à sobrevivência de sucessivas gerações.

Na concepção do autor, as categorias de análise “sociedades tradicionais” e “natureza” são elementos fundantes do modo de vida e, para além disso, resulta também da relação estabelecida entre estas, o território e a natureza na constituição de denso conhecimento tradicional (DIEGUES, 2001) sobre os recursos naturais manejados, que é transmitido oralmente às gerações subsequentes, à medida que os filhos observam o trabalho de seus pais e contribuem nas tarefas diárias sazonalmente definidas.

Sobre o território, a noção de ocupação deve ser superada pela compreensão de sua apropriação histórica, concreta e simbólica (HAESBAERT, 2004; 2009), apontando para o estabelecimento de uma profunda relação de territorialidade, que por sua vez é mais intensa que a simples ocupação.

Isso porque o território apropriado coletivamente é o lugar (TUAN, 1983) em que estão presentes elementos concretos e simbólicos (HAESBAERT, 2004; 2006) pertinentes à trajetória do grupo, como valores e conhecimentos transmitidos desde o ancestral comum, ou dos primeiros ocupantes, às sucessivas gerações, fazendo com estas percebam-se integradas, a partir do território, a um sistema familiar histórico, que por sua vez compõe um sistema comunitário, social e cultural, estabelecendo relações de identidade e de pertencimento com o território apropriado.

O território representa, nesta perspectiva histórica e material, o lugar de moradia do grupo, em que as famílias constroem suas casas, roçados, quintais, caminhos no interior da floresta, delimitam os territórios de caça e pesca e, na perspectiva simbólica, o lugar de contato com o mítico, de aparecimento de santos, de realização de milagres, de sepultamento dos mortos e de semente dos cordões umbilicais dos recém nascidos, entre outros.

É, exatamente, pela concessão dos territórios coletivos, historicamente apropriados, que as sociedades tradicionais têm lutado, e não por qualquer outro território; elas lutam por permanência pela garantia de permanência das futuras gerações, e não para serem remanejadas ou pela possibilidade de e/i/migrarem.

É a partir da constituição de relações de territorialidade próprias que determinada sociedade passa a identificar-se como diferente da sociedade urbano-industrial com a qual se relaciona, assumindo uma identidade específica para si e constituindo, desse modo, ampla diversidade cultural entre as sociedades tradicionais.

A identidade assumida, segue-se a reivindicação de seu reconhecimento público, resultando na emergência de expressiva pluralidade cultural entre as sociedades tradicionais, que diante da diversidade que lhes é inerente, tem como característica comum o uso direto da natureza como elemento fundante do modo de vida, bem como a apropriação do território numa dimensão histórica, material e simbólica.

Assim, identifica-se, na atualidade, as seguintes identidades: açorianos, agroextrativistas, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, caranguejeiros, catingueiros, ciganos, extrativistas, faxinalenses, fundos de pasto, geraizeiros, indígenas, jangadeiros, marisqueiros, pantaneiros, pescadores artesanais, pomeranos, povos de terreiro, praieiros, quebradeiras de côco, quilombolas, retireiros, ribeirinhos amazônicos e não amazônicos, seringueiros, sertanejos, torrãozeiros, varjeiros e vazanteiros (DIEGUES; ARRUDA, 2001; SUZUKI, 2013; SILVA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016; MIRANDA, 2017; RANGEL, 2011; 2017).

Neste sentido, Cunha (2009, P. 278) se refere ao conceito "população tradicional" como extensional, evidenciando tal pluralidade e indicando que o conceito está em processo de construção, considerando os seguintes elementos:

definir as populações tradicionais pela adesão à tradição seria contraditório com os conhecimentos antropológicos atuais [considerando a crítica da invenção das tradições]. Defini-las como populações que têm baixo impacto sobre o meio ambiente, para afirmar depois que são ecologicamente sustentáveis, seria mera tautologia. Se as definirmos como populações que estão fora da esfera do mercado, será difícil encontrá-las hoje em dia. Nos textos acadêmicos e jurídicos descrevem-se em geral as categorias por meio das propriedades ou características dos elementos que as constituem. Mas as categorias sociais também são descritas "em extensão" – isto é, pela simples enumeração dos elementos que as compõem. Por enquanto, achamos melhor definir as "populações tradicionais" de maneira "extensional", isto é, enumerando seus "membros" atuais ou candidatos a "membros".

A condição extensional atribuída ao conceito refere-se às identidades já reconhecidas e às sociedades que reivindicam o reconhecimento de suas identidades como conservacionista, com possibilidade de conquistar direitos territoriais por meio de processo administrativo tramitado em diferentes órgãos públicos, como a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A reivindicação destas identidades ganhou visibilidade a partir da luta empreendida pelos seringueiros, que se organizaram politicamente para reclamar a criação de territórios legalmente destinados à reprodução de seu modo de vida, salvaguardando o uso sustentável da Floresta Amazônica, ainda que sob a tutela do Estado, contrapondo-se ao avanço da frente pioneira (MARTINS, 1975).

Na medida em que latifundiários e empresas de colonização oriundos das regiões Sul e Sudeste, passam a adquirir pequenas posses de terra a fim de implantar fazendas pecuaristas e assentamentos de reforma agrária em áreas ainda florestadas, criou uma situação de violência, expulsando e ameaçando as famílias que queriam permanecer na terra.

Diante do exposto, o debate teórico acerca da definição do conceito sociedades tradicionais superou a noção de bucolismo e simbiose, conquistando a definição jurídica baseada na valorização cultural de seus territórios e conhecimentos tradicionais, alcançando o entendimento da condição extensional da emergência de novas identidades, por vezes já organizadas politicamente em movimentos sociais e, atualmente, pelo modo de vida associado ao uso direto da natureza e ocupação histórica do território.

SOCIEDADES TRADICIONAIS E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: INSTITUCIONALIDADES DO TERRITÓRIO E CONFLITOS ESPACIAIS

As sociedades tradicionais, inseridas no modo de produção capitalista, sofrem a pressão que a sociedade urbano-industrial exerce sobre as matas e as florestas. Segundo Furlan (2000, p. 4), o modo de produção capitalista tem o desmatamento como emblema de desenvolvimento:

O desmatamento é um símbolo que se coloca acima das pessoas, das leituras sobre suas causas, das consequências e até mesmo acima da própria compreensão sobre a dinâmica das florestas tropicais, que costumam se derrubar naturalmente como parte de processos intrínsecos ao seu funcionamento.

Tal emblema reflete a contradição existente no pensamento capitalista que opõe floresta e cidade, elegendo esta como *locus* da urbanidade, do desenvolvimento e da tecnologia, a partir do que a floresta é relegada a ser lugar apenas de árvores, animais e recursos naturais a serem explorados, desconsiderando tecnologias desenvolvidas pelas sociedades que, há gerações, manejam os recursos naturais, como se evidencia na fala do Sr. Pedro Ramos ao tratar de um dos períodos mais expressivos de defesa do desmatamento como expressão de progresso:

A ditadura militar estabeleceu um modelo de desenvolvimento da Amazônia para desafogar trabalhadores rurais e alocar os movimentos e lutas que havia no sul e no sudeste pela reforma agrária. (...) o governo arquitetou todas as estruturas necessárias (...) para implantar determinadas empresas aqui no país: construir portos, ter geração de energia e assim foram criadas as usinas, como a de Tucuruí e, aqui no Amapá, a usina do Paredão. Foi necessária a abertura de estradas, como a Transamazônica e, no Amapá, a Perimetral Norte. Foram construídos os portos de Barcarena, no Pará, depois o de Itaqui, no Maranhão e ferrovias para escoar a produção.

A SUDAM¹ foi revigorada e, no tempo da ditadura não existia o INCRA², existia o INDA³ e o IBRA⁴. Depois, esses dois eclodiram com as outras instituições que criaram o INCRA e fortaleceram a SUDAM, [que] recebia os projetos, tinha o dinheiro, e o INCRA entrava com as terras. Nessa história da terra é que nós entramos. [O] INCRA não era preparado para atender o povo do Amazonas, era preparado para atender tudo o que fosse agrícola (Sr. Pedro Ramos, em roda de conversa, em 02.07.2013).

Como resultado do forte impacto ambiental provocado pelas políticas desenvolvimentistas, órgãos centrais do capitalismo, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, passaram a exigir a criação de unidades de conservação ambiental de uso indireto, como contrapartida para a liberação de empréstimos internacionais solicitados pelos governos dos países subdesenvolvidos, detentores de remanescentes florestais, para implementarem programas de desenvolvimento e obras de infraestrutura.

A imposição da criação de unidades de conservação para obter empréstimos financeiros do Banco Mundial e Interamericano, como forma de impor-se a preservação da natureza em terras devolutas, consideradas vazias populacionais, sem a prévia consulta da ocupação humana (REZENDE DA SILVA, 2004b, p. 1193).

O modelo preservacionista passou a ser questionado pelas conferências ambientalistas internacionais realizadas a partir do final da década de 1960, adotando a primeira denominação dada às sociedades tradicionais foi '*indigenous people*' (DIEGUES, 2005, p. 44; FURLAN, 2000; MOREIRA, 1998).

A expressão '*indigenous people*' não fora concebido como conceito científico e, portanto, não sendo definido teoricamente, mas como termo político usado em referência às sociedades que habitavam territórios que foram sobrepostos às unidades de conservação, dentre as quais indígenas, antigos migrantes e seus descendentes, que foram expulsos quando da regulamentação jurídica das unidades de conservação preservacionistas.

Neste sentido, as sociedades as quais o termo '*indigenous people*' referia-se foram denominadas por Dowie (2008) como 'refugiados da conservação' com o objetivo de denunciar a expropriação empreendida pela criação de unidades de conservação de proteção integral sobre territórios tradicionais florestados em países como Estados Unidos, África e Índia, e os resultados negativos das políticas preservacionistas:

Durante a década de 1990, o Tchad, na África, aumentou a quantidade de terra nacional sob proteção de 0,1% a 9,1%. Toda essa terra tinha sido habitada previamente pelos que são agora refugiados da conservação, estimados 600.000 pessoas. Nenhum outro país, além da Índia, que admite oficialmente ter 1,6 milhões, está calculando adequadamente esse número crescente de refugiados. As estimativas mundiais feitas pela ONU [Organização das Nações Unidas], IUCN [União Internacional para a Conservação da Natureza], e alguns antropólogos variam de 5 a 10 milhões de refugiados da conservação. Charles Geisler, um sociólogo da Universidade de Cornell, que pesquisou deslocamentos na África, afirma que só no continente africano o número supera os 14 milhões de pessoas (DOWIE, 2008, p.118).

O modelo de preservação ambiental baseado na criação de Unidades de Conservação de uso indireto seguiu o paradigma preservacionista, que orientava a proteção integral dos remanescentes florestais em áreas de natureza supostamente intocada.

A orientação econômica dos fundos internacionais, por sua vez, foi influenciada pela expansão do movimento ambientalista internacional, sobretudo por meio de organizações não governamentais transnacionais como a International Union for Conservation of Nature (IUCN), a World Wide Fund (WWF) e The Nature Conservancy

¹ SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

² INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

³ INDA: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

⁴ IBRA: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

(TNC), que a partir da década de 1960 passaram a organizar simpósios internacionais, como a Conferência de Estocolmo, em 1979, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e, o V Congresso Mundial de Parques na África do Sul em 2003 (DIEGUES, 2008).

As críticas sofridas por aquele modelo, inclusive as crises sociais provocadas, têm motivado a reclassificação de unidades de conservação, de uso indireto Integral para unidades de conservação de uso sustentável, como o Parque Estadual Jacupiranga que foi reclassificado, compondo um mosaico de unidades de conservação de uso sustentável (Lei nº. 12.810, de 21 de fevereiro de 2000).

Neste sentido, Rezende da Silva (2004b, p. 157) propõe:

(...) ao invés de excluir as áreas de ocupação humana, no caso das populações tradicionais, é possível a mudança de categoria da Unidade de Conservação para uma outra melhor adequada a realidade da Unidade. O SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – em seu capítulo III, artigos 7º, 14º, 18º e 21º, propõe Unidades de Conservação de Uso Sustentável, com duas subcategorias que se adequariam às áreas de ocupação humana tradicional (...). São elas: Reserva Extrativista e Reserva Ecológica Cultural.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000), as subcategorias possíveis são: Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva da Biosfera, Parque Nacional e Monumento Natural) e Unidade de Uso Sustentável (Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Extrativista, Área de Proteção Ambiental, Área de relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Floresta e Reserva Particular do Patrimônio Natural)

A evolução jurídica do conceito de reserva extrativista está associada à organização política do movimento social dos seringueiros, que reivindicavam a criação de espaços destinados à exploração sustentável da Floresta Amazônica, defendendo o extrativismo diante das políticas de incentivos aos latifúndios agropecuários e consequente desmatamento da floresta (MOREIRA, 1998, p. 16).

Desse modo, o movimento social dos seringueiros do Acre e castanheiros do Amapá conquistou não apenas a criação das reservas extrativistas, como sua adoção no bojo de um modelo de unidades de conservação de uso sustentável, condizente com o desenvolvimento social das sociedades tradicionais em seus territórios.

Tais propostas e reivindicações foram contempladas no inciso VI do artigo 9º da Lei federal nº 7.804, de 18 de julho de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos:

(...) a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas (inciso VI, artigo 9º da Lei federal nº 7.804/1989).

Para Moreira (1998:15), o artigo 9º foi a primeira definição do conceito de reserva extrativista, sendo que o 1º artigo do Decreto federal nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, a define de forma mais elaborada e completa em relação às demandas sociais, definindo-a como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”.

A definição do SNUC permite-nos entender a reserva extrativista como um tipo de unidade de conservação que objetiva compatibilizar a reprodução e valorização, cultural e social, das sociedades tradicionais, ao uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, de forma socialmente justa e economicamente viável:

Artigo 18 - A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na

agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Decreto federal nº 98.897/1990).

§ 1º A Reserva extrativista é de domínio público, com uso concedido as populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta lei e em regulamento específico sendo que as áreas particulares incluídas em seu limite devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (Decreto federal nº 98.897/1990).

Ainda o 2º parágrafo do artigo 7º do SNUC apresenta os objetivos das reservas extrativistas e unidades de conservação de uso sustentável, que 'é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais'.

Assim, Moreira (1998:15) aponta que o atual conceito de reserva extrativista incorpora aspectos relacionados à exploração sustentável, ao desenvolvimento local, à proteção contra usos de terceiros e a outras finalidades que não a extrativista; aos direitos fundiários das comunidades tradicionais e ecológicos referentes à biodiversidade local e princípio da conservação, conferindo às reservas extrativistas "enorme potencial para a solução de vários problemas ambientais [funditários, econômicos e sociais]".

Também, a criação das reservas extrativistas tem sido uma importante estratégia para a manutenção da propriedade coletiva dos territórios tradicionais, pois são normatizados como indivisíveis e inalienáveis, não podendo ser vendidos, de modo que a sucessão das posses obedece às regras de herança definidas socialmente pela tradição.

Desse modo, garante-se a retirada destes territórios da especulação imobiliária, exclui-se a possibilidade de serem convertidos em valor de troca devido à impossibilidade destas serem apropriadas privadamente, ou de que nelas sejam implementados projetos que contradizem com a sustentabilidade e o modo de vida tradicional, predominando, portanto, o valor de uso pelos atuais moradores e descendentes.

A posse legal passa a ser garantida por meio do Termo de Concessão de Uso, estabelecido entre o Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMbio), que é o órgão gestor das unidades de conservação brasileiras, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a associação de moradores, na qual são cadastrados os beneficiários.

Diante do exposto, a oposição criada entre espaços urbanos supostamente modernos e espaços naturais supostamente atrasados influenciou na exigência de criação de unidades preservacionistas como contrapartida do financiamento internacional às obras desenvolvimentistas empreendidas pelos governos militares, mas cujo modelo já vinha sendo criticado pelo movimento ambientalista internacional.

Foi no âmbito do movimento ambientalista que a expressão '*indigenous people*' fora utilizada como referência aos moradores das áreas naturais que estavam sobrepostas pelas unidades de conservação, redesignadas por Dowie (2008) como *refugiados da conservação* em referência às crises sociais resultantes deste modelo.

No entanto, no Brasil, a superação do modelo preservacionista fora confrontado efetivamente pelo modelo conservacionista, quando o movimento seringueiro conquistou a criação das reservas extrativistas, em que um dos exemplos é o da Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá).

A CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI

A criação a Reserva Extrativista do Rio Cajari não foi simples, tampouco rápida, pois exigiu lutas e confrontos, em que um momento fundamental se deu com a mobilização do movimento seringueiro que espalhou-se para o estado do Amapá, no último quartel do século XX, por meio da participação de membros do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais⁵ do Território Federal do Amapá em reuniões dos movimentos sociais da região Norte, como a Articulação Nacional dos Movimentos Populares, dos Movimentos Sindicais (ANAMPOS) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) (RANGEL, 2017).

Naquela oportunidade, iniciou-se a discussão sobre a criação de assentamentos extrativistas, sendo que, para Rangel (2017), a formulação do conceito de assentamento extrativista antecedeu os debates acerca do conceito de reserva extrativista, partindo da noção de colocação sem patrão, de terra coletiva e ao mesmo tempo familiar, e com extensão territorial que garantisse os recursos naturais necessários à reprodução de uma família por meio de seu trabalho autônomo, tendo sido elaborada uma contraproposta para o INCRA, formulada com a ajuda de intelectuais como Carlos Walter Porto Gonçalves (2001), Mary Allegretti (2002) e Antônio Sergio Filocreão (2007), que passavam para o papel as ideias discutidas pelas lideranças.

O debate sobre o que seriam os assentamentos extrativistas, no Cajari, era realizado entre as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e lideranças locais em lugares escondidos, como nos barracos construídos nos castanhais, a fim de definir o conceito em discussão e planejar as estratégias de enfrentamento do desmatamento anunciado pela Jari, tendo a organização política local resultado na perseguição das lideranças, que passaram períodos escondidos dos militares e funcionários da Jari (RANGEL, 2017).

Rangel (2017), também, identificou, em suas pesquisas de campo, que entre os elementos das restrições impostas pela Jari Celulose após o anúncio do desmatamento, havia a proibição de realização das roças e o não abastecimento das tabernas, obrigando a população local a comercializar escondida castanha com marreteiros e regatões, o que era proibido pela Jari Celulose, bem como o acesso aos castanhais, que era autorizado mediante reconhecimento da propriedade daquelas terras para a referida empresa.

Apesar das proibições e perseguições, foi por meio de tais reuniões e assembleias que se aprovou, no então Território Federal do Amapá, a proposta de criação dos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), tendo sido proposta ao INCRA-AP, por volta de 1985, conforme relato do Sr. Pedro Ramos:

Fomos formulando um modelo de criação dos assentamentos extrativistas e, antes da reserva, foram criados os assentamentos. 9 aqui no Amapá: 3 no Rio Maracá, 3 no Rio Cajari e 3 no Rio Jari, mas, de fato, só conseguiram criar os 3 do Rio Maracá, que foi uma área muito conflituosa com pessoas do Paraná e os extrativistas, faziam o saque da produção e afundavam a embarcação das pessoas, conseguimos uma audiência com o governador.

(...)

Nós começamos pelo INCRA (...) [que] não era preparado para atender o povo do Amazonas (...). Nós já tínhamos tentado negociar essa proposta antes do Eduardo Raduan, com o ministro da reforma agrária, o amazonense Nelson Ribeiro e com o presidente do INCRA, o paulista José Gomes da Silva e eles não aceitaram de forma alguma. Com a entrada do novo presidente do INCRA, José Darmam, e Marcos Freire enquanto ministro da Reforma Agrária, eles ficaram fascinados: "É esse modelo de reforma agrária que queremos para a Amazônia!" Essa discussão ocorreu em Brasília.

(...)

Um dia estou na sede do sindicato e recebo um fax do sindicato de Santarém, e quem assinava era o sindicato e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), aliada à Igreja Católica,

⁵ Em decorrência dos conflitos fundiários, a organização do movimento seringueiro partiu das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organizadas pela Igreja Católica a fim de apoiar as lutas dos trabalhadores rurais, orientá-los na reivindicação de seus direitos relativos ao Estatuto da Terra e denunciar os casos de violência e expulsões de suas posses. Assim, gradativamente, as comunidades eclesiais de base tornaram-se espaços de organização política dos seringueiros. No bojo deste processo, foi durante as atividades das CEBs que algumas lideranças comunitárias foram indicadas para um curso de sindicalismo oferecido pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que culminou na criação do primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasília, em 1976 e do sindicato de Xapuri. Para maiores detalhes sobre o assunto, vide ALLEGRETI (2002), VENTURA (2003); CUNHA (2009).

denunciando que o presidente do INCRA em Belém era assessor jurídico da Jari, e nós tínhamos uma luta com a Jari!

(...)

Eu marquei a audiência com (...) a Raquel Capiberibe⁶ e fomos conversar sobre essa questão do presidente do INCRA de Belém ser assessor jurídico da Jari, que iríamos lutar pela criação de uma superintendência aqui no Amapá. Só que a gente não tinha nome⁷ e eu falei: 'Eu tenho! (...) Conheço os filhos do ex-governador daqui: Janary Nunes Filho, Iracema e Goudar e Guaracá', que era um porra-louca [e] estávamos precisando de um porra-louca, justamente naquela época, para assumir a superintendência, para fazer o que a gente queria aqui. Ele veio e acabou assumindo o cargo e, com ele, foi criado os primeiros assentamentos no Amapá (...) os assentamentos agroextrativistas do Maracá! Fica aqui na estrada Macapá-Jari. Em torno de 700 mil hectares; antes eram 400 mil hectares que se dividiam em Maracá I, II, III e, hoje, se uniram e formaram o Maracá.

(...)

É com esses assentamentos extrativistas que se criou a primeira legislação para os extrativistas nesse país: não é uma lei, mais sim uma portaria assinada pelo Eduardo Raduan, que era o presidente do INCRA naquela época: a portaria n° 627, que criava a figura jurídica dos assentamentos extrativistas e é a primeira legislação que protege os extrativistas.

(...)

Logo após isso, morreram em um acidente de avião, nas cabeceiras dos Carajás, o ministro da Reforma Agrária Marcos Freire e o Eduardo Raduan, que era o presidente do INCRA e, quem assumiu o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária foi Leopoldo Peçanha e o presidente do INCRA, era um nome esquisito que eu não consegui gravar⁸ e que também não gostava dele. O presidente do INCRA criou o assentamento extrativista no mês de outubro: três aqui no Amapá e seis no Acre e, entre os seis do Acre, estava justamente o seringal Cachoeira, em que o Chico Mendes vivia.

Quando foi em 1º de dezembro, ele retirou o assentamento do Plano Nacional de Reforma Agrária e ficou sem condições, pois não receberia apoio nenhum do governo (...).

Quando o governo reconhece um assentamento, ele financia em longo prazo quase a fundo perdido: moradia, os primeiros plantios, alimentação e, como eles tiraram o assentamento do Plano Nacional, era como se não tivesse direito a nada (...) e nós estávamos terminando todos os levantamentos socioeconômicos para a criação de mais três assentamentos no vale do Jari e no Cajari (...). Foi o Leopoldo Peçanha quem desfez o grupo de trabalho e retirou os assentamentos extrativistas do Plano Nacional de Reforma Agrária.

(...)

Quando estamos no barco e ouvimos pelo rádio da Voz do Brasil que o Peçanha tinha destituído o grupo de trabalho que tinha criado, e tinha retirado os assentamentos extrativistas, que eram três aqui no Amapá e seis no Acre, do Plano Nacional, isso causou um mal estar, uma agonia dentro da gente. Tínhamos aqueles assentamentos como uma vida de conquista e, de repente, tiram. Aquilo se tornou algo muito ruim. Isso foi pior que uma derrota! Uma ressaca daquelas que você não levanta, foi horrível!

Como não foi possível criar o assentamento, a gente utilizou o conceito de assentamento e ajustou para a criação da reserva. E tem grandes princípios [em comum]: os assentamentos são coletivos e as reservas também, os assentamentos têm colocação que são de grupos familiares e as reservas também. Só que houve uma inversão: não se poderia mais falar em reforma agrária.

Fomos para dentro do IBDF⁹, que nesse tempo ainda não existia o IBAMA: pegamos o conceito dos assentamentos extrativistas e adaptamos para a reserva extrativista.

Qual a diferença entre isso: com o INCRA, é a reforma agrária dando carona para a proteção ambiental; com a reserva extrativista, era a proteção ambiental dando carona para a reforma agrária, é diferente! Mas porque é diferente, não se podia mais falar em reforma agrária para a Amazônia do jeito que se pensou. E o Sarney, criou as primeiras reservas, ele não sabia o que estava assinando porque os conceitos foram discutidos por nós.

No Acre, só a Reserva Chico Mendes tinha 980 mil hectares, a do Vale do Juruá são 680 mil, Ouro Preto, 432 mil e, no Amapá, 501 mil da Reserva Cajari. Só que do jeito que a gente propõe, era o único jeito de se ter a proteção ambiental.

(...)

Passamos um ano discutindo sobre a criação da reserva. Pegamos a Jari de surpresa e quando eles se espantaram já havia criado a reserva

(Sr. Pedro Ramos, em entrevista registrada por Priscyla Araújo Esquerdo, em 11.06.2014).

⁶ Raquel Capiberibe, filiada ao PSB, foi eleita a primeira Deputada Federal do Amapá e foi representante do estado na Assembleia Constituinte.

⁷ Ou seja, não sabiam quem indicar para a presidência da futura superintendência.

⁸ José Eduardo Vieira Raduan foi sucedido, durante um período de dez dias entre 14 e 24/09/87, por Airton Luiz Empinotti; sucedido por Iris Rezende Machado (19/05/89 - 19/07/89), a quem se seguiu Mário Luiz Pegoraro (19/07/89 - 16/05/90).

⁹ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

Para Cunha (2009, p. 279), os povos das florestas estavam “dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais”, tais como manutenção da qualidade do ar, do solo e água, sendo, assim, transformados em parceiros da conservação. Pois,

Numa surpreendente mudança de rumo ideológico, as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao “desenvolvimento”, ou na melhor das hipóteses como candidatas a ele, foram promovidas à linha de frente da modernidade. Essa mudança ocorreu basicamente pela associação entre essas populações e os conhecimentos tradicionais e a conservação ambiental (CUNHA, 2009, p. 277).

Segundo o Sr. Pedro Ramos, tal mudança ocorreu por meio do processo de organização política do movimento sindical e seringueiro em favor das demandas apresentadas pelos “povos da floresta” (CUNHA, 2009), ou o “povo do rio” (Pedro Ramos, em 02 jul. 2013), conforme relato do próprio:

Descobrimos que a nossa luta não era simplesmente por um pedaço de terra, mas sim, uma luta social, econômica, ambiental e luta agrária, e tínhamos que nos envolver com conhecimento agrário, com o Estatuto da Terra e abrimos frente envolvendo todos os ramos. Foi nessa época que começamos a divulgar o CNS [Conselho Nacional dos Seringueiros], o Chico Mendes e eu viajávamos para os EUA, Europa, América Latina... andamos muito para chegar ao estado de hoje. Trabalhamos muito no Eco 92. (Sr. Pedro Ramos, em roda de conversa realizada em 02.07.2013).

Assim, gradativamente, tanto por meio dos diálogos nacionais como internacionais, que mobilizavam diferentes setores da sociedade e alcançavam visibilidade social, a proposta de criação das reservas extrativistas fortaleceu-se e aprimorou-se em tais debates, conformando um conjunto de procedimentos a serem seguidos:

Ele [o seringueiro] faz um contrato com o governo para uso por trinta anos, por exemplo – mas ele não pode vender a terra. Pode até vender as benfeitorias para outra pessoa identificada com a vida de seringueiro, identificado com a floresta e não uma pessoa com intenção de desmatar. Ele não pode também desmatar. Só pode derrubar, numa unidade familiar daquelas, durante 30 anos, cinco por cento para cultura de subsistência. Depois de 30 anos, o contrato pode ser renovado (Chico Mendes, em entrevista cedida ao jornal O Grito da Floresta, 16.01.1988:04).

Segundo o Sr. Pedro Ramos, o elemento socialmente valorizado em tal proposta era a proibição do desmatamento, bem como a superação da propriedade privada da terra, de modo que a floresta conservada permaneceria sob a tutela da União: “Justamente o que nos socorre é a ideia de coletividade. E por que reserva extrativista? Porque ela não nos permitia nem de dentro, nem de fora, derrubar as árvores. Principalmente em áreas econômicas” (Sr. Pedro Ramos, em roda de conversa realizada em 02 jul. 2013).

Como resultado da mobilização alcançada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e pela Aliança dos Povos da Floresta (CUNHA, 2009; ALLEGRETTI, 2002), os grupos ambientalistas passaram a valorizar os conhecimentos tradicionais sobre a floresta diante da sociedade civil, de sorte que as sociedades tradicionais reconheceram-se como verdadeiras conservadoras das florestas por meio de seus saberes e garantiram seus espaços de voz no debate ambiental de tal modo que financiaram sua atuação em favor da criação das reservas extrativistas:

O Fernando Cezar Mesquita teve um papel muito importante nesse processo. No final de fevereiro a início de março, ele estava muito devagar, então a Mary Allegretti me chamou e disse: “Pedro, esse cara está andando para trás. Nós temos que motivar ele e você do Cajari têm uma relação muito forte com a WWF [World Wide Fund] dos Estados Unidos. Ofereçam um prêmio internacional ao Fernando Cezar Mesquita. Depois, eu, conversando com o Fernando, lhe pedi para nos ajudar e assim ganhar o prêmio. Eu lhe falei: “Já pensou o seu nome ser reconhecido internacionalmente por estar ajudando o meio ambiente brasileiro e você aparecer na criação das primeiras reservas extrativistas?” E ele disse: “Que prêmio internacional é esse?”

Eu disse: "Poxa! A WWF estava perguntando para mim qual era o nome que eu poderia indicar para dar um prêmio, mas a WWF só vai aceitar se for criada a reserva". Daí ele colocou a pasta debaixo do braço e foi falar com o José Sarney e, quando foi no dia 12 de março de 1990, o Sarney assinou a criação da reserva nos seus últimos dias de mandato. Eu falei com o John Bradelle, que era o coordenador da WWF no Brasil e lhe expliquei que não iria sair a reserva e, como o John Bradelle era mais meu fã do que da reserva, eles arranjaram o prêmio para o Fernando Cezar Mesquita, que virou presidente do IBDF. (Sr. Pedro Ramos, em entrevista registrada por Priscyla Araújo Esquerdo, em 11.06.2014).

O anúncio do prêmio da WWF favoreceu a articulação política para a criação das primeiras reservas extrativistas brasileiras, cujos marcos legais foram assinados pelo então presidente José Sarney, não numa atitude impensada, mas sim como resposta à sociedade civil e ao movimento ambientalista internacional sobre o elevado impacto ambiental produzido pelos projetos de desenvolvimento implementados na Amazônia durante os governos militares.

Naquele contexto, foram criadas as quatro primeiras reservas extrativistas nacionais:

- Reserva Extrativista do Alto Juruá, criada por meio do Decreto Federal 98.863, em 23 de janeiro de 1990, no município Thaumaturgo de Azevedo, estado do Acre;
- Reserva Extrativista do Rio Cajari, criada, em 12 de março de 1990, por meio do Decreto Federal 99.145, abrangendo os municípios Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari, estado do Amapá;
- Reserva Extrativista Chico Mendes, criada por meio do Decreto Federal 99.144, em 12 de março de 1990, abrangendo os municípios Assis Brasil, Brasília, Capixaba, Xapuri, Sena Madureira e Rio Branco, também no estado do Acre; e
- Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, criada, por meio do Decreto Federal 99.116, em 13 de março de 1990, localizado no município de Guajará-Mirim, no estado de Rondônia.

Como resultado, há uma relação dialética existente entre os elementos que resultaram na criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari: de um lado, o anúncio do desmatamento daquela região para implantação do Complexo Agroindustrial Jari, no contexto de planejamento estatal de desenvolvimento obtido pelo desmatamento da floresta tropical e, de outro, argumentos orientados para a conservação e o uso sustentável de seus recursos naturais, numa relação de conflito estabelecido entre as diferentes ideologias que os apresentavam.

No que se refere ao Cajari, a criação da reserva extrativista fora acompanhada por debates locais acerca da identidade definidora do modo de vida daquela sociedade, em que a ocorrência de castanhas no alto curso do Rio Cajari possibilita o extrativismo da castanha, que é complementado pelas atividades agrícolas de subsistência, mas que, nos domínios da floresta de várzea, alagadas pelo baixo curso do rio Cajari, a agricultura de excedentes (naquilo que Martins, 1975, definiu como economia do excedente) é complementada pelo extrativismo do açaí, de modo que aquela sociedade reelaborou sua identidade como agroextrativista.

Este debate de luta territorial fora realizado no bojo da organização política local que, após a criação da reserva extrativista, busca a consolidação da cadeia produtiva da castanha, de comercialização da produção agrícola familiar nas feiras municipais do entorno e de comercialização da produção feminina de biscoitos de castanha para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Tais iniciativas têm sido institucionalizadas por meio da criação de associações locais, como a Associação de Trabalhadores Agroextrativistas do Cajari (ASTEX-CA), a Associação de Mulheres do Alto Cajari (AMAC), Associação de Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Biodiversidade do Alto RESEX Cajari (AMOBIO) e Cooperativa Mista dos Produtores Agroextrativistas do Cajari (COOPERALCA), com o objetivo de implementar um modelo autônomo e participativo de gestão do território, baseado no diálogo entre a sociedade local a coordenação funcionários do ICMBio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A defesa da biodiversidade e do direito social à natureza envolve dilemas extremamente complexos, tanto teóricos, quanto históricos, como se pretendeu tecer nessa discussão rápida e curta que envolveu o debate teórico acerca da definição do conceito sociedades tradicionais, com a necessária superação da sua compreensão pelo bucolismo e simbiose, conquistando a definição jurídica baseada na valorização cultural de seus territórios e conhecimentos tradicionais e alcançando o entendimento da condição extensional da emergência de novas identidades, por vezes já organizadas politicamente em movimentos sociais e, atualmente, pelo modo de vida associado ao uso direto da natureza e ocupação histórica do território; bem como histórico, em que a oposição criada entre espaços urbanos supostamente modernos e espaços naturais supostamente atrasados foi significativa na exigência da criação de unidades preservacionistas como contrapartida do financiamento internacional às obras desenvolvimentistas empreendidas pelos governos militares, mas cujo modelo já vinha sendo criticado pelo movimento ambientalista internacional.

Foi no âmbito do movimento ambientalista que a expressão '*indigenous people*' fora utilizada como referência aos moradores das áreas naturais que estavam sobrepostas pelas unidades de conservação, redesignadas por Dowie (2008) como *refugiados da conservação* em referência às crises sociais resultantes deste modelo.

No Brasil, um momento ímpar de superação do modelo preservacionista pelo modelo conservacionista se deu com a criação das reservas extrativistas com consistente e perene luta do movimento seringueiro, inclusive compondo ações e redes internacionais.

Vale frisar que a condição extensional do conceito de sociedades tradicionais abarcou a pluralidade cultural que as caracteriza.

A luta territorial na conquista de reservas extrativistas, empreendida no estado do Amapá, teve como ponto de partida a contribuição histórica do movimento social organizado pelos agroextrativistas, que conquistaram a implantação do modelo de unidades de conservação de uso sustentável e visibilidade à luta territorial empreendida pelas sociedades tradicionais; e a superação da noção de dependência e simbiose com a natureza pela noção de apropriação do território, sob os aspectos históricos, material e imaterial.

A luta iniciada pelos seringueiros em meados da década de 1960, suas estratégias autônomas de organização política por meio dos embates, no estado do Acre, o fortalecimento da luta por meio da adesão dos agroextrativistas do estado do Amapá, a partir da década de 1980, a criação de entidades próprias para institucionalizar sua luta e a reivindicação da criação de territórios juridicamente protegidos, ainda que tutelados pelo Estado, resultou na construção de um modelo de unidades de conservação socialmente justo, orientado pela instituição das unidades de

conservação de uso sustentável, cujo sentido estava na garantia da reprodução do modo de vida local, conquistando uma oportunidade histórica para a reivindicação de direitos territoriais pelas sociedades tradicionais.

Fortalecendo-se e conquistando visibilidade por meio da Aliança dos Povos da Floresta, os seringueiros passaram a reclamar a proteção de seus territórios junto ao Estado, buscando garantir o uso exclusivo dos recursos naturais tradicionalmente manejados, a propriedade coletiva da terra e a reprodução de seus modos de vida com base na definição legal de seus territórios como reservas extrativistas.

A gestão do território é, assim, uma etapa contemporânea da luta empreendida pelas sociedades tradicionais que reivindicam o reconhecimento público de suas identidades, retomando a luta iniciada pelos seringueiros, no Acre, e pelos agroextrativistas, no Amapá.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. A construção social de políticas ambientais - Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Brasília.

A LUTA dos seringueiros de Xapuri. O grito da floresta. Rio Branco, 6 jan.1988.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) Geografia Cultural: Um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BRASIL. Decreto federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>.

BRASIL. Decreto federal nº 99.116, de 13 de março de 1990. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista de Ouro Preto. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99166-13-marco-1990-328540-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. Decreto federal nº 99.145, de 12 de março de 1990. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99145.htm>.

BRASIL. Decreto federal nº 99.144, em 12 de março de 1990. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99144.htm>.

BRASIL. Decreto federal nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98863.htm>.

BRASIL. Lei federal nº. 12.810, de 21 de fevereiro de 2008. Altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-lei n. 145, de 8 de agosto de 1969, e atribui novas denominações por subdivisão, reclassifica, exclui e inclui áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e dá outras providências. Disponível em <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-12810-21.02.2008.html>>.

BRASIL. Lei federal 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>.

BRASIL. Lei federal no 7.804, de 18 de julho de 1889. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7804.htm>.

CÂNDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 7. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CUNHA, M. C. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosaic Naify, 2009.

DIEGUES, A. C. S. (Org./Trad.). Introdução. In: A Ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, A. C. S. (Org.). História e Memória Caiçara. In: Enciclopédia Caiçara, v. 4. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2005, p. 29-44.

DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. 4. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. (Biodiversidade, 4). Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DI MÊO, Pascoal Buléon Guy. Processos de Patrimonialização e construção de territórios. Geosaberes, Fortaleza, v. 5, número especial 1, p. 03-23, 2014. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/viewArticle/292>>.

DOWIE, M. Refugiados da Conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org./Trad.). A Ecologia política das grandes ONGs transnacionais conservacionistas. São Paulo: NUPAUB/USP, 2008.

FERNANDES. L L. O bairro rural dos Pires: Estudo de Geografia Agrária. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1967. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo. São Paulo.

FERNANDES. L L. Bairros rurais no município de Limeira: Estudo geográfico. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1972. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo), São Paulo.

FILOCREÃO, A. S. M. Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará

FURLAN, S. A. Lugar e Cidadania: Implicações Socioambientais das Políticas de Conservação Ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na ilha de São Sebastião - SP). São Paulo: FFLCH/DG/USP, 2000. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo. São Paulo. Volume I.

HAESBAERT, R. O Mito da Desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2006.

MARQUES, M. I. M. O Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1972. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo), São Paulo. 1994.

MARTINS, J. S. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

- MIRANDA, C. Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas/Carlos Miranda (Organizador da Série). Brasília: IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22).
- MOREIRA, A. C. C. Reserva Extrativista do Bairro Mandira (Cananéia, São Paulo): a viabilidade de uma incerteza. São Paulo: PROCAM/USP, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade de São Paulo.
- NABARRO, S. A. Modo de vida e campesinato no capitalismo: Contribuições, limites e construção de um entendimento do campesinato como modo de vida. São Paulo: FFLCH/DG/USP. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo.
- PORTO GONÇALVES, C. W. Amazônia, Amazônias. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- QUEIROZ, M. I. P. Sociologia - O Catolicismo Rústico no Brasil. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, (5), 104-123, 1968. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i5p104-123>>.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São. Paulo (SP): Ática, 1993.
- RANGEL, K. S. Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá). São Paulo: FFLCH/DG/USP, 2017. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo. Disponível <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25042018-133644/publico/2017_KatiaSouzaRangeI_Vcorr.pdf>.
- RANGEL, K. S. De bairro rural a território quilombola: um estudo da Comunidade do Mandira. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo.
- RANGEL, K.; SUZUKI, J. C. Transformações das práticas sócio-espaciais da população tradicional do Mandira, Cananéia/SP. Anais do XVI Simpósio Internacional de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em <<https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?numeroInscricaoTrabalho=381&numeroEdicao=16>>. Acesso em 30/09/2015.
- REZENDE DA SILVA, S. Questão Agrária em Camburi: Território, Modo de Vida e Problemas Latifundiários. In: LEVY, N (org). Ruralidades Latinoamericanas – Identidades y Luchas Sociales. Buenos Aires: Clacso, 2004a.
- REZENDE DA SILVA, S. Camburi, território de brancos, negros e índios no limite do consenso caíçara, transformações de uma população tradicional camponesa. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 2004b. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade de São Paulo.
- SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SILVA, C. C. Roteiro da vida e da morte. São Paulo: Ática, 1982.
- SILVA PIMENTEL, M. A.; RIBEIRO, W. C.. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 20, p. 224-237. 2016. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/122692>>.

- SUZUKI, J. C. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. Revista Espaço e Geografia, Brasília, v. 16, n. 2, p. 627-40, 2013. Disponível em <<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/272/197>>
- SUZUKI, J. C. De povoado à cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. São Paulo: FFLCH/DG/USP, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo.
- VENTURA, Z. Chico Mendes: crime e castigo. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- TUAN, Y. F. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- WOORTMANN, E. F. (org). Significados da terra. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- XIDIEH, O. E. Semana Santa Cabocla. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1972.

AMAPÁ: UM ESTADO COSTEIRO - REFLEXÕES SOBRE VULNERABILIDADES, RISCOS E ADAPTAÇÕES A MUDANÇAS CLIMÁTICAS*

*Valdenira Ferreira dos Santos
Benedito Balieiro Nobre Júnior
Fernanda M. Souza
Luis Mauricio Abdon Silva
doi: 10.51324/54180221.8*

INTRODUÇÃO

As áreas costeiras são amplamente reconhecidas pela sua diversidade de recursos e serviços ecossistêmicos, mas também pelas suas vulnerabilidades (SHAW, 2019) que resultam da interação entre processos naturais complexos (terrestres, climáticos e oceânicos) criando ecossistemas cujo equilíbrio são as constantes e contínuas transformações (RAMESH et al., 2015). As rápidas mudanças são parte integral e definem a natureza dinâmica dos sistemas costeiros (Van der Linden et al., 2015). Tal equilíbrio, porém, tem sido afetado pela nova Era do Antropoceno com a interferência humana sobre a composição bio-geofísica e os processos (CRUTZEN, 2006; MALHI, 2017).

Apesar de formarem estreitas áreas que conectam ambientes terrestres e marinhos, representam as áreas mais produtivas do planeta e de grande valor ecossistêmico (CROSSLAND et al., 2005). Os recursos inerentes às áreas costeiras resultam na concentração populacional e no adensamento de atividades e infraestruturas de importância socioeconômica. De acordo com a Organização das Nações Unidas, 44 % da população mundial vive a menos de 150 km da costa e, em 2001, mais de metade da população vivia a menos de 200 km da linha de costa (UN Atlas of the Oceans, 2016) e 60% das maiores cidades no mundo estão localizadas na zona costeira (NICHOLLS et al., 2007).

Na região costeira se destacam as Zonas Costeiras de Baixa Elevação (ZCBE), que são áreas entre 1 m e 20 m de elevação acima do nível médio do mar (NASA, 2016), das quais o Amapá faz parte. Apesar de formarem apenas 2,3% (2.599 mil Km²) da área dos países costeiros, nelas vivem 10,9% da sua população (MCGRANAHAN, 2007). As ZCBE estão sob o maior risco de elevação do nível do mar, tempestades e outros eventos induzidos pelas mudanças climáticas e a maior parte da população dessas áreas (83%) vive em países em desenvolvimento. A densidade populacional nas ZCBE era de 241 hab/km² no ano 2000, o que representa mais de cinco vezes a densidade populacional global no mesmo período (47 hab/km²) (NEUMANN et al., 2015).

Os habitantes das ZCBE correspondem a 13% da população urbana global (CIESIN, 2009), que atualizados para o ano de 2000 correspondem a 360 milhões de pessoas. Nessas zonas estaria o sistema socioecológico mais transformado e ameaçado do planeta, caracterizado por práticas insustentáveis generalizadas (CUMMINS et al., 2014).

O contínuo processo de adaptação dos sistemas costeiros as mudanças repercutem diretamente nas populações e sobre as atividades e infraestruturas. Ao mesmo tempo, os processos antropogênicos decorrentes do uso e da ocupação dos espaços costeiros e marinhos, também interagem com os processos das mudanças naturais dos sistemas (RAMESH et al., 2015). Tais processos geram vulnerabilidades para as populações e economia, as quais dependem dos recursos e do equilíbrio entre os ecossistemas da zona costeira e marinha. As mudanças climáticas aumentam essas vulnerabilidades e os riscos remetendo a necessidade premente da implantação e implementação de medidas de mitigação e adaptação para diminuir o impacto ambiental e aumentar a resiliência das populações costeiras.

Este trabalho tem como principal objetivo apresentar uma reflexão sobre a vulnerabilidade e riscos inerentes à zona costeira do estado do Amapá. É resultado de várias experiências da execução de projetos de pesquisa e monitoramento, e de planejamento de ações para melhorar o conhecimento da zona costeira amapaense no contexto de suas mudanças ambientais, vulnerabilidades e riscos. Pretende-se refletir sobre as principais vulnerabilidades e o impacto das mudanças climáticas sobre os ecossistemas, populações e infraestruturas existentes na zona costeira amazônica, em especial sobre a zona costeira amapaense.

Este trabalho foi parcialmente apresentado pela autora no III Simpósio em Desenvolvimento Regional, quando comemorou-se 15 anos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Evento realizado entre os dias 01 a 03 de Dezembro de 2021.

LIMITES DA ZONA COSTEIRA E A COSTA AMAZÔNICA

O conceito atual de zona costeira advém da compreensão que a região de interface entre os sistemas terrestre e marinho decorriam de várias interações entre seus processos. Por serem fortemente influenciados pelos aspectos naturais inerentes a cada região do planeta, a região costeira apresenta ambientes com largura e dimensões variáveis ao redor do mundo, e ainda não existe um conceito universal sobre os limites da zona costeira (CLARK, 1997).

Os limites da zona costeira dependem no geral de considerações políticas, administrativas, legais, ecológicas e pragmáticas, pois há uma ampla gama de possíveis interações e porque também a zona pode ser afetada por atividades remotas. Uma zona costeira estreita poderia ser apropriada se seu propósito fosse gerenciar apenas a parte do litoral onde estão as zonas de intermarés. Por outro lado, se as questões ambientais inerentes a bacias hidrográficas são preocupantes, então uma extensão para o interior é necessária. Da mesma forma, se as questões se estenderem para o mar, então a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) poderá ser incluída. No caso de pequenos países insulares, todo o país pode ser definido como zona costeira (CLARK, 1992).

Além do contexto físico-ambiental que determina as condições da dinâmica dos sistemas costeiros e interfere nas atividades humanas, existe todo um contexto socioeconômico que depende não apenas da dinâmica socioeconômica *per se*, mas são interconectadas com os limites políticos-administrativos, os quais são mais vinculados a processos históricos políticos do que as dinâmicas ecossistêmicas.

Do ponto de vista de um gerenciamento integrado da zona costeira, existe a necessidade de considerar as bacias hidrográficas costeiras como uma unidade de planejamento (ANDRÉS et al., 2018), o que conseqüentemente, no Brasil, atenderia também uma das facetas da Política Nacional de Recursos Hídricos.

A zona costeira é considerada Patrimônio Nacional (parágrafo 4º do Art. 255 da CF) e de acordo com o Decreto nº 5.300/2004 que regulamentou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a zona costeira brasileira corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não e abrange uma faixa marítima e uma faixa terrestre.

A faixa marítima corresponde ao espaço que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base (média da água mais baixa da maré), incluindo, assim, a totalidade do Mar Territorial. A faixa terrestre corresponde ao espaço dos limites dos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos que ocorrem na zona costeira.

Os limites da faixa terrestre do ponto de vista político-administrativo correspondem aos limites dos municípios definidos em portaria do IBGE. Os 17 estados costeiros brasileiros ocupam uma área de mais 423.000 km² do Brasil. Atualmente os 444 municípios costeiros (Quadro 1) concentram 24,19% da população brasileira (cerca de 51,5 milhões de habitantes).

ID	Estado Costeiro	Número de Municípios Costeiros	Área dos municípios costeiros km ² (2021)	População Costeira 2021	Densidade Populacional do Estado 2010
1	Amapá*	11	84.950,56	771.031	4,69
2	Pará*	48	126.694,77	4.054.129	6,07
3	Maranhão*	41	37.488,255	2.309.264	19,81
4	Piauí	5	2.435,042	207.282	12,40
5	Ceará	23	15.523,48	4.063.811	56,76
6	Rio Grande do Norte	29	10.104,237	2.070.268	59,99
7	Paraíba	13	2.595,158	1.282.131	66,70
8	Pernambuco	17	3.738,48	3.930.140	89,63
9	Alagoas	27	7.422,168	1.677.007	112,33
10	Sergipe	24	5.720,547	1.329.928	94,35
11	Bahia	53	39.165,07	5.519.298	24,82
12	Espírito Santo	17	13.775,24	2.685.369	76,25
13	Rio de Janeiro	33	17.484,58	14.489.416	5.265,82
14	São Paulo	16	7.783,289	2.298.606	7.398,26
15	Paraná	7	6.055,337	302.544	52,40
16	Santa Catarina	41	9.874,475	3.103.132	65,29
17	Rio Grande do Sul	39	32.311,495	1.499.858	39,79
Total		444	423.122,183	51.593.214	

Quadro 1 - Estados costeiros brasileiros , número de municípios costeiros e população costeira no ano de 2021..

Fonte: IBGE (2021). * estados costeiros que fazem parte da costa amazônica.

Tal concentração de população nos estados com municípios costeiros, decorre do próprio processo histórico de colonização do Brasil, pois o Oceano teve um papel primordial na história do Brasil, que permitiu a incorporação do continente americano ao mundo do europeu (IBGE, 2011) e resultou em um Brasil litorâneo, principalmente devido à necessidade de portos para exportar a matéria prima produzida na área do território brasileiro.

O processo de ocupação histórica desencadeou diferenças regionais importantes. Porém parte das diferenças regionais podem ser explicadas pelas diferenças naturais dos sistemas costeiros e marinhos brasileiros que potencializam ou não o desenvolvimento das atividades humanas.

O Norte do país está em contato com a zona costeira amazônica (ZCA), uma região cuja característica principal é a presença marcante do rio Amazonas, o maior rio em volume de água (CALLÈDE et al., 2010) e segundo maior rio em extensão se considerarmos os canais principais, Canal do Norte e Canal do Sul (MARTINI et al., 2008). Devido a sua posição equatorial, o clima da zona costeira amazônica brasileira é controlado pela atuação da Zona de Convergência Intertropical-ZCIT cuja variabilidade é afetada pelas fases quentes e frias do El Niño e La Niña relacionadas com o fenômeno *El Niño-Southern Oscillation* (ENSO). As influências resultam em um regime sazonal de precipitação com dois períodos bem definidos: um período chuvoso (Dezembro a Maio) e outro praticamente sem chuvas (Junho a Novembro) (RICHEY et al., 1989; MOLION, 1990), o que afeta fortemente a dinâmica hidrológica do rio Amazonas e demais rios da região. Assim os rios da região apresentam

maiores cotas e descargas no período chuvoso e menores cotas de nível de água e descarga hídrica nos período seco, afetando diretamente as interações entre os sistemas fluviais, costeiros e marinhos (SANTOS, 2006).

Os sistemas costeiros amazônicos estendem-se desde a Baía de São Marcos, no estado do Maranhão (Brasil) até o Delta do Orinoco, na Venezuela (SANTOS, 2006). A porção brasileira dessa zona abrange os estados do Amapá, Pará e parte oeste do estado do Maranhão, e se estende por mais de 2250 km de extensão (SOUZA-FILHO et al., 2009) (Figura 1). As características dessa região resultam em uma diversidade de ambientes costeiros e marinhos (PROST et al., 2017; 2018; MOURA et al., 2016) de grandes extensões ainda pouco conhecidas devido, em parte, à desigualdade regional e intra regional na formação de recursos humanos e em infra-estrutura de pesquisa.

A existência de um rio tão caudaloso e rico em sedimentos em suspensão quanto o Amazonas, aliado a uma zona topograficamente baixa, resultante da história geológica e geomorfológica da região, resultou na formação de extensas planícies de inundação (SANTOS, 2006), com influência das marés a partir das imediações de Óbidos (KOSUTH et al., 2009) e formam planícies de inundação intertidais com diferentes configurações morfológicas (FRICKE et al., 2019).

As condições hidrodinâmicas condicionam a fertilidade dos solos, a distribuição da biodiversidade costeira e marinha (ASNER et al., 2015; MARMONTEL et al., 2021), a dinâmica de formação e transformação da paisagem costeira com seus mecanismos (SANTOS, 2006; SANTOS et al., 2003; SANTOS et al., 2005) e as condições socioeconômicas da região (PORTO; PORTO, 2021; SANTOS et al., 2021) formando um complexo socioecossistema (BRONDIZIO et al., 2016).

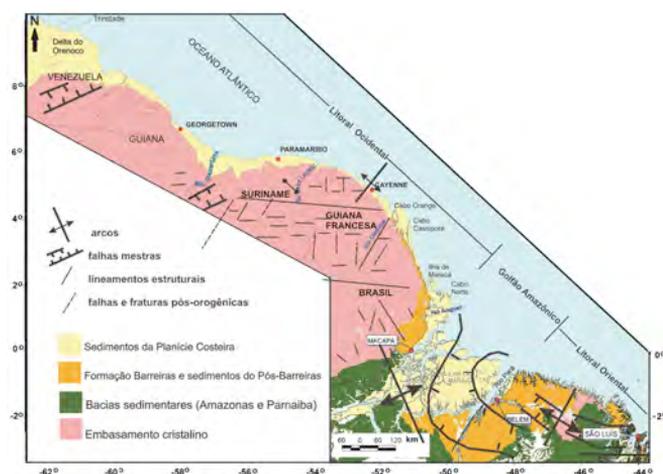


Figura 1 - Contexto Regional da Zona Costeira Amazônica
Fonte: Santos (2006).

Na costa amazônica brasileira, vivem cerca de 7 milhões de pessoas nos municípios costeiros (Amapá, Pará e Maranhão) na área da Amazônia Legal (Figura 2). No entanto, deve-se considerar que a influência dos processos marinhos (marés) adentram por mais de 800 km no rio Amazonas (KOSUTH et al., 2009) e, dessa forma, o contingente populacional sob influência da zona costeira seria maior. A sobrevivência dessas populações e suas atividades depende da manutenção da qualidade dos sistemas naturais da região e do desenvolvimento de políticas públicas que considerem as complexidades inerentes a uma região tão desafiadora e sujeita a rápidas mudanças ambientais (naturais e antropogênicas) que se refletem na vida dos povos e nos rumos de desenvolvimento da região.

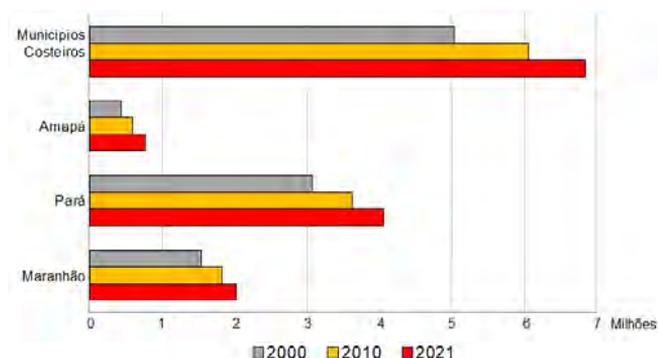


Figura 2 - Distribuição e evolução da população (2000 a 2021) nos municípios costeiros da Amazônia Legal. Fonte: IBGE, 2021.

AMAPÁ: UM ESTADO COSTEIRO

O estado do Amapá possui uma posição privilegiada no contexto da zona costeira brasileira. Sua integração no Platô das Guianas provém de sua condição geográfica bordejada pelo rio Amazonas, e conectado ao Escudo das Guianas (GIBBS; BARRON, 1993), que o interliga a cinco países (Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname, França - Guiana Francesa), além do Brasil. Esse contexto geográfico, reflexo da história geológica regional e global, resultou em uma grande diversidade de paisagens e habitats, com condições naturais ímpares e em uma das mais altas biodiversidades do planeta. Todas essas características influenciam e são influenciadas processos socioambientais globais, regionais e locais.

O contexto regional que integra o Amapá à costa amazônica na América do Sul, o destaca como estado costeiro. Nessa condição seu papel é reforçado pela hidrografia, desenvolvimento de atividades dependentes do sistema costeiro-marinho, e concentração de população na zona costeira.

No contexto hidrográfico, a evolução natural regional resultou em uma configuração onde a maioria das bacias hidrográficas são bacias costeiras, pois fluem quase em sua totalidade para o estuário rio Amazonas ou para o Oceano Atlântico (Figura 3). Essas bacias são interconectadas por uma grande planície de inundação influenciada por marés que integram o espaço costeiro amapaense e formam, na região do Cabo Norte uma das mais largas planícies costeiras do litoral brasileiro (SANTOS, 2006).

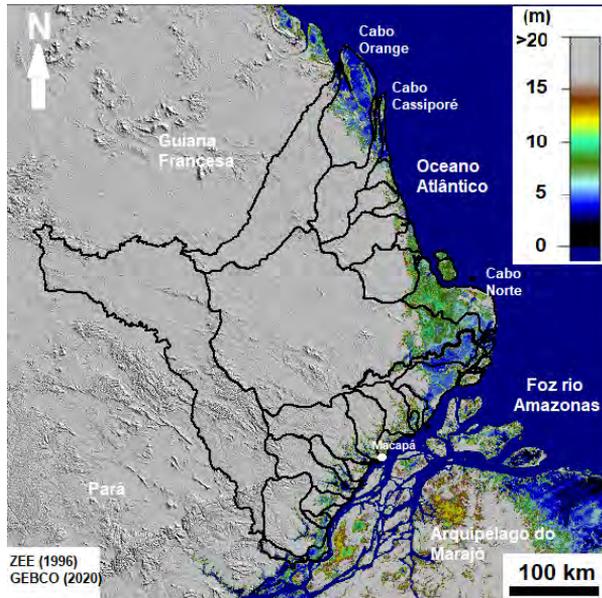


Figura 3 - Bacias hidrográficas no estado do Amapá. Notar que as bacias hidrográficas desaguam a norte no Oceano Atlântico e as bacias hidrográficas a sul do estado desaguam diretamente no estuário do rio Amazonas.

Fonte: ZEE (1996), GEBCO (2020).

A condição hidrográfica do estado do Amapá reforça a dependência das águas costeiras para conexão com os demais estados da federação e com o mundo. Do ponto de vista hidroviário o Amapá é influenciado pela hidrovia Amazonas-Solimões (Figura 4) que o conecta com todos os estados brasileiros defrontantes com o rio Amazonas e, ao mesmo tempo, coloca o estado como uma das portas de entrada e saída da Bacia Hidrográfica Amazônica, a qual conecta o Amapá aos demais países do mundo através do Oceano Atlântico.

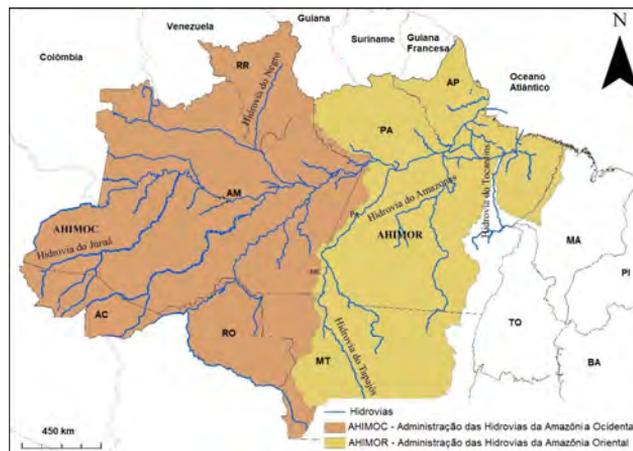


Figura 4. Hidrovia Amazonas-Solimões com suas duas áreas jurisdicionais de administração no contexto da Bacia Hidrográfica do rio Amazonas e Araguaia-Tocantins.

Fonte: Picanço (2022).

Essa conexão é claramente demonstrada nas rotas de transporte estadual, regional e internacional, apresentadas nos trabalhos de Santos (2017) e Picanço (2022). Além do mais, deve-se ressaltar a dependência do embarque e desembarque de produtos via portos e terminais hidroviários (PICANÇO, 2022), visto que o Amapá não está conectado aos demais estados da federação brasileira por via terrestre.

Essa condição hidrográfica costeira, que potencializa o desenvolvimento econômico e influencia a dinâmica da vida das populações (PORTO E PORTO, 2021; SANTOS et al., 2021), também traz um desafio para a gestão dos recursos hídricos, desenvolvimento econômico e ainda desafios técnico-científicos devido a dimensão e interconexão entre os sistemas terrestres e marinhos.

A situação privilegiada do estado do Amapá, com influência do rio Amazonas e do Oceano Atlântico, dá condições necessárias para diversas espécies de peixes e crustáceos se estabelecerem ou usarem a região como área de alimentação e reprodução (SILVA; DIAS 2010). Jimenez et al. (2020) reportaram para a zona costeira do Amapá 33 espécies de interesse econômico, onde 5 foram mais significativas em termos de volume e frequência de captura: pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), corvina (*Cynoscion virescens*), gurijuba (*Sciades parkeri*), uritinga (*Sciades proops*) e bagre (*Sciades couma*). A atividade de pesca tem uma importante função econômica para as comunidades locais, que abrangem aproximadamente 30 mil pessoas e que obteve uma produção média anual de 5.400 toneladas de pescado entre os anos de 2000 e 2011 (JIMENEZ et al., 2020).

Apesar da grande relevância das atividades pesqueiras, desde 2007 não há acompanhamento sistemáticos dos desembarques pesqueiros no estado do Amapá. Os dados disponíveis são oriundos de extrapolações do volume de pescado desembarcado, baseados em modelos matemáticos de desembarques anteriores. Sabe-se também que a ausência de monitoramento das pescarias e a deficiência da fiscalização, bem como a pressão pesqueira adicional exercida por pescadores de outras localidades, impedem uma avaliação efetiva dos recursos pesqueiros explorados e da sustentabilidade das pescarias a longo prazo. Por outro lado, devido a maior parte da região costeira do estado estar inserida dentro ou no entorno de unidades de conservação de proteção integral, vários conflitos de pesca são detectados, como demonstrado por Dias et al. (2013) com registros de 521 autos de infração por pesca ilegal no Amapá, no período entre 1995 e 2012.

A contato da área do território do estado do Amapá com o estuário do rio Amazonas e o Oceano Atlântico e sua falta de conexão viária com outros estados da federação, resulta em em uma maior concentração populacional nos municípios costeiros (Quadro 2). 11 dos 17 municípios do Estado do Amapá são municípios costeiros categorizados em: municípios estuarinos (Vitória do Jari, Mazagão, Macapá, Santana, Itaubal e Cutias), municípios defrontantes com o mar (Amapá, Calçoene, Oiapoque) e municípios sob influência de sistemas lagunares (Pracuúba, Tartarugalzinho). Esses municípios costeiros estavam definidos como costeiros desde 1991 no Plano de Gerenciamento Costeiro do Amapá. Entretanto, ao longo do tempo o número de municípios costeiros foram reduzidos até chegar a quatro municípios (Amapá, Calçoene, Macapá e Oiapoque) (MMA, 2018a).

Uma nova consulta nacional foi realizada junto aos programas estaduais de gerenciamento costeiro, assim o estado do Amapá voltou a contar com 11 municípios costeiros (Quadro 2) (Portaria MMA nº 34, de 2 de fevereiro de 2021). Desses municípios, quatro também possuem a condição de municípios de fronteira: Oiapoque, Calçoene, Amapá e Pracuúba.

ESTADO DO AMAPÁ	POP. TOTAL 2000	% 2000	POP. TOTAL 2010	% 2010	POP. TOTAL 2021	% 2021	POP. URBANA 2010	POP. RURAL 2010	DENSIDADE DEMOGRÁFICA 2010
Municípios Costeiros	4E+05	100	591.821	100	771.031	100	539.610	52.2112	
Oiapoque *	12.886	3,2	20.059	3,39	28.534	3,70	13.852	6.657	0,91
Calcoene *	6.730	1,58	9.000	1,52	11.493	1,49	7.307	1.693	0,63
Amapá *	7.121	1,67	8.069	1,36	9.265	1,20	6.959	1.110	0,88
Tartarugalzinho	7.121	1,67	12.563	2,12	18.217	2,36	6.516	6.047	1,87
Pracuuba *	2.286	0,54	3.793	0,64	5.370	0,70	1.881	1.912	0,77
Cutias	3.280	0,77	4.696	0,79	6.217	0,81	2.442	2.254	2,22
Itaubal	2.894	0,68	4.265	0,72	5.730	0,74	1.754	2.511	2,5
Macapá	3E+05	66,41	398.204	67,34	522.357	67,75	381.214	16.990	62,14
Santana	80.439	18,86	101.262	17,12	124.808	16,19	99.111	2.151	64,11
Mazagão	11.986	2,81	17.032	2,88	22.468	2,91	8.272	8.760	1,3
Vitória do Jari	8.560	2,01	12.428	2,10	16.572	2,15	10.302	2.126	5,01
Municípios não Costeiros	50.421	100	77.705	100	106.562	100	61.426	16.279	
Porto Grande	11.042	21,90	16.809	21,63	22.927	21,52	10.809	6.000	3,82
Pedra Branca do Amapari *	4.009	7,95	10.772	13,86	17.625	16,54	5.963	4.809	1,13
Ferreira Gomes *	3.562	7,06	5.802	7,47	8.151	7,65	4.175	1.627	1,15
Serra do Navio *	3.293	6,53	4.380	5,64	5.557	5,21	2.575	1.805	0,56
Laranjal do Jari *	28.515	56,55	39.942	51,40	52.302	49,08	37.904	2.038	1,29
Total População	5E+05		669.526		877.593		601.036	68.490	
% Pop. Costeira do AP	89,43		88,39		87,86		89,78	76,23	
% Pop. não costeira do AP	10,57		11,61		12,14		10,22	23,77	

Quadro 2 - Distribuição e evolução da população (2000-2021) nos municípios costeiros do estado do Amapá. Fonte: IBGE, 2021; MMA, 2021. * municípios de fronteira.

O Amapá é o estado da Amazônia Legal que concentra maior quantidade de população nos municípios costeiros (Quadro 3). Do total da população no estado do Amapá, cerca de 88% concentra-se nos municípios costeiros O mesmo percentual da população que vive na região metropolitana (Macapá, Santana, Mazagão). Essa concentração populacional traz portanto desafios para lidar com os problemas ambientais e socioambientais inerentes às áreas costeiras e reforça as vulnerabilidades e os riscos associados às essas áreas.

Habitantes	Pop. total	Pop. costeira	% Pop. costeira
Maranhão	7.153.262	2.020.297	28,24
Pará	8.707.749	4.054.129	46,56
Amapá	877.593	771.031	87,86
Total	16.738.604	6.845.457	40,90

Quadro 3 - Percentual de população nos municípios costeiros da Amazônia Legal. Fonte: IBGE, 2021.

VULNERABILIDADE E RISCOS COSTEIROS NO AMAPÁ

As áreas costeiras além de possuírem uma importância estratégica para o país, e no conjunto dos estados costeiros da federação, constituem um desafio para a gestão e o planejamento. Esses desafios estão associados com suas condições físico-ambientais e conexão com o uso e a ocupação desses espaços.

Uma das facetas da gestão costeira é entender a complexidade dos problemas ambientais que ocorrem nas zonas costeiras, os quais evidenciam a importância dos estudos sobre a vulnerabilidade. Para essa análise é necessário entender o conceito de vulnerabilidade (do latim *Vulnerabilis* - que em resumo significa o ponto que é mais acessível a ataque). No caso do estado do Amapá, é fundamental compreender que processos interagem para criar essas condições de vulnerabilidade, que afetam populações, obras e serviços estabelecidos na zona costeira amapaense.

VULNERABILIDADES COSTEIRAS

Blaikie et al. (2004) descreve a vulnerabilidade como “as características de uma pessoa ou grupo em termos de sua capacidade de antecipar, lidar, resistir, e se recuperar de um impacto decorrente de um perigo natural (um evento natural extremo ou processo)”. Assim, a vulnerabilidade pode ser entendida como uma combinação de fatores que determinam o grau em que a sobrevivência de uma pessoa ou grupo, seu modo de vida, propriedades e outras estruturas são colocadas em risco por um evento discreto e identificável na natureza. Por outro lado, os eventos que podem colocar a sociedade em risco, também podem ser fenômenos causados pela dinâmica da sociedade. Diversas tentativas foram feitas na literatura científica para definir a vulnerabilidade e em alguns momentos confundida com a palavra risco.

No geral, a vulnerabilidade é abordada na literatura em três grandes aspectos: vulnerabilidade física, ambiental e vulnerabilidade (CUTTER et al., 2003, BEVACQUA et al., 2018). Ela decorre da exposição dos ecossistemas ou das pessoas e infraestruturas às ameaças ou aos perigos, em função da dinâmica do ambiente natural, da dinâmica das atividades humanas e/ou da interação entre essas duas dinâmicas. No inglês tais perigos ou ameaças são designados por ‘*hazards*’ diferenciando-se do termo risco (*risk*) que segundo a UNDP (2004) está relacionado com a probabilidade de perda esperada para uma área habitada em um determinado tempo, devido à presença iminente de um perigo.

Em uma situação de risco relacionados com fenômenos naturais deve-se considerar o perigo (*hazard*) e a vulnerabilidade (densidade demográfica, infra-estrutura, pobreza, etc.) do sistema que está prestes a ser impactado (KOBIYAMA et al., 2006).

O potencial para perdas é geograficamente dependente e específico para cada tipo de ameaça ou risco (PIEGORSCH et al., 2007). Compreender essas relações dinâmicas e complexas entre pessoas e ambiente é crítico para o manejo de recursos naturais e para promover efetivamente o desenvolvimento econômico sustentável (BLAIKIE et al., 2004); e reconhecê-las é fundamental para que se possam estabelecer ações concretas para minimizar as vulnerabilidades e os riscos a que estão submetidas as populações, atividades e estruturas que estão ou usam as zonas costeiras, a fim de aumentar o seu grau de resiliência.

O conceito de vulnerabilidade aqui adotado refere-se a vulnerabilidade relacionada com uma ameaça que venha a se concretizar em risco com perdas e danos aos ecossistemas ou a sociedade. Entre as diversas vulnerabilidades costeiras a que o estado do Amapá está sujeito, destaca-se a seguir aquelas relacionadas com a

inundação, a erosão e a intrusão salina. Essas vulnerabilidades, junto com as mudanças nos ecossistemas e biodiversidade, serão mais exacerbadas na zona costeira, de acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (MMA, 2016).

Inundação

A ocorrência de inundações depende das características físicas e climatológicas da bacia hidrográfica – especialmente a distribuição espacial e temporal da chuva (TUCCI, 1993). Costuma-se separar as inundações costeiras, das inundações decorrentes dos fenômenos associados à dinâmica dos rios (inundação fluvial). No entanto, deve-se considerar que no caso da costa amazônica, com elevadas amplitudes de marés e baixas altitudes, os efeitos das cheias dos rios e das inundações por marés somam-se e possuem uma dinâmica própria que deve ser entendida quando se trata de avaliar a vulnerabilidade a inundação (SANTOS, 2006; SANTOS, 2016a). Desta forma, analisar os efeitos das inundações em território costeiro amazônico passa pelo entendimento desses dois processos que devem estar articulados em referenciais integrados (altimetria da área emersa e batimetria para a área submersa).

As inundações são consideradas uma das principais ameaças a que estão submetidas as ZCBE. No Amapá, a maior parte de seu território costeiro está em altitudes abaixo de 10 m e a presença de uma densa rede hidrográfica e das macromarés, potencializa os efeitos das inundações (Figura 5).

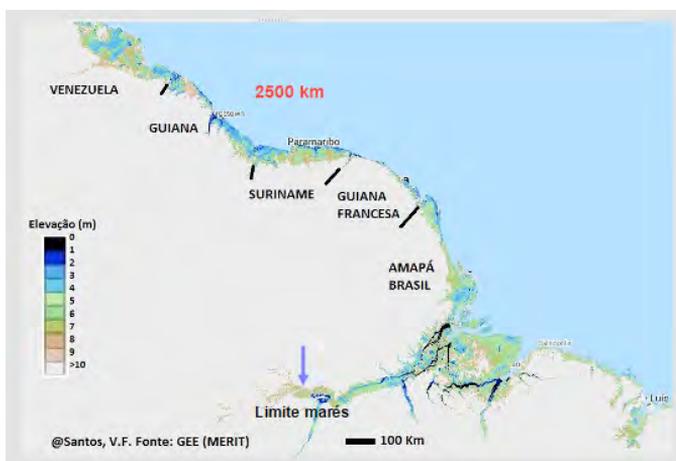


Figura 5 - Áreas inundáveis abaixo de 10 metros de altitude na costa amazônica, que correspondem no geral as áreas da planície costeira pleistocênica e holocênica, as quais apresentam diferentes níveis de inundações.

Fonte: Dados MERIT (YAMAZAKI et al., 2019) analisado na plataforma Google Earth Engine (GEE).

As inundações tem levado a ocorrência de vários desastres e de acordo com o Atlas Digital de Desastres no Brasil, para o período de 1991 a 2019, o estado do Amapá apresentou um aumento da frequência de ocorrência de inundação. Esses eventos estão concentrados entre os meses de março a maio e com algumas ocorrências no mês de junho (Figura 6) e afetaram 75 mil pessoas (84% do total de desastres), causando 77,87 milhões de danos

materiais (quase 70% do total de danos causados por todos os desastres no estado) e desencadeando 51,91 milhões em prejuízos públicos e privados.



Figura 6 - Distribuição das ocorrências de inundações por ano no estado do Amapá (esquerda) e concentração das ocorrências por mês (direita) para o período de 1991 a 2019.

Fonte: <https://atlas.ceped.ufsc.br/>, acesso em 05 de junho de 2022.

4.1.2. Erosão

Nos aspectos da vulnerabilidade à erosão é preciso destacar que na planície costeira amazônica a presença dos rios com sua hidrodinâmica fluvial tem um papel fundamental nos processos de erosão. No entanto, à medida que se aproxima do mar, a erosão também é desencadeada por processos marinhos.

A erosão fluvial pode ocorrer em várias formas e taxas através de uma bacia hidrográfica. O processo de erosão ocorre desde o topo da bacia hidrográfica até o fundo dos vales. Se inicia com a precipitação sobre a paisagem cujo fluxo flui superficialmente e se acumula como pequenos fluxos e rios criando potencial para erosão e transporte de sedimentos. Geralmente a porção a jusante das bacias hidrográficas é caracterizada pela deposição devido a reduzida habilidade do fluxo de mover sedimentos (MARTIN, 2017; SCHUMM, 1977).

Na bacia hidrográfica do rio Amazonas, como em outras regiões hidrográficas do Brasil e do mundo, os processos de erosão fluvial ocorrem por causa da dinâmica dos rios. No entanto, a erosão lateral que ocorre às margens dos rios amazônicos, chamadas terras caídas, é considerado um processo distinto da erosão fluvial e normalmente está associada a movimentos gravitacionais relacionados a grandes deslizamentos de terra. O fenômeno ocorre geralmente, mas não exclusivamente, em rios de águas brancas sujeito a grande carga sedimentar. O processo também pode ser acelerado pela ocupação humana e pelo fluxo de embarcações na região (BANDEIRA et al., 2018). A erosão fluvial é considerada como um desastre natural de acordo com a Classificação Brasileira de Desastre (COBRADE). De acordo com (TEIXEIRA et al., 2019) é o terceiro desastre mais comum na Amazônia.

A erosão costeira é resultado das mudanças no ambiente natural e decorre da atuação de agentes marinhos como ondas, correntes e vento e podem também ser desencadeada por atividades humanas. A erosão costeira é um risco marinho mundial, que não só leva ao desaparecimento de terras costeiras, praias e planícies de marés, mas também prejudica severamente a estabilidade das instalações de engenharia e, em seguida, induz a intrusão da água do mar e os riscos de inundação costeira (YINCAN et al., 2017).

A partir da década de 1970, o problema da erosão costeira passou a ser tratado não apenas pelos estudos científicos voltados para a compreensão dos processos físicos, mas também sob um enfoque socioeconômico devido aos impactos causados nas construções urbanas. Os prejuízos financeiros decorrentes dos danos em construções situadas inadequadamente no espaço dinâmico das praias trouxeram a necessidade de se pensar o planejamento urbano integrado para as orlas costeiras (LINS-DE-BARROS, 2005). Análises multitemporal de dados de satélite para o período de 1984 a 2015 revelam que, em escala global, a perda de terras permanentes em áreas costeiras equivale a quase 28.000 km², o que equivale aproximadamente à superfície do Haiti. Esse valor é quase duas vezes maior que a superfície de terra acrescida (cerca de 14.000 km²) no mesmo período (Mentaschi et al., 2018).

A maior parte da costa amapaense encontra-se em franco processo erosivo que constitui 65% do litoral amapaense (MMA, 2018b; Figura 7). A erosão na costa do Amapá tem sido documentada desde a década de 1990 a partir dos trabalhos do Grupo de Pesquisa e Ensino em Ciências do Mar-PROMAR (MENDES, 1994) e os trabalhos derivados do projeto AMASSEDS (ALLISON et al., 1995). Os primeiros trabalhos a analisar regionalmente de maneira sistemática a erosão no litoral amapaense, a partir de análise multitemporal de imagens de satélite, foram realizados por Santos et al. (2004) e Silva (2010) que demonstraram que a maior parte do litoral amapaense é erosivo. Estudos setoriais utilizando o mesmo método e o geoindicador linha de costa, foram realizados para a região do Parna do Cabo Orange (BATISTA, SOUZA-Filho, SILVEIRA, 2009; SILVA, 2013; FRAZÃO, 2021), região da Ilha de Maracá (SANTOS, 2016b) e arquipélago do Bailique (SILVEIRA et al., 2002; SILVA et al., 2011).

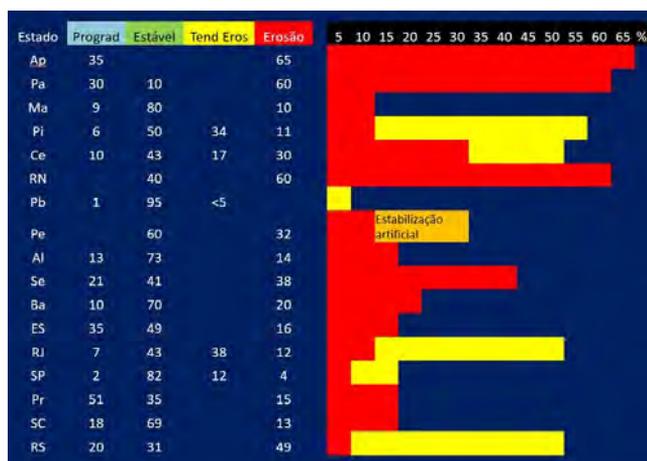


Figura 7 - Percentual do litoral brasileiro sob erosão em cada estado costeiro. Notar que no Amapá 65% da linha de costa está sob processo erosivo costeiro o que representa uma das maiores taxas do país.

Fonte: MMA (2018b).

Os processos erosivos que ocorrem dentro do litoral estuarino no estado do Amapá (que abrange o litoral desde Vitória do Jari até a região do Arquipélago do Bailique), à semelhança do que ocorre com a inundação (SANTOS, 2016a), é magnificada pela superposição de processos fluviais e marinhos. Assim, efeitos da erosão fluvial, do fenômeno de terras caídas, e da erosão costeira são então somados. Essa somatória acelera as taxas de erosão trazendo imprevisibilidades para as análises de vulnerabilidades. Também traz desafios metodológicos para abordar o problema.

No litoral oceânico (que localiza-se desde a região da antiga foz do rio Araguari até o litoral na divisa com a Guiana Francesa), as áreas dos municípios costeiros defrontantes com o Oceano Atlântico estão mais expostas à ação erosiva dos agentes marinhos (ondas, marés e correntes litorâneas). Porém para o interior dos estuários, onde se assentam a maioria das cidades sedes dos municípios costeiros, a erosão fluvial pode ser predominante.

Três áreas erosivas se destacam ao longo do litoral amapaense e chamam a atenção pela presença de populações dependentes dos recursos costeiros e marinhos: a região de Goiabal, no litoral do município de Calçoene (faz parte dos segmentos praias da costa atlântica do Amapá descritos por Santos; Short; Mendes, (2016), parte do arquipélago de Bailique (município de Macapá) e a costa de Itaubal-Macapá. Tais áreas fazem parte dos setores retrogradacionais I e II da costa amapaense definidos por Santos (2006).

Apesar da erosão pronunciada ao longo do litoral amapaense, é preciso destacar a presença de dois setores progradacionais (SANTOS, 2006), os quais correspondem às regiões do Cabo Orange, no extremo norte do estado, e a região a leste do arquipélago do Bailique.

É preciso ter em conta que a distribuição dos processos erosivos e acrescionários não ocorre de maneira igual no espaço e no tempo, visto que o equilíbrio da zona costeira é propiciado por uma constante e contínua mudanças nos seus ecossistemas. Setores erosivos podem se tornam acrescionários e setores acrescionários podem se tornar erosivos. Os cálculos das taxas podem ser extremamente variáveis dependendo do geoindicador utilizado, dos tipos de dados, dos métodos de cálculo, da escala espacial e temporal de análise, e do grau do entendimento dos processos costeiros envolvidos.

Os danos totais causados pela erosão no estado do Amapá, entre os anos de 2017 a 2019 são da ordem de 30,74 milhões, o que correspondem a aproximadamente 27,5% do total de danos dos desastres para o estado do Amapá. Os prejuízos privados e públicos chegam a quase 2 milhões (Figura 8). Mesmo com apenas quatro ocorrências, o número de desabrigados ficou em torno de 1200 pessoas. Deve-se considerar que na estatística vários eventos que ocorreram no estado não foram computados.



Figura 8 - Distribuição das ocorrências de erosões por ano no estado do Amapá (gráfico a esquerda) e concentração das ocorrências por mês (gráfico a direita) para o período de 1991 a 2019. Nota-se a ausência de informações em vários anos, embora os desastres tenham ocorrido.

Fonte: <https://atlas.ceped.ufsc.br/>, acesso em 14 de setembro de 2022.

4.1.3. Intrusão Salina

A vulnerabilidade à intrusão salina tem sido tratada mais comumente na literatura científica associada ao aumento de sal nas águas subsuperficiais e poucos trabalhos tratam do processo relacionado com as águas superficiais costeiras. É fundamental compreender que mudanças na salinidade dentro das massas d' água superficiais estão conectadas tanto com a interação entre os processos hidrometeorológicos e climáticos, quanto com processos oceânicos. Estas relações ainda são mal compreendidas na região amazônica, com escassez de dados e descontinuidades de coletas tanto para o monitoramento de águas superficiais, quanto para o monitoramento do lençol freático. As coletas são pontuais e esporádicas dependentes de recursos de projetos intermitentes.

Por outro lado, para entender o problema é necessário monitoramento de longo prazo em escalas adequadas, em multiescalas, para compreender como os processos globais, regionais e locais afetam a variabilidade dos parâmetros de qualidade de água.

Registros de intrusão salina na região costeira é preocupante pois o rio é o principal ponto de captura de água para o abastecimento humano. Apesar da ausência de monitoramento, chama a atenção, a percepção das comunidades sobre o provável aumento de salinidade em regiões como Bailique, as quais têm sido atribuídas às mudanças no baixo curso do rio Araguari, o que tem sido muito debatido no estado do Amapá. Por outro lado, essas percepções sobre o aumento da salinidade também têm sido registradas pela equipe de pesquisadores do IEPA muito antes do fechamento do estuário do rio Araguari, durante várias expedições de campo realizadas para a zona costeira do estado do Amapá.

É preciso ter em conta que percepções são baseadas tempo de vivência das pessoas na região e já foram registrados relatos de pessoas idosas que recordam momentos de aumento de salinidade na foz do Amazonas, antes dos dias atuais. Portanto é necessário avançar nos estudos integrados (dos sistemas climático, oceânico e terrestre) para compreender e dimensionar melhor essa vulnerabilidade a fim de traçar estratégias de adaptação a essas mudanças.

4.2. Riscos Tecnológicos

Os riscos tecnológicos são originários de acidentes tecnológicos ou industriais, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas que possam causar a perda de vidas ou ferimentos, danos materiais, perturbação social e econômica ou degradação ambiental. Exemplos de riscos tecnológicos incluem poluição industrial, radiação nuclear, resíduos tóxicos, falhas nas barragens, transporte, acidentes industriais ou tecnológicos (explosões, incêndios, derramamentos químicos). Os riscos tecnológicos são uma fonte crescente de risco para as pessoas e seu meio ambiente. Este é um efeito da globalização da produção, um aumento da industrialização e um certo nível de risco de acidentes ligados à produção, processos, transporte e gestão de resíduos. Esses riscos estão associados com a liberação de substâncias em condição de acidente ou com a produção de tais substâncias sob certas condições como fogo. Substâncias que podem afetar a saúde humana ou o ambiente por contaminação e seus efeitos sobre animais e plantas (UNISDR, 1997).

A posição do Brasil como uma nação marítima, com mais de 8700 km de litoral, o coloca em uma condição vulnerável associada a riscos tecnológicos associados a atividades na costa e no mar (ZAMBONI; NICOLODI, 2008). Entre os riscos tecnológicos, o potencial para poluição por óleo é preocupante porque seus efeitos são tóxicos para os organismos, afetando a cadeia alimentar e o ser humano (MMA, 2004). O evento de poluição por óleo que ocorreu em 2019 e afetou mais de 3000 km da costa brasileira (do Maranhão até ao Rio de Janeiro)

mostrou muito bem a vulnerabilidade costeira quanto aos riscos tecnológicos associados com poluição por óleo.. Prejuízos importantes foram sentidos na cadeia do turismo, pesca artesanal, esportes náuticos e aquicultura, atividades estas altamente dependentes dos recursos naturais costeiros (SOARES et al., 2020).

Embora o Amapá não possua ainda exploração de petróleo ao largo de seu sistema costeiro e marinha, a população convive diariamente com o risco de poluição por óleo devido ao intenso tráfego de embarcações (Figura 09). A intensidade desse tráfego, a ausência praticamente de equipamentos de resposta a acidentes por óleo, de informações ambientais contínuas, e de um plano de contingência local pode levar a um desastre sem proporções. A íntima interconexão entre os sistemas aquáticos ao uso dos recursos hídricos é de vital importância para a população, visto a dependência das vias de drenagem para o abastecimento humano e animal, sem considerar os usos múltiplos na região.

Por outro lado, o intenso uso dos rios como hidrovia resultam em poluição dos recursos hídricos, como demonstrado por Pichler et al (2020) para o estuário do rio Oiapoque.

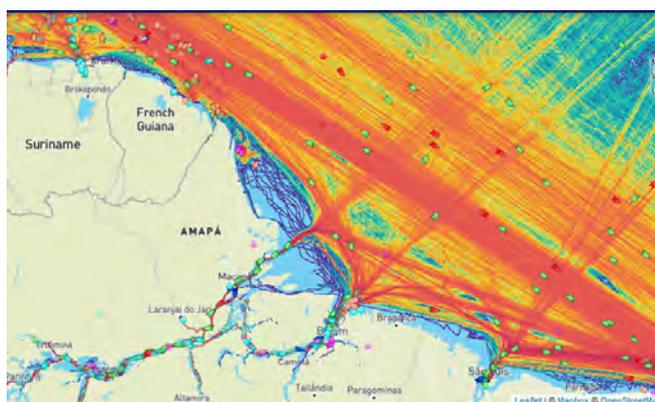


Figura 09 - Densidade de embarcação na hidrovia Amazonas-Solimões em contato com o Oceano Atlântico. As cores mais rosadas indicam maior tráfego de embarcações.

Fonte: <https://www.marinetraffic.com/en/ais/home/centerx:-50.7/centery:-0.2/zoom:8>. Acesso em 03 de Dezembro de 2021.

O Estado do Amapá está inserido dentro do contexto da Bacia Marítima da Foz do Amazonas, unidade de gerenciamento de risco no caso de acidentes associados com derramamento de óleo. Os trabalhos de mapeamento dos índices de sensibilidade ao derramamento de óleo para a Bacia Marítima Foz do Amazonas, realizado pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), em parceria com diversas instituições do norte e nordeste do país (SANTOS et al., 2016a); apresentam uma situação no mínimo preocupante. Mais de 83% do litoral amapaense é composto por substratos com índice máximo de sensibilidade ambiental ao derramamento de óleo - ISL 10 (Figura 10) devido a presença em sua maioria dos substratos lamosos, vegetados e com baixa declividade. Altos índices referem-se a habitats praticamente impossíveis de realizar operações de limpeza de modo rápido e prático, tornando a limpeza dos ecossistemas muito difícil.

As características ambientais da costa amazônica (amplitude e alcance das marés, presença de substratos vegetados e lamosos, grandes velocidades de correntes...) e a dificuldade de acesso à costa leva ao vislumbre de um cenário incerto no caso de um desastre relacionado a derramamento de óleo de grandes proporções na região. Os dados levantados pelo Projeto Cartas SAO FZA (<http://www.iepa.ap.gov.br/saofza>) mostram que praticamente não existem equipamentos locais para uma resposta imediata a qualquer acidente envolvendo derramamento de óleo.

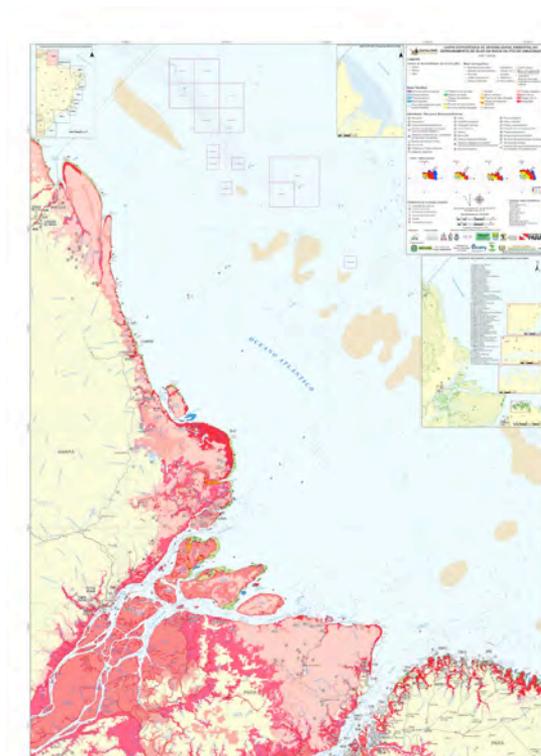


Figura 10 - Mapa dos índices de sensibilidade ao derramamento de óleo para a Baía Marítima da Foz do Amazonas. As cores avermelhadas indicam habitats com maior índice de sensibilidade.

Fonte: Santos et al. (2016)

Essa ameaça ficou bem evidente no ano de 2019. Além dos riscos de derramamento de óleo inerente ao tráfego hidroviário, a perspectiva de futura exploração de petróleo na região, remete à necessidade de ter as informações ambientais necessárias e disponíveis a toda a sociedade.

É necessário que se avance no conhecimento da dinâmica dos processos, na formação de pessoal local, na formação de grupos de emergências, envolvendo os diversos segmentos da sociedade, e manter-se vigilante, com estruturas preparadas para respostas imediatas.

5. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E CONEXÕES COM AS VULNERABILIDADES LOCAIS

O aumento global do nível médio do mar é um dos efeitos esperados das mudanças climáticas. De acordo com o relatório técnico especial sobre Oceano e Criosfera na Mudança Climática do ano de 2019 (IPCC, 2019) as observações apontam uma aceleração do nível médio dos mares, no período entre 2006-2015, com uma taxa de 3.6 mm por ano. A forçante antropocênica sobre as mudanças climáticas é considerada como uma das causas da aceleração dessas taxas, principalmente a partir dos anos de 1970. Observações de multi-missões por satélites do período de 1991 a 2019 (Figura 11) já apontam uma tendência de elevação do nível marinho onde a costa amazônica é uma das regiões com valores de tendências maiores.

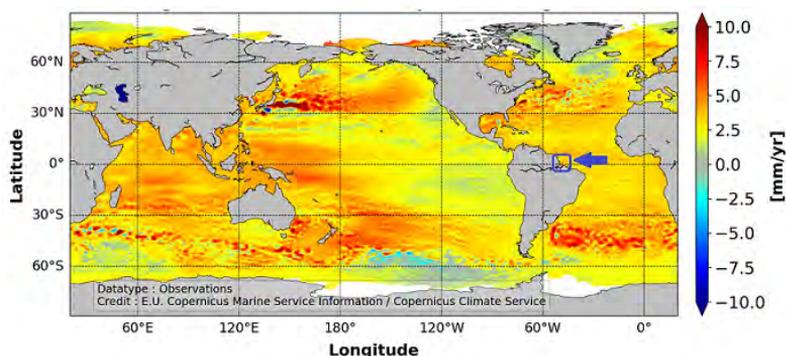


Figura 11 - Distribuição espacial da tendência de elevação do nível médio do mar regional (mm/ano) observada por satélites altimétricos no período de 1993-2021. A costa amazônica onde o Amapá se insere, por ser uma costa baixa, possui um das maiores taxas de elevação em mm por ano.

Fonte: <https://marine.copernicus.eu/access-data/ocean-monitoring-indicators/global-ocean-mean-sea-level-trend-map-observations>.

Acesso 04 de outubro de 2022.

Nesse contexto, as ZCBE e em países considerados menos desenvolvidos serão mais afetadas e com menos habilidades para a preparação e resposta aos impactos do clima. Estima-se que até 2050 um bilhão de pessoas estarão vivendo em áreas baixas expostas a riscos relacionados com o clima (CIESIN, 2011).

O Brasil possui um litoral de quase 8.700 km de extensão (ZAMBONI; NICOLODI, 2008) sem contar suas reentrâncias, e com mais de 60% da população vivendo em cidades costeiras (PBMC, 2016). Sabemos que devido a dinâmica das áreas costeiras, o aumento de eventos extremos são aguardados, no entanto dentro de um quadro de mudanças climáticas com um crescimento urbano rápido e desordenado, os efeitos serão amplificados, aumentando os prejuízos socioeconômicos e as perdas ambientais.

No estado do Amapá, a sua posição geográfica situada na foz do rio Amazonas, e defrontante com o mar, resulta em processos naturais que formam extensas áreas inundáveis que correspondem a quase um quarto do território. Essas áreas estão sujeitas a dois tipos de inundações cujos processos se somam: as causadas pelas cheias dos rios e aquelas inerentes às marés (Santos, 2016). Esta condição ambiental gera uma maior complexidade para tratar do problema devido a superposição dos fenômenos climáticos e oceanográficos e requer um nível de informações adequadas. Espera-se que as inundações sejam mais frequentes e mais intensas. Sem mencionar que mudanças positivas na batimetria dos estuários e plataforma interna podem amplificar os efeitos das inundações.

A localização do Amapá em uma região de baixa declividade o coloca em situação de maior exposição à erosão com intensificação dos processos erosivos com o aumento do nível do mar. No entanto, processos de movimentação do relevo local (processos tectônicos) devem ser considerados, pois o litoral apresenta compartimentos geomorfológicos distintos (SILVEIRA, 1998; SANTOS et al., 2019) com diferenças nos níveis de base do relevo, o que podem resultar em respostas diferenciadas a elevação do nível médio do mar. Por outro lado é quase totalmente desconhecido o papel das correntes e ondas sobre os processos erosivos.

Não menos importante são os efeitos dos processos de crescimento lateral (acresção) e vertical (colmatação) de terras que fecham canais e isolam comunidades costeiras. Apesar de ser um processo antagônico ao contexto erosivo, a disponibilidade de sedimentos e dinâmica fluvial, costeira e marinha resultam na formação de extensas planícies de maré que projetam-se em direção ao mar.

Tanto a erosão quanto a acresção são processos que repercutem nas questões fundiárias locais trazendo uma necessidade de maior reflexão sobre a delimitação de terrenos em áreas costeiras no cenário atual de aumento do nível do mar.

Por outro lado, em condições de mudanças climáticas os parâmetros hidrológicos e hidrogeológicos tendem a ser modificados. As informações contínuas inerentes a esses processos são inexistentes no estado do Amapá, principalmente para o caso da intrusão salina relacionada com o lençol d' água subterrâneo. Poucos esforços amostrais foram realizados em nível de entendimento da circulação das águas nos estuários. Essas informações além de terem que ser coletadas de forma contínua e ao longo de um tempo considerável, as amostragens precisam respeitar a dinâmica hidrodinâmica e hidrossedimentar, tanto temporal, quanto espacialmente, o que requer um esforço de melhorar os protocolos metodológicos para permitir as adequadas comparações.

No momento, apenas o estuário do rio Oiapoque possui informações, embora de curto período, sobre a dinâmica das marés e limites da salinidade, considerando o espectro do sistema estuarino. SANTOS (2021). O rio Araguari, quanto funcionava na sua condição de estuário não possuiu monitoramento contínuo em relação à entrada da cunha salinidade (SANTOS et al., 2016b). O estuário do rio Cuñani teve apenas um levantamento em 2014 (SILVA et al., 2017).

O panorama acima projeta um cenário de incertezas frente às mudanças climáticas não somente para a região costeira amapaense, mas para todo o conjunto da foz do rio Amazonas, devido à falta de informações com cobertura espacial e temporal suficiente para estabelecer níveis de base necessários para traçar os cenários e dar suporte a tomada de decisão em todas as instâncias, principalmente na execução de projetos para desenvolvimento socioeconômico nas áreas úmidas costeiras. De acordo com Anthony et al. (2021) embora as mudanças climáticas sejam projetadas para gerar sedimentos excedentes, o rápido crescimento das construções de barragens a montante do rio Amazonas afetará negativamente o fluxo de sedimentos do rio. Assim, a sobreposição das múltiplas ameaças aumentam ainda mais esse cenário de incertezas. Este cenário foi apresentado nos trabalhos de Mansur et al. (2016) e Hagenlocher et al. (2018) para o socioecossistema amazônico, projetando-se aumento da vulnerabilidade para as áreas urbanas e aumento de riscos à saúde.

As fragilidades institucionais amplificam essas ameaças com ausência de planos reais de enfrentamento ao problema através dos esforços conjuntos da Ciência, Poder Público e Sociedade Civil. Por outro lado, é necessário considerar, que por trás do aparente vazio da zona costeira, tem-se na pesca um dos pilares da subsistência das populações e de sustentação econômica, um recurso importante, não dimensionado, e não contabilizado na balança comercial do estado em seu último anuário estatístico. As mudanças climáticas tenderão a mudar os habitats e consequentemente a distribuição das espécies e a localização dos bancos pesqueiros, com consequência em mudanças na área de captura das espécies.

Portanto, a conservação e gestão do sistema costeiro amazônico, no contexto da elevação do nível do mar e de redução do suprimento de sedimentos devido a interferência humana, exigirá governança clara e melhor planejamento e antecipação, bem como integração socioecológica. Requisitos que precisarão ser implementados na zona costeira de 1.500 km de extensão dos países das Guianas localizadas a oeste do delta do Amazonas e cuja dinâmica e estabilidade sedimentar são amplamente determinadas pelo suprimento de sedimentos da Amazônia (ANTHONY et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A zona costeira amapaense é uma ZCBE e a elevação do nível do mar como resultado das mudanças climáticas pode ter um efeito adverso sobre as atividades humanas na região. Dentre os demais efeitos esperados frente ao cenário climático atual, aguarda-se aumento das inundações, dos processos erosivos, e entrada da cunha salina nos estuários e nas águas subsuperficiais. É necessário ter em mente a necessidade de implementação de um plano de mitigação e adaptação às mudanças local que respeite as peculiaridades da região, a fim de evitar os efeitos danosos de tais mudanças e aumentar a resiliência das populações, atividades e infraestruturas presentes na zona costeira. Para isso é fundamental criar uma consciência a respeito do problema e incentivar a ação. Nesse contexto, o fortalecimento da gestão costeira é fundamental que envolve implementar o gerenciamento ambiental e

costeiro de forma integrada no contexto das conexões dos sistemas, como também em sua concepção metodológica visando o desenvolvimento socioambiental e o bem estar das populações. Planejamento setoriais para as cidades costeiras também precisam ser pensados de forma integrada.

No mundo inteiro as cidades nas zonas costeiras estão se integrando em um processo de planejamento, preparação, mitigação e comunicação para reduzir os perigos e ajudar as comunidades a se adaptarem aos eventos extremos e mudanças climáticas. Os cientistas têm trabalhado de forma incessante para resolver problemas metodológicos técnico-científicos e gerar conhecimento adequado para fazer face ao problema. No entanto, é evidente que regiões com menor grau de conhecimento e menor resiliência das populações terão os maiores problemas. Uma articulação entre o poder público gestor, sociedade e cientistas é fundamental para fazer frente ao problema.

É necessário considerar o espectro dos aspectos físico-ambientais da zona costeira durante todo o ciclo de planejamento, envolvendo é claro as variáveis socioeconômicas. Isso significa:

- Durante a fase de planejamento entender os mecanismos e realizar as análises de riscos que podem ser causados pelas principais ameaças (inundação, erosão, acresção, intrusão salina, derramamento de óleo) na região, para então traçar planos mais efetivos e vencer o desafio metodológico, técnico-científico e as dimensões dos sistemas principalmente em relação a foz do Amazonas e costa adjacente. Nesse ponto, o uso do sensoriamento remoto é uma ferramenta essencial para a compreensão dos processos e as análises espaciais fundamentais na integração das informações.
- Na preparação, apesar da natureza ser muitas vezes imprevisível, deve-se atacar a imprevisibilidade com uma preparação inteligente, articulando times comunitários de respostas aos eventos e traçando estratégias através do desenvolvimento de um sistema de monitoramento das ameaças costeiras.
- Na mitigação desenvolver um espectro de soluções para resposta imediata e a longo prazo. As soluções podem ser desde técnicas simples de paisagismo que permitam a adequada drenagem de águas pluviais (geralmente mal dimensionadas na região amazônica) a projetos de engenharia mais complexos. No caso de inundações em pequenas comunidades, o saber amazônico conta com séculos de experiência que permitem rapidamente mudar o nível dos assoalhos das construções, mais difícil de praticar quando a construção é de alvenaria.
- Na comunicação é preciso ter um canal implementado entre Governo e cidadãos que envolvam a comunidade científica, de forma a tratar o problema de forma adequada, primando pela informação consistente e coerente com a complexidade dos sistemas costeiros amazônicos.

É necessário ter consciência que a interdisciplinaridade nas abordagens dos problemas em áreas costeiras é fundamental. Agir fora desse princípio é desperdício de recursos públicos e aplicar soluções paliativas que só farão acirrar ainda mais os problemas ambientais já existentes, além de impedirem pleno desenvolvimento da região.

AGRADECIMENTOS

Ao IEPA e ao PPGMDR pela oportunidade de enriquecer os debates sobre temas fundamentais para o desenvolvimento de nossa região. Os autores V.F.S; L.M.A.S foram beneficiados por vários fundos de pesquisa ao longo dos anos dos mais de 20 anos que estão envolvidos em trabalhos na costa amazônica, especialmente na região costeira amapaense. Destacando-se os financiamentos do CNPq, FINEP, FAPEAP, GEA, ARPA-ICMBio.

REFERÊNCIAS

- ALLISON, M.A.; NITTROUER, C.A.; FARIA, L.E.C. Rates and mechanisms of shoreface progradation and retreat downdrift of the Amazon river mouth. *Marine Geology*. 125: 373–392, 1995
- ANDRÉS, M, BARRAGÁN, J.M.; SCHERER, M. Urban centres and coastal zone definition: Which area should we manage? *Land Use Policy*. 71:121–128, 2018. DOI: 10.1016/j.landusepol.2017.11.038.

- ANTHONY, E.J.; BRONDÍZIO, E.S.; SANTOS, V.F.; GARDEL, A.; BESSET, M. Sustainable Management, Conservation, and Restoration of the Amazon River Delta and Amazon-Influenced Guianas Coast: A Review. *Water* 13(10): 1371, 2021 <https://doi.org/10.3390/w13101371>.
- ASNER, G.P.; ANDERSON, C.B.; MARTIN, R.E.; TUPAYACHI, R.; KNAPP, D.E.; SINCA, F. Landscape biogeochemistry reflected in shifting distributions of chemical traits in the Amazon forest canopy. *Nature Geoscience*. 8: 567–573, 2015.
- BANDEIRA, I.C.N.; ADAMY, A.; ANDRETTA, E.R.; CONCEIÇÃO, R.A.C.; ANDRADE, M.M.N. Terras caídas: Fluvial erosion or distinct phenomenon in the Amazon? *Environmental Earth Sciences*. 77: 222, 2018. <https://doi.org/10.1007/s12665-018-7405-7>
- BATISTA, E.M.; SOUZA-FILHO, P.W.; SILVEIRA, O.F.M. Avaliação de Áreas Depositionais e Erosivas em Cabos Lamosos da Zona Costeira Amazônica através da Análise Multitemporal de Imagens de Sensores Remotos. *Revista Brasileira de Geofísica*. 27 (Supl. 1): 83-96, 2009. www.scielo.br/rbg
- BEVACQUA, A.; YU, D.; ZHANG, Y. Coastal vulnerability: Evolving concepts in understanding vulnerable people and places. *Environmental Science and Policy*. 82: 19–29, 2018. DOI: 10.1016/j.envsci.2018.01.006.
- BLAIKIE, P.; CANNON, T.; DAVIS, I.; WISNER, B. *At Risk: Natural hazards, people's vulnerability and disasters*, 2nd ed. Routledge, 2004. <https://doi.org/10.4324/9780203714775>.
- BRONDIZIO, E.S.; VOGT, N.; HETRICK, S.; COSTA, S.; ANTHONY, E.J. A Conceptual framework for analyzing estuary-deltas as coupled social ecological systems: An example from the Amazon River Estuary-Delta. *Sustainability Science*. 11, 591–609, 2016.
- CALLÈDE, J.; COCHONNEAU, G.; ALVES, F. V.; GUYOT, J.-L.; GUIMARÃES, V. S.; DE OLIVEIRA, E. Les apports en eau de l'Amazonie à l'Océan Atlantique. *Revue Des Sciences de l'eau*. 23(3), 2010. <https://doi.org/10.7202/044688ar>.
- CIESIN. Center for International Earth Science Information Network, IFPRI. International Food Policy Research Institute, The World Bank, CIAT. Centro Internacional de Agricultura Tropical, 2011. Global Rural-Urban Mapping Project, Version 1 (GRUMPv1): Settlement Points. Palisades. NASA Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC), NY.
- CIESIN. Center for International Earth System Science Information Network. Low-elevation coastal zone (LECZ) urban-rural estimates. Global Rural-Urban Mapping Project (GRUMP), Alpha Version, Palisades, NY; Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC), Columbia University, 2009. <http://sedac.ciesin>.
- CLARK, J.R. Integrated management of coastal zones. *FAO Fisheries Technical Paper*. nº. 327. Rome, FAO, 1992. 167p. Disponível em: <https://www.fao.org/3/t0708e/t0708E00.htm#TOC>. Acesso em 30 mar. 2022.
- CLARK, J.R. Coastal zone management for the new century. *Ocean and Coastal Management*. 37:191–216, 1997. DOI: 10.1016/S0964-5691(97)00052-5.
- CROSSLAND, C.J.; KREMER, H.H.; LINDEBOOM, H.J.; MARSHALL CROSSLAND, J.I.; LE TISSIER, M.D.A. (Eds.). *Coastal Fluxes in the Anthropocene: The Land–Ocean Interactions in the Coastal Zone*, Project on the International Geosphere-Biosphere Programme Series. Global Change—The IGBP Series. Springer-Verlag, Berlin, 2005. 232 pp.
- CRUTZEN, P.J. The “Anthropocene”. In: EHLERS, E., KRAFFT, T. (eds). *Earth System Science in the Anthropocene*. Springer, Berlin, Heidelberg, 2006. https://doi.org/10.1007/3-540-26590-2_3.
- CUMMINS, V.; BURKETT, V.; DAY, J.; FORBES, D.; GLAVOVIC, B.; GLASER, M.; PELLING, M. LOICZ Signpost: Consultation Document Signalling New Horizons for Future Earth—Coasts, 2014.
- CUTTER S.L.; BORUFF, B.J.; SHIRLEY, W.L. Social vulnerability to environmental hazards. *Social Science Quarterly*. 84:242–261, 2003. DOI: 10.1111/1540-6237.8402002.
- DIAS, G. A. C.; BARBOSA, R. S. L.; JUNIOR, M. B. F. D.; BRITO, D. M. C.; DIAS, T. C. A. C. Diagnóstico da pesca ilegal no estado do Amapá, Brasil. *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*. 5: 43–58, 2013.
- FRAZÃO, M.D.P. Evolução da Linha de Costa na Região dos Cabos Lamosos no Extremo Norte do Brasil, fronteira Brasil e Guiana Francesa. Relatório Final de Bolsa. Macapá: IEPA, 2021. 26p.
- FRICKE, A. T.; NITTROUER, C. A.; OGSTON, A. S.; NOWACKI, D. J.; ASP, N. E.; SOUZA FILHO, P. W. M. Morphology and dynamics of the intertidal floodplain along the Amazon tidal river, *Earth Surf. Process. Land.*, 44: 204–218, 2019. <https://doi.org/10.1002/esp.4545>.
- GEBCO - General Bathymetric Chart of the Oceans. Compilation Group. GEBCO 2020 .Grid. GIBBS, A. K.; BARRON, C. N. (eds.) *The Geology of the Guiana Shield*. Oxford University Press, Oxford, UK, 1993. 246p.
- HAGENLOCHER, M.; RENAUD, F.G.; HAAS, S.; SEBESVARI, Z. Vulnerability and risk of deltaic social-ecological systems exposed to multiple hazards. *Science of the Total Environment*. 2018, 631–632, 71–80, 2018.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil. IBGE, Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro. 2011. 173p.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da População dos Municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados> Acesso em: 20 de julho de 2022.

IPCC: Summary for Policymakers. In: IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate [H.-O. PÖRTNER, D.C.; ROBERTS, V.; MASSON-DELMOTTE, P.; ZHAI, M. TIGNOR, E.; POLOCZANSKA, K.; MINTENBECK, A.; ALEGRÍA, M.; NICOLAI, A.; OKEM, J.; PETZOLD, B.; RAMA, N.M.; WEYER (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 3–35, 2019.

JIMENEZ, E. A.; AMARAL, M. T.; SOUZA, P. L.; COSTA, M. N. F.; LIRA, A. S.; FRÉDOU, F. L. Value chain dynamics and the socioeconomic drivers of small-scale fisheries on the amazon coast: A case study in the state of Amapá, Brazil. *Marine Policy*. 115, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2020.103856>.

KOBIYAMA, M. et al. Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos. Curitiba: Organic Trading, 2006. 109 p. Disponível em: https://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/07/Livro_Prevencao_de_Desastres_Naturais.pdf. Acesso em: 02 abr. 2022.

KOSUTH, P.; CALLÈDE, J.; LARAQUE, A.; FILIZOLA, N.; GUYOT, J.L.; SEYLER, P.; FRITSCH, J.M.; GUIMARÃES, V. Sea-tide effects on flows in the lower reaches of the Amazon River. *Hydrological Processes*. 23: 3141–3150, 2009. DOI: 10.1002/hyp.7387.

LINS-DE-BARROS, F. Risco, vulnerabilidade física à erosão costeira e impactos sócio-econômicos na orla urbanizada do município de Maricá, Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geomorfologia*. 6 (2): 83-90, 2005.

MALHI, Y. The Concept of the Anthropocene. *Annual Review of Environment and Resources*. 42:77–104, 2017. DOI: 10.1146/annurev-environ-102016-060854.

MANSUR, A.V.; BRONDÍZIO, E.S.; ROY, S.; HETRICK, S.; VOGH, N.; Newton, A. An assessment of urban vulnerability in the Amazon Delta and Estuary: A multi-criterion index of flood exposure, socio-economic conditions and infrastructure. *Sustainability Science*, 11: 625-643, 2016.

MARMONTEL, M.; LIMA, D.S.; FUNI, C.; SANTOS, V.F.; COSTA, M.O. Unveiling the Conservation Status of Inia and Sotalia in the Brazilian Northeastern Amazon. *Aquatic Mammals*. 47 (4): 376-393, 2021. DOI 10.1578/AM.47.4.2021.376

MARTINI, P.R.; DUARTE, V.; ARAI, E.; MORAES, J.A. Metodologia de medição das extensões dos rios Amazonas e Nilo utilizando imagens MODIS e GEOCOVER. In: Anais do XIII Simpósio Latino Americano de Sensoriamento, 24 setembro 2008, La Havane, Cuba. 7 p.

MARTINS, R.H. Fluvial Erosional Processes and Landforms. In: RICHARDSON, D.; CASTREE, N.; GOODCHILD, M. F.; KOBAYASHI, A.; LIU, W.; MARSTON, R.A. (eds.). *The International Encyclopedia of Geography*. John Wiley & Sons, Ltd, 2017. Doi: 10.1002/9781118786352.wbieg1180

MCGRANAHAN, G.; D., BALK.; ANDERSON, B. The rising tide: assessing the risks of climate change and human settlements in low elevation coastal zones. *Environment and Urbanization*. 19:17–37, 2007. DOI: 10.1177/0956247807076960.

MENDES, A.C. Estudo sedimentológico e estratigráfico de sedimentos holocênicos da costa do Amapá, setor entre a Ilha de Maracá e o Cabo Orange. Dissertação Mestrado em Geologia, Universidade Federal do Pará, Centro de Geociências, Curso de Pós-graduação em Geociências, Belém, 1994 . 247 p

MENTASCHI, L.; VOUSDOKAS, M.I.; PEKEL, J.F. et al. Global long-term observations of coastal erosion and accretion. *Sci Rep* 8, 12876, 2018. <https://doi.org/10.1038/s41598-018-30904-w>

MMA. Especificações e normas técnicas para elaboração de catas de sensibilidade ambiental para derramamentos de óleo. Brasília, MMA, 2004. 107p.

MMA. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Estratégias Setoriais e Temáticas. Volume II. Brasília, MMA, 2016. 403p.

MMA. Portaria no 461, de 13 de dezembro de 2018a. Aprova a relação dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira brasileira.

MMA. Panorama da Erosão Costeira no Brasil. MMA.SRHQA: Brasília-DF, 2018b. 759 p.

MMA. Portaria no 34, de 2 de fevereiro de 2021. Aprova a listagem atualizada dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira brasileira.

MOLION, L.C.B. Climate variability and its effects on Amazonian hydrology. *Interciência*. 15: 367–372, 1990.

MOURA R.L.; AMADO-FILHO, G.M.; MORAES, F.C. et al. An extensive reef system at the Amazon River mouth. *Science Advances* 2:1–12, 2016. DOI: 10.1126/sciadv.1501252.

NASA. National Aeronautics and Space Administration. Low-Elevation Coastal Zone (LECZ). SEDAC (Socioeconomic Data and Applications Center), 2016. <http://sedac.ciesin.columbia.edu>.

NEUMANN, B.; VAFFEIDIS, A.T.; ZIMMERMANN, J.; NICHOLLS, R.J. Future coastal population growth and exposure to sea-level rise and coastal flooding - a global assessment. *PLoS ONE*. 10, 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0118571.

NICHOLLS, R.J.; WONG, P.P.; BURKETT, V.R.; CODIGNOTTO, J.O.; HAY, J.E.; MCLEAN, R.F.; RAGOONADEN, S.; WOODROFFE, C.D. Coastal systems and low-lying areas. In: PARRY, M.L.; CANZIANI, O.F.; PALUTIKOF, J.P.; VAN DER LINDEN, P.J.; HANSON, C.E. (Eds.). *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, Cambridge, UK, 2007 315-356.

PBMC. Impacto, vulnerabilidade e adaptação das cidades costeiras brasileiras às mudanças climáticas: Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas [Marengo, J.A., Scarano, F.R. (Eds.)]. PBMC, COPPE - UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil, 2016. 184 p.

PICANÇO, G.S. O Canal Norte do Rio Amazonas: Modificações e Implicações para a Navegação Regional. Dissertação de Mestrado (PPGMDR-UNIFAP), 2022 78 p.

PICHLER, NIKOLA ; MARIA DE SOUZA, FERNANDA ; FERREIRA DOS SANTOS, VALDENIRA ; MARTINS, CÉSAR C. Polycyclic aromatic hydrocarbons (PAHs) in sediments of the Amazon coast: evidence for localized sources in contrast to massive regional biomass burning. *Environmental Pollution*, v. 268, p. 115958, 2020.

PIEGORSCH, W.W.; CUTTER, S.L.; HARDISTY, F. Benchmark analysis for quantifying urban vulnerability to terrorist incidents. *Risk Analysis*. 27:1411–1425, 2007. DOI: 10.1111/j.1539-6924.2007.00977.x.

PORTO, J.; PORTO, I.L.V. Do rio que comanda ao que intensifica a vida. In: PORTO, J.,; SANTOS,, V.F.; POLIDORI, L. (orgs.). *Entre Rotas e Caminhos: até onde o rio-mar e o mar alcança o rio*. Macapá, IEPA, 2021. 111-117p.

PROST,M.T.R.C.;FAURE,J-F.;CHARRON,C.;BORGES,H.V.;SANTOS,V.F.;MENDES, A.C.; GARDEL,A.L'embouchure de l'Amazone, macro-frontière géomorphologique : enseignements de 30 années de recherches franco-brésiliennes sur les systèmes côtiers amazoniens (1e partie). *Confins*; 33, 2017.. DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.12830>

PROST, M. T. R. C.; FAURE, J-F.; CHARRON, C.; BORGES, H.V.; SANTOS, V. F.; MENDES, A.C.; GARDEL, A. L'embouchure de l'Amazone, macro-frontière géomorphologique : enseignements de 30 années de recherches franco-brésiliennes sur les systèmes côtiers amazoniens (2e partie). *Confins*. 34, 2018. DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.12830>

RAMESH, R.; CHEN, Z.; CUMMINS, V.; DAY, J.; D'ELIA, C.; DENNISON, B.; FORBES, D.L.; GLAESER, B.; GLASER, M.; GLAVOVIC, B.; KREMER, H.; LANGE, M.; LARSEN, J.N.; LE TISSIER, M.; NEWTON, A.; PELLING, M.; PURVAJA, R.; WOLANSKI, E. Land-Ocean Interactions in the Coastal Zone: Past, present & future. *Anthropocene* 12: 85–98, 2015. DOI: 10.1016/j.ancene.2016.01.005.

RICHEY, J..E.; NOBRE C.; DESER C. Amazon River Discharge and Climate Variability: 1903 to 1985. *Science* 246: 101–103, 1989.

SANTOS, E. R. C. Eixos De Circulação E Infraestrutura Na Amazônia Setentrional Amapaense (Asa). *Ciência Geográfica*, 21 (7): 355–369, 2017.

SANTOS, V. F. Estuaries, d'une river à l'autre: L'estuaire transfrontalier de l'Oyapock. In: Gardel, A.; Davy, D. (Orgs.). *Oyapock et Maroni: portraits d'estuaries amazoniens*. 1ed.Versailles: QUAE, 2021, v. unico, p. 112-113.

SANTOS, V.F. Dinâmica de Inundação em Áreas Úmidas Costeiras: Zona Urbana de Macapá e Santana, Costa Amazônica, Amapá. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 9:121-144, 2016a.

SANTOS, V. F. Relatório Temático de Geologia-Geomorfologia Marinho-Costeira da Estação Ecológica Maracá-Jipioca. ICMBIO, 2016b.

SANTOS, V. F. Ambientes Costeiros Amazônicos: Avaliação de modificações por sensoriamento remoto. Tese (Doutorado). CPGGM, UFF/IGEO, Niterói. 2006, 306 p.

SANTOS, V. F.; SHORT, A.; MENDES, A. C. Beaches of the Amazon Coast: Amapá and West Pará. In: Klein, A; Short A.. (Org.). *Beaches of the Amazon Coast: Amapá and West Pará*. 1sted. Switzerland: Springer International Publishin, 2016. 17: 67-93.

SANTOS, V.F.; SILVA, L.P.S.; PICANÇO, G.S. No encontro do rio Amazonas com o mar. In: PORTO, J. ; SANTOS, V.F.; POLIDORI, L. (Orgs.). *Entre Rotas e Caminhos: até onde o rio-mar e o mar alcança o rio*. Macapá, IEPA, 2021 93-107.

SANTOS, V.F.; FIGUEIREDO, A.G.; SILVEIRA, O.F.M.; POLIDORI, L. Mecanismos de Modificações de Curto Período na Planície Costeira do Amapá. In: Anais do I Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa. IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário, II Congresso do Quaternário dos Países de Língua Ibéricas. Recife-PE: ABEQUA, 2003.

SANTOS, V. F.; JARDIM, K. A.; SILVA, J. P. F. ; SILVA, J. F. B. R. Geologia e Gemorfologia da Planície Costeira do Amapá; uma síntese do conhecimento. In: Anais do II Simpósio Brasileiro de Geologia e Geofísica Marinha, Porto Alegre, 2019. Anais do II Simpósio Brasileiro de Geologia e Geofísica Marinha. Rio de Janeiro: P2GM. v. único. p. 383-383.

SANTOS, V. F.; ANDRADE, A. C. S.; SILVEIRA, O. F. M.; MARTINS, M. H. A.; CARVALHO, F. P. Dinâmica Geomorfológica do Setor Costeiro Estuarino. In: SANTOS, V. F.; FIGUEIRA, Z.R. (orgs.). *Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor Costeiro Estuarino: Fase Diagnóstico Socioambiental*. Macapá: IEPA/GERCO, 2004.

SANTOS, V.F.; FIGUEIREDO, A.G., SILVEIRA, O.F.M., POLIDORI, L.; OLIVEIRA, D. M., DIAS, M. B., MARTINS, M.H.A., SANTANA, L.O. Processos Sedimentares em Área de Macromarés influenciados pela Pororoca-Estuário Do Rio Araguari-Amapá-Brasil. In: Anais do X Congresso ABEQUA, 2005, Guarapari. CD-Rom do X Congresso ABEQUA. Guarapari-ES: ABEQUA, 2005.

SANTOS, V. F.; FIGUEIREDO JR, A. G.; SILVEIRA, O. F. M.; POLIDORI, L.; TAKIYAMA, L. R. ; JARDIM, K. A. ; MATOS, M. F. A. ; MIRANDA, A. G. O. ; AMARO, V. E. ; COSTA NETO, S. V. ; ROSARIO, E. S. ; SANTANA, L. O. The Araguari Amazonian Macrotidal Estuary Is Closing: Processes And Consequences. In: *International Coastal Symposium 2016, Sidney. 14th International Coastal Symposium - Book of Abstract*. Sidney: University of Sidney, 2016. p. 482-483.

SANTOS, V. F.; MENDES, A.C.; SILVEIRA, O. F. M.; PROST, C. JIMENEZ, E. A.; TAKIYAMA, L. R.; FIGUEIRA, Z. R.; FACUNDES, F. S.; SANTANA, L. O.; PEREIRA, R. A.; MIRANDA, A. G. O.; COSTA NETO, S. V.; PETRI, M.; NEVES, D. G.; ROLLNIC, M.; AGUIAR, K. M. O.; SILVA, B. D.; LIMA, N. R. E.; LEES, A. C.; VIEIRA, I. M.; LIMA, D. S.; SOUSA, M. E. M.; FERREIRA, D. S. S.; BRAGA, C. F.; LIMA, J. D.; et al. Atlas de Sensibilidade Ambiental ao Óleo da Bacia Marítima da Foz do Amazonas. 1. ed. Macapá: IEPA, 2016, 106p.

SCHUMM, S.A. 1977. *The Fluvial System*. New York: John Wiley & Sons

SHAW, R. Global Coasts in the Face of Disasters. In: KRISHNAMURTHY, R.R.; JONATHAN, M. P.; SRINIVASALU, S.; GLAESER, B. (eds.). *Coastal Management, Global Challenges and Innovations*. Academic Press., 2019, <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-810473-6.09995-7>. p. 1-4.

SILVA, J. P. F. ; FIGUEIREDO JR, A. G. ; AYRES NETO, A. ; JARDIM, K. A. ; SANTOS, V. F. ; AQUINO, A. G. ; VITAL, H. ; ABUCHARA, R. C. ; GUERRA, J. V. 2017. Cunãni River's Estuary: Morphological and Hydrodynamic Characteristics. In: *Anais of RIO Acoustics. Acoustics in Underwater Geosciences Symposium, 2017, Rio de Janeiro. Anais of Acoustics in Underwater Geosciences Symposium*. Rio de Janeiro: IEEE/OES.

SILVA, L.M.A.; DIAS, M.T. A pesca artesanal no Estado do Amapá: estado atual e desafios. *Boletim Técnico Científico do CEPNOR*. 10(1): 43-53, 2010.

SILVA, M. V. Variabilidade da Linha de costa. Operação 04-Tema Litoral. Relatório de Trabalho. Projeto OSE Guyamapa, 2013. 28p.

SILVA, M. V. ; SANTOS, V. F.; SILVEIRA, O. F. M. Análise Multitemporal de Mudanças nas Ilhas Costeiras do Estado do Amapá Aplicando Dados de Sensores Remotos. In: *Anais do XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2011, Curitiba. Anais do XV SBSR. São José dos Campos-SP: MCT/INPE. DVD. p. 8614-8622.*

SILVEIRA, O. F. M. ; SANTOS, V. F.; MARTINS, M. H. A. ; MONTEIRO, C. J. . Dinâmica Morfológica na Foz do Rio Amazonas através de análise multitemporal de imagens de satélite. In: *Anais do VI Workshop ECOLAB - Ecossistemas Costeiros Amazônicos, 2002, Belém. VI Workshop ECOLAB. Belém: MPEG, 2002.*

SILVEIRA, O. F. M. A Planície Costeira do Amapá. Dinâmica de Ambiente Influenciado por Grandes Fontes Fluviais Quaternárias. Tese Doutorado, Universidade Federal do Pará/Centro de Geociências, Belém, 1998. p 215.

SOARES, M.O.; TEIXEIRA, C.E.P.; BEZERRA, L.E.A. et al. Oil spill in South Atlantic (Brazil): Environmental and governmental disaster. *Marine Policy*. 115: 103879, 2020.

SOUZA FILHO, P. W.; PROST, M.T.R.C.; MIRANDA, F.; SALES, E.C.S.; BORGES, H.V.; COSTA, F. R.; ALMEIDA, E.F.NASCIMENTO JR.; W. Environmental sensitivity Index (ESI) mapping od oil spill in the Amazon coastal zone: The PIATAM mar Project. *Brazilian Journal of Geophysics*. 27. 7-22, 2009. 10.1590/S0102-261X2009000500002.

TEIXEIRA, G.T.; BANDEIRA, I.C.N.; FONSECA, D.D.F. Caracterização das tipologias de risco geológico identificadas no Estado do Pará no período de 2012 a 2018. In: *Contribuições à Geologia da Amazônia - Volume 11. Sociedade Brasileira de Geologia, Núcleo Norte, 2019. p. 253-269*

TUCCI, C. M. Controle de enchentes. In: TUCCI, C. M. (Org.). *Hidrologia: ciência e aplicação*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Edusp; ABRH, 1993. 944 p.

UN ATLAS OF THE OCEANS 2002-2016. Human Settlements on the Coast. <http://www.oceansatlas.org/>. Acesso em 25 de março de 2022.

UNDP. *Reducing Disaster Risk: a Challenge for Development*. New York, 2004. <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/Reducing%20Disaster%20risk%20a%20Challenge%20for%20development.pdf>. Acesso em 02 abr. 2022.

VAN DER LINDEN, S.L.D.; LEISEROWITZ, A.A.; FEINBERG, G.D.; MAIBACH, E.W. The scientific consensus on climate change as a gateway belief: experimental evidence. *PLoS ONE* 10:2–9, 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0118489.

YAMAZAKI, D.; IKESHIMA, D.; SOSA, J.; BATES, P. D.; ALLEN, G.H.; PAVELSKY, T.M. MERIT Hydro: A high-resolution global hydrography map based on latest topography datasets. *Water Resources Research*, vol.55,

YINCAN, Y. et al. 2017. Marine Geo-Hazards in China: Coastal Erosion. Elsevier. 269-296. doi.org/10.1016/B978-0-12-812726-1.00007-3.

ZAMBONI, A.; NICOLODI, J.L. Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil. MMA: Brasília, Brasil, MMA, 2008, 242 p. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Joao-L-Nicolodi/publication/340849951_Macrodiagnostico_da_Zona_Costeira_e_Marinha_do_Brasil_Biodiversidade/links/5ea0ac72a6fdcc88fc360bf0/Macrodiagnostico-da-Zona-Costeira-e-Marinha-do-Brasil-Biodiversidade.pdf?origin=publication_detail. Acesso 02 abr. 2022.

TOCANTINS 30 ANOS: UMA ECONOMIA EM TRANSFORMAÇÃO

Nilton Marques de Oliveira

doi: 10.51324/54180221.9

INTRODUÇÃO

Diz a lenda que quando se completa os 30 anos as coisas começam a se transformar e ganhar novas dimensões no espaço territorial. É nessa idade que a maturidade faz sentido e muitas incertezas da vida recebem as respostas e o caminho para o crescimento e desenvolvimento. Indo nesta discussão o estado do Tocantins já é maior de idade e, tem mais de 30 anos. Assim sendo, este artigo analisa as transformações econômicas ocorridas nesses 33 anos de emancipação. Algumas indagações neste debate: como estão as transformações econômicas do estado do Tocantins? O Valor Adicionado Bruto (VAB) tem aumentado?

No dia 5 de outubro de 1988, o sonho da população do então norte goiano se consolidava, estava criado o Estado do Tocantins, o que representava o fim de uma luta histórica e o começo da realização de sonhos coletivos e individuais. Em janeiro de 1989, o estado do Tocantins foi oficialmente instalado, com seus representantes eleitos, devidamente empossados, viabilizando o funcionamento do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, oportunizando assim o funcionamento legal, político e social do novo estado (MARQUES OLIVEIRA, 2018).

O estado do Tocantins passa por um processo de desenvolvimento regional, ou seja, uma transformação social, política e econômica, ao longo dos últimos 33 anos. O estado tem melhorado seus indicadores sociais na dimensão econômica, o desafio é agregar valores aos produtos do agronegócio, investindo no processamento das matérias-primas em detrimento da exportação in natura (ALVES e MARQUES DE OLIVEIRA, 2019).

O último levantamento do IBGE apontou que o Produto Interno Bruto do Tocantins (PIB) de 2019 atingiu o valor de R\$ 35,43 bilhões e teve um crescimento em volume de 5,2% em relação ao ano anterior. O Tocantins manteve participação de 0,5% no PIB nacional e a 24ª posição nos estados brasileiros. Segundo Rodrigues (2020) entre 2018/2019 a economia do Tocantins cresceu 5,2%. Em 2020, mesmo com a pandemia da Covid-19, estima-se um crescimento de 3,5% do PIB do estado, mesmo com os setores do comércio 3, %, serviços -8,4% e administração pública -5,7% em queda.

Conforme o relatório da SEFAZ (2019), o Tocantins contava com 11.634 empresas ativas. Desse total, 63,4% correspondem a microempresas; 21% microempreendedores individuais; 10% empresas de pequeno porte; 4,2% empresas de médio porte; e 1,3% empresas de grande porte. Segundo Rodrigues (2020) o que está sendo determinante para este crescimento é o setor agropecuário. Em 2019, a agropecuária cresceu 31,4% e em 2020 estima-se um crescimento de 52,7%, isto representa uma transformação recente na economia do estado que deve ser aproveitada na agroindustrialização e no fornecimento de serviços tecnológicos referentes, principalmente, para as cadeiras produtivas com revelada competitividade. O desempenho comprova a representatividade do setor para a economia e um caminho claro para o futuro do Estado que é a expansão agroindustrial (RODRIGUES, 2020).

Isto posto, este artigo está estruturado da seguinte forma, além desta introdução, a seguir uma breve revisão do desenvolvimento regional, na terceira parte apresenta a metodologia, a quarta os resultados e discussão, e por fim, as considerações finais.

BREVE CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômico, cultural e político. Essas transformações são questões centrais para se entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região. As teorias de desenvolvimento regional estão próximas à posição da corrente institucionalista. Esta, advoga que as instituições são o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevaletentes, ou dominantes, de atitudes ou aptidões (NORTH, 1991).

Identificar aspectos do desenvolvimento regional poderá auxiliar na implantação de políticas públicas de atendimento à população, auxiliando no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, a atenção volta-se para implementar um desenvolvimento voltado para as especificidades de cada território, de forma a integrar os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos. Esses fatores compõem a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações. Tais fatores, quando bem ou mal-empregados em uma determinada região, podem reduzir ou acelerar as desigualdades regionais.

O tema desenvolvimento regional está em evidência, devido à busca de mecanismos e estratégias que permitam estimular seu crescimento. Ou seja, ocorre uma procura por vantagens competitivas como: a diminuição dos custos de produção e de transação; domínio e expansão de mercados; e, principalmente, a inovação constante em processos e produtos, possibilitando que as empresas organizadas em torno de aglomerados incorporassem essas vantagens (OLIVARES; DALCOL, 2014).

A região, para conseguir se desenvolver em plenitude, precisa dispor de uma gama de recursos, sejam eles econômicos, humanos, institucionais e culturais. A internalização do crescimento econômico deve ser realizada por economias de escala não aproveitadas, essas economias formarão o potencial de crescimento econômico que somado as condições internas do local, passará a desenvolvimento.

Para Marques de Oliveira (2019), o desenvolvimento regional existe como multidisciplinariedade, perpassando por múltiplos olhares, desde a perspectiva puramente econômica até a geográfica, analisando fenômenos sociais e as desigualdades entre as regiões em suas relações de centro/periferia.

O desenvolvimento regional já vinha sendo estudado em termos espaciais há muito tempo, porém que se revelou com maior destaque apenas no pós-guerra de 1950, quando o debate passa não só ter centralidade no crescimento econômico baseado no PIB per capita, mas adquire uma maior complexidade, voltando-se também para o bem-estar social e a qualidade de vida, moldando novas formas de políticas e de elaborar planos. Considerando também as características históricas e estruturais das regiões, sejam elas subdesenvolvidas, deprimidas ou congestionadas. No conceito de desenvolvimento regional, estar uma combinação de três dimensões: uma espacial, uma social e uma individual. Sendo o desenvolvimento a “transformação sistemática entre essas três dimensões” (MARQUES DE OLIVEIRA, 2019).

De maneira geral, se poderia afirmar que as abordagens teóricas que relacionam os fatores espaciais ao crescimento econômico, ou ao desenvolvimento, indiretamente relacionam economia, cultura e desenvolvimento. Isto, pois, entre os chamados fatores espaciais, relacionados com a localização (distância, facilidades de transporte, o tipo de entorno...), estão os elementos sociais e culturais como interferentes. Dentre tais correntes teóricas poderiam ser relacionadas em especial: Teoria dos Encadeamentos, com o conceito de linkagens ou encadeamentos para diante e para trás; a Teoria da Dinâmica Circular Cumulativa; o enfoque da Ciência Regional; e a Teoria da Polarização ou dos Polos de Crescimento (DALLABRIDA, 2011).

Marques de Oliveira (2019), conclui ser importante não só o estudo do desenvolvimento, mas também os estudos sobre as desigualdades regionais, pois o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea nas regiões. Então os estudos ajudam a visualizar a heterogeneidade entre as regiões, desta forma contribuem no entendimento de novas ações, por meio de políticas públicas que fomentam o desenvolvimento regional.

O Tocantins, conta atualmente, segundo (IBGE, 2017), com 03 (três) regiões geográficas intermediárias, sendo elas: Araguaína, Gurupi e Palmas, estas divididas em regiões geográficas imediatas num total de 11 (onze), Palmas, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Miracema do Tocantins, Araguaína, Guaraí, Colinas do Tocantins, Tocantinópolis, Araguatins, Gurupi e Dianópolis, totalizando 139 (cento e trinta e nove) municípios. O estado foi analisado utilizando-se como base os municípios, através dos empregos formais dos 08 (oito) Setores do IBGE, quais sejam: Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços industriais de Utilidade Pública, Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, para três períodos, os anos de 2000, 2010 e 2020, ver Figura 1.

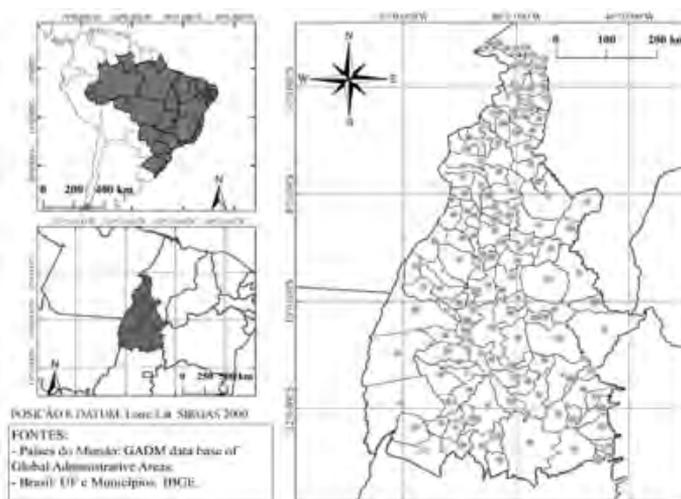


Figura 1 – Localização da Área de Estudo

MUNICÍPIOS O ESTADO DE TOCANTINS

01-ABREULANDIA	29-CACHOEIRINHA	57-GUARAI	85-NOVO ACORDO	113-SAMPAIO
02-AGUIARNOPOLIS	30-CAMPOS LINDOS	58-GURUPI	86-NOVO ALEGRE	114-SANDOLANDIA
03-ALIANCA DO TO	31-CARIRI DO TO	59-IPUEIRAS	87-NOVO JARDIM	115-SANTA FE
04-ALMAS	32-CARMOLANDIA	60-ITACAJA	88-OLIVEIRA DE FATIMA	116-SANTA MARIA
05-ALVORADA	33-CARRASCO BONITO	61-ITAGUATINS	89-PALMEIRANTE	117-SANTA RITA DO TO
06-ANANAS	34-CASEARA	62-ITAPIRATINS	90-PALMEIROPOLIS	118-SANTA ROSA DO TO
07-ANGICO	35-CENTENARIO	63-ITAPORA DO TO	91-PARAISO DO TO	119-SANTA TEREZA
08-APARECIDA RIO N.	36-CHAPADA DE AREIA	64-JAU DO TOCANTINS	92-PARANA	120-SANTA TEREZINHA
09-ARAGOMINAS	37-CHAPADA NATIVIDADE	65-JUARINA	93-PAU D ARCO	121-SAO BENTO DO TO
10-ARAGUACEMA	38-COLINAS DO TO	66-LAGOA CONFUSAO	94-PEDRO AFONSO	122-SAO FELIX DO TO
11-ARAGUACU	39-COMBINADO	67-LAGOA DO TO	95-PEIXE	123-SAO MIGUEL DO TO
12-ARAGUAINA	40-CONCEICAO DO TO	68-LAJEADO	96-PEQUIZEIRO	124-SAO SALVADOR
13-ARAGUANA	41-COUTO MAGALHAES	69-LAVANDEIRA	97-COLMEIA	125-SAO SEBASTIAO
14-ARAGUATINS	42-CRISTALANDIA	70-LIZARDA	98-PINDORAMA DO TO	126-SAO VALERIO
15-ARAPOEMA	43-CRIXAS DO TO	71-LUZINOPOLIS	99-PIRAQUE	127-SILVANOPOLIS
16-ARRAIAS	44-DARCINOPOLIS	72-MARIANOPOLIS	100-PIUM	128-SITIO NOVO DO TO
17-AUGUSTINOPOLIS	45-DIANOPOLIS	73-MATEIROS	101-PONTE ALTA BOM J.	129-SUCUPIRA
18-AURORA DO TO	46-DIVINOPOLIS DO TO	74-MAURILANDIA	102-PONTE ALTA DO TO	130-TAGUATINGA
19-AXIXA	47-DOIS IRMAOS DO TO	75-MIRACEMA DO TO	103-PORTO ALEGRE	131-TAIPAS
20-BABACULANDIA	48-DUERE	76-MIRANORTE	104-PORTO NACIONAL	132-TALISMA
21-BANDEIRANTESS	49-ESPERANTINA	77-MONTE DO CARMO	105-PRAIA NORTE	133-PALMAS
22-BARRA DO OURO	50-FATIMA	78-MONTE SANTO DO	106-PRESID. KENNEDY	134-TOCANTINIA
23-BARROLANDIA	51-FIGUEIROPOLIS	79-PALMEIRAS DO TO	107-PUGMIL	135-TOCANTINOPOLIS
24-BERNARDO SAYAO	52-FILADELFIA	80-MURICILANDIA	108-RECURSOLANDIA	136-TUPIRAMA
25-BOM JESUS DO TO	53-FORMOSO DO ARAGUAIA	81-NATIVIDADE	109-RIACHINHO	137-TUPIRATINS
26-BRASILANDIA DO TO	54-FORTELEZA DO TABOCCO	82-NAZARE	110-RIO DA CONCEICAO	138-WANDERLANDIA
27-BREJINHO DE NAZARE	55-GOIANORTE	83-NOVA OLINDA	111-RIO DOS BOIS	139-XAMBIA
28-BURITI DO TOCANTINS	56-GOIATINS	84-NOVA ROSALANDIA	112-RIO SONO	

Fonte: Autores com base em – Portal de Mapas – IBGE (2022c)

Os indicadores sociais, comumente fazem a mensuração da importância relativa de grupos ou categorias em uma região, contrastando suas virtudes e interações com outras regiões. Desta forma, a partir da variável emprego delimitada para estudo, separada por setores de atividade produtivas e por municípios do estado do Tocantins, calculou-se o QL. Presumindo-se que os setores mais dinâmicos sejam os que empreguem o maior número de mão de obra ao longo do tempo, considera-se, portanto, que a geração de emprego e a mão de obra ocupada seja o espelho da geração e distribuição da renda de determinada região, por incentivar o consumo e o desempenho econômico desta região (ALVES, 2012). Considerando as seguintes equações:

$$= \text{Mão de obra no ramo produtivo } i \text{ do município } j; \quad (1)$$

$$= \text{Mão de obra no ramo produtivo } i \text{ de todos os municípios}; \quad (2)$$

$$= \text{Mão de obra em todos os ramos produtivos do município } j; \quad (3)$$

$$= \text{Mão de obra em todos os ramos produtivos e todos os municípios.} \quad (4)$$

De acordo com as equações acima (1, 2, 3 e 4) é possível organizar o quadro 1, que evidencia a medida de localização QL.

Indicador	Equação	Interpretação dos resultados
Quociente Locacional - QL	$QL_{ij} = \frac{E_{ij} / \sum_j E_{ij}}{\sum_i E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij}}$	QL ≥ 1 localização significativa 0,50 ≤ QL ≤ 0,99/ localização média QL ≤ 0,49 localização fraca

Quadro 1 - Quociente Locacional
Fonte: Adaptado pelo autor, com base (ALVES, 2012).

Transcrevendo a equação do quociente locacional, assim como ilustrado no Quadro 1, o QL é usado para fazer o comparativo entre a participação da mão de obra de um determinado ramo produtivo i e município j e a participação total de empregos do ramo i no estado com a participação total de empregos deste município j sobre os empregos totais do estado.

Portanto, o QL pode ser estudado conforme os setores individualmente e/ou em seu conjunto. A relevância do setor no município em relação ao estado se dá quando QL tem o resultado maior ou igual a um (≥1), QL forte ou significativo, no que lhe concerne, assim sendo uma das atividades produtivas básicas deste município. As áreas básicas apresentam aglomeração relativa na unidade territorial, pois o quociente é calculado pela mão de obra (E) de um setor i em uma determinada região j. Por outro lado, as atividades que apresentarem QL menor que um (<1) seriam as consideradas não básicas, isto é, estas atividades produtivas não estão concentradas na unidade territorial analisada.

O trabalho também analisou os setores produtivos através do Valor Adicionado Bruto - VAB do Agronegócio, Indústria e Serviços. O foco no setor produtivo para um panorama do desenvolvimento do estado, nas últimas décadas, é concebido na linha de Marques de Oliveira e Piffer (2018) os quais já defendiam que o setor produtivo tocantinense tem passado por um processo de expansão que poderá fazer com que assuma uma posição mais relevante no cenário nacional nos próximos anos. Os autores destacam ainda a capital Palmas, que desde a sua criação apresenta considerável crescimento econômico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O interesse com o crescimento econômico possui significativa importância porque provoca impactos diretos no desenvolvimento da região, o Tocantins é um estado novo com o seu desenvolvimento atrelado ao modelo econômico seguido, suas condições socioeconômicas, aspectos territoriais e culturais, dentre outros. A proposta é verificar se nos últimos 30 (trinta) anos houve uma alocação eficiente de recursos capaz de alavancar o crescimento econômico, e em consequência, o desenvolvimento regional.

Sobre o Produto Interno Bruto – PIB, tem-se que pode ser definido como a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas. (IBGE, 2022). Sendo assim, é possível observar que em termos absolutos o PIB cresceu. Os valores da participação dos setores da atividade econômica, assim como, sua evolução de 2002 a 2019, estão apresentados no Quadro 2, valores a preços correntes de 2019.

SETOR	2002	2010	2019
AGROPECUÁRIA	582.145	1.739.792	5.036.904
INDÚSTRIA	866.334	3.104.548	4.211.459
SERVIÇOS	2.007.375	5.475.261	15.340.214
TOTAL SETORES	3.455.854	10.319.601	24.588.577
PIB a preços correntes - TO	5.322.563	16.404.816	39.355.941

Quadro 2 – PIB Valor Adicionado Bruto a preço corrente dos setores de atividade (Mil Reais)
Fonte: Autores com base em – IBGE (2022b). valores atualizados a preço corrente de 2019.

Com a intenção de analisar o setor produtivo, optou-se por deixar de fora das alegações o valor adicionado bruto a preço corrente da administração, saúde e educação públicas e seguridade social, que também compõem o valor adicionado dos serviços, com isso, é possível ter uma percepção mais acurada da participação desses setores no crescimento econômico do Tocantins, o quanto os setores produtivos participam dessa dinâmica e se extrapolam os benefícios desse crescimento para tornar-se desenvolvimento para a região.

Analisando em termos percentuais, os setores produtivos (Agropecuária, Indústria e Serviços – exclusivo o valor adicionado bruto a preço corrente da administração, saúde e educação pública e seguridade social), representaram, em 2002, respectivamente 17%, 25% e 58% do Valor Agregado no Produto Interno Bruto do Tocantins, ou seja, já no começo da nossa série histórica, o setor de serviços se destacava como o principal setor de aquecimento econômico no estado.

Para 2010 os R\$ 5.475.261.000,00, dos serviços, representaram 53% do agregado dos setores no Valor Adicionado Bruto do PIB, apresentando um pequeno recuo, frente ao avanço da indústria que representou 30% do agregado, a agropecuária se manteve com os mesmos 17%, entre os anos de 2000 e 2010, ainda assim, houve um bom cenário para as *commodities* no estado, podendo ser apresentado para isso, a capacidade de expansão da produtividade, já que a inclusão de novas áreas produtoras como MATOPIBA¹ e Centro Norte² ainda estavam no campo do planejamento e estudos nessa década.

Já no último ano da análise, 2019, o setor de serviços continua com o maior percentual dentre os setores da economia, representando mais de 60% da participação no VAB do PIB tocaninense, a indústria teve uma retração, passando a representar apenas 17% do resultado do grupo, sendo possível aferir que esse resultado é concebido muito em virtude das crises econômicas que se desencadearam na década de 2010 a 2020, o fator positivo foi o avanço do agronegócio, ainda que tímido, para uma atividade tão importante e apta ao protagonismo na economia tocaninense, passando a representar 20% da participação no agregado dos setores produtivos.

O aumento da participação do agronegócio se deve também ao aumento da tecnologia no campo, a expansão das áreas produtoras, mas limitada à capacidade de processamento dos produtos primários, ou seja, o estado ainda não consegue agregar valor de forma consistente ao produto primário do agronegócio. Isso pode ser constatado em Alves e Marques de Oliveira (2019), quando analisando a cadeia produtiva da soja no Tocantins asseveram que apesar de existir duas plantas industriais no estado, capaz de processarem biodiesel, as mesmas não estariam produzindo o produto, muito em virtude da falta de matéria-prima suficiente para manter a produção.

¹ Para Araújo, et al (2019), o MATOPIBA é uma região com infraestrutura precária e terras baratas, topografia e clima favoráveis para ter a soja como principal cultura agrícola. Resulta de um acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Designa uma extensão geográfica que recobre parcialmente os territórios dos quatro estados.

² Oliveira e Piffer (2017) afirmam que estudos do governo federal embasaram proposta de regionalização, essa região chamada de Centro Norte, corresponde ao Sudeste da Amazônia Legal.

Por tanto, numa perspectiva de desenvolvimento através do crescimento econômico, ancorado nos setores produtivos, com destaque para o agronegócio, necessário é agregar valor ao produto local, investindo no processamento em detrimento da exportação do produto in natura. Ainda assim, é possível inferir serem as exportações de produtos primários importantes para a região, pela extrapolação dos excedentes, ou seja, ganhos advindos com o aumento do preço das *commodities* e extrapolam o processo de inversão no setor, podem dinamizar aquecimento a outras atividades como a construção civil e comércio.

Por tanto, nesse recorte temporal de 2000 a 2020, ainda é o setor de serviços, o de maior participação no Produto Interno Bruto, (Figura 2), sendo o representante primário do crescimento econômico e consequentemente gerador de muitos empregos. É possível inferir também que esse fato deixa a economia do estado muito susceptível a variações bruscas, dada a vulnerabilidade desse setor as crises econômicas, não é por acaso, que com a crise da pandemia do Covid-19, o setor de serviço tenha sido um dos mais impactados (SILVA et al, 2021).

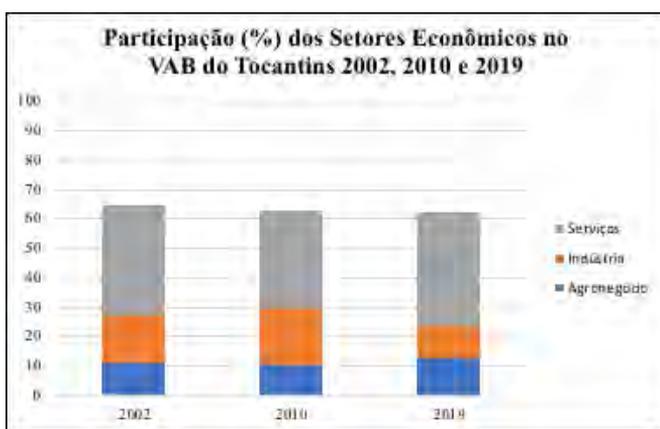


Figura 2– Participação Percentual dos Setores no PIB do Tocantins
Fonte: Autores com base em IBGE, 2022b.

Mesmo que considerando uma taxa de crescimento acumulada do PIB do Tocantins nas três décadas analisadas, que conforme (SEPLAN-TO, 2020) ficou na casa dos 125%, é possível observar na Figura 2 que o somatório da participação das atividades econômicas sempre esteve em aproximadamente 60% da composição do PIB, na verdade, em 2010 até ocorreu uma pequena diminuição em relação a 2002, o que autoriza afirmar que as atividades produtivas mantiveram sua participação percentual na economia do Tocantins, e que assim, o seu impacto no crescimento econômico da região se manteve constante durante o período. Do ponto de vista estrutural as atividades econômicas (agronegócio, indústria e serviços) tiveram incrementos quantitativos, porém, sem alterações qualitativas expressivas na formação do Produto Interno Bruto estadual.

É fácil encontrar na literatura que no país, a diminuição do desemprego, o aumento da renda das famílias, acima do crescimento do PIB, além do avanço da distribuição de renda e das condições de crédito interferiram de maneira positiva no setor de comércio e serviços, durante a década de 2000 a 2010. Ou ainda, que os preços relativos dos serviços foram estimulados pelo crescimento do consumo final e pela pressão de custos salariais, elevando a participação do comércio e dos serviços no produto da economia (SILVA et al, 2020).

Efeito sentido também no Tocantins, já que Marques de Oliveira e Piffer (2016) ao analisar a situação dos municípios em 2010 afirmaram que os resultados melhores, em relação a 2000, se deu pela melhora das condições socioeconômicas e principalmente redução da taxa de pessoas pobres e aumento do emprego formal no setor produtivo, chegando a citar o crescimento da área colhida e produção de grãos, com destaque para a soja e a consolidação do MATOPIBA.

No entanto, cabe observar ainda uma dificuldade local em distribuir excedentes, já que analisando informações de distribuição de renda domiciliar per capita, tem-se que no ano de 2000 quase 71% (setenta e um por cento) dos domicílios tocantinenses possuíam uma renda per capita de até 01 (um) salário mínimo, e em contraste com a expansão do agronegócio esse número superou os 72% (setenta e dois por cento) em 2010 (SEFAZ, 2019, p. 12).

A seguir, busca-se mostrar a capacidade locacional e suas correlações dos grandes setores de atividade econômica no Tocantins. Inicialmente, tem-se a Figura 3 que mostra a força locacional do agronegócio e da Administração Pública no Tocantins.

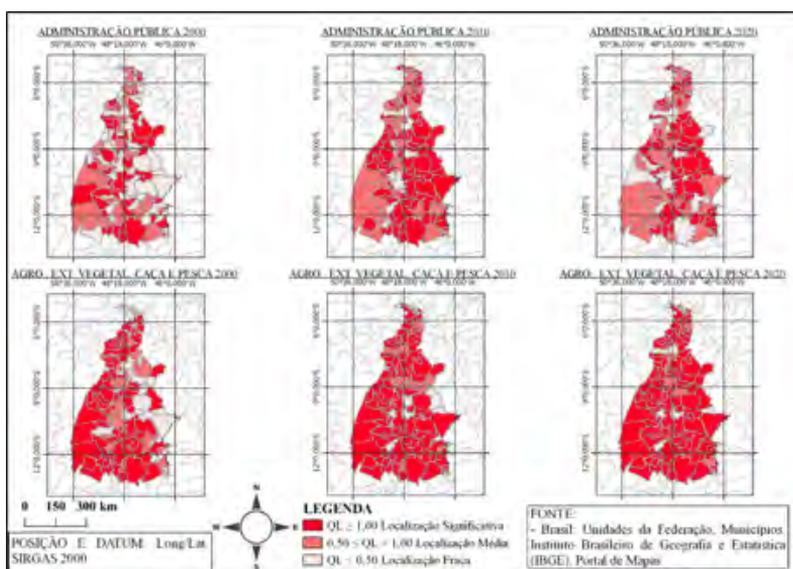


Figura 3 – Quociente Locacional da Administração Pública e do Agronegócio, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Tocantins
 Fonte: Autores com base em Resultados da Pesquisa e Portal de Mapas – IBGE (2022c)

Ainda observando a Figura 3, tem-se que a Administração Pública tem força locacional grande no Tocantins, esse setor não será objeto de maiores considerações nesse estudo, por focar numa abordagem dos setores produtivos, mas é notório que a Administração Pública ainda é uma das, se não a atividade que produz o maior aquecimento na economia estadual. O Agronegócio, extração vegetal, caça e pesca apresentam uma expansão locacional significativa sob o território tocantinense no período analisado, em 2020 tinha-se 1180 (cento e dezoito) municípios com QL significativo para a atividade, sendo que apenas 11 (onze) possuíam localização fraca, isso indica a aptidão para a atividade na região.

Já discutindo o perfil das empresas no estado, notadamente do setor industrial, SEFAZ (2019, p. 33), traz que Microempresas (ME) representavam 63,40%, Microempreendedor Individual (MEI) 21%, Empresa de Pequeno Porte (EPP) 10%, Empresa de Médio Porte (EMP) 4,20% e Empresa de Grande Porte (EGP) representava 1,30% dos estabelecimentos em

2019, sendo a maior concentração dos empregos gerados por essas empresas na capital Palmas. Por tanto, abordando a constituição da indústria tocantinense, são as Microempresas que geram o maior aquecimento do setor.

A Figura 4 apresenta o QL dos setores Extrativa Mineral e Indústria de Transformação no estado do Tocantins, demonstra um pequeno aumento gradual da localização produtiva desse setor, isso corrobora com a participação da indústria no VAB do PIB, por não apresentar uma variação abrupta, mas discorda no sentido do crescimento, enquanto o VAB apresenta uma redução na participação do setor no Produto Interno Bruto estadual, o quociente locacional apresenta uma leve expansão da localização do setor, passando de 21 (vinte e um) municípios com localização significativa em 2000 para 23 (vinte e três) municípios em 2010 e um total de 30 (trinta) em 2020.

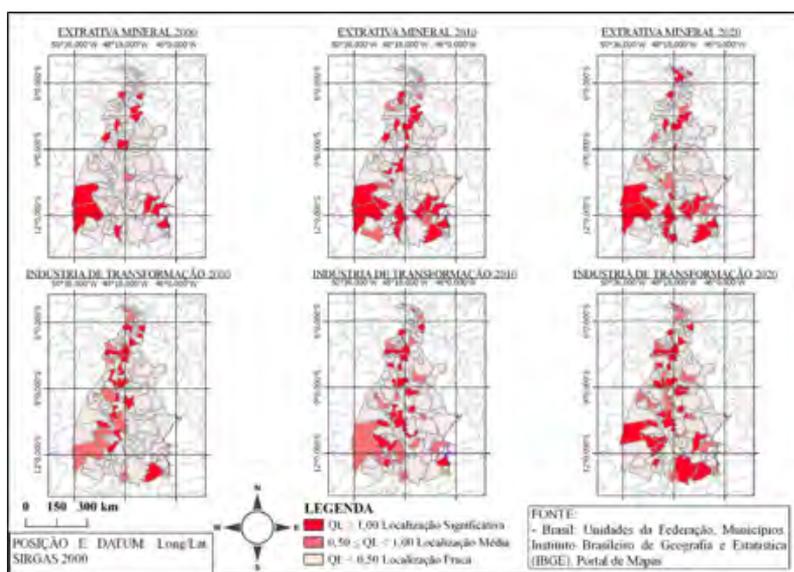


Figura 4 – Quociente Locacional do Setor Extrativa Mineral e Indústria de Transformação no Tocantins
Fonte: Autores com base em Resultados da Pesquisa e Portal de Mapas – IBGE (2022c)

A hipótese para isso pode estar numa avaliação menos centrada na especialização produtiva do setor e mais assentada numa diferenciação produtiva, já que para efeito de avaliação do setor, os Serviços Industriais de Utilidade Pública também tiveram um aumento no período pesquisado, conforme Figura 5 a expansão desses serviços está mais ligada ao aumento da infraestrutura pública, do que, crescimento econômico propriamente dito, eixo norteador dessa análise, a própria atividade extrativa mineral apresenta pouca variação e uma concentração locacional bem definida na região sul do estado.

Sendo assim, cabe considerações sobre a indústria, que numa abordagem tradicional de desenvolvimento gerado a partir de crescimento econômico, possuiria papel fundamental, tanto na análise do VAB como no resultado do Quociente Locacional, porém percebe-se uma participação tímida desse setor na economia, o que é limitador para uma economia sólida e geradora de oportunidades, a hipótese que se apresenta é que o não protagonismo da indústria na economia tocantinense é o que corrobora para as fragilidades a impactos das crises econômicas, por ser o setor de

serviços o principal participante do VAB do PIB, assim como, uma dificuldade de gerar emprego e distribuir renda, nesse caso, por ser o Agronegócio o setor mais apto e em acessão na região. Essa última consideração já havia sido feita por Silva e Luz (2020, p. 52) que ao analisar o agronegócio no Centro Norte/MATOPIBA identificaram que “O crescimento constante da produção econômica do setor da agropecuária não pôde ser correlacionado com um crescimento semelhante na renda dos trabalhadores deste setor”.

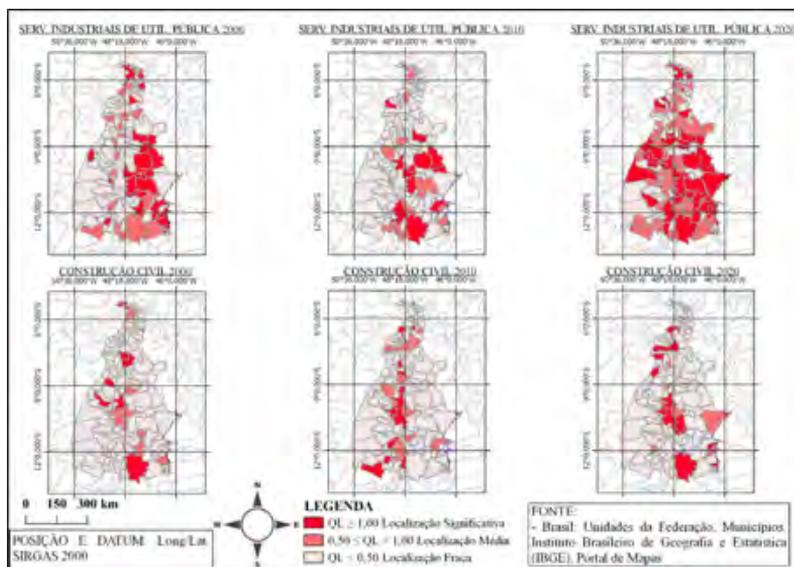


Figura 5 – Serviços Industriais de Utilidade Pública e Construção Civil no Tocantins
 Fonte: Autores com base em Resultados da Pesquisa e Portal de Mapas – IBGE (2022c)

Portanto, a participação no VAB do setor industrial mostra que essa atividade ainda possui muito campo para crescer e que o avanço tímido em termos de QL para transformação e mais substancial para os Serviços Industriais de Utilidade Pública, ver Figura 5, relaciona-se com a melhoria de qualidade de vida para a população, com a expansão do acesso à água encanada e a energia elétrica, por exemplo, e em menor medida, uma diferenciação de alguns municípios frente aos demais, no sentido de aptidão para a industrialização, por isso, é um setor que indica várias limitações de expansão para assumir o protagonismo no crescimento econômico estadual.

Já sobre o comércio houve localização significativa em poucos municípios, mesmo em 2020, graficamente, parece haver uma conexão entre o aquecimento econômico do setor e a localização das rodovias, notadamente a BR-153 (Belém-Brasília), mesmo raciocínio é cabível para a construção civil. Para efeito de PIB, o comércio localiza-se no setor de serviços, no entanto, ainda possui muita margem para descentralização locacional da atividade, sempre considerando que os resultados da pesquisa longe de serem indicativos incondicionais, são constatações da dinâmica regional, a possibilidade de considerar a influência da rodovia para o crescimento econômico do Tocantins já foi demonstrada por Marques de Oliveira e Piffer (2016, p. 54).

Em relação à produção e à reprodução de um espaço, o território do Tocantins foi modificado, transformado pelas redes políticas e econômicas que aí se instalaram: vias rodovias federais e estaduais, Ferrovia Norte-Sul, a Hidrovia Araguaia – Tocantins, comércio, serviços, indústrias tradicionais, aeroportos,

agroindústrias e redes bancárias. A construção da BR-153 fez os elos com as cidades do seu corredor e com seus corredores menores, destacando as cidades instaladas ao longo dessa rodovia. Isso implicou a expansão, a ocupação de novas fronteiras agrícolas, a reprodução e a ampliação do capital.

O aquecimento de qualquer dos grandes setores vai impactar na localização do comércio e também da construção civil, ainda que de formas diferentes, outros pontos também devem ser considerados, como a expansão do comércio via internet, analisar como isso impacta o comércio local e quais as consequências em termos de localização da atividade no estado, são questões não aprofundadas neste trabalho, mas que podem ajudar a explicar o Tocantins, possuir na atividade de comércio, 86 (oitenta e seis) municípios com localização fraca em 2000, 80 (oitenta) em 2010 e ainda ter 76 (setenta e seis) em 2020 nessa classificação, ou seja, uma melhora tímida para um estado com pretensões de um desenvolvimento econômico pulsante, ver Figura 6.

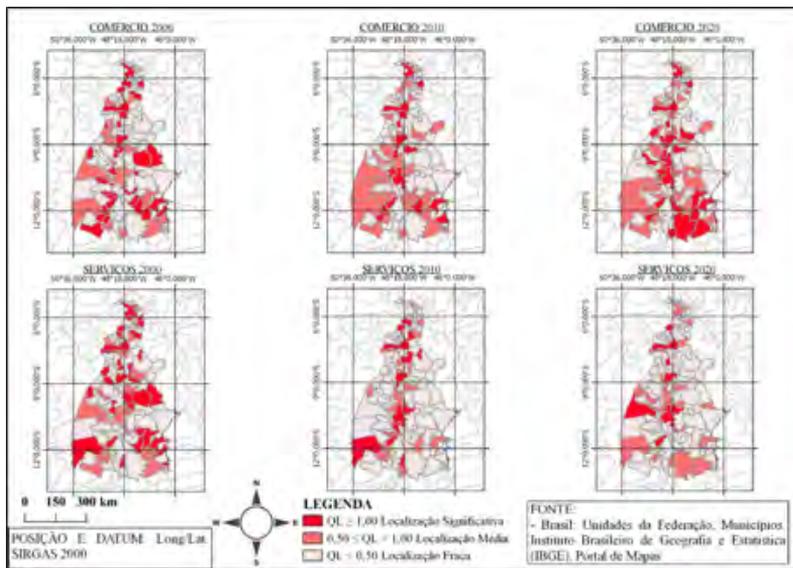


Figura 6 – Comércio e Serviços no Tocantins
Fonte: Autores com base em Resultados da Pesquisa e Portal de Mapas – IBGE (2022c)

Sobre a localização dos serviços é bem parecida com a localização do comércio em 2000, no entanto, graficamente percebe-se uma retração da localização dessa atividade no estado. Mesmo sabendo que o Setor de Serviços para efeito de VAB não possui a mesma composição que o Setor de Serviços dos setores do IBGE, o resultado locacional permiti inferir a exposição da economia tocantinense a eventuais crises. O fato de em 2020 apenas 09 (nove) municípios estarem classificados como localização significativa, sendo eles: Araguaína, Xambioá, Colinas, Gurupi, Guaraí, Porto Nacional, Oliveira de Fátima, Palmas e Pium, permite fazer as considerações sobre BR 153, feitas para o comércio e construção civil, também para o setor de serviços, porém com uma capacidade de concentração locacional muito grande no decorrer das últimas décadas. Sendo assim, o setor de maior participação do PIB possui grande dificuldade locacional no estado, situação inadequada para um desenvolvimento sustentado num crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi analisar o crescimento econômico do Tocantins num recorte temporal que abarca as três últimas décadas, as considerações sobre a economia são válidas por ser o crescimento econômico apresentado na literatura como uma das formas de impulsionar o desenvolvimento de regiões, sem pretensões de comparar as formas de se chegar a esse desenvolvimento. O método de análise foi o Quociente Locacional – QL, para os anos de 2000, 2010 e 2020, amparado ou contraposto com o Valor Adicionado Bruto do PIB estadual para 2002, 2010 e 2019. Tendo como referência essas estimativas, foi possível identificar os setores econômicos mais importantes para o estado nas últimas décadas.

Como resultado dessas análises, constataram-se algumas transformações na economia do estado do Tocantins, ao longo do tempo verificara-se elevação do Valor Adicionado Bruto, bem como expansão do emprego, destacando o setor de serviços e do agronegócio, é certa a diferenciação do aparelho produtivo industrial em relação aos outros setores, com fortes evidências de que esse processo de localização espacial da atividade, vem aumentando, especialmente no último período da análise, no entanto, ainda tímido para um setor que pode agregar valor ao produto primário local, gerar grande quantidade de empregos, distribuir renda e aumento de tecnologia, além do potencial para proporcionar transações que impactariam diretamente o Produto Interno Bruto estadual. Considerando que o QL apresentou uma localização significativa da indústria de serviços de utilidade pública, bem superior à indústria de transformação ou extrativa mineral, (possivelmente numa associação ao agronegócio, no sentido de proporcionar escoamento da produção, além de transmissão de energia elétrica e água potável), fica frágil a discussão de um processo de especialização produtiva ou mesmo diferenciação produtiva da indústria tocantinense.

A BR 153 apresenta-se como uma variável importante no desenvolvimento econômico do estado, notadamente para o setor de serviços (incluindo o comércio) e construção civil, essas atividades atuam com a troca de bens e serviços em escala, mas apresentam grande fragilidade a crises econômicas, e os últimos anos esse cenário tem se intensificado, os serviços possuem participação importante no PIB e geram grande quantidade de empregos no Tocantins, sendo assim, sua importância nas últimas décadas deve continuar por muito tempo.

Já o agronegócio, apresentou localização significativa em todas as regiões do Tocantins, é o setor em ascensão, o que pode ser visto pelo resultado do QL para 2020, no entanto, não é o principal setor no VAB do PIB, e pelo exposto no trabalho, apresenta dificuldades de extrapolação dos benefícios econômicos no sentido de proporcionar distribuição de renda equitativa.

Por fim, além da sugestão de aprofundamento em estudos alicerçados em outras variáveis como renda, políticas públicas e o papel das instituições. Fica o registro da importância do Setor de Serviços para o PIB estadual, apesar de sua susceptibilidade a variações econômicas abruptas, ainda mais considerando dados de renda per capita, o que indicam que nas crises haverá um grupo grande de trabalhadores afetados de forma desproporcional, por ganharem baixos salários. Fica também o registro da ascensão do agronegócio como setor mais apto a desenvolvesse em todas as regiões do estado, mesmo com todas as contradições inerentes a essa atividade. A indústria talvez fosse o setor que apresentasse soluções interessantes para o problema dos outros setores, mas apresenta-se, tanto em termos de participação no PIB, como em termos locais, como o setor menos apto dos três a conduzir um desenvolvimento econômico no mais novo estado da federação.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho recebeu aporte financeiro PROAP/UFT e do PGDR- UFT

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (orgs.). *Análise regional: metodologias e indicadores*. Curitiba: Camões, 2012.
- ALVES, E. O.; MARQUES DE OLIVEIRA, N. Analysis of the soybean value chain in the state of Tocantins, Brazil. *Revista Produção e Desenvolvimento*, v. 5, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedesenvolvimento/article/view/e358>. Acesso em: 02 mar. 2022.
- ARAÚJO, M. L. S.; SANO, E. E.; BOLFE, E. Luis; SANTOS, J. R. N. ; SANTOS, J. S.; SILVA, F. B . Spatiotemporal dynamics of soybean crop in the Matopiba region, Brazil (1990–2015). *Land use policy*, v. 80, p. 57-67, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S026483771830588X>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- DALLABRIDA, V. R.. Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v. 7, n. 2, 2011. p. 282-299. Disponível em: <https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/432>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão Regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Rio de Janeiro, 82p, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto – PIB. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php#:~:text=O%20PIB%20%C3%A9%20a%20soma,cidade%2C%20geralmente%20em%20um%20ano.&text=O%20PIB%20mede%20apenas%20os,finalis%20para%20evitar%20dupla%20contagem>. Acesso em: 24 fev. 2022
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios. 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal de Mapas do IBGE. 2022c. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- MARQUES DE OLIVEIRA, N. Revisitando algumas teorias do desenvolvimento regional. *Informe GEPEC*, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 203–219, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v25i1.25561. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>. Acesso em: 9 ago. 2022.
- MARQUES DE OLIVEIRA, N.; PIFFER, M. Determinantes do perfil locacional das atividades produtivas no Estado de Tocantins. *Boletim de Geografia*, v. 36, n. 1, p. 92-111, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/34044> .Acesso em: 02 mar. 2022.
- MARQUES DE OLIVEIRA, N.; PIFFER, M. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. *DRD - Desenvolvimento Regional em Debate*, 2016, v. 6, n. 3, p.32–61, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1023>. Acesso em: 08 mar. 2022.

MARQUES DE OLIVEIRA, N. Transição do Norte de Goiás ao Território do Estado de Tocantins. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 7, n. 12, p. 53-82, 13 abr. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/4890>. Acesso em: 30 mai. 2020.

MARQUES DE OLIVEIRA, N. *Desenvolvimento Regional e Territorial do Tocantins*. Universidade Federal do Tocantins. Ed. EDUFT, Palmas-TO, 2019.

NORTH, Douglass C. *Institutions*. *Journal of Economic Perspectives*. v. 5. n. 1. p. 97-112, 1991.

OLIVARES, G. L.; DALCOL, P. R. T. Avaliação da contribuição de aglomerados produtivos para o desenvolvimento local no estado do Rio de Janeiro. *Production*, v. 24, n. 4, p. 833-846, 2014. Disponível em: <https://www.prod.org.br/article/doi/10.1590/S0103-65132014005000010>. Acesso em: 30 mai. 2022.

OLIVEIRA, T. J. A.; PIFFER, M. Do Sudeste da Amazônia Legal ao Centro Norte: as transformações econômicas espaciais. *RBEUR*, v. 19, n. 1, p. 164-178, jan-abr 2017. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5046>. Acesso em: 23 mar. 2022.

RODRIGUES, W. Estimativa do PIB industrial do estado do Tocantins 2002 a 2020. FIETO, 2020. Disponível em: <http://www.fieto.com.br/EstudosPesquisas.aspx?c=7c56dad3-5079-48a1-ba88-4fd56e968f6a>. Acesso em: 23 abr. 2022.

SEFAZ – Secretaria da Fazenda e Planejamento. *Indicadores Socioeconômicos do Tocantins*. Palmas. 2019, 71p. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/213808>. Acesso em: 08 mar. 2022.

SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Orçamento. *Produto Interno Bruto (PIB) do Tocantins*. 2020. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/produto-interno-bruto-pib-do-tocantins/5srxhu0xfyk4>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SILVA, B. J. B.; SOUSA NETO, P. B.; MEDEIROS, L. S.; MEDEIROS, E. H. O.; MENEZES, A. M.; SOUSA, P. T.; RAMALHO, K. M. A correlação entre o setor de serviços e o Produto Interno Bruto no Brasil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 4, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3040>. Acesso em: 26 mar. 2022.

SILVA, F.; VASCONCELOS, C. R. M.; NODARI, C. H.; PEREIRA, T. M. F.; BARRETO, L. K. S.; NASCIMENTO, A. L.; GOMES, S. C.; CHAYM, C. D.; FRANCO, J. B. M.; CARVALHO, A. D. F.; CELESTINO, W. T.. Os impactos da pandemia do COVID-19 no setor de serviços brasileiro. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 13, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21522>. Acesso em: 26 mar. 2022.

SILVA, J. S.; LUZ, R. A.. Análise Espacial da Produção e Renda do Setor Agropecuário na Região Centro Norte do Brasil de 2000 a 2015. *Revista Interface*, v. 20, n. 20, p. 44-54, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/9961>. Acesso em: 24 mar. 2022.

INDIGENIST TOURISM IN THE LEGAL AMAZON: SUSTAINABLE ACTIVITY AMONG HOLDERS OF A CULTURAL HERITAGE OF HUMANITY BY UNESCO *

Filipe Guimarães
doi: 10.51324/54180221.10

INTRODUCTION

Tourism activity is complex, dynamic and multidisciplinary, shaped by scientific, technological, historical and sociocultural innovations. It is forged by public and private sector forces, whether by governmental or non-governmental actions, which promote dialogue with material and immaterial elements of culture, whether at a local, regional or global level, aiming at the preservation of the host community, the generation of employment and income, income for entities involved in the process, as well as a satisfactory experience, of a sensorial, cultural and educational nature, both for visitors, whether tourists or day trippers, as well as for the hosts, always guided by sustainable practices.

Tourism is the modality of displacement and return to the original domicile, of leisure travel of the time not worked, a construction resulting mainly from the development of post-industrial society. Its two main divisions are: tourism motivated by the search for natural attractions and tourism motivated by the search for cultural attractions (CAMARGO, 2001; CHOAY, 2011; BARRETTO, 2000). Based on these premises, we can classify Indigenist Tourism, practiced in rural areas, as a hybrid activity, since it presupposes the search for an ethnic culture linked to nature.

The main objective of this chapter is to demonstrate the potential for the practice of Indigenous Tourism in the Legal Amazon, together with a community that holds a Cultural Heritage of Humanity, analyzing the main benefits and obstacles to the legal development of this activity. The analyzes and results can be applied to other indigenous communities, given the similarity of contexts and uniform legislation.

O texto possui duas divisões principais. A primeira analisa, genericamente, o Turismo Indígena no Brasil, trabalhando conceitos, normas, potencialidades, benefícios e dificuldades. A segunda aborda o Turismo Indigenista entre os Wajãpi, através de apontamentos objetivos, indicando ações sustentáveis promotoras do respeito à comunidade, que devem integrar a construção da atividade junto aos indígenas, oriundas do empirismo.

RESEARCH METHODOLOGY

The research was based on bibliographic, documentary and case study methodological principles, since, in addition to consulting documents and bibliographic collection, practical activities were carried out with the Wajãpi indigenous community, which provided us with concrete elements to think about strategies for development of Indigenist Tourism in a tribe in the Legal Amazon.

* Este capítulo originalmente elaborado em inglês com atualizações, teve sua versão em português publicada e encontra-se disponível em <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/12706>

The scientific work begins with a bibliographic research allowing the researcher to know what has already been studied on the subject. This type of research is carried out from the survey of theoretical references already analyzed and published by written and electronic means, such as books, scientific articles, web sites pages (FONSECA, 2002).

As we use official documents in this work, the research also acquires documentary status. One of its main foundations is the action of resorting to sources without analytical treatment, such as: statistical tables, newspapers, magazines, reports, official documents, letters, films, photographs, paintings, tapestries, company reports, program videos. of television etc. (FONSECA 2002, p.32).

The tourist excursions carried out among the Wajāpi in 2019, three in total, also made the present work a case study. This research modality represents an empirical investigation and comprises a comprehensive method, with the logic of planning, collecting and analyzing data, as well as preserving the studied object and its unitary character. It may include both single and multiple case studies, as well as quantitative and qualitative research approaches (GOODE & HATT, 1979; YIN, 2001).

ANALYSIS OF INDIGENOUS TOURISM IN BRAZIL: CONCEPTS, RULES, POTENTIAL, BENEFITS AND DIFFICULTIES

The study of Tourism practiced with the indigenous people is still an incipient research in the academy. Although this type of tourism has been carried out since the 1980s, in Brazil there seems to be a real lack of theoretical foundations on the subject in academic production (SOUZA, N. et al. 2020, p. 323). To date, it is still not clear what are the best alternatives for the development of tourist activities with indigenous people and how best to explore the potential of this tourism modality. It is also notorious the lack of indigenous expression in the elaboration of initiatives and construction of public policies in Tourism aimed at their lands. The existing documents, which regulate only one style of indigenous tourist activity, are non-indigenous initiatives, and some items constitute obstacles to the implementation of tourism, given the high level of requirements, as we will demonstrate in this section.

The lack of clarity in technical language is also another negative point. Tourism activity among indigenous people is known by various names, such as: Indigenous Tourism, Indigenous Tourism, Indigenous Ethnotourism, Indigenous Ethnic Tourism, Indigenous Ecotourism, Community Based Tourism in Indigenous Communities, Rural Tourism in Indigenous Communities, etc.

Among the expressions mentioned above, three are fundamental to advance in the discussion and conceptual construction, necessary for the formulation of academic language on tourist activity among indigenous people, namely: Indigenous Tourism, Indigenous Ethnotourism and Indigenous Tourism.

We understand by Indigenous Tourism any tourist activity practiced with indigenous tribes, whether or not organized by qualified people, carried out by indigenous or non-indigenous people. This is a more general and comprehensive expression and can be used as a synonym for any form of tourist activity developed in indigenous communities.

The second, Indigenous Ethnotourism, according to Balh (2009), is a nomenclature that indicates a tourist activity carried out by indigenous people. They are the main responsible for organizing the tourist activity in all its stages. This expression is similar to Indigenous Community Based Tourism, but has a higher legal burden. In other words, it is more suited to the context of a tourist activity organized by indigenous people who already have demarcated lands. When indigenous people do not have a legally defined territory, it is preferable to use Indigenous Community Based Tourism.

The expression, Indigenist Tourism, used in the title of this article, is broader than Indigenous Ethnotourism and less comprehensive than Indigenous Tourism. It indicates the conscious development, with quality, of tourist activities among indigenous populations. In other words, we understand by Indigenist Tourism any and all tourist activities, including excursions, practiced respectfully, by trained individuals, in a sustainable way, together with an indigenous tribe, in their lands or occupied territories, with their permission, whether it is organized by an individual who does not belong to the community, by an agency outside the tribe, or by the indigenous themselves and their entities. In other words, the focus is on the qualification of the individuals who organize the tourist activity who must work on indigenous lands (if they do not belong to the community) with the permission of the tribe. In this sense, we understand that Indigenist Tourism, as it is more comprehensive and qualified, should constitute a reference activity to be supported by Brazilian legislation.

We can represent the difference between the expressions as follows: Indigenous Tourism > Indigenist Tourism > Indigenous Ethnotourism.



Figure 1 - Hierarchy of the scope of expressions aimed at tourist activities with indigenous people
Source: Author's elaboration

Despite the understanding that Indigenist Tourism would be the ideal condition for the development of tourism in Brazilian villages, the use of this expression is still utopian. Most organized activities are not qualified or legal. The absence of a more comprehensive legislation, which enables and provides training for individuals and organizations outside the communities to work with tourism with the indigenous people, has contributed to the disordered tourist activity in indigenous territories.

On the other hand, the already regulated modality, Indigenous Ethnotourism, in general, was not favored by FUNAI's Normative Instruction Nº 03/2015, meaning that much of the Indigenous Ethnotourism (or Indigenous Community-Based Tourism) enjoyed among indigenous populations are also informal or unregulated activities, taking place without the approval of FUNAI.

In terms of indigenous populations, they are defined as

⁸ BRASIL. Quem são os dois deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=TO&legislatura=&sexo=&pagina=1>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

Tribal peoples descended from populations that inhabited a national territory or geographic region at the time of conquest, colonization or the establishment of current state boundaries. Furthermore, indigenous people represent groups: non-dominant in society who have had experiences of submission, marginalization, expropriation, exclusion or discrimination, regardless of whether these conditions persist or not; and who are aware of their identity, recognized by other groups or by state authorities, distinguishing themselves from national society on account of their social, cultural, economic and political conditions, being governed in whole or in part by their own customs, traditions, or by special legislation, in addition to having the determination to preserve, develop and transmit their ancestral territories and their ethnic identity to future generations, counting on the voluntary perpetuation of cultural distinction (CORBARI; BAHL; SOUZA, 2017).

According to some theorists, tourist activity with indigenous peoples is part of the macro-segment of cultural tourism (Lima & Coriolano; 2015). Its main characteristic is the search for learning through culture, performing arts, festivals, monuments, historical or archaeological sites, folkloric manifestations or pilgrimages, as well as providing the direct experimentation of cultural, material and immaterial assets (BARRETO, 2000; COSTA, 2014; GUIMARÃES, 2020). However, we can classify Indigenist Tourism, practiced in rural areas, as a hybrid activity, since it gives rise to the search for an ethnic culture linked to nature. However, it is culture and not nature that is the central tourist product.

This practice is deeply related to Ecotourism, since it is mainly in nature that indigenous culture takes place and develops. According to Mtur (2008, p.16), Ecotourism is defined as:

Segment of the tourist activity that uses, in a sustainable way, the natural and cultural heritage, encourages its conservation and seeks the formation of an environmental conscience through the interpretation of the environment, promoting the well-being of the populations.

Regarding the definition of Sustainability, within the scope of Sustainable Tourism, it is generally linked to the guarantee of integrity of the receiving regions, in the act of tourist activity, aiming to preserve them for the future. The World Tourism Organization (WTO) defined sustainable tourism as tourism that

It relates the needs of tourists and host regions, protecting and strengthening opportunities for the future. It contemplates the management of economic, social resources and aesthetic needs, maintaining cultural integrity, essential ecological processes, biological diversity and life support systems (WTO, 1999).

Starting, a priori, from a basic awareness necessary for the tourist regarding the conservation of the natural heritage and respect for the receiving community, it can be affirmed that the tourist activity among the indigenous people consists of offering the visitor the opportunity to be welcomed by community, in its territory, so that it discovers and experiences ways of life, customs and local habits that are different from its own, while also transmitting its experiences to the visited group, establishing an experiential exchange with them (Bunten, 2014).

There are studies that indicate that indigenous communities are benefiting from tourism, which has contributed to the strengthening of local culture and the appreciation of indigenous knowledge and traditions. According to Spinola (2013), one of the main interested groups is young people with university degrees.

Researchers, like Aragão (2015), understand that the visit to the villages, in addition to the possibility of generating employment and income for the communities, can represent a way of valuing and preserving indigenous cultures. In this sense, the practice guarantees the perpetuation of cultural models that break with the standards proposed by globalization, guaranteeing cultural diversity, in addition to helping to weaken clandestine practices by moving the region.

On the other hand, there are theorists who call attention to the need to better structure the activity, since, according to González (2008), this modality, which usually involves a commercial activity of indigenous cultural heritage, can result in the impoverishment of some communities.

A notorious example of this damage, in the context of Latin America, occurs among the natives of Easter Island. Studies indicate ecological and cultural impacts arising from the commercialization of Polynesian and natural elements found in national parks (SOUZA, N. et al. 2020, p. 312).

In Brazil, there are six main documents that support research and construction of tourism projects that include indigenous communities, namely: Guidelines for a National Ecotourism Policy (EMBRATUR, 1994); Indigenous Ecotourism Manual (MMA, 1997); Ecotourism: visiting to conserve and develop the Amazon (MMA, 2002); Ecotourism: basic guidelines (MTUR, 2008); National Policy for Territorial and Environmental Management of Indigenous Lands (Ministry of Justice/FUNAI, 2012); Normative Instruction N°. 03 (Ministry of Justice/FUNAI, 2015). The table below summarizes the main objectives of each of them:

Guidelines for a National Ecotourism Policy (EMBRATUR, 1994)	It establishes the basic brackets for a National Ecotourism Policy seeking to guarantee the improvement of the population's quality of life, the conservation of environmental heritage and paths to sustainable development.
Indigenous Ecotourism Manual (MMA, 1997)	This manual aimed to inform and train indigenous communities in the development of ecotourism practices that were already carried out, informally, on indigenous lands throughout the country.
Ecotourism: visiting to conserve and develop the Amazon (MMA, 2002)	One of the main objectives of this booklet was to contextualize ecotourism mainly as a possible way to promote sustainable development in the Amazon region.
Ecotourism: basic guidelines (MTUR, 2008)	This notebook sought to disseminate knowledge about ecotourism in Brazil, outlining guidelines for the promotion, development and commercialization of destinations and tourist guides in the country.
National Policy for Territorial and Environmental Management Indigenous Lands (Ministry of Justice / FUNAI, 2012)	Among its objectives, PNGATI seeks to protect, conserve, rescue and guide the sustainable use of natural and cultural resources in indigenous lands and territories.
Normative Instruction N°. 03/2015 of FUNAI	Main public policy device that establishes norms and guidelines for visitation activities, for tourist purposes, in Indigenous Lands.

Table 1 - Synthesis of documents that guide public policies that directly or indirectly involve tourist activity among Brazilian indigenous people
Source: Article "Indigenous Ethnic Tourism: Definición, Conceptual, Potentiality and Challenges in Brazil" (SOUZA, N. et al. 2020) (Author's translation)

Although some documents are relevant to work on concepts and activities related to tourist activity with indigenous people, as well as Ecotourism, we understand that Normative Instruction N°. 03/2015 does not promote the development of Indigenous Ethnotourism. In practice, the document does not help to promote the development of this activity, affecting the vast majority of communities that are interested in developing CBT - style tourism (Community Based Tourism). The text defends

Support for sustainable indigenous ethnotourism and ecotourism initiatives, respecting the decision of the community and the diversity of indigenous peoples,

promoting, when appropriate, prior studies, diagnosis of socio-environmental impacts and the training of indigenous communities to manage these activities; support for how this practice should take place in its territory, in addition to the commitment to biodiversity, sustainable management of tourism and appreciation of culture through the safeguarding of indigenous customs, values and traditions. (Normative Instruction N°. 03/2015)

Despite formalizing support for indigenous initiatives, the document establishes highly rigorous criteria, even if it were applied to non-indigenous people. The Art. 5th of Normative Instruction N°. 03/2015 determines that:

Visiting activities for tourist purposes in indigenous lands will be proposed through a Visitation Plan, presented by indigenous people, their communities or their organizations, named for the purposes of this Normative Instruction as proponents, containing: a) objectives and justifications of the visitation proposal; b) target audience, expected frequency of visits, maximum number of visitors per visit and estimated duration of visits; c) distribution of competences in the community taking into account social, generational and gender aspects; d) partners involved, responsibilities and attributions; e) description of the activities proposed to visitors; f) delimitation of the route object of the visitation activities, including map or sketch; g) conditions of transport, accommodation, food and activities related to visitation offered by the bidder to visitors, as well as any risks or eventualities inherent to these conditions; h) simplified business plan, containing expected costs for operation, maintenance and monitoring of visitation and related activities, as well as revenue, profit and investment forecast, aiming at the continuity of the activity; i) first aid service strategy; j) manual of conduct and good practices, for visitors and the community; k) strategy to prevent the entry of drinks and drugs into indigenous communities and other illicit acts; l) solid waste management strategy; m) strategy for monitoring visitation activity; n) strategy for training bidders.

It can be seen that the content of the document stipulates a high level of requirements to try to obtain permission for the development of Ethnotourism in indigenous lands². We draw attention, firstly, to the fact that the provision establishes that the Visitation Plan (VP) must be presented by the indigenous people or their entities to FUNAI. It then lists 14 items that should be part of the VP's body, including a business plan! In light of the above, the following questions arise: Are all indigenous communities able to meet these FUNAI requirements? Did all indigenous communities accept such conditions for the realization of tourism in their territories? Apparently, the vast majority of them do not have the cultural conditions³ to meet the technical requirements imposed by FUNAI, nor have they been consulted on these criteria. The excess of bureaucracy present in the document is a factor that makes it difficult to formalize Indigenous Ethnotourism, forcing communities to create their own informal arrangements.

According to Corbari (2015), until 2015, one of the main obstacles to the legal development of Indigenous Ethnotourism was the lack of legislation at the federal level to regulate the projects. After 2015, with the creation of Normative Instruction N°. 03/2015, we understand that the main obstacle became the normative excess arising from a legal-administrative environment that is not part of the indigenous culture.

INDIGENIST TOURISM AMONG THE WAJĀPI: SOME PRACTICAL CONSIDERATIONS

² Compliance with the requirements by the tribe does not guarantee that tourists will have access to the tribe. First, the Visitation Plan will go through FUNAI, which may deny its approval.

³ In our perception, the act of meeting such demands constitutes a cultural imposition of the bureaucratic mentality of the non-Indian on the indigenous, accelerating the process of deculturation, since it forces communities to acquire information with a high technical content of practices used outside their lands.

According to the last Demographic Census carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, there are approximately 896,000 indigenous people in Brazil, of which 572,000 or 63.8% live in rural areas and 517,000, or 57.5%, live on indigenous lands, officially recognized⁴. By 2021, the number is estimated to be 1.3 million⁵. Brazilian indigenous lands are made up of 724 areas that are equivalent to 13.8% of the national territory⁶, most of which are located in the Legal Amazon.

The Wajãpi are one of the 08 ethnic groups located in the portion of the Amazon rainforest located in the state of Amapá⁷. It is conjectured that they arrived in this region around 250 years ago (17th century). The Wajãpi territory has just over 6,000 km². It is home to approximately 1,300 indigenous people, distributed in about 50 independent communities (each with its own chief), living mainly from hunting, fishing, gathering and agriculture. They are bilingual, but most women and children do not speak Portuguese. The Wajãpi indigenous territory had its demarcation and homologation process concluded in the mid-1990s (GALLOIS, 2011).

In 2008, the ethnic group had the privilege of having its oral expressions and graphic art, called Arte Kusiwã (body painting and graphic art of the tribe), recognized as Intangible Cultural Heritage of Humanity by UNESCO, becoming the first national intangible cultural heritage to enter for this select list⁸.



Figure 2 - Wajãpi art
Source: IPHAN website, <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/54>

In 2019, when I lived in the state of Amapá, we had the opportunity to meet an indigenous person from the Wajãpi ethnic group in the academic environment and to be invited to eat a beiju in his village. So began the plans and preparations for an adventure that would result in three excursions to the only Brazilian indigenous tribe whose cultural expression is on the UNESCO list. Our objective here is not to share about the enjoyment that the members of the excursions had within the tribe, learning from cultural actions or describing the Wajãpi culture (There are other sources for this), but to share the criteria established to mark tourist activities who sought sustainable and responsible tourism among the Wajãpi.

⁴ Information obtained from the FUNAI website, address: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>

⁵ Information obtained from the address: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/corte-no-censo-2021-ameaca-politicas-publicas-para-povos-indigenas-e-tradicionais#:~:text=Marta%20Azevedo%2C%20ex%2Dpresidente%20da,foram%20contabilizados%20896%2C9%20mil>.

⁶ Data obtained from the website of the Socio-Environmental Institute, address: https://pi.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs.

⁷ There are about 300 km, using the BR 156 and 210, departing from Macapá-AP. A journey that lasts an average of 6 hours in the middle of the Amazon jungle.

⁸ Only intangible Brazilian heritage has been included in this select list since it was first published in 2008. Namely: Expressões Gráficas e Oraís dos Wajãpi (2008), Samba de Roda (2008), Ritual Yaokwa , Frevo (2012), Círio de Nazaré (2013) , Roda de Capoeira (2014), Cultural Complex of Bumba-meu-boi do Maranhão (2019). Source: <https://ich.unesco.org/en/lists#2022>.

Understanding the existing difficulties to enter indigenous lands in order to live an experience along the lines of Indigenous Ethnotourism, making it impossible to carry out the visit, we decided, as most people do, to respond to the direct invitation of the “owner of the house”, however, we established some rules that we deem necessary for the execution of that new adventure. The items, arranged in a direct and objective way, which we believe have the potential to contribute to other realities, were:

- 1st - Organize the activity with a reduced number of tourists, a maximum of 05 (one car);
- 2nd - Avoid taking pictures (asking permission to photograph something shows respect);
- 3rd - Avoid contact with children (teaching something to the little ones without the consent of adults is not well regarded by leaders);
- 4th - Accept what is offered to eat (It is an offense to reject gifts from the tribe);
- 5th - Respect the time of stay in the territory, which is until 8 pm, after this time it is mandatory to sleep in the territory⁹ (three to four hours is a good time to stay with the tribe);
- 6th - Take advantage of the moment to learn. Asking adults questions, especially men (they are the ones who most dominate Portuguese) is essential (without questions they tend to remain silent);
- 7th - Enjoying nature (contemplating birds, free-range animals, rivers, vegetation, etc.);
- 8th^o - To value the art and work of the tribe (Not only the UNESCO heritage, but other productions such as the beads made by indigenous women that can be purchased, the way they prepare food and typical drink called “caxiri”, architectural structure of the Jurá etc.);
- 9th - Try to learn some words in the Wajãpi language;
- 10th - Prevent yourself by taking food and water (Not necessarily the Wajãpi will offer food for tourists. Preferably, food after leaving the territory)¹⁰;
- 11th – Avoid putting repellent when you are with the indigenous people (it is enough to apply the product before getting out of the car).
- 12th - Never throw garbage in the forest.

All the excursions were very fruitful providing opportunities for cultural learning and dialogue. As we arrived at the tribe without an appointment, given the difficulty of establishing prior communication, this fact helped to inhibit what Van den Berghe and Keyes (1984) called *tourées*¹¹, giving us the real sensation of enjoying authentic expressions of the culture.

These precautions helped to promote our experiences through Indigenous Tourism with the Wajãpi, guaranteeing respect for indigenous people, sustainable actions, safeguarding cultural elements, preserving nature, in addition to adding cultural enrichment to visitors in a harmonious relationship with the tribe, allowing for the possibility of new visits.

FINAL CONSIDERATIONS

In the text, attention was drawn to the importance of the practice of Indigenist Tourism, highlighting the need for greater awareness on the part of professionals, or individuals, indigenous or not, who are willing to organize tourist activities in the villages, emphasizing the need for indigenous permission to enter their lands for tourism purposes.

⁹ There is no tourist structure among the Wajãpi. The nearest city to stay overnight is Serra do Navio, located 30 minutes from the territory.

¹⁰ Among the personal items that must compose the individual traveler's kit, I highlight: repellent, medicine for nausea and headache, water, cereal bar, charged cell phone, hygiene items, plastic bags.

¹¹ Action of a native to modify his daily life to become a performer, to become an attraction for the tourist.

In this sense, we understand that it is fundamental, a more adequate preparation for all those interested in organizing projects of this nature, which could be made possible through extension courses offered by FUNAI, Universities or MTur, in partnership with the indigenous people, guaranteeing a qualitative action.

With regard to the scientific or academic environment, the study of tourist activity with indigenous people must acquire the multidisciplinary status, as is typical in tourism research, inserting indigenous people into the reflective process, adapting intellectual production to the context of each community, producing regulations consistent with the reality of the 305 indigenous groups registered in Brazil and which do not inhibit Indigenist Tourism.

We demonstrate, through on-site activities, that Indigenous Tourism can be practiced in a sustainable way among the Wajãpi, safeguarding the receiving community and its ecosystem, contributing to the economic progress of the indigenous people - usually interested in selling some artisanal product - as well as, for mutual cultural progress, through the exchange of cultural experiences that mainly benefit visitors, after enjoying a cultural asset recognized by UNESCO, a right of humanity. We note that there are no problems with mass tourism among the Wajãpi Indians. This is a framework that must be maintained, but without hindering access to the tribe.

As indicated in this text, the biggest obstacle to the legal development of Indigenous Ethnotourism (Not to be confused with Indigenous Tourism) in Brazil is called Normative Instruction Nº 03/2015. In the way it is proposed, the formalization of the activity becomes utopian for most communities, contributing to the perpetuation of the construction of local arrangements.

It is necessary to review the Normative Instruction Nº 03/2015, creating adequate devices, conforming to the indigenous reality and capable of enabling the formal practice of Indigenous Ethnotourism. It is also essential to create a Normative Instruction that establishes the parameters for the development of legalized Indigenist Tourism, extinguishing its informal activity, especially in view of a guardian community of an asset recognized as a Cultural Heritage of Humanity by UNESCO.

AGRADECIMENTOS:

A FAPEAP/PNPD/CAPEs pelo incentivo a pesquisa e pela concessão da bolsa de Pesquisa; Ao PPGMDR/UNIFAP, pela aprovação do projeto que originou este texto; Ao PPGDIRE/UFT, pela recepção na execução desta pesquisa.

REFERENCES

ARAGÃO, Ivan Rêgo. Turismo étnico e cultural: a coroação da rainha das taieiras como atrativo turístico potencial em Laranjeiras-Sergipe-Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, 15(2), 2015; p.195- 210.

ARTE Kusiwa – Pintura corporal e arte gráfica Wajãpi – IPHAN, 2021. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/54>>. Acesso em 24 jun. 2021.

BAHL, Miguel. Dimensão cultural do turismo étnico. In: Panosso Netto, Alexandre.; Ansarah, M. Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas. Barueri, SP: Manole. 2009.

BARRETTO, Margarita. Turismo e legado cultural. São Paulo: Papirus, 2000.

BRASIL. Corte no Censo 2021 ameaça políticas públicas para povos indígenas e tradicionais. ISA. 2021. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/corte-no-censo-2021-ameaca-politicas-publica-s-para-povos-indigenas-e-tradicionais>>. Acesso em: 25 de jun. de 2021.

BRASIL. Localização e extensão das Tis, ISA, 2021. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_Tis>.

BRASIL. O Brasil indígena (IBGE), FUNAI, 2021. Disponível em :<<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>>. Acesso em: 25 de jun. de 2021.

BUNTEN, Alexis Celeste. Deriding demand: indigenous imaginaries in tourism. In: Noel B. Salazar & Nelson. H. H. Graburn (Eds), *Tourism imaginaries: anthropological approaches*. New York: Berghan, 2014; p. 80-102.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2011.

CORBARI, Sandra Dalila. O turismo envolvendo comunidades indígenas em teses e dissertações: retrato das relações e dos impactos socioculturais. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Paraná. 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38376/R%20-%20D%20-%20SANDRA%20DALILA%20CORBARI.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 de jul. de 2021.

CORBARI, Sandra Dalila; BAH, Miguel; SOUZA, Silvana do Rocio de. Legislação Indigenista e Perspectivas para o Turismo em Terras Indígenas no Brasil. *Revista Turismo Em Análise*, 28(1), 2017; p.53-70. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/110460/128207>>. Acesso em: 05 de jul. de 2021.

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação*. São Paulo: SENAC, 2014.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

GALLOIS, Dominique Tilkin. *Migração, guerra e comércio: os Waiapi na Guiana*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

GONZÁLEZ, Magdalena Morales. ¿Etnoturismo o turismo indígena? *Teoría y Praxis*, 5, 2008; 123-136. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4561/456145110010.pdf>>. Acesso: 22/06/2021.

GOODE, William. J.; HATT, Paul K. *Métodos em pesquisa social*. 5a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1979.

GUIMARÃES, Filipe de Oliveira. *Dicionário Acadêmico do Turismo e Patrimônio Cultural*. 1 ed. São Paulo: Digital Publish & Print, 2020.

LIMA, Dermeson de Souza.; CORIOLANO, Neide. Turismo Comunitário em Terras Indígenas no Estado do Acre: a Experiência do Festival de Cultura Indígena Yawanawá. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET*, [S.l.], 2015; p. 17-25.

MTur. Ministério do Turismo. (2008). *Ecoturismo: orientações básicas*. Brasília. Disponível em http://p.download.uol.com.br/guiamaua/dt/Livro_Ecoturismo.pdf. Acesso em 23 jun. 2021.

OMT. Código Mundial de ética do turismo. Santiago do Chile: OMT, 1999.

SPINOLA, Carolina de Andrade. Parques Nacionais, Conservação da Natureza e Inserção Social: Uma realidade possível em quatro exemplos de cogestão turismo - Visão e Ação, vol. 15, núm. 1, enero-abril, 2013, pp. 71-83 Universidade do Vale do Itajaí. Camboriú, Brasil.

SOUZA, Nadson de; IRVING, Marta; SOUZA, Cecília de.; LIMA, Marcelo de. Turismo Étnico Indígena: Definição, Conceptual, Potencialidade y Desafíos em Brasil. *Turismo Visão e Ação*, Santa Catarina, v. 23, n. 2, p. 308-328, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/17627>. Acesso em: 22 jun. 2021.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

VAN DEN BERGHE, Pierry.; KEYES, Charles F. Introduction: tourism and re-created ethnicity. *Annals of Tourism Research*, Amsterdam, v. 11, n. 3, p. 343-352, 1984. Disponível em:

AUTORES

Anneli Celis Cárdenas, Arquiteta; Mestre em Arquitetura e Sustentabilidade (2019) pela Universidade Ricardo Palma - Lima, Perú e em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília; Doutoranda em Arquitetura pela Universidade de Lisboa; Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá.

Benedito Balieiro Nobre Júnior, Geógrafo. Pertence ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá-Defesa Civil. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Email: juniornobregeografia@hotmail.com.

Eliane Superti, Doutora em Ciências Sociais; Professora visitante do International Institute of Social Studies da Erasmus University e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba/UFPB. E-mail: esupert@gmail.com.

Fernanda M. Souza, Oceanógrafa, Doutora em Sistemas Costeiros e Oceânicos pelo programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Email: oc.fernandasouza@gmail.com .

Filipe Guimarães, Pós-doutorando em Desenvolvimento Regional e Turismo pelo PNPd/CAPES, vinculado ao PPGMDR da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil. E-mail: filipeoligui@gmail.com.

Gisela Cunha Viana Leonelli, Professora Livre Docente, MS5.1 - Associada I, do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, bem como do Programa de Pós-Graduação Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas – FEC/FAU (UNICAMP). E-mail: gisela@fec.unicamp.br.

Glaucia de Oliveira Araújo, Discente de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá.

Jadson Luís Rebelo Porto, Geógrafo; Doutor em Economia; Professor Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Brasil. E-mail: jadsonporto1967@gmail.com.

José Alberto Tostes, Arquiteto e urbanista; Mestre e Doutor em História e Teoria da Arquitetura; Professor Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado em Desenvolvimento Regional. E-mail: tostes.j@unifap.br. Homepage: www.josealbertostes.blogspot.com.

Júlio César Suzuki, Graduado em Geografia (UFMT), em Letras (UFPR) e em Química (IFSP), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP) e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Professor Associado junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM/USP) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br.

Kátia Souza Rangel, Geógrafa; Mestre e Doutora em Geografia Humana; Professora adjunta de Geografia da Universidade Federal do Amapá; Coordenadora dos Grupos de Pesquisa Território e campesinato amazônico e latino americano e do Grupo Liga de Mulheres. , bem como colabora em outros grupos de pesquisa informados no

Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil (CNPq). Professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/Unifap). E-mail: katia.rangel@unifap.com

Katrícia Milena Almeida Corrêa, Arquiteta, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: katriciacorrea@yahoo.com.br.

Luis Mauricio Abdon Silva, Bacharel em Ciências Biológicas. Doutor em Biodiversidade Tropical pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Pesquisador do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). Email: luis.abdon13@gmail.com.

Nilton Marques de Oliveira, Economista, Mestre em Economia Aplicada – UFV, Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Unioeste. Professor do Curso de Ciências Econômicas, e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UFT. Líder do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Territorial do Centro Norte do Brasil (DRT – Centro Norte). Bolsista de Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins – FAPT. e-mail: niltonmarques@uft.edu.br.

Stéphane Granger, Doutor em Geografia pela Universidade de Paris 3 (Instituto dos Altos Estudos da América latina), professor na seção internacional do liceu Melkior-Garré de Caiena e na Universidade da Guiana francesa, membro da comissão científica do OHM-Oyapock (CNRS, França).

Valdenira Ferreira dos Santos, Geóloga, Doutora em Geologia e Geofísica Marinha pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) e Profa. Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Email: valdeniraferreira@gmail.com.

Esta obra apresenta algumas percepções decorrentes de 20 anos refletindo sobre o Amapá pelo organizador da obra, por integrantes do Grupo de Pesquisa *Percepções do Amapá* (atualmente conhecido como *Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais*), como também, por outros intelectuais que em muito colaboraram com as suas percepções geográficas, como interlocutores, seja para o caso amapaense, seja para o caso tocantinense para efeitos comparativos em outras publicações futuras e em diálogos ocorridos em ações acadêmicas recentes.

Jadson Porto



(...) a presente obra é, também, como um marco de resistência enquanto produção de ciência na Amazônia sobre a Amazônia, enquanto mais um referencial que compõe a diversidade de saberes amazônicos que interagem e se contrapõem formando a sociodiversidade territorial.

Miguel Pacífico Filho

Este livro é também, à sua maneira, uma manifestação de resistência, já que no panorama da ciência todos os indicadores quantificados mostram que a Amazônia é a região que menos produz publicações científicas. Isso se deve, naturalmente, ao fato dela ser a menos povoada do país, mas também porque sofre ela constantemente de uma fuga de cérebros para as regiões mais ricas do sul do país, melhor dotadas de centros de pesquisa e universidades de prestígio. Este livro é, portanto, notável na medida em que afirma a capacidade de uma região periférica de produzir ciência.

(...) não se pode deixar de ficar impressionado com a diversidade dos temas abordados no livro, que reflete a diversidade da pesquisa em andamento.

Hervé Théry



ISBN: